

ABRIL 2010

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socioeconómico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e electronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. Redução da Pobreza e Economia
2. Microfinanças
3. Mercado Informal
4. Oge Investimentos Públicos e Transparência
5. Governação Descentralização e Cidadania
6. Urbanismo e Habitação
7. Terra
8. Serviços Básicos
9. Ambiente

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila, Expansão, Novo Jornal e o País.
- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redacção

Genérico

Redacção Helga Silveira .

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain Gelson Gaspar, Massomba
Dominique e José Tiago.

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Privatizações geram milhões de USD a favor do estado	1
1.2 Especialistas discutem presença do estado na economia	1
1.3 Presença do Estado na economia é necessária	2
1.4 A nossa estrutura económica ainda necessita de melhorar"	3
1.5 Continuamos a ter uma economia bastante vulnerável"	4
1.6 Agentes percorrem o país para o combate à pobreza	4
1.7 A procura é muito elevado e o acesso ao crédito é deficitário	5
1.8 Programa de comércio rural abrange milhares de famílias	5
1.9 Temos uma das taxas de Juros mais alta do mundo	6
1.10 Alta de taxas de inibe o consumo"	6
1.11 As taxas de juros são proibitivas	7
1.12 Direitos, emprego e segurança social para mulheres e homens idosos	7
1.13 Agricultura urbana ajuda segurança alimentar	8
1.14 Governo impõe aumento salarial	9
1.15 Economia angolana cresce 7,1%	9
2 MICROFINANÇAS	11
2.1 Importâncias das Cooperações de crédito	11
2.2 Empresa Kixicredito dá apoio a casais mais jovens e pobres	11
2.3 Beneficiários dos créditos fazem reembolso irregular	12
2.4 Crédito agrícola para 30 mil agricultores	12
2.5 Banqueiro dos pobres em Angola	13
2.6 Programa “ Angola Jovem ” fomenta o auto – emprego	14
2.7 Um quarto de beneficiários passa a clientes normais	14
2.8 Programa de micro crédito disponibiliza USD 68 milhões	14
2.9 Tal e qual	15
2.10 Petrolífera opera em micro – crédito	16
2.11 Vendedores ambulantes com financiamento do BAI	17
3 MERCADO INFORMAL	19
3.1 Valas para escoamento precisam de manutenção	19
3.2 “ Meus pais não sabem que eu lavo carros”	19
3.3 Condições garantidas	19
3.4 Adeus Hoji-ya-Henda, Congolese e Macambira	20
3.5 Cantineiros disputam o mercado com ambulantes	20
3.6 “Candongueiros de energia estão a fazer-nos vida cara”	21
3.7 Polícia intensifica combate à venda ilegal de medicamento	22
3.8 Um quarto de beneficiários passa a clientes normais	22
3.9 Venda ilegal de combustível é a nova forma de sobrevivência	22
3.10 Venda de medicamentos continua nas ruas	23
4- OGE INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	
4.1 Tolerância zero não vence nem convence	24
4.2 A Lei dos Salários foi votada para uma Nova Angola.	25
5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	27
5.1 Moradores contestam administrador comunal	27
5.2 Fundo de Gestão Municipal tira Ebo das ruínas	27
5.3 PNUD considera positivo concretização dos fundos a locados a todos municípios	29
5.4 Espírito Santo poderá exonerar administradores	30
5.5 Governantas abonam novo regime da contratação pública	31

5.6 Programam Integrado de Desenvolvimento permite melhorar a vida nas comunidades	32
5.7 Municípios vão ter programas integrados monitorizados pela Casa Civil da Presidência	32
5.8 Dossier Municípios /Comunas /Habitações 5.4 /Habitantes/Escolas e Hospitais/ administrações públicas/Pólos de empregos locais	33
5.9 Os residentes das localidades têm o direito de exigir de seus governadores:	34
5.10 Falta de dados actualizados dificulta censo da população	35
5.11 Conselho de Ministros deixou de ter poder decisório	35
5.12 Orçamento é revisto em Julho	38
5.13 Divisão administrativa de Luanda volta à baila	39
5.14 Nova lei de contratação pública vai permitir maior transparência	40
6 URBANISMO E HABITAÇÃO	41
6.1 Habitação emite contratos de milhões de kwanzas	41
6.2 Demolição no Talatona. Processo continua encalhado na Inspeção	41
6.3 Brasileiros vendem casas sem documentos	42
6.4 Uma casa, dois donos	42
6.5 As casas do nosso contentamento	43
6.6 Casas são sorteadas em Abril	44
6.7 Caos urbanístico é um vector de doença	45
6.8 Desalojados erguem casas no bairro Zango	46
6.9 Apenas quem tem salário abaixo de 1320 dólares vai poder adquirir habitações sociais	47
6.10 Bairro social quase pronto	47
6.11 Nova lei de ordenamento do território está em discussão pública	47
6.12 Executivo regula sector imobiliário	48
6.13 Milhões de casas são ambiciosos mas não impossível	49
6.14 Cidade do Kilamba Kiaxi habitada em Julho	51
6.15 Tendências	52
6.16 Aquisição de terrenos	53
6.17 50 Candidatos por dia	53
6.18 Especulação imobiliária pode ter os dias contados	54
6.19 Morte, chuva e saneamento básico incomoda Presidente da República	55
6.20 Tala Hady: sofrimento eterno	56
6.21 Chuvas de morte sob controlo do GPL	56
6.22 Novas cidade do Kilamba Kiaxi milhares de vagas	57
6.23 Governador pede divulgação dos critérios de acesso a casas sociais	58
6.24 Jovens descontentes com os presos das casas	58
6.25 Arquitectos defendem fiscalização e manutenção das valas de drenagem	59
6.26 Três chapas de zinco e um barroto	60
6.27 Mais moradias de qualidade e requinte	60
6.28 Recuo de preços	61
6.29 Arquitectos defendem fiscalização e manutenção das valas de drenagem	61
6.30 Jovens correm aos postos para comprar casa	62
6.31 O sonho da casa própria	63
6.32 Governo reconhece debilidades das técnicas em Luanda	64
6.33 GPL põe ordem nos prédios	65
6.34 “ Bem morar” privilegia a classe de média renda	65
6.35 Governo pede crescimento com harmonia	66
6.36 Atribuídas primeiras casas aos jovens	67
6.37 Estudo sobre o sector imobiliário é ferramenta para os investimentos	67
6.38 GPL encarece casas do programa Angola Jovem	68
7 TERRA	69
7.1 Terrenos a 80 mil dólares	69
7.2 CNCS reprova censura do governador da Huíla	69
7.3 A concessão é ilegal	70

7.4 Demolições & C ^a	70
7.5 Quem deu tanta terra à Laurinda?	71
7.6 Edilidade em silêncio	72
7.7 Mais casas são construídas na urbanização do Dundo	72
7.8 Avaliação ambiental das reservas fundiárias em consulta pública	73
7.9 Famílias da Matamba e Quipungo são realojados	73
7.10 Impacto ambiental está em estudo no Cunene	74
7.11 Impacto ambiental está em estudo no Cunene	74
7.12 Expropriação dá direito a indemnização	75
7.13 Comunidade organiza-se para reivindicar os seus direitos	75
7.14 Obras de drenagem poderão desalojar vinte mil pessoas	75
7.15 Sobe	76
7.16 Desalojados erguem casas no bairro Zango	77
7.17 GPL mantém suspensa a atribuição de terrenos	77
7.18 Novas demolições agitam a Huíla	78
7.19 Omunga exige que o governo responsabilize criminalmente os autores das demolições	78
7.20 Uma viagem ao inferno angolano	79
7.21 Carta aberta de OMUNGA ao MAT	80
7.22 A patuscada governamental	81
7.23 Escola profissional na forja para empresários na Huíla	82
7.24 Administração do Huambo ameaça demolir casas ilegais	82
7.25 Uma dissensão permanente	83
7.26 Lotes de terreno entregue aos munícipes	84
8 SERVIÇOS BASICOS	85
8.1 Malária pode deixar de ser principal causa de morte	85
8.2 Valas para escoamento precisam de manutenção	85
8.3 Empresa Pública de Águas de Luanda	86
8.4 Água que mata	86
8.5 Falta de água no Namibe mata populares e gado	86
8.6 Cazenga sem energia e água potável	87
8.7 EPAL controla cerca de 130 mil consumidores	88
8.8 Financiamento de um bilhão de dólares para a água	89
8.9 Falta de água causa principal dos conflitos	89
8.10 O negocio dos chefes	90
8.11 Solução “zero” na distribuição de energia para Luanda	90
9 AMBIENTE	91
9.1 Avaliação ambiental das reservas fundiárias em consulta pública	91
9.2 Família em Luvemba desalojadas pela chuva	91
9.3 Chuvas de morte sob controlo do GPL	91

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Privatizações geram milhões de USD a favor do estado

Expansão

De 2 de Abril de 2010

Os últimos dados do Ministério das Finanças revelam que o Estado arrecadou, até ao primeiro semestre de 2006, cerca de 9,6 milhões USD, com a aprovação de processos de redimensionamento e privatização de empresas.

Já em meados de 2005, o valor arrecadado pelo Estado rondava os 2,5 milhões USD, com o programa de privatizações das empresas públicas.

A essa altura, pelo menos oito empresas tinham sido já privatizadas, destacando-se o processo que envolveu a privatização do Hotel Alameda, em Luanda, que, segundo dados oficiais, rendeu 1,4 milhões USD.

Os dados oficiais indicam também que o maior volume de receitas foi atingido em 2002, quando as privatizações renderam cerca de 14 milhões USD, enquanto o pior ano foi 2003, que gerou uma facturação de apenas 682 mil USD.

Um dos maiores processos de privatização de que se tem memória ocorreu, há já alguns anos, na indústria cervejeira nacional, com o Estado, entretanto, a deter pequenas percentagens em cada uma das maiores empresas deste segmento de negócio. Oeste modo, na Eka, o Estado passou a deter 4% das acções, enquanto, na Cuca e na N'gola, ficou apenas com 1% do capital, embora exerça nas três empresas o direito de golden share.

Já na Nocal, a quarta cervejeira angolana privatizada, o Estado decidiu vender a totalidade da sua participação no capital da empresa. Nestes quatro processos de privatização, o Governo decidiu reservar uma percentagem entre 30% e 50% do capital para entidades privadas nacionais.

Relativamente à Cuca, que é a marca de cerveja nacional mais vendida em Angola, 50% das acções foram cedidas por ajuste directo ao consórcio SOBA, ficando a BIH (ex-BGI) com 13% e o Estado com apenas 1%, enquanto os restantes 36% do capital foram assumidos por entidades privadas nacionais.

No que se refere à Nocal, a BIH assumiu 26,4% do capital que pertencia à Heineken e aumentou a sua participação em 50% do seu capital, tendo os restantes 50% sido reservados a entidades privadas nacionais.

Na Eka, a BIH ficou com 46% das acções, enquanto o Estado reservou para si apenas 4%.

1.2 Especialistas discutem presença do estado na economia

Expansão

De 2 de Abril de 2010

A Governo tem defendido o nível de intervenção do Estado no sector empresarial como sendo o modelo ajustado ao actual estágio de desenvolvimento da economia do País.

Entre os especialistas, há quem conteste esta postura, mas também há quem a defenda. Alguns alegam que a intervenção do Estado na economia deturpa o normal funcionamento do mercado, ao passo que para outros essa intervenção é necessária para regular as deficiências do mercado, tornando-o mais social e mais humano a economista Francisco Silva (ver página 6) defende o modelo adoptado pelo Governo, justificando que o actual estágio da economia nacional, "desprovida de toda a sua infra-estrutura produtiva e de serviços (parque industrial destruído, vias de comunicações destruídas, falta de capital para aliciar investimentos)" requer a presença do Estado na vida económica, sendo, neste momento, o "principal investidor e o motor do crescimento económico".

Corroborando em parte com a política de orientação económica adoptada pelo Governo, o economista Victor Rugo chama a atenção, entretanto, para os custos que o Estado acarreta, ao ter um elevado número de empresas sob seu controlo, quando poderia simplificar a sua presença apenas em empresas consideradas estratégicas.

Ao actuar simultaneamente como árbitro e jogador, conforme assinalam os especialistas, o Estado inibe a emergência do

Seria o número de empresas a privatizar, segundo o estudo de uma consultora lusa sector privado, que, na generalidade, teme entrar na economia, receoso de uma eventual concorrência desleal com o regulador a que a realidade tem demonstrado, porém, é que o Estado não tem capacidade financeira para, sozinho, poder dar outra dinâmica ao sector empresarial, havendo por isso a necessidade de se liberalizar o sector para a ali entrada de outros operadores se como aconselham algumas experiências de economias emergentes, onde a intervenção está cada vez menor.

Esta postura, na opinião de alguns economistas, permitiria ao ar Estado não somente reduzir custos para a manutenção de deudas terminadas empresas, mas também possibilitaria uma maior expansão da sua política fiscal, gerando, assim, maiores recursos que poderiam servir de apoio às necessidades consideradas vitais da economia.

O processo de reestruturação Entretanto, nos últimos

anos, a postura do Estado neste mercado tem vindo a registar alguma alteração, sobretudo ao nível do sector empresarial público, onde haja alguns anos começou a ser efectuado um exaustivo diagnóstico das empresas consideradas estratégicas, assim como revistos os seus modelos organizacionais e de gestão.

De acordo com a visão do Executivo, a definição de uma nova política para o sector público empresarial permitirá reordenar a posição do Estado na economia, mas também dinamizar o investimento e contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais.

O processo de reestruturação em curso já levou, inclusive, à criação do Instituto para o Sector Empresarial Público (ISEP), agora dirigido por Henda Esandju Nicolau da Silva Inglês, nomeado na semana finda, pelo Conselho de Ministros, para presidente do conselho de administração da instituição.

O saneamento financeiro das empresas públicas é também umas das responsabilidades acometidas ao ISEP, bem como a elaboração do balanço das privatizações efectuadas até Dezembro de 2008.

No quadro da reestruturação das empresas públicas estratégicas e dos sectores que constituem reservas do Estado, foram nomeados igualmente novos conselhos de administração da operadora de telecomunicações, Angola Telecom, e da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), que agora passam a ser liderados por Feliciano António e Leonídio Gustavo Ferreira de Ceita, respectivamente.

Para o economista Francisco Silva, a reestruturação das empresas públicas consiste na adopção de medidas económicas e administrativas modernas com vista a potenciá-las para o seu verdadeiro papel económico na sociedade.

"Acredito que não existe outra saída senão este processo de reestruturação, pois grande parte das empresas públicas tem estrutura administrativa muito pesada, força de trabalho excessiva e, na maior parte das vezes, não qualificada que tem como consequências a baixa de produtividade", analisou.

Estudo propõe privatizações em larga escala

1.3 Presença do Estado na economia é necessária

Expansão

De 2 de Abril de 2010

Que custos a intervenção do Estado no sector empresarial acarreta para a economia?

A intervenção do Estado na economia foi sempre uma questão que dividiu cientistas e políticos. Para uns, a intervenção do Estado na economia deturpa o normal funcionamento do mercado e para outros é necessária a intervenção do Estado para regular as deficiências do

mercado, tornando-o mais social e mais humano. Olhando para a história económica contemporânea, a conciliação entre uma posição e outra é a que melhores resultados demonstrou. Nas condições actuais da nossa economia, em que o período de transição para a economia de mercado foi excessivamente longo, as relações de propriedade não foram totalmente restabelecidas. O empresariado privado é latente e tímido, daí haver a necessidade da intervenção do Estado na economia

Mas há quem defenda que essa envolvimento do Estado pode produzir exactamente o efeito de reprimir o desenvolvimento do sector privado.

No caso concreto da economia angolana, desprovida de toda a sua infra-estrutura produtiva e de serviços (parque industrial destruído, vias de comunicações destruídas, falta de capital para aliciar o investimento, etc.), a presença do Estado na vida económica ainda é necessária, pois ele é, neste momento, o principal investidor e o motor do crescimento económico. Basta nos lembrarmos do período após a segunda guerra mundial em que os estados europeus foram os principais catalisadores para a reconstrução.

Olhemos para o caso da "indústria. Há uma série de exemplos de empresas a nível deste sector que se encontram paralisadas justamente porque o Estado não investe nelas. Não acha que a privatização seria o caminho?

Não concordo que a intervenção do Estado no sector industrial tenha provocado a paralisação do mesmo, nem tão pouco que a privatização seja a solução. Isto parece-me insinuar que existe aqui uma competição entre o Estado e o sector industrial, o que não é verdade. A presença do Estado, neste segmento, vai no sentido de obter uma adequada complementaridade entre os dois sectores, como sujeitos económicos ou sujeitos de mercado. Não menos importante é que, durante muito tempo, não foram feitos investimentos na economia por falta de poupança interna (individual ou estatal) para criar capital, pelas políticas estruturais pouco claras e pelos longos anos de guerra a que o País esteve submetido. Privatizar significa a venda de uma empresa ou instituição pública ao sector privado, o que não significa, necessariamente, o bom funcionamento, apresentando maior produtividade do que uma empresa pública.

A privatização não seria vantajosa, tendo em conta ao actual estágio de desenvolvimento da economia?

Privatizar ainda não é sinónimo do aumento da produtividade, da eficiência ou da transparência, pois há exemplos de empresas públicas que passaram para a propriedade privada e continuam inactivas. Existem também empresas públicas que demonstram boa

organização e saúde financeiras, altos índices de produtividade, boa gestão dos recursos humanos, aspectos considerados fundamentais para a privatização de uma empresa.

As Parcerias Público Privadas seriam uma opção? Não devemos confundir as Parcerias Público Privadas (PPP) com as privatizações, porque estas são uma transição de propriedade, ao passo que as PPP são as diversas formas de envolvimento de sujeitos económicos privados em actividades, projectos ou investimentos de interesse público, cuja finalidade é o aumento da eficiência na afectação dos recursos públicos e a melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços.

O Governo anunciou a reestruturação das empresas públicas estratégicas. Como entende este processo e que vantagens o mesmo poderá trazer para o funcionamento destas empresas?

A reestruturação das empresas públicas consiste na adopção de medidas económicas e administrativas modernas, com vista a potenciá-las para o seu verdadeiro papel económico na sociedade. São pontos fulcrais a revisão da política dos recursos humanos, a organização da contabilidade, o saneamento financeiro, a mudança dos gestores, etc. Acredito que não existe outra saída senão este processo, porque grande parte das empresas públicas tem estrutura administrativa muito pesada, força de trabalho excessiva e, na maior parte, não qualificada. No geral, a contabilidade dessas empresas não é organizada, o sistema de informação é ineficiente e tem como consequências a baixa de produtividade. O desperdício e a nomeação dos gestores não têm em conta os resultados económicos da empresa.

Como encara a questão das subvenções suportadas pelo Estado, face à reestruturação do sector empresarial público?

As subvenções excessivas são um grande mal para qualquer economia, mas no contexto angolano actual assiste-se a um grande paradoxo: o Estado não pode deixar de subvencionar, sob pena de tornar lento o ritmo de funcionamento do sector e pelo facto de as desigualdades de produtividade entre algumas empresas nacionais serem muito grandes. Para este momento, as subvenções são um mal necessário, mas não para todos os sectores.

Há serviços fornecidos pelo Estado, como a água e energia, cujas cobranças são entendidas, na generalidade, como sendo tímidas. Que implicações esta situação acarreta para o próprio Estado?

O Estado não tem outra saída senão pagar esta pesada

factura, porque a maior parte dos beneficiários destes produtos é a população desprovida de meios para custear as despesas como a água e a energia. O que acho compreensível é a contínua política de investimentos estatais nessas áreas para que, a médio prazo, se possa diminuir este peso para a economia. Devo dizer que a economia angolana ainda suporta sequelas de um passado recente, obrigando a que tudo tenha de ser feito de novo e exigindo, por conseguinte, de todos nós o maior esforço. Uma economia doente, destruída na sua totalidade durante vários anos, não pode ser transformada em saudável do dia para a noite.

1.4 A nossa estrutura económica ainda necessita de melhorar"

Semanário Económico

De 8 de Abril de 2010

Durante os últimos oito anos, a nossa economia sofreu uma considerável evolução, fruto do restabelecimento da paz e de uma conjuntura internacional favorável, pelo menos até ao ano de 2008. Desde 2003, e até 2008, o Produto Interno Bruto de Angola cresceu 2,25 vezes, ou seja, mais do que duplicou. Isto corresponde a uma taxa média de crescimento anual de 14,4%. Em termos per-capita, passamos dos 959 dólares para 4961 dólares, logo um incremento de mais de 5 vezes.

Este crescimento não pode ser visto como um milagre, uma vez que não conseguimos retirar a maior parte da população da pobreza. É sabido que acima de 70% da nossa população vive abaixo do limiar da pobreza, e perto de 40% está em pobreza extrema. Por isso, devemos olhar sempre com muito cuidado para os indicadores globais, como, por exemplo, o crescimento do PIE.

A distribuição da riqueza em Angola é demasiado injusta, o que é atestado pelo Índice de Gini. Este indicador mede o nível de exclusão dos benefícios sociais. O nosso índice de exclusão é demasiado elevado. Quando isso sucede, criam-se handicaps ao desenvolvimento sustentável. Podemos estar a crescer economicamente, mas não nos estamos a desenvolver.

A nossa estrutura económica ainda necessita de melhorar, pois, ainda dependemos muito do sector mineral da economia. A economia mineral tem um peso de mais de 50% na formação do PIE. O que quer dizer que os restantes sectores, agricultura, indústria e serviços pesam o resto. Isto lança suspeitas e dúvidas sobre a consistência da presente estabilização macroeconómica. Veja-se que, por exemplo, para o ano de 2009 se previa inicialmente um crescimento do PIE na ordem dos 12%. Contudo, constatou-se que a economia quase não cresceu. Mantemos indicadores sociais muito maus. A esperança de vida é inferior

à da média da SADC. O acesso ao saneamento básico é ainda diminuto. Temos um nível elevado de analfabetismo entre os adultos e elevadas taxas de mortalidade materna e infantil. Por isso, o nosso Índice de Desenvolvimento Humano é pequeno. Com o eclodir da crise internacional, ficamos numa situação mais frágil, dado que ela teve um forte impacto sobre nós. Os dois últimos anos são para esquecer. Ou melhor, são para lembrar, no sentido de que ficou bem vincada a nossa dependência da economia internacional, quer para o bem, quer para o mal.

1.5 Continuamos a ter uma economia bastante vulnerável"

Semanário Económico

De 8 de Abril de 2010

Ao longo dos oito anos, a economia angolana tem apresentado uma performance. Entretanto, na minha análise, destas conquistas obtidas três merecem amplo destaque: estabilidade da moeda, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a credibilidade externa, que fundamentalmente ocorre pelo efeito positivo dos dois primeiros factores inicialmente apontados. A condução de forma eficiente da política monetária levou a um considerável grau de estabilidade e, por conseguinte, a restituição da confiança na moeda nacional como meio de pagamento e reserva de valor e, fundamentalmente, na estabilidade dos preços em função da queda abrupta da inflação de um patamar de 105,61 % em 2002 para os níveis actuais, em torno de dois dígitos (em média de 10% ao ano). A redução da inflação é relevante porque, com ela, a sociedade deixa de ter o "imposto inflacionário". Angola é um país composto por uma população com renda bastante heterogénia, onde a economia informal é o meio de aquisição de bens, e de alta empregabilidade (de onde segundo o MAPESS, cerca de 73% da população de Luanda obtém a sua subsistência). A taxa de crescimento do PIB (de 15% em média ao longo do período), não obstante fortemente sustentado pelo sector mineiro (petróleo e diamantes), não deve ser negligenciando a indústria não mineira, pela seguinte razão: a indústria mineira, com maior ênfase para o sector petrolífero é um sector de capital-intensivo, portanto, com a baixa demanda de mão-de-obra. Contudo, é geradora de riqueza, ao passo que a indústria não mineira, na sua essência, é trabalho intensivo, portanto geradora de emprego. Cabe realçar que a indústria não mineira em Angola, por força das circunstâncias, é sustentada pela construção civil, um sector que possui uma vasta cadeia de empregos a montante e a jusante. Contribui favoravelmente também para os patamares de crescimentos do PIB o

crescimento do mercado financeiro. Ou seja, o crescimento do crédito concedido à economia apresentou um aumento global de 75% face a 2006 e de 81 % do crédito a economia concedido em 2007. A combinação de eventos favoráveis como a elevação do preço do petróleo no mercado internacional e a obtenção de créditos externos elevaram a liquidez em moeda externa, melhoraram o nível de reservas cambiais do país, mantendo a estabilidade da taxa de câmbio, reduziu o efeito pass-through (reparasse dos custos decorrente da variação cambial aos preços domésticos) e, por conseguinte, permitiu a amortização de compromissos vencidos e a redução da percepção de risco dos investidores externos. Continuamos a ter uma economia ainda bastante vulnerável a choques externos adversos. Existe alta dependência do mercado externo, a pauta de exportação é pouco diversificável, o Estado continua

1.6 Agentes percorrem o país para o combate à pobreza

Jornal de Angola ,

10 de Abril de 2010

Técnicos dos ministérios da Administração do Território, do Planeamento, do Comércio e da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas trabalham, desde quarta-feira, na cidade do Huambo, na recolha de opiniões para o programa integrado de desenvolvimento rural e de combate à pobreza.

A equipa é composta por membros do governo provincial, representantes das igrejas e da sociedade civil do Planalto Central.

O chefe do grupo técnico, António Goma, esclareceu que, por iniciativa do Governo, o programa vai ser desenvolvido nos 164 municípios do país, tendo em vista a recolha de opiniões para definir as debilidades de cada um deles e das comunas nos sectores da educação, saúde, agricultura, construção e as condições sociais da juventude e das crianças.

Esta iniciativa do Governo, que visa o combate à pobreza, à miséria e à fome, culmina com a elaboração de programas com projectos viáveis para o desenvolvimento de cada município e comuna para o progresso estratégico do país, frisou.

António Goma referiu a necessidade de se fazer um diagnóstico participativo integrado a nível dos municípios, por constituir o eixo central do projecto, que pretende racionalizar recursos económicos da província do Huambo

1.7 A procura é muito elevado e o acesso ao crédito é deficitário

Semanário Económico

De 15 de Abril de 2010

As taxas de juros estão muito elevadas, mesmo se tivermos em conta a actual taxa de inflação, e isso resulta em muito da reduzida concorrência interbancária, onde a oferta de meios de financiamento é muito inferior à procura. Sendo assim, os bancos mantêm essas taxas com grande conforto e lucros elevados para eles.

A procura é muito superior e, por isso, o acesso ao crédito bancário, além de um preço elevado, é ainda difícil por factores exógenos como é o caso de a fraca capacidade da maioria das PME- Pequenas e Médias Empresas poder prestar garantias. Pois, elas maioritariamente não têm acumulação de capital, nem possuem bens patrimoniais. Sem estes bens e, porque regra geral, as instalações por si utilizadas, embora sob sua gestão, não são por si tituladas e como tal não podem ser dadas como garantias aos bancos, estes, por sua vez, não podem financiar para não correrem altos riscos.

Outra limitante é o facto de, na maioria dos casos, os bancos exigirem estudos de viabilidade. Embora possam ser projectos de real valia, os empresários sem recursos não conseguem suprir essa exigência. Pois, esses estudos têm custos elevados e, não havendo muita confiança na decisão do banco depois da sua apresentação, muitos deles envolvem a promessa de decisão com métodos burocratizantes.

Perante esse risco de não virem a ser financiados depois de desembolsarem os valores, os empresários optam por não o realizar, pois a acontecer tal constrangimento ele acarretaria a sua descapitalização, pondo assim em risco a continuidade da sua própria actividade.

A debilidade ou mesmo a inexistência de contabilidade em muitas empresas é outra limitante. Pois, sem a apresentação dos relatórios e contas, os bancos não conseguem ter uma visão da saúde financeira da empresa e, como tal, recusam a financiar. Neste caso, o empresário pode ter feito um esforço para apresentar as contas, mas em geral são lhe exigidos os balanços de três anos. Se ele só tem de um ou dois de actividade, os bancários (funcionários) fazem "orelha moca" e perante as insistências desesperadas do seu próprio cliente referem: "tem de ser mesmo de três anos; são ordens da administração" (banqueiros). Assim, o empresário tem de adiar os seus projectos ou o reforço dos seus negócios.

Outra limitante é o facto de os bancos não terem suficiente confiança em processos de execução judicial

para a recuperação de créditos mal parados, quando o beneficiário não honra as suas obrigações de retorno do capital ao banco, dadas ainda algumas dificuldades e lentidão processuais do nosso sistema de justiça.

Na verdade, a economia está refém do sistema creditício e com juros tão altos é evidente que, mesmo podendo dar garantias, os empresários fogem do crédito bancário como o diabo foge da cruz".

1.8 Programa de comércio rural abrange milhares de famílias

Jornal de Angola

De 15 de Abril de 2010

Mais de 60 mil famílias das zonas rurais da província do Huambo vão beneficiar, a partir do segundo semestre deste ano, da primeira fase do programa de promoção do comércio rural, com vista ao combate à fome e à pobreza na região do Planalto Central.

O objectivo é facilitar a comercialização de produtos agrícolas nas zonas rurais e criar um suporte financeiro às empresas de produção familiar, para facilitar o seu escoamento para os principais mercados dos centros urbanos.

De acordo com a directora provincial do Comércio, Hotelaria e Turismo, Idalina Samessele, a primeira fase do programa vai beneficiar os municípios do Bailundo, Mungo, Londuimbali, Caála e Ukuma. "O programa de promoção do comércio rural resulta de uma orientação do Governo e foi aprovado pelo Conselho de Ministros em Abril de 2009. Surge para facilitar o sistema de comercialização organizado nas áreas rurais", esclareceu a governante. Até agora, segundo explicou, os factores limitativos para o incentivo da produção agrícola dos camponeses têm sido a fraca comercialização dos produtos e as dificuldades que encontram para o seu escoamento.

Idalina Samessele disse que para a implementação do programa foi criado um grupo de técnicos, coordenado pela direcção provincial do Comércio, no sentido de levar a cabo seminários nos municípios seleccionados, com o objectivo de se proceder ao levantamento das lojas existentes e das que estão por reabilitar.

Requalificação da periferia

O responsável da brigada do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Huambo, Andrade Moreira Bahu, disse, na segunda-feira, que as zonas periféricas da cidade do Huambo, assoladas pelo conflito armado, vão ser requalificadas, com a reposição dos campos devastados.

Andrade Moreira disse que já foram plantadas mais de dez mil árvores na província, nos perímetros florestais do Sanguengue, Alto

Chiumbo, zonas exploradas por algumas empresas

privadas e pela população para a produção de carvão. O Instituto de Desenvolvimento Florestal tem aplicado multas pesadas a pessoas que praticam actos de desflorestação, mas Andrade Moreira pediu maior intervenção e envolvimento de outras instituições da sociedade, para se erradicar definitivamente a exploração anárquica das florestas.

Afirmou ainda que o Instituto de Desenvolvimento Florestal, o Ministério do Ambiente e a administração local têm desenvolvido actividades de reflorestação das zonas afectadas e palestras de sensibilização sobre a importância da preservação do meio ambiente, no seio das comunidades rurais.

Para este ano, segundo adiantou, projecto de reflorestação ambiental vai prosseguir em toda a província, ao mesmo tempo que vai ser implantada a futura produção de energia de biomassa, o que vai criar muitos empregos aos jovens.

1.9 Temos uma das taxas de Juros mais alta do mundo

Semanário Económico

De 15 de Abril de 2010

As taxas de juros que os bancos comerciais praticam, em primeiro lugar, servem para rentabilizar os bancos em detrimento do crescimento da própria economia. As taxas são muito elevadas, o que tornam muito elevados os custos de um investimento. Normalmente, quando as taxas de juros são baixas há mais fontes de investimentos no país. Quando são mais baixas há menos volume de investimento. Quer dizer que as taxas de juros são muito especulativas. Não são realistas perante as necessidades no país. São muito elevadas.

A implicação é que o volume de crescimento não vai ser tão grande, depois é que a situação da própria economia fica muito limitada. O que nós vimos é que mesmo a política de pobreza e da redução de desemprego não se fazem sentir, porque há pouca vontade, há pouco incentivo ou estímulo para a criação de emprego, o que desacelera o crescimento. Quer dizer, se não tivéssemos uma taxa de juros tão alta, provavelmente teríamos visto maior crescimento desta economia, mas com essa taxa é obvio que não se consegue fazer crescimento.

As elevadas taxas de juros podem, com certeza, atrapalhar o processo da diversificação da economia no país. Por isso é que

o Estado tem encontrado obstáculos, porque diversificar a economia significa menos a participação do Estado e mais participação do privado. Portanto, com uma taxa de juros tão alta, há pouca diversificação da economia.

Os bancos alegam que a alta de taxa de juros é a única

forma de terem garantias e segurança em relação aos tomadores de créditos. Mas eu acho também que há uma certa lentidão ou uma certa culpa do banco central. O Banco Central (o BNA) deveria apoiar ou disciplinar o mercado de uma outra forma, porque a taxa de juros normalmente é estipulada pelos bancos centrais, e varia de 0 a um certo limite. Eu acho que se os bancos comerciais praticam essa taxa de juros e não são repreendidos pelo BNA, quer dizer que isso conta com a cumplicidade do banco central, o que contraria a sua finalidade que é a de estabilizar a economia.

Há um cenário interessante. Os bancos vão comprar este sistema de capital lá fora a uma taxa de juro baixa. Na Europa, a taxa de juros está a 0,5 pontos percentuais e vem vender aqui em Angola entre 20 e 30 por cento. Daí a especulação massiva por parte dos bancos

Hoje, temos uma das taxas de juros mais altas do mundo susceptível de crescer, enquanto os países ricos têm as taxas de juros mais baixas. Portanto, é um paradoxo. É preciso que haja uma intervenção do Estado no crescimento da economia para ver se consegue reduzir os custos daqueles que tomam crédito.

7.10 Alta de taxas de inibe o consumo"

Semanário Económico

De 15 de Abril de 2010

Que as taxas de juros em Angola são altas, quer em termos nominais quer em termos reais, isso é um consenso entre economistas, mercado e autoridade monetária.

No entanto, o que se busca é entender a génese explicativa e os efeitos perversos que a manutenção das taxas implica sobre o desempenho da economia. As taxas de juros praticadas actualmente no mercado financeiro angolano têm como pano de fundo o passado não muito distante, de um histórico de Hiperinflação, por um lado, e do comportamento a nível do mercado, por outro lado.

Num passado recente, o banco central angolano (BNA) dispunha como mecanismo mais eficiente de controlo do excesso de liquidez na economia a taxa de juros (hoje ainda é um dos mais eficientes), porque outros meios de controlo do excesso de liquidez na economia como os títulos, por exemplo, exigiam pressupostos que a economia não oferecia.

O recolhimento compulsório teria um efeito praticamente insignificante, devido ao peso do mercado financeiro na economia. Entretanto, neste íterim, um aspecto gerava preocupação: a taxa de crescimento dos meios monetários em circulação na economia, fundamentalmente aquele que escapa ao controlo do

BNA, exigia dos agentes elevadas taxas de juros que estimulassem uma relativa renúncia à liquidez por parte das famílias e, deste modo, forçar um relativo equilíbrio entre a disponibilidade de bens e serviços face à disponibilidade de recursos em circulação na economia. No cenário actual, os argumentos, embora ainda tragam na memória a chamada inércia inflacionária (efeitos de choques como desvalorização cambial com transmissão sobre os preços domésticos ou movimentos ascendentes de preços que não se dissipam sendo, portanto incorporados também, aos preços domésticos), o que os economicistas chamam de presença de raiz unitária.

São vários os argumentos que explicam os patamares das taxas de juros que vigoram no mercado. O risco de inadimplência no mercado de crédito, por falta de uma estrutura de base de dados fiável e que forneça informações sobre os tomadores, explica substancialmente o spread bancário em função da assimetria de informações entre os credores e os tomadores de recursos. Entretanto, se a razão primária da manutenção das taxas de juros nos patamares actuais são essenciais para o controlo inflacionário, por outro lado, a taxa de juros tem um efeito perverso, por afectar tanto o lado da demanda quanto o lado da oferta. Ou seja, é um meio que simultaneamente inibe o consumo (em função da renúncia de liquidez dos agentes) e consequentemente desestimula o crescimento económico, devido ao custo de capital. Este conjunto de factores gere a levados constrangimentos económicos na medida em que condicionam o grau de crescimento e, consequentemente, o processo de diversificação económica que Angola almeja como estratégia de relançamento da economia.

1.11 As taxas de juros são proibitivas

Semanário Económico

De 15 de Abril de 2010

As taxas de juros aplicadas a nível dos bancos são as possíveis de serem praticadas, em função da restrição económica e financeira que se faz sentir a nível económico. Pois, os bancos comerciais em Angola não fogem a essa perspectiva. Mas de qualquer forma, faço observar às empresas que recorrem a este meio que isto pode dar um arranque as suas actividades. Elas (as taxas de juros) são quase que proibitivas porque qualquer empresa hoje que pague 20 a 22 por cento em juros tem coerções nos serviços a prestar ou nos produtos a oferecer à economia. Naturalmente, em função disso, torna quase que proibitiva a prática deste tipo de taxa ou a absorção deste tipo de taxas. Em Angola, os

bancos comerciais estão a praticar taxas impossíveis de serem absorvidas pelo mercado.

As elevadas taxas de juros já estão a atrasar o processo da diversificação da economia, porque, neste momento, são poucas as empresas que estão a tomar financiamento dos bancos. Apesar de os bancos dizerem que estão a financiar, na prática, estes financiamentos não são concedidos, porque os bancos não estão capacitados para fazê-lo. Por isso, é que em Angola as taxas de juros são muito elevadas.

A escassez de valores e a insegurança que os financeiros têm junto do mercado fazem com que a taxa de juro seja muito elevada. Os operadores, como não têm grande capacidade de resposta na aquisição de valor junto do banco, porque os negócios acusam uma certa quebra, retratam-se e elevam as taxas a este nível.

Entre dois e 20 por cento sobre o valor a ser financiado é uma taxa que desencoraja qualquer investidor e, se o fizer, corre o risco de não conseguir pagar este valor ao banco.

Há falta de mais investimentos em Angola, porque quase ninguém recorre à banca e, em face disso, há muitos projectos parados. Já tive muita dificuldade para o acesso ao crédito. Há sempre dificuldade na concessão do crédito.

Não podemos comparar a nossa taxa de juros a dos países como Brasil, Portugal ou mesmo com dos PALOP, porque neste momento Angola tem a taxa de juros mais alta, quer a nível da Europa quer a nível de África.

Os nossos bancos estão a praticar a taxa de juros mais alta do mundo, cerca de 22 por cento. Isto deve-se ao facto de os bancos não estarem com grande capacidade financeira. Os nossos bancos dependem dos bancos credores internacionais e, como muitas dessas instituições decretaram falência, há pouco dinheiro para introduzir no mercado. Não se justificam tais taxas, mas é a realidade do mercado e temos de cumprir.

1.12 Direitos, emprego e segurança social para mulheres e homens idosos

Terra angolana

De 17 de Abril à 01 de Maio de 2010

A discriminação dos mais velhos e o abuso dos Idosos ao questões que preocupam as famílias e a sociedade. É, contudo, fundamental, que o governo Valorize, promova e acautele a sustentabilidade financeira dos sistemas de protecção social, com vista a encontrar e desenvolver formas de garantir cuidados e condições de vida aos seus membros trabalhadores mais velhos, e de se mobilizar para a prestação de assistência a saúde,

habitação condigna e de outros serviços constatamos na sociedade situações extremamente lamentáveis de mais velhos, idosos, que trabalharam longos anos para instituições do Governo e hoje deixados sós a lutar pela vida. É o caso de Jerónimo Kandumbo de 83 anos de idade, trabalhador do Instituto do Café de Angola, reformado.

"Trabalhei no Instituto de Café de Angola como operador de máquinas desde 1966 até Novembro de 1991 quando fiquei reformado. Recebo como ajuda 13.500 Kz. É o que tenho para sustentar a minha vida e da minha esposa. E quando vamos ao Banco não recebe todo dinheiro porque descontam não sei porquê. É só aceitar e ficar calado".

Jerónimo Kandumbo em nada vê recompensado o seu esforço por longos e árduos anos de trabalho no I.C.A., lamentou: "Durante 25 anos nunca faltei no trabalho nem por doença porque nunca adoeci graças a Deus. Pode ir consultar os registos do ICA e não vai encontrar falta do Jerónimo nem nenhum processo disciplinar. Muitos meus colegas já faleceram mas ainda esta com vida no Sambizanga Casemiro Yekenda e o Abe1 Salembé".

O nosso interlocutor vive numa casa deixada por um português em 1975. "O patrão do tempo colonial disse que nós vamos embora. Jerónimo fica aqui e toma conta e quando eu vier é que vocês vão sair. Estou aqui com a minha esposa, nunca saímos. A empresa nunca me deu casa, nunca".

Disse a concluir o mais velho Jerónimo Kandumbo, lamentando o estado horripilante de abandono pelo I.C.A, com a irrisória e humilhante mensalidade, depois de 25 anos a dar no duro, sol-a-sol, com o trabalho sempre a recusar a pausa.

Este reportagem mostra que cada vez mais, em Angola, as pessoas mais velhas mesmo as de saúde debilitada não têm outra opção senão continuar a trabalhar até uma idade muito avançada, até mesmo ao limite das suas vidas, por não terem direito a uma pensão de reforma condigna ou a quaisquer prestações de reforma que lhes permitam fazer face ao custo de vida.

Actualmente, mesmo os trabalhadores e trabalhadoras que pertencem à minoria que tem direito a uma pensão de reforma receiam que a sua pensão, cada vez mais reduzida, deixe de ser suficiente para suprir as suas necessidades e fazer face ao custo de vida, com o passar dos anos.

1.13 Agricultura urbana ajuda segurança alimentar

Jornal de Angola

De 24 de Abril de 2010

O cultivo de algumas espécies agrícolas nas zonas urbanas foi definido pelos especialistas em questões agrárias como uma alternativa para garantir a segurança alimentar e minimizar os efeitos da fome e da pobreza das famílias nas cidades.

Esta abordagem foi feita num seminário internacional subordinado ao tema "Agricultura urbana e segurança alimentar", que juntou, quarta-feira, na cidade do Lubango, técnicos portugueses e activistas de Organizações da Sociedade Civil.

O seminário, promovido pela administração municipal do Lubango, em parceria com a Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiental (ADRA), visou encontrar soluções para despertar as famílias em extrema pobreza sobre a importância desta actividade.

Durante o seminário foram abordados temas como "agricultura urbana, segurança alimentar e acesso à terra nos centros urbanos", "agricultura urbana, da teoria à prática", "contributo da educação para o desenvolvimento da agricultura urbana sustentável" e "gestão da água e da matéria orgânica em agricultura urbana".

O representante da administração municipal do Lubango para o sector da agricultura, Francisco da Silva, disse que o seminário foi proveitoso, na medida em que permitiu colher experiências para implementar o projecto da agricultura urbana.

Francisco da Silva informou que no âmbito das novas urbanizações a administração do Lubango está a atribuir parcelas de terrenos, com mil metros quadrados, de forma que as famílias tenham espaço para construir a moradia, fazer uma horta e criar animais de pequeno porte.

A nível da sede da província da Huíla temos terras, clima favorável, água para que as populações possam praticar agricultura urbana e assegurar o fornecimento de hortícolas e frutícolas, sublinhou.

O seminário contou com o contributo de professores da Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC), Centro de Estudos em Recursos Naturais, Ambientais e Sociedade (CERNAS) e Associação para o Desenvolvimento e Cooperação (ACTUAR).

Vantagens

Para a representante da ADRA na Huíla, Maria Soma, a agricultura urbana traz grandes vantagens no acesso aos produtos vegetais, melhoria da dieta alimentar das famílias e criação de espaços verdes.

"A questão ambiental I, o reordenamento do espaço, a criação dos espaços verdes e utilização de resíduos orgânicos para adubação, que é fundamental para o ambiente, são outras vantagens", disse.

Frisou que, há um tempo atrás, a couve, repolho, alface, cebola, cenoura, alho, tomate e outros produtos consumidos nos centros urbanos eram produzidos pelas famílias nas suas hortas, mas hoje esta prática está a

desaparecer, por isso urge reactivá-lo.

Maria Soma, que facilitou o tema " agricultura urbanística em Angola", disse que esta prática contribuiu para a produção de alimentos em quantidade e qualidade e a criação da cintura verde, que garantem equilíbrio do meio ambiente.

1.14 Governo impõe aumento salarial

O País

De 30 de Abril de 2010

O último aumento salarial à função pública promovido pelo Governo, anunciado na quarta-feira pelo Ministro de Estado da Coordenação Económica, Manuel Nunes, resulta de acto de imposição do Governo, garantiram as duas maiores forças sindicais angolanas, União dos Trabalhadores de Angola - Central Sindical (UNTA- CS) e a Central Geral dos Sindicatos Independentes de Angola (CGSILA), quando contactadas pelo O PAÍS

De igual modo os representantes das duas forças sindicais discordam do valor do aumento supostamente imposto pelo Estado angolano, porque não corresponde ao verdadeiro quadro social dos trabalhadores da função pública que é caracterizado pelo baixo poder de compra.

O Secretário executivo do CGSILA Francisco Jacinto, quando abordado pela nossa reportagem, apressou-se a desmentir que a decisão tomada pelo Executivo foi alvo de consulta dos seus principais parceiros sociais, neste caso os sindicatos, dizendo:

"Rejeitamos que houve qualquer negociação ou diálogo com nosso sindicato em volta do novo aumento salarial"

Para Francisco Jacinto, a decisão do Governo não respeitou o que tinha sido acordado no Conselho de Concertação Social, órgão que era presidido pelo então primeiro-ministro, Paulo Kassoma, que estabelece que o aumento salarial deve ser em função da inflação esperada em cada ano.

O CGSILA lembra que no decorrer do ano passado, a inflação esperada esteve na ordem dos 12,5 por cento, enquanto para 2010 os prognósticos apontam para uma inflação na ordem dos 13,5 por cento, razão pela qual aquela força sindical conclui que o aumento seria na ordem dos 27 por cento, isso porque o Executivo anterior não procedeu ao aumento devido à crise financeira. Por outro lado, aquele sindicalista, disse ao nosso Jornal que decisões como tal devem ser consensuais, defendendo que primeiro são geralmente discutidas no Conselho de Concertação Social do Governo, órgão que era presidido pelo primeiro ministro, Paulo Kassoma, razão pela qual desconhece a situação de facto desse órgão.

" Um ano antes da extinção do cargo do primeiro-ministro, já não tínhamos reunião do Conselho de Concertação Social", lembrou Francisco Jacinto.

O CGSILA entende que o aumento de 5,4 por cento avançado pelo Governo, não vai de forma alguma repor o poder de compra dos trabalhadores da função pública, devido à depreciação da moeda nacional nos últimos tempos, concluindo que a situação não provocaria tanto alarido caso no ano passado o Governo procedesse ao aumento.

Enquanto isso, o secretário-geral da UNTA-CS Manuel Viage, disse que a decisão do Governo foi comunicada ao representante daquela força sindical um dia antes de o Governo vir publicamente anunciar a respectiva medida no acto que serviu de balanço dos cem primeiros dias de governação na quarta - feira.

"Não se pode confundir anúncio ou explicação concedida pelo Governo aos sindicatos do aumento salarial com negociação" concluiu aquele líder sindical.

Por outro lado a UNTA-CS quer entender os meandros que levou o Executivo optar pelo aumento de 5,4 por cento, questionando por isso se a medida foi alvo de algum estudo sobre o assunto, porém a sua posição converge com opinião do CGSILA, que defende que o aumento ideal para a função pública em função da inflação seria na ordem dos 27 por cento.

O aumento salarial é uma jogada de antevisão do executivo que pretende minimizar os efeitos da marcha de protesto que as forças sindicais centrais pretendem levar a cabo no sábado para assinalar o Dia do Trabalhador, acto que servirá para tornar conhecida a posição oficial da UNTACS, conclui Manuel Viage.

1.15 Economia angolana cresce 7,1%

O País

De 30 de Abril de 2010

A economia angolana deverá crescer 7,1% este ano e 8,3% em 2011, de acordo com as estimativas feitas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) no seu World Economic Outlook relativo ao mês de Abril. A projecção do FMI para o ritmo de crescimento do produto interno bruto (PIE) nacional a médio prazo (2015) é mais moderada: 4,5%. O Fundo insiste em que o PIE angolano registou uma variação negativa no último ano (-0,4%) mas partilha uma perspectiva optimista quanto ao futuro a curto e médio prazo, classificando Angola como um "credor líquido" na análise que faz dos diferentes países quanto à sua posição face ao exterior.

O saldo da balança de transacções correntes em percentagem do PIB é francamente positivo no caso da economia angolana, registando uma variação de 3,6%

no corrente ano e de 3,1% no próximo. Em 2015 cifrar-se-á em 2,8%, recuperando da quebra verificada no último ano (-3,3%) e contrastando com as projecções efectuadas para o conjunto da África subsaariana (-1,7% em 2010, -2,0% em 2011 e -1,4% em 2015). Refira-se que também as economias mais avançadas irão registar, segundo o documento, variações negativas na evolução dos seus saldos correntes em percentagem do produto interno: -0,4%, -0,5% e -0,7% respectivamente em 2010, 2011 e 2015. De acordo com as projecções do FMI o nível de preços no consumidor, ou seja, a inflação média aferida em termos anuais, atingirá, no nosso país, os 15% este ano, recuando em 2011 para os 9,8%. No seu todo, a economia mundial irá crescer 4,25% em 2010 e 2011, estimativa que traduz uma clara recuperação face à quebra de 0,5% registada em 2010. "A retoma global superou as expectativas, refere o World Economic Outlook, embora revista diferentes velocidades - mostra-se ainda tépida em muitas economias avançadas mas afigura-se sólida na maior parte das economias emergentes". Na verdade, apesar de as chamadas economias mais desenvolvidas darem sinais de recuperação da quebra de 3 % no seu produto registada em 2009, o certo é que, segundo as estimativas do FMI, irão crescer a um ritmo que fica muito aquém daquele que é esperado para a economia global: 2,25% este ano e 2,5% no próximo. O FMI reconhece que as medidas assumidas pelos governos, designadamente os estímulos fiscais e as políticas monetárias fortemente expansionistas, foram essenciais para o arranque da recuperação e que, entre as designadas economias avançadas, os Estados Unidos se encontram numa posição mais favorável que a Europa e o Japão, mas chama a atenção para o facto de o acesso ao [manejamento ser agora mais difícil que antes de a crise irromper e adverte que os défices excessivos gerados e a ausência de estratégias de consolidação orçamental claras a médio e longo prazo pode criar sérios embaraços aos custos de financiamento tanto nas economias desenvolvidas como nos mercados emergentes.

O FMI considera que a África subsaariana, mau grado as principais economias exportadoras de comandites, nomeadamente petróleo, como é o caso de Angola, terem sido severamente atingidas pela forte contracção da procura internacional, "resistiu bem à crise global", logrando mesmo atingir, no seu conjunto, um crescimento de 2% no último ano, pelo que a recuperação deverá revestir um ritmo superior ao verificado no passado, quando teve de recuperar de fases recessivas na economia mundial. A África subsaariana, no seu conjunto, deverá averbar, segundo o documento, um crescimento de 4,7% no corrente ano e atingir os 5,9% em 2011. No que toca, em particular, aos países exportadores de petróleo, cujos superavit

orçamentais foram duramente afectados pela quebra dos preços da matéria-prima, apesar do desempenho dos respectivos sectores não-petrolíferos ter contribuído, significativamente, para amortecer o impacto da quebra verificada nas receitas das exportações, a recuperação dos preços do "ouro negro" e a forte procura mundial da commodity vai elevar o crescimento das respectivas economias a 6% em 2010 e a 7% em 2011.

Mas há riscos. Os quais resultam, acima de tudo, da situação em que se encontram e do desempenho previsto para as economias mais avançadas. O FMI destaca três: o efeito negativo que um aumento exagerado do preço da energia poderá ter sobre o crescimento dos países importadores e os respectivos níveis de inflação, uma redução das ajudas bilaterais aos países que integram a África subsaariana, que apesar de tudo, se mantiveram estáveis durante a recessão, poderá agora vir a verificar-se face à quebra registada nas economias doadoras e, finalmente, a instabilidade política que afecta alguns países da África Ocidental poderá contaminar outras economias da região.

O FMI regista como muito positiva a adopção de políticas orçamentais anti-cíclicas pelos países da região durante a recessão, ao contrário do que sucedera no passado, mas vai avisando que se entra agora numa nova fase, marcada pela recuperação, que exige a substituição do objectivo de curto prazo virado para a estabilização pela adopção de uma perspectiva de médio e longo prazo que conceda a prioridade ao desenvolvimento económico, nomeadamente no que respeita à construção de infra-estruturas e à despesa a efectuar nas áreas da saúde e da educação.

2 MICROFINAÇAS

2.1 Importâncias das Cooperações de crédito

Semanário Económico

De 01 de Abril de 2010

Na sequência da abordagem sobre a questão do acesso ao crédito, que iniciei no último artigo de opinião, vou concentrar-me na análise da importância económica das cooperativas de crédito, a fim de completar a ideia relativa à capacidade destas em fomentarem um ambiente económico favorável ao acesso ao crédito pelos pequenos empreendedores.

É notório que o actual ambiente económico proporciona muitas oportunidades de negócio e que existe a preocupação de orientar os esforços para um desenvolvimento inclusivo das populações.

Face a esta constatação, o apoio governamental ao cooperativismo emana do entendimento de que o desenvolvimento de um país próspero depende, principalmente, do acesso ao crédito por parte dos cidadãos menos favorecidos e dos promotores de pequenos negócios.

Urge então dinamizar acções no âmbito da política de micro-crédito e micro-finanças que procurem facilitar e ampliar o acesso ao crédito aos micro empreendedores formais e informais visando a criação de emprego e rendimento; ampliar

o acesso aos serviços financeiros; reduzir o custo dos financiamentos; ampliar o número de agentes prestadores de serviços financeiros à população de baixa renda; disponibilizar produtos e serviços financeiros diversificados e adaptados à realidade socio-económica da população de baixa renda e dos micro-empreendedores formais e informais e, ainda, facilitar a aproximação das Instituições às populações.

As cooperativas de crédito podem, igualmente, aumentar as fontes de financiamento para o crédito popular e para o crédito produtivo destinado a micro empreendedoras e facilitar a constituição de instrumentos que reduzam a necessidade de garantias reais nos empréstimos destinados a micro empreendedores.

A lei nº BIOS de 30 de Setembro – Lei das Instituições Financeiras - define as Cooperativas de Crédito como sendo, "instituições financeiras não bancárias autorizadas a recolher depósitos dos seus associados e a realizar operações de crédito com os mesmos ...".

Esta definição limita a função da cooperativa de crédito a captação de poupança dos associados e a concessão

de crédito aos mesmos.

É quase nula a ênfase dos princípios de economia solidária que as deve caracterizar e que configuram a sua acção no fomento do empreendedorismo, desenvolvimento de negócios, concessão de avais e garantias de modo a permitir que os menos favorecidos possam também participar no processo de criação de emprego e de rendimento.

Para cumprirmos com êxito as actuais responsabilidades, na reconstrução e desenvolvimento do país, precisamos de um sistema de micro-finanças que contemple as cooperativas de crédito, os bancos cooperativos, com o suporte de um fundo de geração de emprego, que tenha por funções captar recursos financeiros de fontes internas e externas, providenciar os empreendedores com informação para abertura e gestão de negócios, elevar o nível de formação dos mesmos e dar a devida assistência creditícia.

O impacto económico do funcionamento das cooperativas de crédito seria o rápido fomento de novos negócios, o crescimento do emprego e dos rendimentos o aumento da oferta de bens e serviços e, ainda o aumento da taxa de sobrevivência das micro, pequenas e médias empresas.

Para dar uma ideia da importância das cooperativas, inclusive nas economias desenvolvidas, recordo que na Alemanha as cooperativas representam 20% do movimento bancário do país e têm 15 milhões de associados, na Holanda representam 90% da demanda financeira rural, nos EUA existem 12 mil cooperativas e 25 % dos cidadãos americanos são associados.

Na Europa, em 2000, 46% das instituições financeiras eram cooperativas de crédito que correspondiam a 15% da intermediação financeira. No Brasil, as cooperativas representam 2.26 % do crédito, 2.26 % do património líquido do sistema bancário e três milhões de pessoas são associadas.

Imagine-se, então, o impacto que teria na criação de emprego e de rendimento, se fomentarmos um sistema financeiro que abra as portas ao crédito a mais três milhões de angolanos.

2.2 Empresa Kixicrédito dá apoio a casais mais jovens e pobres

Jornal de Angola

De 9 de Abril de 2010

A sociedade anónima de micro finanças "Kixicrédito" emprestou, no ano passado, 23 milhões de dólares a dez mil cidadãos angolanos, na sua maioria jovens, contra os 15 milhões concedidos em 2008.

Em declarações à agência Angop, o director de operações do Kixicrédito, Laureano Gabriel Tchoia, referiu que o crédito contribuiu para auxiliar as famílias

no desenvolvimento de actividades geradoras de rendimentos, como comércio, produção (padaria, pastelaria) e prestação de serviços, como a recauchutagem. Laureano Gabriel Tchoia disse que a instituição existe há quatro anos, e tem 12 agências de financiamento, das quais cinco se situam em Luanda, três no Huambo, uma no Cuito (Bié), em Benguela, em Cabinda e no Soyo (Zaire), que emprestam no mínimo 100 dólares e no máximo 10 mil.

Quanto ao reembolso, realçou que dos dez milhões de dólares concedidos, 98 por cento do valor foi já pago, tendo informado que, em termos de quantias a conceder este ano, o conselho de administração tenciona definir e aprovar em breve a carteira de crédito para este ano. O Kixicrédito começou como um projecto de micro-finanças da organização não governamental canadiana Development Workshop (DW), mas hoje a iniciativa tornou-se independente da DW e foi transformada numa sociedade financeira não bancária, devido ao aumento de clientes e da necessidade de se adequar às leis que regulam as instituições financeiras.

A experiência piloto do Kixicrédito com a DW começou em 1999 no mercado do Roque Santeiro, município do Sambizanga. Hoje a DW responsabiliza-se apenas pela formação dos técnicos da sociedade e pela salvaguarda da missão social do Kixicrédito "servir os pobres".

2.3 Beneficiários dos créditos fazem reembolso irregular

Jornal de Angola

De 11 de Abril de 2010

Ao todo 40 por cento das quatro 0111 cooperativas, que receberam financiamento, desde 2007 até à presente data, no âmbito do projecto "Crédito Jovem", honram regularmente os seus compromissos com o banco credor, revelou, na sexta-feira, à Angop o chefe de departamento de protecção e participação da juventude do Ministério da Juventude e Desportos.

Constantino Mendes disse que 60 por cento dos devedores têm pago de forma irregular e que cada cooperativa, composta por cinco a 15 membros, receberam valores entre cinco a 25 mil dólares, para desenvolver negócios, no quadro do programa do Governo de fomento do auto emprego e redução da pobreza no seio dos jovens.

Referiu que, pelo menos, 10 por cento das cooperativas desistiram antes de iniciar o negócio que se propunham realizar e outras 15 depois de iniciar.

A desistência destas últimas, referiu-se, deveu-se "a factores de mercado, falta de prudência na gestão e

aspectos psicossociais".

Tendo em conta a realidade, o Banco de Poupança e Crédito (BPC), entidade credora, está a acompanhar as cooperativas para que sejam dinamizadas e reembolsados os valores concedidos.

"Estamos a fazer uma campanha de sensibilização para que as cooperativas continuem os negócios e reembolsem o que devem", disse Constantino Mendes, salientando que aos incumpridores vão ser aplicadas medidas punitivas.

Os empreendedores investiram os valores que receberam em negócios como prestação de serviços, comércio, agricultura, pesca, indústria, construção civil e produção artística (literatura e música). Quanto ao tempo de carência, nos negócios de maior risco, declarou, as cooperativas começam a reembolsar a partir de um ano depois do negócio arrancar e os de menor risco, depois de seis meses.

Cada cooperativa, antes de obter o crédito, recebeu uma formação sobre gestão de negócios, ministrada pelo Instituto Nacional de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (Inapem) e o Banco de Poupança e Crédito (BPC) concede-o após análise do plano de negócio por um comité, que na generalidade, aprova a maioria deles. O Projecto Crédito Jovem, criado em 2006, de iniciativa do Governo de Angola, é desenvolvido em parceria com o BPC e o Inapem. Os créditos concedidos devem ser reembolsados com uma taxa de juro muito inferior à do mercado.

2.4 Crédito agrícola para 30 mil agricultores

Novo Jornal

De 16 de Abril de 2010

150 Milhões de dólares estarão disponíveis a partir do próximo ano agrícola que arranca em Setembro. Para o efeito, os ministros da Coordenação Económica, Finanças e Agricultura assinaram esta semana, em Luanda, o decreto executivo conjunto que aprova o regulamento sobre o crédito agrícola, aprovado a 28 de Janeiro de 2009 pelo Conselho de Ministros.

Na verdade, da linha especial de crédito destinada aos pequenos e médios produtores agrícolas, num valor total de 350 milhões de dólares, apenas os 150 milhões estarão disponíveis para o chamado crédito de campanha, contra os 200 milhões destinados a modalidade de crédito de investimento.

Em relação ainda ao crédito de campanha este montante estará disponível para atender 30 mil pequenos agricultores em todo o país num valor de até cinco mil dólares em moeda nacional por beneficiário.

Segundo o ministro de Estado e da Coordenação Económica, Manuel Júnior, "a ideia fundamental sub-

jacente a este programa consiste no facto do mesmo permitir o acesso ao crédito bancário a pequenos e médios produtores agrícolas, para que estes possam financiar, tanto a campanha agrícola com a compra de sementes, adubos e instrumentos agrícolas de pequeno porte, como também financiar pequenos e médios investimentos, destinados a ampliar as áreas agrícolas e aumentar o volume de produção".

A operação será feita inicialmente por quatro bancos comerciais, nomeadamente o BPC, Banco Sol, BCI e BAI Microfinanças que se responsabilizaram também em disponibilizar os recursos financeiros. Nesta operação, por exemplo, e segundo apurou o NJ, "só o BPC entrou com 50 milhões de dólares", disse uma fonte do banco. Durante a sua intervenção, Pedro Kanga, ministro da Agricultura, assegurou que outros bancos poderão participar da operação, desde que manifestem interesse.

Por ora, estes bancos participam da operação disponibilizando os recursos ao crédito que é praticado com uma taxa de juros de referência relativa a Agosto de 2009, no valor de 21 por cento. De acordo com o ministro de Estado, os populares pagam apenas 5 por cento, cabendo ao Estado o pagamento do remanescente 16 por cento, o que deverá ser reembolsado "de oito meses, nunca podendo ultrapassar os três meses após a colheita", disse-nos uma fonte.

Manuel Júnior sublinhou ainda que os maiores constrangimentos para o acesso dos pequenos camponeses ao crédito estão na apresentação das garantias bancárias. Por esta razão, para o crédito de campanha foi preparado "um mecanismo que dispensa a apresentação das garantias e permite que os bancos comerciais se envolvam num negócio atractivo e rentável do ponto de vista comercial".

A solução encontrada foi a aplicação de um mecanismo do micro-crédito, o chamado "crédito solidário" e com base neste mecanismo, é a comunidade local, a administração, as autoridades tradicionais, as igrejas e as organizações não governamentais que asseguram os candidatos ao crédito. E que garantem o cumprimento dos compromissos assumidos, por serem os que melhor conhecem os beneficiários e as suas famílias. Os governos provinciais, administrações, Estações de Desenvolvimento Agrário, UNACA e associações de camponeses e cooperativas dão o seu contributo para a aplicação do regulamento com sucesso.

Crédito de investimento sob gestão do BDA

No crédito de investimento, o valor de financiamento está situado entre os 150 mil e os 500 mil dólares por beneficiário e a sua implementação deverá arrancar em data a acordar pelos diferentes "players". O que se sabe é que os intervenientes no crédito de investimento vão

aperfeiçoar os mecanismos tradicionais do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), apostando em "projectos-piloto" dado o volume que será desembolsado.

A implementação da linha de crédito prevê igualmente a instituição, pelo Estado, de um fundo agrícola para acudir determinadas situações de incumprimento dos beneficiários e outras.

O papel do Estado, prosseguiu o ministro, é criar um mecanismo de bonificação das taxas de juros aos camponeses que vai ser mantida a um nível mínimo, não superior a cinco por cento. O Estado também vai assumir sob forma de bonificação o diferencial entre a taxa de juros a pagar pelo beneficiário e a taxa de juros praticada normalmente no mercado.

O Estado cobre 80 por cento dos créditos considerados incobráveis, participando no risco ao crédito, dado que não são exigidas as garantias formais aos tomadores dos empréstimos. É um mecanismo, justifica Manuel Júnior, que permite atenuar as consequências negativas derivadas da não existência de um seguro agrícola em Angola.

2.5 Banqueiro dos pobres em Angola

O País

De 16 de Abril de 2010

Muhammad Yunus, fundador e administrador do Banco Grameen, criado para o desenvolvimento da concessão do microcrédito, Prémio Nobel da Paz em 2006 e reconhecido mundialmente como "O Banqueiro dos Pobres" será o principal orador da conferência intitulada "Microcrédito na Base do Mercado Sustentável. Um Futuro Competitivo" que terá lugar em Luanda no próximo dia 30 deste mês, numa iniciativa da IT, Internacional Talents, em parceria com a HSM.

O microcrédito, tema que tem sido objecto de particular atenção por parte de autoridades e instituições financeiras angolanas, traduz-se em empréstimos concedidos a pessoas pobres, sobretudo camponeses, que não dispõem de recursos financeiros nem de garantias que lhes permitam recorrer ao crédito tradicional.

Yunus, considerado o pai do conceito de microcrédito, é doutorado em economia pela Universidade norte-americana de Vanderbilt. A palavra "microcrédito" não existia até a década de 1970, tendo sido criada por Yunus para designar um tipo muito específico de crédito, que ele concebera para apoiar as populações pobres, que não dispõem de qualquer acesso a outro tipo de crédito.

Yunus iniciou, em 1976, a mais conhecida e bem sucedida experiência de microcrédito do mundo,

concedendo, do seu bolso, pequenos empréstimos às famílias muito pobres de produtores rurais, sobretudo mulheres. Os bons resultados obtidos levaram-no a expandir as suas operações.

Em Outubro de 1983 nasceu o Banco Grameen (palavra que significa "aldeia" na língua local), presidido por Yunus.

Tornou-se rapidamente a experiência de crédito mais conhecida internacionalmente. Actualmente 94% do capital do Banco Grameen pertence aos tomadores de empréstimos e os restantes 6% ao governo do Bangladesh.

2.6 Programa “ Angola Jovem ” fomenta o auto – emprego

Jornal de Angola,

17 de Abril de 2010

Centenas de jovens em situação difícil viram algumas das suas preocupações sociais resolvidas, com a implementação do programa "Angola Jovem" na província da Huíla, no decorrer do ano passado.

Graças ao programa, um grupo de jovens beneficiou de crédito para a constituição de cooperativas nas distintas áreas de actividade, cujos frutos são visíveis. Outros foram contemplados pelo programa de autoconstrução dirigida, tendo recebido chapas de zinco, cimento e outros materiais para erguerem as suas moradias.

De acordo com o director provincial da Juventude e Desportos, André de Jesus, com o programa "Angola Jovem" o Governo está a contribuir para a resolução dos problemas fundamentais dos jovens relacionados com a falta de emprego, habitação, saúde, educação, ensino profissional e apoio constitucional.

O director André de Jesus explicou que foram criadas 188 cooperativas, cada uma composta por cinco elementos no mínimo, que estão a trabalhar nas áreas de construção civil, agro-pecuária, comércio e prestação de serviços.

Fruto do trabalho levado a cabo pelas cooperativas, alguns jovens já conseguiram reembolsar os valores emprestados pelo banco e pretendem ampliar os seus negócios, disse André de Jesus.

O responsável da Juventude e Desportos disse que, para minimizar o problema habitacional, foi construído, no ano passado, o bairro social da juventude, com 92 casas, que foram atribuídas através de um sorteio recentemente realizado.

2.7 Um quarto de beneficiários passa a clientes normais

Jornal de Angola,

De 17 de Abril de 2010

O Banco Sol disponibilizou, este ano, 20 milhões de dólares para o programa micro crédito de apoio aos pequenos negócios, disse, na quarta-feira, em Luanda o seu administrador.

O montante, afirmou Paulo Lavrador, vai ser disponibilizado até ao final do ano e podem ter acesso todas as pessoas que desenvolvam uma actividade ou tenham uma iniciativa de negócio.

O valor mínimo atribuído é de cem dólares e o máximo de 20 mil as beneficiários dão como garantia os próprios bens, juntam-se a um grupo solidário de cinco pessoas ou apresentam dois fiadores.

Desde o início do programa, em 2001, o Banco Sol já concedeu 68 milhões de dólares e tem cerca de 67 mil clientes.

Paulo Lavrador, que falava num seminário sobre micro crédito, disse que o negócio é rentável, mas que acarreta riscos de não pagamento, pelo que exige mais garantias do que o crédito normal.

Entre 20 a 25 por cento dos beneficiários deste projecto passam a clientes normais porque, declarou, adquirem um montante superior ao valor atribuído no micro crédito. O Banco Sol existe há dez anos e surgiu com o objectivo principal de conceder micro créditos, tendo como base a experiência de países asiáticos, como o Bangladesh, e latino-americanos. O seminário sobre micro crédito foi organizado pela Associação de Jornalistas Económicos, em parceria com o Banco Sol, no âmbito do desenvolvimento socioeconómico de Angola.

2.8 Programa de micro crédito disponibiliza USD 68 milhões

O Independente

De 17 de Abril de 2010

O Banco Sol, existente no mercado há 10 anos com a missão principal de concessão de microcrédito, tendo como base a experiência de países asiáticos como o Bangladesh e latino-americanos, tem vindo a se destacar na atribuição de crédito às populações rurais, facto que tem permitido a montagem de vários micro programas com os quais os titulares alteram o modo de vida.

Da nossa mesa de redacção são inúmeras as vezes em que se reportaram acções do género pelo que a última, para além de não espantar, merece o aplauso de todos nós, afinal, desta forma o Banco Sol se presta como responsável pela devolução da alegria às muitas famílias do interior, muitas das quais perderam tudo que tinha durante o longo período de guerra civil que assolou o país, com gravosas repercussões a nível da zona rural.

Para o presente ano, o referido banco tem disponível vinte milhões de dólares americanos para o programa de micro-crédito, para apoio a pequenos negócios,

segundo informou o administrador da instituição, Paulo Sérgio Lavrador.

Este montante, segundo o administrador, será disponibilizado até ao final do ano e podem ter acesso ao mesmo todos os cidadãos desde que desenvolvam uma actividade ou tenham um iniciativa de negócio.

Paulo Sérgio Lavrador informou que, no âmbito do micro-crédito, o valor mínimo atribuído são 100 dólares e o máximo 20 mil. Os beneficiários dão como garantia os próprios bens ou juntam-se a um grupo solidário, composto por cinco pessoas, para garantir o reembolso do dinheiro, sendo que outra garantia de acesso ao micro-crédito é a existência de dois fiadores.

"Desde o início do programa em 2001, o banco Sol já concedeu 68 milhões de dólares e tem cerca de 67 mil clientes", informou o gestor daquela unidade bancária.

Paulo Sérgio, que falava num seminário sobre o micro-crédito, disse que o negócio é rentável, mas gera muitos riscos de não pagamento, por isso exige que haja mais garantias que o crédito normal.

O seminário foi organizado pela Associação de Jornalistas Económicos (AJECO), em parceria com o banco Sol, no âmbito desenvolvimento socio-económico de Angola.

2.9 Tal e qual

Semanário Angolense

De 17 de Abril de 2010

A brutal guerra civil angolana, que afectou o país inteiro, terminou em 2002 - à excepção do enclave de Cabinda, onde subsiste uma rebelião separatista -, o que permitiu ao governo concentrar-se na reconstrução e ocupar-se da população em sofrimento. O fim da guerra também coincidiu com um enorme aumento das receitas do petróleo, devido ao aumento da produção, e com a subida dramática do preço global do petróleo. Como resultado, o produto interno bruto do país (PIB) aumentou mais de dez vezes entre 1997 e 2008, de 7,8 mil milhões de USD em 1997 para cerca de 83,4 mil milhões de USD em apenas 11 anos.

O fim da guerra e a recém-descoberta riqueza do país também coincidiram com a ascensão da China e de outros países em rápido crescimento, com uma sede de petróleo semelhante à dos seus congéneres ocidentais. Angola encontrou novas fontes importantes de financiamento, novos aliados e menos exigências de reformas. Mas os escândalos de corrupção no estrangeiro e as lacunas flagrantes do país em áreas como a educação e a saúde mantiveram a má governação em Angola no centro das atenções.

O governo já deu alguns passos em direcção às reformas desde o final da guerra civil em 2002. Actualmente, publica atempadamente as contas das

receitas de petróleo; introduziu um sistema de gestão financeira para controlar as despesas governamentais; efectuou a auditoria da poderosa empresa de petróleo detida pelo estado; e, recentemente, o presidente condenou publicamente e com veemência a corrupção no governo.

Mas os indicadores básicos de desenvolvimento, especialmente em comparação com os indicadores de corrupção, não sugerem melhorias proporcionais a um aumento de 1000 por cento no PIB do país em pouco mais de uma década. Houve melhorias no país, tal com a reconstrução de infra-estruturas, mas os indicadores de desenvolvimento humano têm sido desanimadores.

Quando o país foi devastado pela guerra civil e a economia tinha menos de um décimo da sua dimensão actual, Angola ocupava a 157ª posição entre 175 países no índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em 2006, Angola ocupava a 161ª posição entre 177 países. Em 2007 e 2008, ocupava a 159ª posição entre 179 países. Apesar de ter subido, em 2009, para a 143ª posição entre 182 países, continuava a ocupar a 162ª posição entre 180 países do índice de Percepção da Corrupção de 2009, publicado pela Transparência Internacional. Ao nível da corrupção, trata-se de uma classificação pior do que a de 2008, ano em que Angola ocupava a 158ª posição entre 180 países. Tem figurado entre os países mais corruptos do índice, desde a sua primeira publicação no ano 2000.

Além disso, o Presidente dos Santos e o seu Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o partido no poder, estão, mais do que nunca, firmemente estabelecidos no governo. O partido venceu com uma esmagadora maioria parlamentar nas eleições de Setembro de 2008, adquirindo o controlo de 191 dos 220 assentos. Em Janeiro de 2010, o parlamento ratificou uma nova Constituição que elimina as eleições presidenciais e permite ao Presidente dos Santos, desde que se mantenha como líder do partido, permanecer no poder até 2022, 43 anos após a sua chegada ao poder.

Angola continua a ser um exemplo dos problemas que flagelam um estado rico em recursos. Está dependente de uma fonte de receitas significativa controlada de forma centralizada e, como tal, não depende dos impostos domésticos ou de uma economia diversificada para funcionar. Os seus dirigentes têm oportunidades únicas de enriquecimento e corrupção, sobretudo dada a falta de suficiente transparência ou espaço político para que o público os chame à responsabilidade. Há fortes desincentivos para se abrir mão do poder político, visto ser também um caminho para o enriquecimento económico.

Esta dinâmica exerce um efeito corrosivo na governação e, fundamentalmente, no respeito pelos

direitos humanos. Em vez de trazer prosperidade, o primado do Direito e respeito pelos direitos humanos, a existência de uma fonte de receitas controlada de forma centralizada, tal como o petróleo, pode servir para reforçar ou exacerbar as piores tendências de um dirigente ou de uma elite governativa não democráticas ou irresponsáveis, oferecendo-lhes meios financeiros para se estabelecerem e enriquecerem sem que tenham de lidar com pressões significativas para prestar contas. Não é por acaso que o presidente de Angola, um dos maiores produtores de petróleo do mundo, esteja a começar a sua quarta década no poder.

Apesar das reformas limitadas e de uma economia política que cria enormes obstáculos às melhorias ao nível da governação e dos direitos humanos, 2010 oferece algumas perspectivas de mudança. Tal como tantos outros países dependentes do petróleo, Angola segue um ciclo económico de ascensão e queda ligado ao preço volátil do petróleo. Historicamente, o país tem recorrido ao FMI em tempos difíceis, para depois rejeitar os pedidos de reformas do Fundo quando o preço do petróleo volta a subir. Após quase uma década de bom, a crise económica global e a queda do preço do petróleo levaram Angola a recorrer novamente ao FMI e, desta vez, o país recebeu USD 1,4 mil milhões em fundos de emergência. Em troca, aceitou concluir auditorias à Sonangol e exercer um maior controlo sobre as despesas governamentais, medidas que podem aumentar significativamente a responsabilização do governo, caso sejam levadas a cabo e tornadas públicas.

Podem também ser uma oportunidade para que os parceiros comerciais chave exerçam pressões para que haja mudanças em Angola através do quadro do FMI. O governo chinês, juntamente com empresas dos EUA, são os maiores investidores, parceiros comerciais e consumidores do petróleo angolano. A China investiu milhares de milhões em acordos de troca de petróleo por infra-estruturas, mantendo-se relativamente silenciosa em relação à governação em Angola e noutros lados. Objecto de especial preocupação é o Fundo de Investimento Chinês, uma proeminente empresa chinesa privada que mantém estreitas relações à Sonangol. Os Estados Unidos têm-se expressado abertamente sobre a corrupção, mas é pouco provável que alguns dos seus propósitos políticos venham a ter um impacto significativo. Têm ambos a oportunidade de responsabilizar o governo angolano pelos compromissos assumidos ao abrigo do acordo com o FMI.

O Senado norte-americano também abriu uma janela de oportunidades para reformas, ao denunciar como funcionários e empresários corruptos em Angola transferiram fundos para os Estados Unidos. Num relatório publicado em Fevereiro de 2010, o Senado

apresentou um conjunto abrangente de reformas recomendadas que dificultariam o roubo do dinheiro dos cidadãos pelos cleptocratas e a transferência do mesmo para os Estados Unidos. A Human Rights Watch acredita que estas medidas têm uma importância crítica para ajudar a garantir que a corrupção não ponha em risco os direitos humanos em Angola.

Este pode ser um ponto de viragem para as reformas em Angola. Mas sem vontade política da parte do governo e sem pressões significativas da comunidade internacional, pode desperdiçar-se mais uma oportunidade de usar a imensa riqueza natural do país em benefício do seu povo.

(*) Este é um trecho do relatório da Human Rights Watch que o *Semanário Angolense* transcreve de forma enxuta, isto é, sem tirar nem pôr, conforme ele foi divulgado.

2.10 Petrolífera opera em micro – crédito

Semanário Económico

De 29 de Abril de 2010

Depois de investir 1.9 Milhões de dólares no banco "Bai Micro crédito" a petrolífera americana Chevron investe 3 milhões de dólares num projecto que prevê beneficiar 2 mil pescadores em três anos.

A Chevron está a lançar o crédito de pesca na província de Cabinda. A intenção é aumentar a produção dos pescadores artesanais de 30 para 100 toneladas de pescado por ano.

A multinacional participa com 39% do valor global, sendo os 61 por cento vindos da contribuição de outros parceiros, p entre eles a Visão mundial e o c próprio Instituto de Pesca Artesanal (IPA), bem como outras empresas participadas do bloco zero.

O responsável da Chevron, Mamadou Blondin Beye, explica que a cadeia de valores vai ter na intervenções tendentes a mel – horar todo o processo de pesca, desde o mar até ao consumidor final e vai permitir aos pescadores ter acesso ao micro-crédito para possibilitar a aquisição de O bens consumíveis, gelo para a com conservação e todas as outras componentes.

Para melhor identificação dos beneficiários, os camponeses encontram-se organizados em cooperativas. Na definição das prioridades, os coordenadores do programa reúnem com os associados de uma determinada cooperativa e estes apresentam as suas necessidades para a intervenção imediata.

A primeira avaliação do projecto acontece depois de 18 meses, ou seja, um ano e meio, após arranque da primeira fase.

O recrutamento do pessoal que vai dirigir o projecto já começou e neste momento a equipa da Chevron encontra-se em Cabinda. O projecto prevê também a

concessão de equipamentos em forma de micro crédito, além do dinheiro adicionado nessa cadeia à assistência técnica.

Estratégia

Beye ressalta que a micro - finança é parte de uma estratégia da Chevron para a diversificação da economia e apoiar as pequenas e médias empresas e dentro do apoio desse sector existem diferentes pilares: O primeiro pilar prende-se com a necessidade de facilitar o acesso ao crédito, subentendido em dois objectivos específicos que se circunscrevem no apoio à capacitação do sector de micro finanças e o apoio na criação de um banco vocacionado para micro finanças.

Dentro desses dois pilares, a Chevron tem alguns objectivos específicos, entre eles, o Programa Empresarial Angolano (PEA), que sustenta a capacitação e criação de um ambiente favorável à micro-finanças.

O programa enquadra actividades com algumas instituições como o banco central, a Organização Não Governamental Development Workshop e o Banco Sol.

O apoio da Chevron a estas instituições consiste na capacitação dos seus quadros na área de gestão e administração de micro finanças (micro crédito).

Em termos práticos a companhia já realizou duas conferências nacionais, bem como trouxe a Angola várias entidades que se despontam na arena internacional no campo de micro finanças e que serviram como modelos ao sector angolano de micro crédito.

Para o bom acompanhamento do programa, a Chevron teve de contratar um representante da ONG Accion que fixou residência no país durante dois anos (de 2005 a 2007) e formou mais de 60 indivíduos, numa média de 20 trabalhadores em cada instituição envolvida no projecto.

A monitoria do reembolso é outra matéria desenvolvida pelo especialista da Accion e teve como finalidade ensinar os gestores de micro crédito em como fazer o acompanhamento de um beneficiário do produto, desde a recepção ao reembolso, para garantir o retorno do valor à instituição financeira.

O projecto ficou avaliado em três milhões de dólares, co - financiado pela Chevron, PNUD e o Banco Nacional de Angola, com a comparticipação das instituições beneficiárias.

No segundo passo, a Chevron criou um banco de raiz, o Novo Banco, em parceria com a USAID, a Pro-Credit (organização alemã) bem como outros doadores como é o caso da AFC (uma parte do banco mundial). Actualmente, o banco é detido a 85 % pelo Banco Bai, com uma nova designação "Bai Micro Crédito".

O projecto da criação do banco começou em 2004,

com um capital de 4.9 milhões de dólares, onde a Chevron participou com 1.7 milhões de dólares, além da assistência técnica.

Volvidos cinco anos, em 2009, o banco Bai Micro credito já disponibilizou 40 milhões de dólares em micro crédito às pequenas e médias empresas.

O banco conta já com oito balcões em todo o país e a sua filosofia de gestão não permite ceder crédito superior a 50 mil dólares, sendo este o tecto máximo.

2.11 Vendedores ambulantes com financiamento do BAI

Jornal de Angola

De 27 de Abril de 2010

O BAI Micro Finanças (BMF) vai conceder créditos aos vendedores ambulantes do mercado do São Paulo, no âmbito do acordo efectuado com a Associação de Vendedores Ambulantes do São Paulo, com vista ao fomento do empreendimento local.

O acordo, assinado ontem, entre a instituição financeira e a associação, visa igualmente estimular os vendedores ambulantes, o comércio do mercado formal e a criação de planos de negócios rentáveis.

O director comercial do BMF, Ludger Fernandes, disse, em conferência de imprensa, que o acordo assinado se enquadra no programa do governo da província de Luanda de combate à pobreza e à melhoria das condições da população.

"Recebemos da associação uma lista de 60 membros que vão beneficiar do crédito, para desenvolverem os seus planos de negócios", referiu, acrescentando que o valor do mesmo varia em função do negócio.

Ludger Fernandes acredita que a iniciativa vai estimular os vendedores ambulantes a aderir aos programas de microcrédito que o banco disponibiliza aos clientes, e fazer com que os comerciantes que circulam pela cidade optem pela venda em mercados autorizados pelo governo.

O director comercial sublinhou que terão acesso ao crédito os jovens membros da associação, uma vez que os representa e assegura o contrato enquanto avalista.

O responsável pela Associação dos Vendedores Ambulantes do São Paulo, Carlos Kandov, disse à imprensa que, numa primeira fase, foram apenas seleccionados 60 membros, mas a organização tem um universo de 30 mil associados.

O crédito destinado aos ambulantes, segundo Carlos Kandov, vai beneficiar lavadores de carros, roboteiros, engraxadores, Zungueiras, entre outros.

A Associação, criada em 2007, possui membros nas províncias de Cabinda, Malange, Benguela e Huambo. No próximo dia 29, o Banco realiza um protocolo com

o Ministério da Administração Pública e Segurança Social (MAPESS), que prevê a concessão de 500 dólares de crédito aos jovens do Centro de Empreendedorismo do município do Cazenga, capacitados pelo órgão estatal.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 Valas para escoamento precisam de manutenção

Jornal de Angola,

De 01 de Abril de 2010

O arquitecto angolano Benga Pedro disse, na segunda-feira, à Angop, que há necessidade de se criarem equipas para a fiscalização e manutenção periódica das valas de drenagens, evitando que se transformem em depósitos de lixo.

Benga Pedro afirmou que a acção é imprescindível para a conservação das valas de drenagem que beneficiam de obras.

Muitas valas de drenagem reabilitadas e construídas, referiu, estão a ser mal usadas pela população, que as transformam em depósito de lixo, inviabilizando o escoamento das águas residuais.

O uso inadequado dessas infra-estruturas, lembrou o arquitecto Benga Pedro, provoca a sua degradação precoce, podendo provocar inundações no tempo chuvoso.

Na província de Luanda, encontram-se em recuperação as valas do Suroca, São Pedro, Senado da Câmara, do Cariango e outras de pequena dimensão, abertas em algumas áreas da periferia.

3.2 “Meus pais não sabem que eu lavo carros”

O País

De 2 de Abril de 2010

Oswaldo Miguel Teixeira, 18 anos, lava carros há um ano e por incrível que pareça, "os meus pais não sabem que lavo carro", embora saia todos os dias de casa, às 06h00 em direcção ao seu posto, nos arredores do Aterro Sanitário, nos Mulenvos, em Cacuaco.

O jovem, que estuda a 8ª classe, no Colégio Bom Sabor, em Viana, no período da tarde, procura não dar nas vistas dos seus progenitores, porque fica ali apenas até pelo menos às 12h00 e dali rumo para a casa e desta para a escola que fica na mesma rua.

Ele vive com os pais. A mãe é doméstica e vende cerveja à porta de casa e o pai é agente da Polícia Nacional destacado na Ilha de Luanda.

"Os meus pais não dão conta.

Quando saio de casa digo que vou ajudar os meus amigos a fazer blocos. Na verdade; tenho vergonha de assumir o que faço, porque não quero essa vida paro

mim", disse a O PAÍS o jovem Oswaldo Teixeira.

Consciente de que “a mentira tem pernas curtas”, Oswaldo Teixeira acredita que tarde ou cedo os seus pais vão saber desta faceta da sua vida, o que para já tenta mentalizar-se para o efeito.

No entanto, Oswaldo traz o ofício do Cazenga onde vivia. Segundo conta, ali já lavava carros num terreno baldio junto à escola. De mochila às costas, o rapaz saía mais cedo de casa e aproveitava para "dar o brilho" nalgumas viaturas que estacionavam nas redondezas.

No troço que vai dar ao Aterro Sanitário existem dois charcos criados pela chuva da semana passada, um em cada sentido. Oswaldo fica na direcção de Cacuaco e outro em direcção do Cazenga.

Na segunda-feira, 29, às 10h00, o jovem tinha lavado apenas uma viatura. Os 500 kwanzas que arrecadou da lavagem serviram para o seu almoço, feito numa barraca improvisada junto ao charco.

Ao lado do charco, em direcção ao Mulenvos, foi também improvisada uma recauchutagem de pneus que serve de albergue dos motoristas que aguardam, enquanto os rapazes lavam as suas viaturas.

É no final do dia que aqueles dois charcos registam grande afluência de viaturas. Chegam mesmo a aportar ali mais de 20 viaturas ao mesmo tempo, o que deixou os jovens bastante atarefados e sem mãos a medir.

Mas, no período da manhã, o movimento é muito fraco, monótono, pouco atractivo. O facto de Oswaldo Teixeira ter até às 10h00 lavado apenas uma viatura, fala por si.

3.3 Condições garantidas

A Capital.

De 03 a 10 de Abril

Segundo ele, tão logo o comerciante apresente estes documentos, lhe é emitida uma declaração, com a devida indicação, para onde irá exercer a sua actividade. Ao longo deste processo foram cadastrados 280 armazéns, só no Rocha Pinto.

Os armazéns do São Paulo, Macambira, Congolese e Hoji-ya-Henda, é que estão inicialmente visados neste processo, mas aguardam por algumas condições.

Esclareceu que, na origem desta decisão do GPL estão não só factores ligados à necessidade da requalificação das zonas da capital, onde estes exercem actualmente a actividade, o que contribuirá para o descongestionamento do trânsito.

«Os armazéns embaraçam o trânsito, que já é difícil, produzem muito lixo e a zona em si que está a ser requalificada. O Governo já havia alertado que, a actividade comercial desta natureza não é feita na urbe», lembrou.

Quanto aos empregados que doravante muitos terão os

empregos perdidos, o director provincial do comércio disse ser caso da responsabilidade dos próprios empresários.

«Os empresários devem arcar com as responsabilidades de continuar ou não com os seus funcionários. Não temos nada a ver com isso», descartou-se.

De resto, Guilhermino Paulo assegurou que, as condições de salubridade, higiene e segurança estão criados segundo.

«Construímos de raiz uma esquadra policial no recinto do Panguila.

Foram contratadas empresas de saneamento, foram construídos cerca de 32 balneários, 41 restaurantes lá dentro. Temos cinco mil e 600 bancadas. O empresário vai pagar um preço simbólico de 200 dólares americanos mês», assegurou.

O responsável acalma a população e diz que, doravante terão disponíveis dois grandes centros comerciais modernos e, aponta ainda que o Centro de Viana será o mais ideal, para os retalhistas.

3.4 Adeus Hoji-ya-Henda, Congolese e Macambira

A capital.

De 03 a 10 de Abril de 2010

O director provincial do Comercio, Guilhermino Paulo, declarou, em exclusivo ao A Capital, que foram precavidas todas as situações que pudessem desembocar em conflitos ou causar embaraços, no exercício das actividades dos empresários armazenistas. «Sabíamos de antemão que, os angolanos cederam parte dos seus quintais aos estrangeiros, onde construíram os armazéns. Todos estão contemplados. Ninguém vai perder, apesar de alguns contratos irem de 11 há 20 anos de exploração», tranquilizou.

O responsável avançou ainda que serão construídos duzentos armazéns de sessenta metros quadrados cada, dos quais, 50 estão parcialmente prontos.

«Os armazéns do Panguila têm 60 metros quadrados cada. No centro de Viana estão construídos quatro naves de três mil metros cada, contendo compartimentos para lojas», informou, acrescentando que «temos, igualmente, uma nave de frio, onde estão albergados os oito maiores grossistas, cada com uma área de congelação e vendas».

O responsável salientou ainda que, existe uma outra nave, exclusivamente, reservada para albergar os maiores grossistas de alimentos e bebidas, com uma área de 300 metros quadrados cada.

«Temos outra nave que comporta 54 espaços de 54 metros quadrados e uma com 54 espaços de 34 metros quadrados», apontou.

O que as autoridades aconselham, é que os empresários

visados, munam-se dos respectivos documentos que lhes conferem o direito ao exercício comercial. Com estes documentos, devem dirigir-se à direcção provincial do Comércio.

«Cópia do alvará comercial, cartão de contribuinte, justificativo de impostos em dia e actualizado.

3.5 Cantineiros disputam o mercado com ambulantes

O País

De 9 de Abril de 2010

Nos arredores das escolas a venda de alimentos é uma actividade que floresce em larga escala, face ao grande número de estudantes apesar de a maior parte das escolas estar dotada de cantinas para atenderem às necessidades alimentares dos alunos.

Face à exposição a poeiras, sol e lixo, estes produtos de rua acabam por se tornar verdadeiros agentes patogénicos e, conseqüentemente, nocivos à saúde. Nem sempre os produtos confeccionados nas lanchonetes oferecem a qualidade necessária, conforme garantem os estudantes ao nosso jornal.

Motorolas, sandes, embaladas, paracuca, bolachas, bolas de Berlim, gelados de múcua, picolé, estica, e outros tipos de doces de fabrico caseiros são alguns dos produtos comercializados.

Por exemplo, Alberto Chitoma, 16 anos, estudante da 7ª classe da Escola Comercial, quando abordado, estava a comprar uma bola de Berlim de uma vendedora ambulante. Justificou que recorreu à zungueira pelo facto de o preço ser relativamente mais barato em comparação com o preço praticado pela lanchonetes da sua escola.

À semelhança destes, centenas de outros estudantes preferem variar de produtos vendidos pelos ambulantes, com maior destaque para o consumo de gelados, que tem grande procura. Padre Domingos vende diariamente no pátio da Escola 1º de Maio 250 gelados, que compra numa geladaria sita no bairro Congolese. Apesar de não dominar o processo de produção garante que os gelados têm boa qualidade a julgar pelo nível de procura por parte de estudantes.

Alunos mais cautelosos apenas adquirem dos vendedores ambulantes algumas guloseimas, por estarem protegidas em invólucros, tal como fazia a estudante Lúcia Aragão, 9ª classe, da Escola 1º de Maio. Por outro lado mostra -se insatisfeita com os produtos oferecidos na lanchonetes da escola, que, por vezes, se apresentam mal confeccionados, para além de serem mais caros.

Com relação ao comportamento alimentar nos recintos escolares, contactada a Direcção da Escola 1º de Maio, na pessoa da professora Ana Maria Pinto, ficamos a

saber que tem recomendado aos alunos para recorrerem à cantina, porque oferece as garantias exigidas.

Na visão desta professora, os alunos recorrem ao exterior quando não encontram o pretendido nas cantinas, principalmente gelados.

Para Claudina Fernandes, proprietária da lanchonete do 1º de Maio, as reclamações não fazem sentido, os serviços oferecem toda a qualidade exigida, até porque tem um leque de fornecedores que asseguram essa qualidade.

Entende que os preços praticados pelo seu estabelecimento não são tão caros, porque não diferem dos preços praticados no mercado, por isso não acha plausível os alunos recorrerem à rua.

A Escola Nzinga Mbandi possui duas lanchonetes para atender as necessidades alimentares dos alunos, ainda assim, não têm sido suficientes para suprir as necessidades, explica Messias Dos Santos.

Sobre o controlo da qualidade dos produtos oferecidos pelas lanchonetes, o Director Pedagógico disse que, a olho nu, pode-se aferir uma certa qualidade, apesar do assunto exigir a intervenção de nutricionistas e vigilantes sanitários.

Aliás, o encarregado de educação Manuel Francisco recomenda que o MED implemente medidas com vista a desenvolver políticas e ensinar os alunos a terem alimentação saudável.

Sobre esse assunto, resta-nos saber que acções o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor tem desenvolvido para proteger os pequenos consumidores. A reportagem de O PAÍS tentou manter contacto com o INADEC, mas não foi bem sucedida.

3.6 “Candongueiros de energia estão a fazer-nos vida cara”

Semanário Angolense

De 17 a 24 de Abril de 2010

Os autores destas linhas são munícipes de Viana, propriamente do Bairro Novo junto ao novo Instituto Superior de Angola (INSTA). Há um mês a desgraça bateu a nossa porta, a PT que fornecia energia para uma parte dos moradores do bairro incendiou, o conhecido PT da Pracinha, do senhor Filipe & Mendes. Desde que nos aconteceu aquela desgraça, os transtornos são bastante grandes e ninguém da direcção da cabine de energia se preocupa em dizer-nos algo. Para obtermos os serviços do senhor Filipe & Mendes, todos os consumidores assinaram um contrato inicialmente de 500 dólares, mas depois os preços começaram a subir de acordo com a procura, aliás, a par dos outros PT's do bairro, o nosso é o que melhor serviço prestava. Com o andar do tempo, devido a ambição e ao lucro fácil, o número de consumidores foi

crescendo de forma anárquica até acontecer o incêndio. Para nós, o incêndio foi provocado por excesso de consumidores, porque de quando em vez, ela apresentava alguns problemas algumas linhas tinham luz e outras ficavam às escuras. No fundo, o aparelho dava alertas sobre o excesso de consumidores, ela tinha a capacidade para 500 a 600 casas, mas ultrapassou esta cifra porque, por exemplo, alguns consumidores não têm contrato mais tinham energia e pagavam directamente aos electricistas.

Este tipo de práticas ajudou a matar a PT. Como podem calcular, os prejuízos com a compra de combustível para os geradores têm sido elevadíssimos, porque alguns consumidores são obrigados a ter os geradores ligados 24 horas devido a conservação dos frescos. Os custos são também com a reparação dos geradores.

Aproveitamos a oportunidade para dizer, que inicialmente a cabine surgiu como uma iniciativa da comunidade, grande parte dos moradores contribuíram com dois blocos para a construção do local onde deveria funcionar o PT e 200 Kwanzas. Quem estava a frente do processo era o senhor Ramos, alegadamente militante do MPLA de Viana, mas no decorrer do mesmo processo surgiram alguns problemas que levaram o afastamento do senhor Ramos. Para a surpresa de todos os contribuintes, apareceu o senhor Filipe & Mendes como proprietário do P.T. Como a necessidade de ter luz era e é grande, a comunidade não questionou - pagou os contratos. Neste momento queremos que nos digam como é que vai ficar o problema ou que nos devolvam o nosso dinheiro. Para além dos contratos, nós pagávamos dois mil e trinta kwanzas mensalmente pelo consumo da energia - merecemos respeito e informação.

Pedimos também que o INADC nos ajude a resolver este problema e ao mesmo tempo solicitamos a administração municipal de Viana, bem como a EDEL, para que estudem a possibilidade de instalar um ou dois novos PT's no Bairro Novo, para se acabar com esses irresponsáveis e candongueiros de energia eléctrica. Nos ajudem, nem que tenhamos de contribuir novamente para a EDEL instalar uma nova PT que seja de maior capacidade.

3.7 Polícia intensifica combate à venda ilegal de medicamento

Semanário factual

De 16 à 23 de Abril de 2010

Cento e cinquenta e três cidadãos foram detidos, dos quais um estrangeiro, por venda ilegal de medicamentos, de Janeiro a Março deste ano, em todo o país, menos 24 casos com relação ao terceiro trimestre de 2009.

O chefe da Inspeção Nacional da Polícia Económica, Cristiano Francisco, deu a conhecer que, no âmbito do combate a farmácias e venda ilegal de fármacos, foram apreendidos três mil e 469 quilogramas de medicamentos diversos avaliados em seis milhões e 737 mil e 560 Kwanzas.

3.8 Um quarto de beneficiários passa a clientes normais

Jornal de Angola,

17 de Abril de 2010

O Banco Sol disponibilizou, este ano, 20 milhões de dólares para o programa micro crédito de apoio aos pequenos negócios, disse, na quarta-feira, em Luanda o seu administrador.

O montante, afirmou Paulo Lavrador, vai ser disponibilizado até ao final do ano e podem ter acesso todas as pessoas que desenvolvam uma actividade ou tenham um iniciativa de negócio.

O valor mínimo atribuído é de cem dólares e o máximo de 20 mil as beneficiários dão como garantia os próprios bens, juntam-se a um grupo solidário de cinco pessoas ou apresentam dois fiadores.

Desde o início do programa, em 200 I, o Banco Sol já concedeu 68 milhões de dólares e tem cerca de 67 mil clientes.

Paulo Lavrador, que falava num seminário sobre micro crédito, disse que o negócio é rentável, mas que acarreta riscos de não pagamento, pelo que exige mais garantias do que o crédito normal.

Entre 20 a 25 por cento dos beneficiários deste projecto passam a clientes normais porque, declarou, adquirem um montante superior ao valor atribuído no micro crédito. O Banco Sol existe há dez anos e surgiu com o objectivo principal de conceder micro créditos, tendo como base a experiência de países asiáticos, como o Bangladesh, e latino-americanos. O seminário sobre micro crédito foi organizado pela Associação de Jornalistas Económicos, em parceria com o Banco Sol, no âmbito do desenvolvimento socioeconómico de Angola.

3.9 Venda ilegal de combustível é a nova forma de sobrevivência

Semanário Factual

De 23 a 30 Abril de 2010

Para alguns automobilistas, a venda de combustíveis em garrações tem ajudado muito, visto que muitas vezes nem sempre têm tempo de esperar as longas filas para o abastecimento da sua viaturas. Em outro ângulo, muitos dos automobilistas alegam que os trabalhadores das bombas preferem abastecer as pessoas que têm recipientes ao invés dos veículos, pois recebem alguns dividendos em "caução". Este facto causa o congestionamento de viaturas nas bombas de abastecimento. No périplo feito pelo Factual foi possível constatar a venda de combustíveis em bidões ao pé das próprias bombas de abastecimento. Esta situação ocorreu no posto de abastecimento da Sonangol, na Cuca, e da Galp, em Viana.

Em Viana, onde tal facto é efectuado em grandes proporções, foi visível notar no posto de abastecimento da Galp o grande afluxo de pessoas com os seus bidões à procura de combustível para a revenda. Segundo se apurou, existem clientes que se deslocam ao local com mais de vinte bidões.

Devido ao fluxo de bidões muitos automobilistas são obrigados a esperar várias horas em filas de longa distância. Outra situação que saltou à vista tem a ver com o transporte do combustível que não respeita as normas legais, pois alguns compradores levam mesmo os bidões à cabeça, enquanto outros, em carros de mãos, bem como em motos com carroçaria, os famosos "kupapatas, põem em perigo as suas vidas bem como de outras pessoas.

No que toca ao armazenamento do combustível, o Factual, sem ser identificado, teve acesso a uma das residências no município de Viana onde é praticada a revenda de combustível, sendo possível observar o perigo

iminente que os vendedores ilegais de combustível acarretam para a comunidade.

Dentro da mesma residência foi possível constatar um tambor de gasolina, um de gasóleo e um de petróleo que são reabastecidos por bidões adquiridos nas bombas de abastecimento.

Segundo o proprietário, é na revenda de combustível que consegue o sustento da sua família e o pagamento dos estudos dos filhos, bem como pagar o serviço de saúde em caso de doença.

Questionado sobre os perigos que a revenda ilegal de combustível pode acarretar, não só para si mas como para comunidade, o proprietário indagou: "se eu não vender, onde como"?

N o intuito do lucro fácil, muitos são os revendedores que adulteram o combustível, o que causa vários danos às viaturas, Sandra Fernandes, automobilista, fez saber ao Factual que "embora a venda de combustível sirva de fonte de rendimento para a família, é preciso saber que não só o vendedor põe em perigo a sua própria família mas como também a vizinhança que o circunda. Portanto, é necessário que se criem mecanismos para se pôr fim a estas praticas", asseverou.

3.10 Venda de medicamentos continua nas ruas

Jornal de Angola

De 25 de Abril de 2010

A venda de medicamentos na via pública, apesar de proibida por lei, continua em Luanda, de forma mais ou menos descarada. Há quem não tenha pejo de montar a "banca" em frente a farmácias. Afinal, são os melhores sítios para fazer os incautos morderem a isca

Mário da Costa, residente em Luanda, acordou uma manhã, com alergias por quase todo corpo. Numa clínica, depois observado, o médico receitou-lhe prometazina, um anti-histamínico pertencente ao grupo das fenotiazinas, com propriedades anti alérgicas.

O pai, que o acompanhou à clínica, dirigiu-se a uma farmácia, na rua Comandante Gika, para comprar o remédio, mas antes de entrar no estabelecimento foi abordado por jovens que vendiam vários medicamentos, entre os quais prometazina.

Já não se lembra do preço mas, tem a certeza, era mais barato do que na farmácia. A lei da "economia doméstica" falou mais alto do que a do bom-senso. Comprou. A caminho de casa, encontrou uma pessoa amiga. Em conversa de rua, contou o que se passava. A doença do filho, a ida ao médico, a compra do remédio, a economia feita. O interlocutor estranhou. Pediu-lhe a receita. Leu com olhos de ver, pegou na embalagem vendida pelos jovens e desiluiu-o não b tia uma coisa c m a outra. Caíra no "conto do vigário". O filho tinha de esperar pelo anti alérgico. A carteira estava-lhe mais leve.

A venda de medicamentos na rua ou no mercado está proibida, mas continua, de forma mais ou menos velada. António Ernesto e Damião Constantino são dois vendedores clandestinos de medicamentos. Actuam na mesma zona, onde o pai de Mário da Costa foi vigarizado. Porventura, foram eles que lhe venderam "gato por lebre". Não foi, certamente, o primeiro -a cair no logro, nem o último. O repórter viu uma das vítimas ser abordada pelos "farmacêuticos de rua": "Kota pode falar o que quer, nós temos todo tipo de medicamento, é só pedir".

Paulo deve ter feito as mesmas contas que o pai de

Mário. Queria comprar acomplia, que lhe tinham dito ser indicado para dieta e para o tratamento de obeso ou simplesmente de pessoas com algum excesso de peso, embora perigoso para diabéticos do tipo 2.

António Ernesto foi pronto, bastava o cliente desembolsar três mil kwanzas para ter o medicamento. Paulo mordeu a isca e comprou.

Uma reportagem publicada no site Veja com no Brasil, refere que o medicamento em causa é, desde 2007, proibido nos Estados Unidos e, a partir de 2008, no Brasil e na Europa, depois de, em três meses, cinco pessoas que o usaram no Reino Unido se terem suicidado.

O site acrescenta que as mortes foram associadas ao uso do remédio que, por alterar o sistema de recompensa do cérebro, pode levar à depressão profunda.

O governo provincial de Luanda, ao abrigo da Lei número 5/87 de 23 de Fevereiro - Regulamento Sanitário da República de Angola proibiu, em 14 de Maio do ano passado, a comercialização de medicamentos, produtos farmacêuticos e equipamentos hospitalares em locais impróprios e inadequados.

Depois da medida, os "farmacêuticos de rua" adoptaram novas técnicas para enganar lei e fiscais.

N os mercados, as administrações já não lhes permitem vender, mas nas ruas continuam a actividade. De mochilas às costas, uns deambulam pelos bairros e batem às portas, anunciando a mercadoria, enquanto outros aguardam pelos clientes junto das farmácias.

Quem for à Direcção Nacional de Medicamentos e Equipamentos do Ministério da Saúde não pode deixar de ver, logo à entrada, um cartaz a avisar: "Venda de medicamentos na rua é ilegal, perigosa para a sua saúde e pode matar".

O director Nacional de Medicamentos e Equipamentos, Boaventura Moura, disse, ao Jornal de Angola, que o cartaz pretende chamar a atenção das pessoas para o facto dos medicamentos vendidos em locais impróprios serem prejudiciais à saúde.

"Com o calor, luz solar e falta de condições de higiene, as propriedades dos medicamentos alteram-se", afirmou, lembrando que os remédios falsos, com composição química alterada ou fora do prazo de validade, prejudicam a saúde humana.

Boaventura Moura declarou que existem suspeitas de que os medicamentos ilegais estejam a entrar no país pela fronteira com a República Democrática do Congo (RDC). "Há uma extensa fronteira terrestre com a RDC e como existem familiares dos dois lados, muitas vezes esses medicamento entram camuflados noutras mercadorias que a Guarda Fronteira considera inofensivas".

4 OGE INVESTIMENTOS P UBLICOS E TRANSPARENCIA

4.1 Tolerância zero não vence nem convence

A Capital

De 17 de Abril de 2010

Estes dois factos evidenciam dois sinais do tempo contraditórios. A temática da terceira assembleia-geral dos Ombudman, Mediadores e provedores Africanos a boa governação ocorre, exactamente, num momento em que, à escala continental, os africanos pretendem ter um papel relevante nas questões de governação.

Já não se trata de realizar simplesmente eleições regulares ou não, num ritual mais ou menos sofisticado e muitas vezes manipulado, onde as escolhas acabam por ser quase nada democráticas e elites autoritárias corruptas, apoderam-se do Estado e apropriam-se dos recursos, perpetuando-se no poder, excluindo as maiorias.

Em países como Angola, não só pelo facto da instituição ser muito recente, mas também e, essencialmente, porque o provedor de justiça está refém do poder político estabelecido, estamos muito longe. Em Angola, como infelizmente já se assume comumente, a corrupção transformou-se não na excepção do sistema, mas no elemento intrínseco do mesmo. Daí não fazer muito sentido a tentativa de diminuição do impacto dessa crítica constatação feita pela sociedade civil, quando altas figuras da hierarquia do Estado, como o presidente da Assembleia nacional, Paulo Cassoma, aludem ao facto da corrupção não ser peculiar a Angola, mas existente em todos os países.

Todos concordarão com a afirmação do vice-presidente da Assembleia Nacional, João Lourenço, de que a promoção da boa governação, transparência, eficácia, equidade e justiça social «é um desafio transversal» em África. Todos subscreverão o desejo manifestado pelo PR de ver os mediadores assumirem uma maior intervenção na defesa dos direitos dos cidadãos. Ninguém deixará de endossar a meta dos «altos patamares» a que se deve guindar África em termos de desenvolvimento, incluindo a promoção de direitos e garantias dos cidadãos.

O ponto é: será que estes discursos estão em consonância com o cortejo sistemático de abusos de direitos humanos e saque generalizado ao erário

público, a que se assiste passivamente no país?

A aura de dignidade dos ilustres provedores africanos que Luanda albergou para uma tão importante reunião, contrastava com a situação miserável que os deserdados de suas casas ora demolidas, açoitados pelas chuvas, frio e doenças, quando não pela canga autoritária, padeciam em Benguela e na Huíla. Contrastava sucessivas inexplicáveis prisões arbitrárias de cidadãos em Cabinda. Contrastava com as denúncias de casos de corrupção de dimensão internacional, nunca investigados, nem sequer explicados. Contrastava com o abuso de poder dos governos provinciais de Benguela e Huíla, amplamente documentados e denunciados por organizações não-governamentais como a Omunga ou a AJPD (Associação Justiça, Paz e Democracia). Os cidadãos interrogam-se por que motivo a Provedoria de Justiça não se pronuncia sobre estas situações em Angola.

Novas e velhas denúncias

A corrupção e a má gestão impedem a melhoria de vida dos angolanos constata a Human Rights Watch no seu mais recente relatório sobre «Transparência e Responsabilização em Angola uma Actualização», divulgado esta semana. Se antigamente este tipo de relatórios mereciam reacções de condenação ou insinuações por parte das autoridades, nos últimos tempos nem tanto. A existência da corrupção, apesar do discurso anti-corrupção e da panóplia de instrumentos jurídico-legais aprovados em Angola, tomou-se um lugar-comum, um não-facto, uma situação «normal». As pessoas já só estranham os números, os valores envolvidos, o património ostentado ou que poucos procuram encobrir.

A HRW considera que o Governo angolano tomou medidas limitadas para combater a corrupção e má gestão generalizadas, situação que bloqueia o progresso das condições de vida dos angolanos. E atesta: tendo o produto interno bruto aumentado mais de 400% nos últimos seis anos, os angolanos não assistem a uma melhoria de vida proporcional a este aumento.

A política de «tolerância zero» contra a corrupção recentemente proclamada pelo presidente José Eduardo dos Santos, parece indicar uma vontade de combater a mesma, mas dilui-se nas «medidas limitadas para melhorar a transparência até agora tomadas».

A HRW chega mesmo a fazer alusão a um caso «documentado num relatório de 2010 publicado pelo senado norte-americano», no qual estaria alegadamente envolvido Agualdo Jaime, ex-governador do Banco nacional de Angola e actual presidente da agência de investimento privado. Nele se refere que aquela personalidade terá dado início a

«uma série de transacções suspeitas com bancos norte-

americanos no valor de 50 milhões de dólares e os bancos, preocupados com a possibilidade de poder tratar-se de uma fraude», cada uma das tentativas de transferência ou devolveram os fundos pouco tempo depois de os terem recebido.

«É necessário que o Governo adopte medidas rigorosas de combate á corrupção e ao secretismo que põem em risco os direitos dos angolanos», afirmou Arvind Ganesan, director do programa de negócios e direitos humanos da organização.

A Human Rights Watch considera que o acordo celebrado recentemente com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no rescaldo da crise financeira global e da queda do preço do petróleo poderá ajudar a melhoria deste panorama, apesar da insuficiência das reformas ora anunciadas pelas autoridades angolanas.

Aquela ONG internacional sustenta que o acordo com o FMI «não só oferece o quadro mas também o ímpeto internacional para levar a cabo melhorias significativas e combater a corrupção em Angola". Neste sentido, consideram que os membros do conselho de administração do FMI, tal como os EUA e a China" deviam garantir que Angola age em conformidade com as cláusulas do Acordo Stand-By, em especial no que respeita a tornar públicas as auditorias da empresa petrolífera estatal, a Sonangol, e a apresentar actualizações regulares que detalhem as despesas de Angola».

Angola continua muito mal posicionada em matéria dos índices mais importantes: está na 143ª Posição entre 182 posições no índice de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), apesar de ser o maior produtor de petróleo da África subsahariana.

Quanto à classificação no índice de percepção de corrupção de 2009 da transparência internacional, Angola piorou: da 158". Posição entre 180 países em 2008, passou para a 162", em 2009.

Mas o relatório da HRW está longe de esgotar a complexa teia de relações promíscuas, entre membros da elite governamental, às vezes mesmo de cariz acentuadamente parental, com um sistema de favoritismos, participações cruzadas, sonegação das leis vigentes, onde se diluem as fronteiras entre o público e o privado, geralmente às expensas do interesse público, trabalho que entre outras denúncias mais ou menos regulares constantemente feitas na imprensa por cidadãos, jornalistas ou ONG's, tem vindo também a ser feito por alguns activistas como R. Marques.

4.2 A Lei dos Salários foi votada para uma Nova Angola.

Jornal Folha 8

20 de Fevereiro de 2010

O orçamento geral do Estado para o ano fiscal em curso já foi aprovado no ano passado, sem que fossem considerados os propósitos que levaram a visão da Constituição e as estratégias que determinarão as metas. E se pretendem atingir a médio longo termos nos vários domínios os de responsabilidade pública e incumbem o 3º Estado.

Tal como temos vindo a pautar em essas análises e a fundamentar essas críticas, a metodologia centrada para o governo estabelecer a aprovação do orçamento, são tão atípicas quão estranha é a sua forma de responsabilização ou controlo da aplicação dos dinheiros públicos. Se estamos a recomeçar, como disse o PR, tinha de ser votado um outro OGE, que atendessem aos programas que os novos tutores certamente queiram empreender corrigindo imperfeições ou planos menos ousados de seus predecessores. Não aconteceu.

O aprovado o ano passado é o que vigora e teve em conta critérios que se desconhecem. Porquê desconhecidos? Porque não foram transparentes as despesas decorrentes ou as receitas arrecadadas e evita-se sempre falar da subida do preço do barril do petróleo, como referência base dos activos no estudo e feitura do orçamento.

Lembra-se que desde os meados de 2009 que seguramente o preço do barril só conheceu subida, e chega hoje a ser cotado a 75 USD o que dá uma grande margem de excedentes.

No passado dia 27 de Janeiro, o Conselho de Ministros, numa sessão extraordinária e restrita, aprovou a Programação Financeira do Tesouro que praticamente está virada para o futuro com novos projectos.

A carteira de investimentos aprovada está acima de 7 mil milhões de dólares, destinados a apoiar 39 projectos em vários domínios. Cerca de 60 por cento dos referidos investimentos foi destinado aos sectores do comércio, hotelaria, imobiliário e telecomunicações. De acordo as informações, os sectores agro-alimentar e agro-pecuário, foram pouco contemplados. Por norma, os contribuintes (cidadãos) deviam ter conhecimento do que cada ministério gastou e o total de receitas amealhadas. Até hoje nunca soubemos na realidade qual é a dívida contraída pelo Estado junto do sector empresarial público nacional e agentes económicas estrangeiros, tudo porque os cidadãos nunca se catalogam como verdadeiros contribuintes, porque participam pouco nas receitas que são indispensáveis para contrabalançar os gastos (investimentos) do

Estado. Participam pouco, porque o Estado criou, um ciclo de gerador de receitas (dividendos) ou investimento retroactivos.

Na realidade apenas 20 5, dos mais de 9 milhões de angolanos activos pagam imposto e menos de 5% dos detentores de riqueza são intimados a pagar aquilo que se conhece como o imposto sobre a fortuna – ISF e sobre o rendimentos, que se em todas as sociedades estáveis e sob governação responsável, representa 1/3 do pacote, das receitas gerais do Estado. Em Angola, como os detentores dessas multinacionais ocultas, não só são invisíveis, como nunca declaram seus capitais e não pagam o imposto sobre os lucros; como nunca se sabe ao certo quem são os proprietários dos bancos (sobretudo); como não temos grandes empresas empregadoras e produtivas; como não existe um mecanismo de avaliação dos dividendos ou detecção das fraudes e de fugas ao fisco, o Estado nunca ou raras vezes declara ou anuncia benefícios.

Estas irregularidades subsistem, mas são bem encobertas porque as potencialidades de Angola em recursos naturais rentáveis, são extremamente lucrativas e exponenciais o que possibilita sem grandes esforços o Estado tapar os furos dos gastos.

O angolano não tem muito mais, somente porque o nível de desvio e esbanjamento é enorme. Este quadro descrito faz com que no fim das contas, o saldo seja sempre negativo, muito particularmente porque tem de se suportar despesas de umas Forças Armadas e de uma Polícia Secreta iguais a do tempo de guerra e os dinheiros despendidos em equipamentos (pontes, estradas, barragens, fornecimento de energia eléctrica, água) não são recuperados; os quadros técnicos que as infra-estruturas de educação e ensino formam, não produzem o esperado porque não há oferta – unidades de produção. Os investimentos nas áreas sociais, são ou inexistentes, ou selectivos, continuando na lógica de que para o Estado, aqueles que vêm a favor do povo, são inimigos do Estado porque ao procurarem defender o povo, são forçados a se insurgir e condenar o governo e como raras são as vezes que o governo desempenha cabalmente seu papel, também as associações são penalizadas.

Como disse de princípio, antes da aprovação de um orçamento adaptável deve ser publicado relatórios sobre os gastos detalhados, a quantidade de riquezas produzidas e um ante-projecto de crescimento e desenvolvimento que venha a justificar os dinheiros que serão injectados sectorialmente. Mas, não é o que sucede em Angola. O Governo foi nomeado e contrariamente ao que é recomendado, não se conhece o projecto, as suas linhas programáticas, seu espaço de acção, o tempo presumível para a sua implementação e as suas prioridades destrinchadas, Tudo na mesma.

Taxas; impostos; penalizações

Nos últimos dias, está em voga a questão do seguro obrigatório” cobertura á terceiros “, para os utentes de meios rolantes motorizados. Em toda a parte do mundo, as taxas indirectas que se extraem da actividade comercial (compras de produtos ou as que são extraídas dos nossos salários) ou impostos vários que se pagam directamente ao Estado por intermédio de declarações que as empresas pequenas, médias ou grandes) depõem no ministério das finanças pelas actividades produtivas; as multas de penalizações por infracções de trânsito ou fiscais, servem para atenuar as despesas do Estado no melhoramento das estruturas que servem os cidadãos no domínio público. Isto quer dizer que, ao pagarmos esses impostos e taxas, estamos no direito de reivindicar melhorias dos equipamentos públicos que o Estado coloca ao nosso dispor. Adicionada a outras comparticipações já citadas, este imposto "Seguro", por exemplo, pago a organismos privados ou estatais, deviam antes ser precedidos de infra-estruturas mínimas tais como: estradas transitáveis, sem buracos, sem areia, bem asseguradas, bem sinalizadas e iluminadas, assim como pontes correspondentes as normas. Numa única palavra, condições que ilibam o Estado de qualquer inculpação num determinado acidente com danos, provocados por exemplo, pelo estado degradante de uma via. Não é o que acontece em Angola. As cinco asseguradoras vocacionadas a cobrar os impostos, nunca estarão em condições de cobrir gastos, quando um buraco na estrada ser o responsável de um determinado acidente. E, ninguém dirá não, grande parte dos desastres têm origem o estado lamentável da maior parte das vias que se estendem pelo país.

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZA ÇÃO E CIDADANIA

5.1 Moradores contestam administrador comunal

Folha 8

De 03 de Abril de 2010

O desânimo dos moradores das ruas afectadas é ainda maior pelo facto de nada ser feito, no sentido de se minimizar a situação, ou seja, dependem pura e simplesmente do sol para verem secar o lago, cuja existência impossibilita, inclusive, a circulação de viaturas. Aqui, as críticas vão também para o administrador comunal, Esteves Machado, apontado como incapaz de gestão administrativa.

"Machadinho", como também é chamado, nunca consegue responder, positivamente, às preocupações dos moradores, relativas à remoção das máquinas da administração, para acudir determinada situação.

Os moradores são, muitas vezes, obrigados a telefonar ao administrador municipal, enquanto o local apenas aparece na zona depois de os moradores superarem a respectiva avaria. Machadinho, citado ainda como arrogante, só tem outra postura em ruas com algum interesse pessoal, segundo relatos ao F8,

Como prova, os denunciadores apontam o suposto empenho pessoal dele para se nivelar a rua das Beiras em duas ocasiões; enquanto os moradores da Estremadura vêem gorados os seus esforços para o mesmo fim, apesar de ser a celebração do mau contrato da administração a principal culpada pelo estado intransitável e lastimável da mesma.

Os moradores anseiam beneficiar de um novo administrador comunal tão logo o novo ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa decida mudar o pessoal. Implicâncias com crianças que jogam na rua, decisões administrativas erróneas, entre outras, constam ainda do suposto pegado de Machadinho. Durante o fecho F8 soube que o mesmo tentou sem sucesso receber a jangada aos barqueiros por tencionar realizar um palheativo na zona em virtude do falecimento da filha ele um membro do MPLA morador nos arredores.

5.2 Fundo de Gestão Municipal tira Ebo das ruínas

Jornal de Angola

De 11 de Abril de 2010

A degradação das vias secundárias e terciárias no município do Ebo, província do Kwanza-Sul, tem desmotivado muitos empresários que pretendem investir naquela região, possuidora de um clima propício à prática da agricultura e da pecuária.

O administrador do município do Ebo, Gualberto Longuenda, disse, ao Jornal de Angola, que a prioridade das acções programadas para este ano vai para a reparação das vias rodoviárias, porque "o desenvolvimento de uma região depende, em grande medida, do estado de conservação das vias de acesso".

As boas estradas, afirmou, "vão possibilitar a circulação, com comodidade, das populações, o escoamento dos produtos do campo para a cidade e o intercâmbio comercial com outros mercados do país".

O troço rodoviário entre a sede municipal do Ebo e o Conde, numa distância de 40 quilómetros, já foi alvo de uma acção de terraplanagem, que não resistiu às chuvas intensas que se abatem sobre a região.

Mas para lá da recuperação das estradas de acesso, que não dependem directamente da Administração Municipal, o Ebo tem ganho novas infraestruturas sociais que estão a mudar, para melhor, o quadro anterior de carência de serviços essenciais.

Inserido no programa de investimentos do Município, a empresa Lafil construiu, de raiz, um hospital com capacidade para 50 camas, uma escola com seis salas para o 1º ciclo e o edifício da Administração Municipal, devidamente apetrechado.

Ainda com a verba pública atribuída ao município foram reparados dois postos de saúde nas zonas da Balaia e Kissoko e reabilitadas infra-estruturas de captação e abastecimento de água potável e de iluminação pública e domiciliária.

As marcas da guerra estão paulatinamente a desaparecer, dando lugar à construção de novas obras para aumento da oferta de bens e serviços sociais básicos à população. Entre as muitas obras ganhas pela população, ao longo dos últimos anos, há casas para quadros e ruas, jardins e lancis requalificados, que estão a conferir uma nova dinâmica à vida dos habitantes.

O administrador municipal Gualberto Longuenda reconheceu, com satisfação, que a melhoria das condições de vida dos munícipes se deve ao empenho do Governo central e provincial "que tudo têm feito para dotar a municipalidade com infra-estruturas condignas".

Entre as grandes conquistas proporcionadas pela paz consta a extensão do sinal da Rádio Nacional de Angola (RNA). A Televisão Pública de Angola (TPA)

está a funcionar com um centro emissor que abrange um raio de cerca de 15 quilómetros. A entrada em funcionamento do serviço de telefonia móvel Unitel constituiu uma grande alegria para a população.

Saúde clama por técnicos o Hospital Municipal, construído de raiz há dois anos, trouxe melhorias consideráveis na assistência médica à comunidade. Com a sua entrada em funcionamento os pacientes deixaram de ser transferidos para o hospital da Gabela ou do Sumbe.

A rede sanitária municipal é complementada por 10 unidades de saúde distribuídas pelas comunas sede, Conde, Quissanje e a povoação administrativa da Chôa. De acordo com o administrador municipal, o grande problema do município é a falta de médicos especializados. Apenas existem, a trabalhar no sector público da saúde, dois médicos, dois técnicos médios, igual número de enfermeiros gerais, 48 enfermeiros auxiliares e 23 quadros da área administrativa.

Segundo estatísticas oficiais as doenças mais frequentes no município são a malária, que no ano passado atingiu a cifra de 26 mil 390 casos, as doenças respiratórias agudas, com 12 mil 709 casos, as doenças diarreicas agudas, com 9 mil 650 pacientes, seguidas da anemia, com 8 mil 943 casos.

Em 2009 o sector da saúde realizou, no total, 78 mil 681 consultas, sendo 38 mil 432 em pediatria.

Gualberto Longuenda fez saber que a secção da maternidade do hospital local, no período em referência, assistiu a mais de 125 partos. Esta área é complementada pelo serviço prestado pelas parteiras tradicionais espalhadas pelos bairros periféricos.

"O hospital carece de um aparelho de RX. Para colmatar esta lacuna os pacientes têm de se deslocar à cidade da Gabela, o que dificulta imenso o trabalho dos serviços de saúde" disse o administrador municipal, que apontou a falta de ambulâncias como outra lacuna grave.

A rede sanitária não tem problemas em termos de stocks de medicamentos essenciais, que são fornecidos pela Direcção Provincial da Saúde. Os medicamentos oficialmente considerados não essenciais são adquiridos com a verba atribuída ao município.

A povoação da Balaia, pertencente à comuna do Conde, beneficiou de um posto médico reabilitado e ampliado, que vai prestar assistência a cerca de 8 mil e 422 pessoas. As obras, executadas pela empresa de construção civil Jemasil, custaram aos cofres do Estado o equivalente a um total de 115 mil e 500 dólares norte-americanos, incluindo os apetrechos.

A Administração do Ebo conta actualmente com uma casa de passagem para técnicos e outros quadros que prestam serviço naquela parcela da província.

Cerca de 25 mil alunos estão matriculados neste ano lectivo nos diversos subsistemas de ensino. No

município estão a ser construídas novas salas de aulas com recurso a materiais locais para reduzir o número de alunos que se encontram fora do sistema normal de ensino, que rondam os 18 mil 229 petizes.

O administrador municipal, Gualberto Longuenda, disse que 554 professores leccionam na circunscrição, distribuídos por 41 estabelecimentos escolares.

Dez destes estabelecimentos possuem infra-estruturas de carácter definitivo, outros três foram edificados no quadro do programa municipal de investimentos públicos.

No ano passado mil 51 O adultos, dos quais mil 260 do sexo feminino, frequentaram aulas de alfabetização monitoradas por 21 alfabetizadores.

Gualberto Longuenda ressaltou a necessidade de se aumentar o número de salas de aulas e de se recrutar mais professores "para que o processo de ensino, em todas as aldeias da municipalidade, seja devidamente assegurado e se estenda a toda população".

Energia e água

A energia eléctrica é abastecida à sede municipal por um gerador que funciona regularmente no período nocturno. Cada munícipe comparticipa mensalmente com três mil kwanzas para manutenção do gerador.

Em relação ao abastecimento de água potável, o administrador municipal disse que se pretende melhorar o sistema "porque o que está instalado não satisfaz as necessidades da comunidade". Está prevista a construção de uma estação de captação a partir do rio Keve. A vila possui um tanque acumulador de água com capacidade para 34 mil litros.

Gualberto Longuenda disse que dadas as dificuldades financeiras enfrentadas pelos agentes comerciais oficializados, na região predomina o comércio informal. Municípios potencialmente agrícolas, no Ebo predominam as culturas do milho, feijão, ginguba, batatas rena e doce, mandioca, hortícola e citrinos.

No âmbito do programa de extensão e desenvolvimento rural, a Mecanagro disponibilizou dois tractores que limparam 180 hectares, dos 500 inicialmente previstos, na comuna do Conde.

Estão controladas 48 associações de camponeses, com mil 421 membros. Um total de sete cooperativas, com 214 membros, beneficiou de 4.176 enxadas europeias e duas mil tradicionais.

O município possui 196 fazendas agrícolas, todas em franca produção. O efectivo pecuário está calculado em mais de 428 bovinos, 14.350 caprinos, 11. 444 aves e 2.089 suínos.

A administração Municipal arrecadou, em 2009, cerca de 8,7 milhões de kwanzas, resultantes da cobrança do imposto industrial dos grupos A, B e C, imposto predial urbano, taxa de circulação de veículos automóveis, multas fiscais, emolumentos e outras taxas.

Monumento a Arguelles

O governo prevê construir um monumento na localidade de Hengo, município do Ebo, onde ocorreu a batalha que vitimou o comandante das Forças Armadas de Cuba Raul Diaz Arguelles, no dia 11 de Dezembro de 1975.

Trata-se de uma homenagem merecida àquele filho de Cuba, que tombou em auxílio às ex-FAPLA contra as forças invasoras do regime de apartheid da África do Sul.

O Ebo tem 182.707 habitantes, maioritariamente camponeses. Possui recursos hídricos consideráveis, com destaque para os rios Cuvo, Nhia, Mugige, Kussoi e vários riachos, que dão ao município um enorme potencial em termos de capacidade de irrigação e fertilização das áreas cultiváveis.

5.3 PNUD considera positivo concretização dos fundos alocados a todos municípios

Jornal de Economia e Finanças

De 13 de Abril de 2010

O chefe em exercício da área de governação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Israel Jacob Massuanguane, mostrou-se satisfeito com os resultados alcançados em 2009 pelo programa de governação e desenvolvimento local, que tem como objectivo principal assegurar a implementação efectiva e o cumprimento das novas funções e atribuições dos municípios. A iniciativa está a ser implementada pelo executivo angolano em parceria com aquela agência das Nações Unidas, a título experimental e que abrange 36 municípios, sendo 18 do grupo A, e os restantes do B, das províncias do Bié, Malanje, Kwanza Norte, Uíje e Bengo, contra os 15 inicialmente projectados.

Falando ao JE, em jeito de balanço das actividades realizadas ao longo do ano transacto, o também responsável pelo projecto de descentralização e governação local do PNUD revelou que o orçamento atribuído aos municípios é indispensável para um cabal funcionamento das administrações locais visando satisfazer as necessidades básicas bem como a oferta de serviços às populações. Para cada município, o Governo concedeu um orçamento de USD cinco milhões.

"A cobertura do projecto até Junho de 2009 passou de 15 para 36 municípios. As razões para este incremento prendem-se com a vontade dos governos provinciais de estender as fronteiras técnicas do projecto no quadro do estabelecimento dos municípios como Unidades Orçamentais", frisou o também docente universitário.

Para o responsável do PNUD em Angola, a efectiva implementação do quadro das prioridades definidas a nível local é sempre crucial dado o papel que os investimentos públicos podem trazer no desenvolvimento sustentável das comunidades.

O responsável aproveitou a oportunidade para destacar avaliação feita ao projecto, no encontro de balanço das actividades de 2009, reunião realizada nos dias 25 e 26 de Fevereiro de 2010, na conluna da Barra do Dande, província do Bengo. Na avaliação do quadro da implementação do projecto foram definidas as metas para este ano, tendo ficado patente que o programa está a servir de catalizador na mobilização de capacidades para uma gestão eficaz dos recursos públicos e o reforço de habilidades técnicas de planeamento e orçamentação participativos.

Harmonização

Por outro lado, Israel Jacob Massuanguane sublinhou que as equipas técnicas a nível central, provincial e municipal foram instrumentos determinantes para os resultados alcançados, já que os programas foram harmonizados.

"O Decreto-lei 8/08, que cria o Fundo de Apoio aos Municípios tem um mérito crucial para assegurar uma implementação efectiva e o cumprimento eficaz das novas funções ou atribuições dos municípios", disse, antes de referir que os orçamentos e o processo de descentralização configuraram-se em várias abordagens que vão desde a desconcentração (transferência de funções), desconcentração financeira (estabelecimento de unidades orçamentais) até ao processo de autorização (poder local).

O encontro contou com representantes dos Ministérios da Administração do Território (MAT), das Finanças (MINFIN), da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU), do Planeamento (MINPLAN), para além do director do centro de pesquisa em políticas e governação local (Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto) e os coordenadores provinciais do Bié, Malanje, Bengo, Kwanza -Norte e Uíje, e técnico do PNUD.

O papel do PNUD no programa não é supervisionar os municípios, mas sim apoiar os esforços do Governo tendentes ao aumento da capacidade técnica, institucional e humana das administrações locais.

Expansão

Quanto ao processo de expansão deste projecto-piloto para as demais provinciais, o chefe em exercício da área de governação do PNUD disse que o processo da descentralização introduzido pelo Governo cobre todo o país, porém este plano piloto é uma pequena contribuição nos esforços do Governo.

"Queremos aprofundar as experiências e consolidá-las,

pelo que é ainda prematuro falarmos da réplica para as outras províncias, embora a metodologia que estamos a usar nestes municípios possa ser replicado assim que se demonstre como efectivo. Mas é importante referir que estamos num processo de aprendizagem gradual que precisamos de consolidar o conhecimento e as experiências com as províncias, municípios e comunas, daí o papel chave da equipa central (MAT, Minfam, Minplan, e Minfin), das equipas provinciais; equipas municipais e actualmente também começamos a dar primazia às equipas comunais", salientou.

Formação

A governação democrática cria as condições para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. O Governo angolano procedeu a mudanças políticas importantes nos últimos anos, visando dar mais poder aos órgãos locais do Estado e futuras autarquias quanto ao planeamento, orçamento e coordenação do desenvolvimento local.

Para que estes pressupostos tenham frutos desejados, é imprescindível a formação de quadros. E assim que, no âmbito da cooperação técnica e académica, o PNUD e a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em parceria com a Cooperação Espanhola e a Cooperação Portuguesa, criaram o centro de pesquisa em políticas públicas e governação local. Para este ano, o centro pretende lançar o primeiro curso de pós-graduação em políticas públicas e governação local dirigido a governantes de nível central, provincial e municipal, para além do quadro do aparelho do Estado, executivos, académicos e público no geral.

"Assim que estiverem criadas as condições logísticas e institucionais, poderemos iniciar o curso. Estamos em contacto com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal) e a Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), onde uma equipa se deslocou para angariar apoios necessários para a materialização desta iniciativa, pelo que contamos com o arranque, assim que esta etapa estrutural e organizativa estiver concluída. Os moldes de adesão certamente vão ser objecto de avaliação por parte do Conselho Científico da Faculdade de Direito. No entanto, há que destacar que não vai fugir ao modelo instituído para outras pós-graduações que acontecem na Faculdade de Direito", explicou Israel Jacob Massuanganhe.

Perspectivas

Como desafio para 2010, o projecto de descentralização e governação local passará a assistir com maior ênfase às colunas. Segundo destacou o responsável do PNUD, a sua instituição vai continuar a garantir a assessoria e apoio técnico às equipas provinciais e municipais para que estas possam responder os desafios das comunas.

"O PNUD está disponível para dar o apoio e suporte necessários para o sucesso deste desafio", informou.

De referir que os perfis municipais que fazem parte do projecto são uma radiografia do município que espelha a sua situação actual, com destaque para os aspectos relativos à sua descrição e limites, organização administrativa, demografia e caracterização dos sectores (Agricultura, Saúde e Educação) e os grandes desafios que deverão ser considerados no planeamento estratégico.

5.4 Espírito Santo poderá exonerar administradores

O País

De 16 de Abril de 2010

A governadora da província de Luanda, Francisca do Espírito Santo, deverá efectuar brevemente remodelações pontuais no seu executivo ao nível das administrações municipais, revelou fonte daquela instituição a O PAÍS, que adiantou estar o processo em fase de preparação minuciosa. -

Isto será possível agora que foram restituídas prerrogativas aos governadores provinciais para nomear e exonerar os administradores municipais, no quadro da nova Lei sobre a Organização e Funcionamento dos Órgãos de Administração Local do Estado, aprovada na sessão do Conselho de Ministros de 26 de Março do ano corrente.

A Lei foi concebida tendo em vista a sua adequação à Constituição, onde já são definidas, de modo claro, as formas de organização e funcionamento do poder das autoridades locais, bem como as competências dos governadores provinciais.

Até há bem pouco tempo a competência para nomear os administradores municipais era matéria reservada ao ministro do Administração do Território, podendo no entanto os governadores proporem os seus nomes.

Face ao quadro legal anterior, a governadora viu serem vetadas propostas suas de exoneração do administrador da Samba, Pedro Fançony, o que se suspeita poder vir a acontecer já.

O assessor de imprensa do Ministério da Administração do Território, Antunes Guanje, contactado por telefone, disse que, de facto, os governadores provinciais reganham esta competência mas qualquer movimentação nesse domínio deverá ser articulada com o órgão da tutela.

A fonte de O PAÍS admite que neste momento, Francisca do Espírito Santo não terá dificuldades para levar adiante a remodelação que pretende efectuar brevemente nalgumas administrações municipais.

De outro modo, nas suas últimas intervenções

Francisca do Espírito Santo tem deixado transparecer que vai fazer algumas mudanças no seu elenco, que poderão ir desde administrações municipais até a algumas direcções provinciais.

O PAÍS apurou que Francisca do Espírito Santo pretende mudar os administradores dos municípios da Samba, Ingombota e Kilamba-Kiaxi, designadamente, Pedro Fançony, Suzana Melo e José Correia.

No centro destas alterações poderão estar alegadamente a frustração de expectativas em relação aos resultados apresentados pelos seus exercícios, assim como a relação conflituosa com os subordinados.

Os administradores caso a caso

A administradora municipal da Ingombota, Suzana Melo, teve o primeiro sinal de descontentamento com a sua administração quando não viu ser reconduzida no cargo de secretária municipal do MPLA naquela circunscrição.

Isto ocorreu numa altura em que eram tecidos comentários pouco abonatórios à sua diligência que deixou ao relento muitas pessoas na sequência da sua política de demolições sem acautelar os interesses da população removida da sua área de jurisdição.

Demolições na Samba tomam Fançony impopular

Sobre Pedro Fançony, administrador municipal da Samba, a fonte deste jornal disse que é rotulado como um dos administradores municipais com grande índice de impopularidade. Além disso, o seu desempenho tem se situado muito à margem do esperado pois, em termos funcionais, a administração continua a demonstrar ainda muitas insuficiências.

A ser concretizada a sua substituição Francisca do Espírito Santo poderá realizar um desejo coarctado pelo então ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira.

No Kilamba-Kiaxi também há mau desempenho

Sobre José Correia, administrador da Kilamba-Kiaxi, outro provável integrante dessa lista de cargos em perigo relaciona-se com a possível baixa de rendimento do seu posto.

Outro sinal pouco abonatório está relacionado com a gestão dos fundos públicos.

Uma segunda fonte revelou a O PAÍS que uma inspecção efectuada nas administrações municipais concluiu que houve irregularidades na gestão dos fundos públicos.

Este facto foi transversal a todas as administrações municipais que compõem a província de Luanda.

De igual modo poderá estar de saída o director do Instituto de Habitação Social, o arquitecto Nzembe Canga, por alegadas desinteligências com os seus colaboradores mais próximos, incluindo mesmo alguns

dos seus superiores hierárquicos.

A fonte de O PAÍS revelou que a fase crítica que a cidade está a atravessar com a ocorrência das chuvas nos últimos dias, poderá retardar a tomada de decisão de Francisca do Espírito Santo que, de momento, está empenhada em tomar medidas de contingência para diminuir os efeitos das quedas pluviométricas.

5.5 Governantas abonam novo regime da contratação pública

O Independente

De 17 de Abril de 2010

O ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, considerou na terça-feira, 13, em Luanda, que a contratação pública desempenha um papel importante no processo de reconstrução, reabilitação das infra-estruturas e no relançamento das actividades produtivas.

Segundo o ministro, a gestão pública de qualidade não é certificada apenas pela boa governação macroeconómica, mas mede-se também pela sua subordinação a, um arcaboço jurídico e institucional, que assegure um regime de contratação pública dotado de padrões de eficácia, eficiência e efectividade.

O seminário centrado em questões sobre o Novo Regime de Contratação debateu-os Fundamentações e objectivos do novo regime de contratação pública", "Procedimentos de contratação pública seu enquadramento constitucional!" e " Sistema de aquisição dinâmica electrónica e central de compras, foi destinado, entre outros quadros, a secretários gerais, dos governos provinciais, directores dos gabinetes de estudo planeamento e estatística e delegados provinciais das finanças, participam no encontro o vice-ministro das Relações Exteriores, Carlos Bragança, Secretaria de Estado das Finanças, Valentina Matias Filipe.

Discursando na abertura do seminário sobre "Novo Regime da Contratação Pública", o governante referiu que o evento reflecte a decisão do Governo de implementar na administração pública práticas consagradas na constituição da Terceira República, como parte do processo de consolidação do Estado Democrático e de Direito.

" Angola tem pressa de mostrar aos angolanos e a comunidade internacional o seu compromisso com os postulados da livre iniciativa económica e com os princípios da boa governação, praticando a contratação pública sob os ditames da aplicação eficiente dos recursos públicos, da transparência e da justiça" , afirmou.

Os resultados destas três práticas, salientou, podem ser sintetizados no binómio concorrência mais probidade, traduzi da na combinação dos postulados da livre

iniciativa económica com os princípios da moralidade no uso dos recursos públicos.

"No âmbito da contratação pública, alcançar padrões de qualidade é uma tarefa particularmente desafiadora, na medida em que a dinâmica dos mercados é orientada para a maximização dos lucros, enquanto ao Governo incumbe buscar o menor preço combinado com a melhor qualidade", sustentou.

5.6 Programam Integrado de Desenvolvimento permite melhorar a vida nas comunidades

Jornal de Angola

De 22 de Abril de 2010

A secretária da Presidência da República para os Assuntos Sociais, Rosa Pacavira, trabalha hoje com as administrações do Cazenga e Kilamba Kiaxi, no âmbito do levantamento dos principais problemas que afectam as populações locais. O diagnóstico, que decorre em todo o país, visa a elaboração de um programa integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza de cada município.

"Depois do diagnóstico nós vamos passar à fase de elaboração do próprio programa. O programa vai conter todas as acções e projectos que concorram para o desenvolvimento das comunidades", disse.

Rosa Pacavira deu esta informação ontem, no anfiteatro do Governo Provincial de Luanda, no termo de um seminário dirigido aos administradores municipais, sobas, igrejas e ONG. Durante o seminário, a equipa liderada por Rosa Pacavira transmitiu as informações sobre os objectivos do programa e os métodos a usar na sua elaboração.

A secretária da Presidência da República para os Assuntos Sociais trabalhou em todas as províncias do país. Disse ter constatado nas comunidades a falta de escolas, hospitais, energia eléctrica, entre outras condições básicas para uma vida condigna. O trabalho com os administradores e comunidades vai consistir na identificação dos principais problemas que cada município ou comuna enfrenta.

Nas comunas e municípios estão a ser criadas equipas técnicas coordenadas pelos respectivos administradores para a implementação do programa. O programa municipal integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza vai ser implementado num período de dois anos.

De acordo com a secretária da Presidência da República, cada município deve identificar os seus problemas e o programa vai ser incluído no OGE, quando em Julho deste ano for feito o reajustamento

do orçamento. Os programas em execução das administrações municipais vão ser harmonizados com o novo programa.

"Vamos harmonizar o programa de desenvolvimento rural, do comércio rural, do combate à pobreza, a estratégia nacional de alimentação e nutricional e o Programa de Investimentos Públicos", referiu.

Depois de percorrer todas as províncias do país, Rosa Pacavira afirmou que há localidades onde a população não tem nada. "De uma maneira geral vamos trabalhar para que reduzamos a pobreza", referiu.

Neste programa as prioridades serão a construção de salas de aulas, centros médicos, fornecimento de água potável e de escoamento de produtos agrícolas em todo o país. Os administradores municipais deverão entregar os seus programas até ao dia 25 ao governo da província de Luanda. A reunião de ontem contou com a presença da Governadora de Luanda, Francisca do Espírito

5.7 Municípios vão ter programas integrados monitorizados pela Casa Civil da Presidência

Jornal de Angola

De 23 de Abril de 2010

Os municípios de Luanda vão nos próximos anos contar com um "Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e de Combate a Pobreza" monitorizado pela Casa Civil da Presidência.

O anúncio foi feito, ontem, em Luanda, pela secretária da Presidência da República para os Assuntos Sociais, Rosa Pacavira, no final de uma visita aos municípios de Viana, Cazenga e Rangel.

As visitas tiveram como objectivo a avaliação da situação daqueles municípios para se poder preencher o "Modelo Paradigma" que vai permitir a consolidação do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza.

No município de Viana, Rosa Pacavira verificou as condições precárias em que vivem as pessoas que habitam as tendas próximas da Vila Chinesa e na Vila do Zango 11.

A secretária da Presidência da República para os Assuntos Sociais lembrou que "o Governo está a trabalhar em vários projectos de autoconstrução dirigida" e que "vai construir escolas, hospitais, lojas e centros de saúde para aquela população não viver apenas de assistência".

Quanto ao município do Cazenga considerou ser o mais problemático dos três que visitou porque "tem graves problemas de saúde pública" e está "rodeado de

bastante lixo" devido, em parte, a haver apenas uma operadora de recolha de lixo a actuar na zona. Rosa Pacavira defendeu a necessidade de uma "grande intervenção em termos de saneamento básico" e da "ordenação dos armazéns".

No município do Rangel verificou problemas de saneamento básico, mas considerou que "a recolha dos resíduos sólidos é bastante satisfatória". A secretária da Presidência da República para os Assuntos Sociais e alguns responsáveis do governo provincial de Luanda visitam hoje, com o mesmo objectivo, os municípios do Cacucaco, Kilamba Kiaxi e da Samba.

5.8 Dossier Municípios /Comunas /Habitações 5.4 /Habitantes/Escolas e Hospitais/ administrações públicas/Pólos de empregos locais

Folha 8

De 24 de Abril de 2010

Autarquias; Autonomias locais; Descentralização; desconcentração.

Todas essas palavras que na sua génese descrevem processos estruturais político-administrativos, só têm vantagens. Em nenhum momento se deve temer que desaboquem em secessão de Angola, em colisão entre elas, ou insubordinação dos que a apreçoam. Logicamente sabe-se que sua materialização não será um mar de rosas, pois como em tudo, terá de obedecer e estará confrontada as adversidades próprias de um processo faseado, quanto mais não seja este que envolve uma multiplicidade de interesses naturais que se cruzam no choque de culturas e actualmente pela disputa acirrada das componentes religiosas, muitas delas duvidosas, ameaçadas permanentemente pelos caprichos e interesses económicos individuais.

Mas a adopção deste sistema de administração territorial em Angola, não pode ser feita com animosidade, nem tão pouco más intenções, como pretende agora o governo ao introduzir a socapa um sistema de descentralização bastante empírico, sem que este seja tecnicamente estudado e exaustivamente debatido na Assembleia, através de um consenso popular participativo. Para não ser conflituoso, as autarquias ou "O Poder Local" têm de ser perfeitamente legisladas sem malabarismos partidários, para que sua implementação possa ser responsabilizada, julgada, acima de tudo legítima. Até a data nunca observei um diploma que contemple um estudo profícuo ou directivas realistas sobre o assunto. Na Constituição, no Capítulo sobre a Organização do Território, Artigo 5, ponto 6, diz: Território angolano é indivisível. No Título V, sobre a Administração Pública, Capítulo I dos Princípios Gerais, artigo 199, Objectivos

e Princípios Fundamentais, dita:

Estrutura da Administração Pública.

1 – A Administração Pública é estruturada com base nos princípios da simplificação administrativa, da aproximação dos serviços as populações e da desconcentração e descentralização administrativa. Quase mais nada se evidencia como Decreto-lei para aplicação. Mas para o nosso caso particular, chegou a hora das populações defenderem seus interesses económico-sociais mais do que partidários. Quer dizer, é tempo dos angolanos colocarem a defesa ou a conquista da satisfação de seus desejos, acima das obrigações partidárias que em termos práticos não levam o pão à mesa da gente, com excepção para muito poucos privilegiados. Ao contrário, a concorrência entre as colectividades vai proporcionar também o seu crescimento.

Particularmente sou apologista deste princípio porque é o mais consentâneo e ideal que responde as exigências do nosso século XXI, quanto aos direitos e liberdades; também capaz de acompanhar o desenvolvimento económico apoiado com o incentivo do investimento empresarial e o reforço da democracia local para uma melhor gestão do erário nacional e um aproveitamento judicioso dos recursos naturais a proveito dos residentes, com transparência e abrangência, onde as circunscrições fiscais coabitem com as circunscrições judiciais. Isto implica porém, uma simplificação das estruturas de administração estatal na clarificação das suas competências e responsabilidades. Porque, o desenvolvimento dos habitantes, de muito vai depender da eficiência dessas circunscrições nas suas actividades fiscalizadoras e reguladoras da economia local, determinantes para a autonomia que se quer salutar. Aqui queremos dizer que o melhor fiscal será o próprio habitante que sente os prejuízos ou benefícios da administração local"que o serve" longe de querelas bairristas divisionistas.

Digo isso porque, durante muito tempo os estereótipos político ideológicos e partidários, endossaram na mente dos angolanos um perfil de subalternidade terrível em que fizeram crer que os angolanos continuavam indígenas e não estavam preparados para a mudança ou para sua adaptação aos critérios de governação e administração modernos. Insinuaram que os cidadãos não estavam aptos à desenvolver seu espírito de iniciativa e assumir suas responsabilidades individuais num conjunto de tarefas no quadro do desenvolvimento colectivo nacional inteiramente profissionalizado. Mas, ao longo dos anos, percebemos que os angolanos progrediram. Hoje, mesmo aquele que não foi à escola, no bairro ou na cidade, extensivo às zonas rurais, tem noção do valor da organização e das estruturas que são indispensáveis para sua evolução no tempo e no

espaço, ao nível de todos os povos que avançaram no mundo. O modelo de descentralização introduzido em Angola desde Junho de 2007, cuja aplicação está a cargo das unidades orçamentais, não tem nada de científico, por isso é ineficaz e despesista. Por exemplo, como se pode apurar a responsabilidade dos 5 milhões de dólares suplementares que todos os anos são injectados nos governos municipais, destinados a cobrir prioridades dos municípios, se não existem directivas jurídicas de responsabilização e se os governantes comunais não têm qualquer palavra na hora do planeamento e planificação dos montantes? Até ao momento, nenhum relatório neste sentido foi trazido ao público.

Em suma, os angolanos no seu conjunto, o governo em particular, têm de aceitar que a organização política e administrativa nas normas actuais, já não responde as expectativas de desenvolvimento que se quer seja permanentemente assistido. Não só é antiga, como é complexa, pesada, excessivamente centralizada e contribui apenas para o entrave do verdadeiro progresso dos cidadãos. O Estado tem de ter a coragem e a lucidez necessárias para voltar a retalhar o espaço administrativo-político. Os municípios são muito vastos, as comunas muito excedentárias e grande parte das residências muito lotadas, o que naturalmente dificulta sua gestão e propicia sobremaneira a promiscuidade.

5.9 Os residentes das localidades têm o direito de exigir de seus governadores:

Folha 8 De

24 de Abril de 2010

Velar pela política de Segurança e da Ordem Pública e da identidade nacional;

Velar pela política de crescimento económico; de desenvolvimento social e protecção do meio ambiente a longo termo;

Em colaboração com os administradores municipais e comunais, explorar as potenciais idades económicas locais, por formas a se gerar empregos e promover o poder de compra;

Velar pelo estado das pontes e das vias de comunicação intermunicipais e inter-regionais; Responsabilizar-se pela construção, equipamento e gestão dos complexos universitários, cios liceus e das infra-estruturas de pesquisa científica;

Velar pela boa conduta dos lugares de culto;

Responsabilizar-se pelas políticas de assistência social dos residentes regionais;

Velar pelo estado dos estabelecimentos prisionais;

Institucionalizar a Carta de Engajamento (mensal), entre o governo e os cidadãos;

Dos administradores municipais e comunais:

- Velar pela boa Administração da coisa pública e Desenvolvimento Socioeconómico da Vila; respeito pelo meio ambiente e o saneamento básico;

- O estado do conforto, tranquilidade e divertimento dos cidadãos;

- Põe em prática o programa aprovado de urbanismo e habitação;

- Velar pelo estado das estradas internas e a segurança para os condutores e os peões;

- O estado dos estabelecimentos públicos;

- O estado dos colégios, das escolas primárias; das escolas elementares e das creches;

- O respeito pela protecção do meio ambiente;

- O estado de habitação e redes de tele – comunicações, TV, Internet; - A política de saúde pública...

- O fornecimento e qualidade de água potável e energia eléctrica;

- O estado dos mercados e centros comerciais...

N/B: Tal como venho dizendo, as autarquias são igualmente um contributo à educação ao desenvolvimento estruturado dos residentes e visa mudar as mentalidades e os comportamentos de cada um, afim de em conjunto se construir um mundo justo, solidário e durável. Uma administração local bem estruturada agiliza uma informação e pedagogia mais adequadas não somente sobre as causas da pobreza e do mau desenvolvimento, mas desperta igualmente o espírito crítico dos cidadãos, apresentando alternativas e proposições de engajamento muito mais acessíveis. Possibilitam igualmente ao cidadão compreender os grandes desequilíbrios nacionais a partir do seu habitat e o encorajam a encontrar meios e caminhos que o levam a sua própria libertação; visa igualmente dar aos jovens as ferramentas para melhor se orientarem na sociedade na qual eles vivem e para melhor analisarem a multiplicidade de informações que lhes são servidas;

A tomada de consciência das questões ambientais, económicas, socioculturais, devem ajudar a melhor compreender a interdependência das sociedades humanas; a necessidade para todos adoptarem os comportamentos favoráveis à preservação do ambiente, face a realidade mais que palpável das transformações climáticas prejudiciais ao desenvolvimento humano, como foi o caso do Grande Tsunami da Ásia e os mais recentes do Haiti, Chile, China, cujos danos são irreparáveis para jamais.

Estar informado - compreende agir. Com a urgência na educação ao desenvolvimento, surge a necessidade premente da descentralização dos meios de comunicação, no cumprimento do seu papel de informar, formar e recrear. Mas, a finalidade final das autarquias é a mudança de comportamento dos cidadãos quer dizer: a

passagem ela adesão, para a tomada de consciência e o consequente engajamento activo directo.

Em resumo:

As autarquias, podem surgir como o prolongamento lógico para se passar da acção individual à uma acção mais cidadã e colectiva. Não para remeter em causa o princípio de cooperação nos projectos, mas mais precisamente com a convicção ele uma complementaridade entre estes dois engajamentos. Pois, o agir do governo central, por mais belas que sejam suas intenções, já não é suficiente para atingir o objectivo de uma Angola mais equilibrada, justa e ideal para se viver. Não nos podemos valer de suposições ou conjecturas estritamente políticas para julgar incompetências de outros que certamente poderiam fazer melhor ou julgar antecipadamente a imaturidade dos cidadãos na altura de captarem as normas de conduta de civilização. É preciso dar-se oportunidade aos outros ou deixar a liberdade do povo decidir "sem ostracismos.

"É o produto final que finalmente define quem na realidade somos, e não o capote que ostentamos e que muitas vezes nos faz crer aquilo que realmente na prática mio somos", se bem que infelizmente, os nossos povos, são mais propensos a enveredar pelo contrario, muito por culpa do pequeno défice de conhecimentos que teimam em prevalecer em nós.

5.10 Falta de dados actualizados dificulta censo da população

Jornal de Angola

De 26 de Abril de 2010

África tem feito grandes esforços no que diz respeito ao combate à pobreza, segundo os dados do economista chefe do Banco Mundial para África, Shanta Davarajau. Para todo o continente africano havia a redução de 1 por cento da pobreza a cada ano durante os últimos dez anos. O indicador é bom, porque supera índice de redução de pobreza.

Em Angola é difícil ter dados exactos porque há 40 anos que não se faz um censo populacional e em 2002 fez-se um que não abrangeu toda a população.

O novo representante do BM em Angola, Elío Codato disse que para falar em dados percentuais em Angola é um pouco complicado. Porque não se sabe ao certo quantos pobres há. Há uma estimativa, com que a estatística trabalha, o que não é bom para dar informações.

Qualquer dado não é confiável porque não é baseado em dados recolhidos de forma apurada. São dados que as pessoas dizem que estão habituadas a trabalhar com eles" mas não têm uma base sólida. "E um pouco

difícil", afirmou.

Elío Codato refere que o grande desafio para Angola é, não só o combate à pobreza, mas o desenvolvimento sustentável da economia. Considerou que a diversificação da economia angolana está no bom caminho.

Louvou os esforços em curso para consolidar o desenvolvimento do sector agrícola em Angola. Segundo o economista chefe do BM, Shanta Davarajau, 70 por cento da população do continente africano de uma ou de outra maneira, depende da agricultura. Angola apresenta-se como uma economia muito mais localizada, mas pode tomar-se o grande celeiro de África. "Já foi e produzia muitos alimentos", recorda, e "poderá retomar as condições com um mínimo de esforço", disse.

Esta seria uma área importante em que Angola poderia investir e avançar na diversificação da economia e, obviamente, com a participação do sector privado em no capítulo das infra-estruturas, criar também atractivos para investimentos no sector de serviços.

5.11 Conselho de Ministros deixou de ter poder decisório

Jornal de Angola

De 28 de Abril de 2010

O docente de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Cremildo Paca, fala, nesta entrevista ao Jornal de Angola, do funcionamento do sistema administrativo resultante da nova Constituição, explica as funções do actual Conselho de Ministros e esclarece as diferenças entre ministros de Estado e ministros e secretários de Estado e vice-ministros.

JA – Como é que a nova Constituição trata da Administração Pública?

CP – Ao contrário da Lei Constitucional de 1992, a Constituição da República aprovada recentemente clarifica e sistematiza o estatuto constitucional da Administração Pública em geral. Nesta Constituição, temos a chamada "Constituição administrativa", a partir da qual se desenvolve o novo ordenamento administrativo angolano, de tal modo que se combinarmos os artigos 1200/d, 199º, 201º, 213º e 223º teremos a arquitectura ou o modelo de organização da Administração Pública.

JA – E qual é esse modelo?

CP – A Constituição consagra a concepção pluralista do tipo de Administração, nos termos da qual se admitem diferentes Administrações Públicas. Neste sentido, admite-se claramente a existência de estruturas administrativas para além do Estado-administração.

JÁ – Como assim?

CP – Por exemplo, quando o artigo 1200/d diz que "compete ao Presidente da República, na qualidade de titular do Poder Executivo dirigir os serviços e a actividade da administração directa do Estado, civil e militar, superintender a administração indirecta e exercer a tutela sobre a administração autónoma", podemos, neste caso, proceder à distinção de três formas de administração e respectivas estruturas administrativas. Aqui teremos, por conseguinte, a própria "Administração do Estado", a "Administração indirecta" (corporizada pelos institutos públicos, empresas públicas e fundos autónomos) e, por último mas não menos importante, a "Administração Autónoma", que, no nosso caso, é corporizada pelas autarquias locais, autoridades tradicionais e associações públicas. Por fim, o novo texto constitucional veio admitir a administração pública independente, dando assim, enquadramento orgânico à Comissão Nacional Eleitoral (CNE) e outras entidades ou agências reguladoras que, eventualmente, venham a ser criadas.

JA – Definitivamente o presidencialismo é o melhor sistema para Angola?

CP – Esta questão é interessante e, de facto, tem suscitado acesos debates, ora movidos por inclinações ideológicas e partidárias, ora por defesa de teses académicas ou discussões decorrentes mesmo de desconhecimento, por assim dizer, de que os sistemas não são fechados em si mesmos e não têm a pretensão de serem aplicados universalmente de forma uniforme e estanque. Do ponto de vista técnico, qualquer sistema serve. Contudo, os sistemas de governo são, geralmente, adoptados pelos países num determinado momento histórico, por causa de factores políticos, culturais, históricos, incluindo até as práticas e experiências de governação.

JA – No nosso caso foi a experiência de governação que pesou mais?

CP – Digamos que sim. Tivemos (na Lei Constitucional de 1992) um sistema de Governo que, em função das circunstâncias políticas - por exemplo, ausência de uma maioria parlamentar - poderia ser fonte de conflito entre os órgãos que partilhavam a função administrativa. Aliás, há exemplos de sistemas semi-presidenciais em que a coabitação toma manifestamente difícil a governação. O sistema de Governo da Lei Constitucional de 1992 potenciava este conflito, fundamentalmente, em caso de coabitação e ausência de maioria parlamentar estável; maioria consolidada.

JA – No sistema adoptado na actual Constituição não há possibilidade de conflitos entre as instituições do Estado?

CP – Quanto ao sistema adoptado, no plano teórico,

pelo menos, o conflito entre as instituições do Estado não é latente, mesmo em caso de maioria parlamentar não estável; ou seja, mesmo em caso de a maioria vencedora não ser uma maioria absoluta ou qualificada. Ao contrário do que tem afirmado o constitucionalista português Jorge Miranda, o sistema foi pensado para funcionar, também, em situações de minoria parlamentar e, neste caso, denotar-se-á a vertente parlamentar do sistema. O importante mesmo é que o sistema sirva para a governação sem sobressaltos institucionais, sem bloqueios institucionais. Basta haver aquilo a que um politólogo angolano, de nome Caputo Menezes, chama de "dimensão triangular do sistema"; isto é, a combinação de três elementos para a consolidação do sistema de Governo: "eficiência e eficácia de decisões", "estabilidade e legitimidade", bem como a "flexibilidade no seu funcionamento".

JA – O que significa, na prática, o Presidente da República ser titular do Poder Executivo?

CP – Em termos práticos, diz respeito à posição jurídico-constitucional do Presidente da República em relação aos outros órgãos do Estado. Não havendo um Governo como órgão constitucional autónomo, o modelo actual confere, por via constitucional, as funções administrativas e executivas ao Presidente da República. O Poder Executivo e a função administrativa, que consistem em governar e administrar os negócios públicos - com vista a atingir os fins do Estado que são a justiça, o bem-estar social e a segurança - passaram para o domínio do Presidente da República.

JA – Quer dizer que o Presidente da República não é um mero símbolo de unidade nacional?

CP – Na realidade, em função do modelo adoptado, o Presidente da República não é apenas o símbolo de unidade da Nação, como no parlamentarismo ou no semi-presidencialismo de matriz portuguesa. No modelo agora adoptado o Presidente da República é um Presidente governante, na senda do semi-presidencialismo do tipo francês ou na senda do presidencialismo americano. Aliás, deixa-me recordar que o modelo de Executivo unipessoal foi inspirado no modelo norte-americano, onde a Constituição diz expressamente o seguinte: "The Executive Power shall be invested in a President of the United States". Por isso é que se diz "Administração Obama", como no passado se dizia "Administração Clinton". O Executivo é unipessoal; o Executivo é uma pessoa, é o Presidente.

JA – Como enquadrar a figura do Vice-Presidente da República?

CP – Esta é outra questão interessante. Basta olhar, à vista desarmada, para qualquer sistema presidencialista, há-de notar que o Poder Executivo é investido, titulado

ou exercido pelo Presidente da República. A natureza organizativa do Poder Executivo no sistema presidencial é unipessoal, tal como acabo de explicar, contextualizando o presidencialismo americano. Os Vice-Presidentes são coadjutores do Presidente da República. Quer dizer que não são órgãos horizontalmente emparelhados para o exercício do Poder Executivo. A nossa Constituição não foge à regra e define o Vice-Presidente como auxiliar do Presidente da República no exercício da função Executiva.

JA – Está a dizer que a Constituição não atribui tarefas específicas ao Vice-Presidente da República no seu papel de coadjutor do Chefe do Executivo?

CP – Sim. Mas em função da organização e funcionamento do Executivo, o Presidente da República pode, no âmbito do princípio da desconcentração de tarefas, acções e competências, colocar a cargo do seu Vice-Presidente a coordenação de determinadas áreas para a prossecução das tarefas de governação, tal como também distribui tarefas a outros auxiliares seus, nomeadamente Ministros de Estado e Ministros.

JA – Então o Vice-Presidente da República pode ter sob sua responsabilidade determinados ministérios?

CP – Exactamente. Constitucionalmente nada impediria a que o Vice-Presidente assumisse a titularidade de um departamento ministerial. Nem sequer seríamos originais, pois que há exemplos de países em que o Vice-presidente acumula o seu cargo com a direcção de um departamento. Ministerial. Por outro lado, deve dizer-se que se ao Vice-Presidente não fossem delegadas competências para a coordenação de determinadas áreas, nem por isso deixaria de estar preenchido o conteúdo e a função que a Constituição lhe reserva. Nos Estados Unidos da América, só muito recentemente encontramos exemplos de o Vice-Presidente ser relativamente activo e ocupar-se de uma área ou tarefa específica, nos casos dos Vice-presidentes Gore (reforma da administração pública) e Dick Cheney (defesa e segurança). Tudo depende da prática, do entrosamento, da dinâmica e do melhor modelo de organização e funcionamento que se quer imprimir ao Executivo.

JA – Qual é o papel do Conselho de Ministros neste sistema?

CP – Na realidade, durante o processo constituinte houve uma corrente no sentido da não manutenção do Conselho de Ministros por causa do sistema adoptado. As actas e demais registos das discussões da Comissão Técnica podem comprovar isto. Esta corrente defende que, sempre que se quisesse tomar uma decisão, o titular do Poder Executivo deveria reunir os seus

auxiliares. Uma outra corrente defendia a manutenção do Conselho de Ministros. Já foi dito que os sistemas não se estruturam de forma linear, uniforme. É preciso atender, em concreto, os elementos de identidade de cada país. A título de exemplo, o presidencialismo brasileiro difere, na sua organização e funcionamento, do presidencialismo argentino. A manutenção do Conselho de Ministros só pode ser compreendida a partir do elemento histórico do sistema de governação. Creio que o legislador constituinte teve em conta que, sendo um elemento positivo e resultante da prática do sistema anterior, deveria ser aproveitada a experiência da actividade colegial do Conselho de Ministros, sem prejudicar, na essência, o funcionamento do sistema adoptado. Aliás, a Constituição é larachando diz que o Conselho de Ministros auxilia o Presidente da República na formulação e execução da política geral do País e da Administração Pública.

JA – O Conselho de Ministros deixou então de ter qualquer poder decisório? I

CP – Sim. A existência do Conselho de Ministros tem paralelo com aquilo a que noutros sistemas se designa por gabinete executivo, conselho governamental, etc. Embora não tenha competência decisória, revela-se como um órgão de sintonia, articulação, unidade e coesão das decisões e acções do Executivo. Com o Conselho de Ministros, qualquer auxiliar do Presidente da República tem conhecimento, diria mesmo em tempo real, de todas as políticas de governação de qualquer departamento ministerial. O Conselho de Ministros também permite que todos os auxiliares do Titular do Executivo partilhem as acções do seu departamento ministerial com outros colegas, de modo a haver harmonização na execução das políticas levadas a cabo pelo Executivo. Em termos práticos, o Conselho de Ministros funciona como um órgão de harmonização e consolidação da acção do Executivo.

JA – Qual é a diferença entre Ministro de Estado e Ministro?

CP – Apesar de o Poder Executivo estar investido no Presidente da República, o seu exercício, porém, é feito através da assistência do Vice-Presidente, dos Ministros de Estado e Ministros. Estes sim são os verdadeiros auxiliares do Chefe do Executivo na governação. Contudo, entre eles existem categorias diferentes e nem todos têm o mesmo estatuto jurídico e político. Na sequência de qualquer corporação ou organização, entre os auxiliares do titular do poder executivo há também relações de supremacia ou subordinação jurídica e política. De resto, decorre da própria estruturação vertical e piramidal da Administração Pública a existência de vínculos jurídicos, políticos e técnicos de hierarquia. Uns, inclusive para efeitos meramente

protocolares. Ora, se olharmos para a estrutura orgânica do Executivo consagrada na Constituição da República, notaremos que o Executivo compreende o Presidente da República, o Vice-Presidente, ministros de Estado e ministros. O seu escalonamento não é inocente, pressupõe, de facto, relação de primazia. Na realidade, entre ministros de Estado e ministros, em princípio, são todos ministros. Contudo, os ministros de Estado têm primazia política e protocolar em relação aos ministros.

JA – E quanto aos secretários de Estado e vice-ministros?

CP – Quanto aos secretários de Estado e vice-ministros, não têm, tal como os ministros, funções políticas, nem são auxiliares do titular do Poder Executivo. Constitucionalmente, eles auxiliam os ministros de Estado e ministros. Entre eles se distinguem na hierarquia e orgânica e protocolar. A segunda diferença reside no facto de os secretários de Estado possuírem competências subdelegadas para executar técnica e autonomamente os subprogramas do departamento ministerial a que pertencem. Inclusive, nos termos da subdelegação de poderes, são responsáveis pela preparação e execução das respectivas políticas, planos, programas e projectos do subsector do departamento ministerial a seu cargo. Compete-lhes ainda licenciar e fiscalizar as actividades enquadradas na subdelegação. Consultando a legislação até aqui produzida sobre o assunto, parece-me que só não têm um sub-orçamento.

JA – Enquanto que os vice ministros...

CP – Os vice-ministros, embora tenham sido indicados para uma área concreta do Ministério, creio que exercem funções sob a coordenação do ministro. Não licenciam nem fiscalizam as tarefas e as actividades que lhes são subdelegadas, ao contrário dos secretários de Estado. Na verdade, executam tarefas e acções referentes a matérias relativas às atribuições genéricas dos Ministérios. Por fim, deve dizer-se que a existência dos vice-ministros não é, constitucionalmente, obrigatória, depende muito do modo como o Chefe do Executivo pretende modelar a sua equipa. Por último, há a salientar o facto de estar-se perante um verdadeiro aprendizado em termos de organização e funcionamento do novo sistema, até que a prática e o tempo se encarreguem de o olear e tomá-lo eficiente e eficaz, estável e flexível no seu funcionamento.

5.12 Orçamento é revisto em Julho

Jornal de Angola

De 30 de Abril de 2010

O Orçamento Geral do Estado para 2010 vai ser revisto entre Junho e Julho, em função da evolução do quadro macroeconómico nacional e internacional e das medidas impostas pela nova Constituição.

O OGE foi elaborado com base numa produção petrolífera de 693,5 milhões de barris de petróleo, a um preço médio de 58 dólares por barril. O Estado prevê receitas e despesas equivalentes a 30 mil milhões de dólares.

As despesas vão, fundamentalmente, para o sector social, com 30 por cento do total.

Os principais planos do Governo continuam a ser o crescimento económico, a reabilitação e construção de infra-estruturas, o aumento do emprego e a reforma do Estado nos vários sectores.

O Governo prevê, para este ano, um crescimento global da economia de 8,2 por cento.

O sector não petrolífero é o principal motor da economia, com um crescimento esperado de 15 por cento, enquanto o petrolífero tem um aumento de 1,1 por cento.

O Conselho de Ministros adoptou uma nova lei do Orçamento Geral do Estado, agora adaptada à nova Constituição.

A Constituição estabelece que seja o Presidente da República a submeter o OGE ao Parlamento.

A comuna, caracterizada pelo crescimento industrial, tem de alguma forma atraído investimentos privados. A localidade conta com três fábricas de bebidas bem como empresas viradas para a extracção de inertes do subsolo.

Pesem os investimentos industriais a comunal, a localidade não conta com um centro de saúde, situação que tem preocupado a comunidade devido aos elevados casos de paludismo que tem registado.

A comuna conta com cerca de dez povoações e uma população estimada em mais de dois mil habitantes na sua maioria virados para a prática da agricultura de subsistência e comércio.

Tendo em conta a ausência de um centro de saúde público ou privado na comunidade, os habitantes são obrigados a se deslocarem até Catete ou Viana (Luanda), no sentido de poderem receber assistência médica.

Ao longo da estada do Factual na comuna do Bom Jesus, foi possível constatar as dificuldades atravessadas pela comunidade no que toca aos serviços de saúde.

Jerónimo Nascimento, morador do bairro 44, falou ao semanário que "a minha esposa estava a contorce-se com muitas dores e febres altas no período nocturno. Por falta de um centro de saúde e transporte no momento, tivemos que passar a noite em casa sem

nenhuma assistência médica. Já na manhã seguinte, levei-a até ao hospital de Catete onde a enfermeira me disse que a minha esposa estava com princípio de malária e que o quadro dela exigia atenção, visto que de noite não teve alguma assistência".

Factos idênticos têm acontecido na comunidade. Em casos mais graves

. os doentes acabam por falecer no trajecto para o hospital de Catete ou Viana Luanda).

O habitante Isaque Kipungo afirmou que "a falta de um centro médico tem causado muitos problemas no seio da comunidade, pois somos obrigados a sair da comuna até para fazer uma análise de paludismo. É urgente um centro médico aqui na comuna para acudir os vários casos de doenças, principalmente o paludismo".

Quanto ao sector da educação, a comunidade conta apenas com 11 salas de aulas, da iniciação à 10 classe, o que não tem

suprido a demanda, dado que existe ainda um número elevado de crianças e adolescentes fora do sistema de ensino. As condições laborais por parte dos professores também não são as melhores.

Adão Francisco, professor da localidade, fez saber que "as dificuldades são tantas, incluindo a falta de alguns subsídios e de mais profissionais, existindo um professor que lecciona a 7 classe, a 9 à 10 classe, o que causa um certo transtorno aquando da preparação da matéria por parte do docente.

Existe a necessidade de se criarem mais salas de aulas bem como o aumento de profissionais na comunidade", apelou Adão Francisco.

A comuna do Bom Jesus, mesmo banhada pelo maior rio de Angola (o Kwanza), ainda carece de abastecimento de água potável.

A comunidade, constituída por cerca de dez povoações, não conta com um sistema integrado de abastecimento de água potável, pelo que a solução é o consumo de água bruta do rio.

A dona de casa, Josefina Samba, falou que "nós dependemos praticamente do rio, é onde nós lavamos as roupas, tiramos a água para beber, cozinhar e fazer os trabalhos domésticos"; Questionada sobre o consumo da água do rio, Josefina Samba declarou que "já se tornou um hábito, muito embora prejudicial à saúde, principalmente das crianças".

A comuna não conta com um centro de formação profissional de artes e ofícios para os jovens, o que contribui para o aumento do desemprego da juventude local, visto que as empresas que operam na localidade primam por indivíduos formados.

O morador Adelino Samba fez saber ao Factual que muitos jovens se encontram desempregados devido à falta de uma formação profissional, uma vez que as em-

presas exigem pessoas que tenham pelo menos os cursos básicos de mecânica, de serralharia e de outros ofícios.

No que toca ao lazer, a localidade do Bom Jesus é um dos pontos turísticos da província do Bengo, muito embora a flora esteja a ceder lugar a empresas e fábricas.

Por outro lado, a juventude mostra-se ainda preocupada pela ausência de locais para lazer, visto que o cine comunal se encontra totalmente danificado.

O Factual tentou o contacto com a administração comunal no sentido de saber sobre os problemas que afectam a comunidade, mas em vão, pois o administrador afirmou que só poderia falar caso tivesse uma autorização do Governo central ou do Governo Provincial do Bengo.

5.13 Divisão administrativa de Luanda volta à baila

O País

De 30 de Abril de 2010

Em meados de 1994, por altura da passagem de Justino Fernandes pelo Governo Provincial de Luanda (GPL), cogitou-se com muita insistência a possibilidade de uma revisão dos limites geográficos da capital, o que passava por ter apenas três municípios, ao invés de nove como é a estrutura actual.

Naquela altura, os entendidos na matéria defendiam que Luanda deveria encaixar-se em três municípios, nomeadamente o de Viana, Cacucaco e a Luanda Metropolitana. A ideia era fundir o Cazenga, Rangel, Sambizanga, Maianga, Samba, Ingombota e Kilamba Kíaxi numa única municipalidade.

No entanto, há uma outra corrente de opinião que defende o regresso de Luanda à matriz enunciada pelas autoridades coloniais, segundo as quais as populações deveriam ser reagrupadas em função do seu modo de vida e de suas origens, com o Bengo a ser a extensão da capital.

Agora, 15 anos depois, o assunto volta à baila, mas ao que tudo indica com a introdução de novos elementos, sendo um deles a criação de mais um município: o de Belas, que se inicia na região do Futungo e que se estende por todo o litoral Sul de Luanda, até à Barra do Kwanza, devendo ter como pontos limítrofes a Samba, o Kilamba Kíaxi e Viana.

Todavia, o que é ponto assente é que assunto está em discussão e o Conselho de Ministros tratou já de analisar os seus meandros, conforme confirmou em declarações à imprensa, na quarta-feira, 28 de Março, o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Carlos Feijó.

Segundo Carlos Feijó, o problema de Luanda tem de

ser equacionado numa perspectiva de uma melhor organização administrativa, o que passa necessariamente "por repensar os limites da divisão administrativa".

De acordo com as justificações avançadas pelo Executivo, os limites da divisão administrativa de Luanda são um "problema cuja solução já foi encontrada e a breve trecho será comunicada".

No encontro com a imprensa, para balancear os 100 dias de governação, Carlos Feijó deu a conhecer que uma das preocupações do Presidente da República e do Executivo em geral tem a ver com o tratamento do problema de Luanda.

Para aquele membro do Executivo, problema da capital tem sido equacionado de diversas formas, nomeadamente os seus limites geográficos e os aspectos técnicos ligados ao saneamento e drenagem das águas pluviais.

Com base nisso, disse, foi criada, há um mês, uma Unidade Técnica de Gestão para o Saneamento Básico de Luanda, que, no entanto, tem já o seu programa executivo para fazer as intervenções em termos de Macro drenagem e Micro drenagem, nos limites da cidade.

Para dar corpo à implementação dos referidos programas, o Conselho de Ministros aprovou a inclusão na Linha de Crédito do Brasil, a conclusão das vias estruturantes de Luanda.

Para além das vias estruturantes,

Executivo aprovou também a intervenção em estradas secundárias e terciárias, com vista a combinar o processo de conclusão das obras de drenagem e saneamento.

"Com a aprovação em Conselho de Ministros, vai se retomar o processo de conclusão das obras das vias estruturantes de Luanda", disse Carlos Feijó.

Obras versus realojamento

Uma vez que em Luanda alguns populares construíram nas linhas naturais de água, a implementação de um programa de saneamento básico implica a introdução de um processo socializante de realojamento da população.

"Para que as obras de drenagem em Luanda possam ter efeito útil e em tempo, é necessário um programa de realojamento em condições condignas daqueles que ilegalmente ou de outras formas construíram por cima das linhas de água naturais".

Esta é uma prioridade que o Executivo e o Presidente da República têm com relação a Luanda, que no fundo vai culminar com uma combinação de vários factores: saneamento, vias e o realojamento das populações.

5.14 Nova lei de contratação pública vai permitir maior transparência

Jornal de Angola

De 30 de Abril de 2010

O Conselho de Ministros apreciou e adoptou na quarta-feira uma nova lei de contratação pública, que vai substituir o regime jurídico previsto no decreto 7/96, sobre o processo de aquisição de bens e serviços, no quadro do reforço da transparência e boa governação.

O facto foi anunciado pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, Carlos Feijó, durante a conferência de imprensa para apresentação do balanço dos primeiros cem dias do Executivo resultante da nova Constituição. Segundo Carlos Feijó, o regime jurídico ainda em vigor sobre a aquisição de bens e serviços públicos é "manifestamente insuficiente em termos de clarificação de competências e de procedimentos".

Com a nova lei da contratação pública, que vai agora ao Parlamento, disse, pretende-se maior transparência no processo de licitação e concursos públicos. A lei contém um conjunto de regras que "quase impedem o ajuste directo e estabelecem o concurso público nas suas diversas modalidades, como regra".

"Em matéria de contratação pública, os procedimentos administrativos contratuais passam a ser muito mais transparentes do que aqueles que até aqui eram feitos", sublinhou Carlos Feijó, que anunciou a criação de um Gabinete de Contratação Pública que vai supervisionar e monitorizar todo o processo de contratação pública. O ministro de Estado e Chefe da Casa Civil disse ainda que a nova lei sobre contratação pública segue todos os modelos internacionalmente aceites nesta matéria, não estando longe das recomendações da União Europeia e dos organismos internacionais que tratam da contabilidade pública.

Ainda no quadro da transparência e boa governação, referiu que o Executivo conseguiu melhorar os Índices de desempenho em matéria de finanças públicas, ao mesmo tempo que se criam as premissas de um sistema financeiro moderno, que satisfaça os modelos internacionalmente aceites.

Foi com este propósito que o Executivo celebrou um contrato com uma firma de consultoria internacional, Ernest & Young, para ajudar nas várias formas, na perspectiva da despesa, e mesmo na da receita, para melhorar os níveis de desempenho e transparência em matéria de gestão das finanças públicas.

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Habitação emite contratos de milhões de kwanzas

Jornal de Angola,

De 01 de Abril de 2010

Mais de 100 milhões de kwanzas foram arrecadados para os cofres do Estado, em 2009, pelo Instituto Nacional de Habitação, na província do Huambo, como resultado de novos contratos emitidos para imóveis, durante o referido ano.

Aurélio Caiumbuca, chefe de departamento provincial do Instituto de Habitação para Alienação do Património do Estado, afirmou ao Jornal de Angola que, durante o ano passado, a repartição emitiu 173 contratos de imóveis, sendo que a receita arrecadada foi de um milhão e 425 mil kwanzas. Já as receitas arrecadas pelos fundos de emergência renderam, segundo o responsável, cerca de 12 milhões, 602mil831 Kwanzas.

No que tange ao processo de alienação do património do Estado na província do Huambo, Aurélio Caiumbuca disse que foram enviados para a Comissão Nacional de Venda do Património do Estado, em Luanda, mais 300 processos, tendo a instância autorizado já a alienação de 128 imóveis na província do Huambo. O processo resultou na arrecadação, para os cofres do Estado, de mais de 89 milhões de Kwanzas.

"Sobre à alienação, a comissão continua a funcionar nos moldes anteriores, visto que não há alteração alguma. Neste momento, o nosso instituto tem, junto da direcção nacional, cerca de 203 processos à espera de aprovação", disse.

Segundo ainda Aurélio Caiumbuca, durante o primeiro trimestre do ano em curso, o Departamento Provincial do Huambo do Instituto Nacional de Habitação encaminhou à direcção central, em Luanda, 114 processos de contratos de imóveis para aprovação. No mesmo âmbito, disse o responsável, foram devolvidos ou suspensos três processos, por se verificarem erros nas certidões emitidas pela secção de fiscalização do Ministério das Finanças.

6.2 Demolição no Talatona. Processo continua encalhado na Inspeção

Angolense

De 03 a 10 de Abril de 2010

Domingos Narciso Gando, um cidadão que viu a sua residência ser demolida no dia vinte de Janeiro do corrente ano, no município da Samba, no bairro do Talatona, conforme publicamos na edição de 27 de Fevereiro a 06 de Março de 2010, onde, segundo contou, os agentes da polícia arrombaram os portões da sua casa, invadiram tudo e todos, chegaram a apontar arma de fogo a sua família e foram torturados, inclusive as crianças, levaram os seus haveres, depois colocaram-lhe na companhia dos seus irmãos, sob os assentos de suas carrinhas e levaram-nos ao Posto Policial de Talatona, tendo permanecido na esquadra durante oito dias dentro de um pequeníssimo quarto de banho, sem registo e impedidos de receber visitas.

Dias depois, em função do ocorrido, Domingos Gando fez uma carta para o Comando-Geral da Polícia a informar o comportamento daqueles agentes da polícia. Ainda na edição em que falamos do assunto, o Portavoz do Comando Provincial da Polícia em Luanda, Jorge Bengue, elogiou o facto de Domingos Gando ter escrito para o Comandante e informou que o processo havia sido encaminhado para a Direcção de Inspeção, para se apurar as responsabilidades dos agentes envolvidos na demolição da residência de Domingos Gando.

Um mês se passou e o processo continua parado.

Segundo o Inspector Armando, o responsável pelo processo no Gabinete de Inspeção, o processo ainda se encontra no departamento. "Ainda não tive acesso ao processo, porque o mesmo ainda não chegou até a minha sala, entretanto, convido o lesado a parecer aqui na próxima semana", disse.

Domingos Narciso Gando contratou a Mãos Livres para o defender. Nesse momento já corre no Tribunal Provincial de Luanda um processo de acusação contra o administrador da Samba.

6.3 Brasileiros vendem casas sem documentos

Angolense

De 03 a 10 de Abril de 2010

Não têm direito de superfície nem qualquer outra documentação legal que os autorize a vender casas, mas, mesmo assim, estão a fazê-lo e cobram preços exorbitantes. O administrador da Samba, Pedro Fançony, garantiu que não existe naquela municipalidade nenhum processo para a legalização dessas residências. "Desconheço em absoluto esse processo", garantiu

Cuidado! Este é o aviso que fizemos para todos os cidadãos, visto que a procura por um tecto para morar tem levado a comprar, muitas vezes, "gato por lebre". Existe um grupo de brasileiros que está a vender parcelas de terra e residências no condomínio "Bem Morar" que se situa no município da Samba na área do "Lar Patriotà", por detrás do condomínio "Jardim do Éden", sem terem sequer algum documento legal que os autorize a fazer tal negócio.

Os preços das casas variam de cento e setenta e cinco a duzentos e cinquenta mil dólares. Os preços variam de acordo com as dimensões da casa. As casas de T3 são vendidas a cento e setenta mil dólares e as de T4 a duzentos e cinquenta mil dólares.

Segundo uma das funcionárias do condomínio, quatrocentos e vinte metros quadrados é a parcela de terra que têm disponível. "Até ao momento 70% das casas já foram vendidas", informou.

A mesma fonte acrescentou que a partir do dia vinte e sete do mês corrente, passarão a decorar as residências e logo depois farão a inauguração das mesmas. "Se a senhora quiser comprar uma residência no preço de cento e setenta e cinco mil dólares, tem de fazer já, porque a partir de Abril subiremos os preços", disse.

Questionada sobre a documentação, disse que só estão a vender as casas a esses preços porque não têm nenhuma documentação disponível, pois quando tiverem toda a papelada o preço irá subir.

O interessado vê o anúncio que sai todos os dias no Jornal de Angola, na página doze, onde encontra uma publicidade, com o título condomínio "Bem Morar", qualidade de vida para família, economia para si. Logo em seguida vem os seguintes dizeres: venha conhecer o conceito bem morar de se viver. Essa é a oportunidade de teres a tua casa própria, em um condomínio fechado com completa estrutura, e mais tudo isso pelo menor preço do mercado. Serão condomínios situados nos melhores sítios de Angola. Escolha o melhor para si e viva o conceito de Bem Morar com vossa família. Esses

dizeres são acompanhados por uma fotografia do antigo "astro" da bola, o Pele, sentado numa poltrona, em baixo aparece os preços das casas e os terminais telefónicos, para que os interessados possam fazer o contacto.

Depois de fazer o contacto, o interessado é informado sobre as dimensões das casas e dos valores e em seguida é convidado a visitar o local. Feita a visita e se assim o desejar, o candidato faz o depósito nas suas contas e recebe um papel que comprova que comprou uma das casas, sem nenhum documento legal da titularidade do terreno. A dita residência só lhe é entregue depois de um ano, mas quando a receber, ele mesmo terá de se preocupar em cuidar de toda a documentação legal.

"Quando comprei a minha residência pensei que eles me dariam toda a documentação, fui vítima da publicidade enganosa, lamentou Francisco Rocha que fez negócio com o grupo em causa.

Outro cidadão que preferiu falar sobre o anonimato interrogou: "que garantia teremos, nós que já fizemos o negócio? Será que a administração da Samba vai nos conceder a documentação necessária? Não podemos ficar prejudicados, por favor nos ajudem".

Adão da Silva também já comprou uma das residências e pensa que o Governo deve ter mãos de ferro para travar esse tipo de abusos. "Como é possível que um grupo de brasileiros chega aqui e começa a fazer negócios, sem nenhuma autorização legal, esse país tem ordem ou não? O Governo deve responsabilizar esses senhores por este roubo e todos os angolanos que estiverem por detrás disso. Só assim acabaremos com essa desordem", disse.

Contactado o Administrador da Samba este disse desconhecer o processo de legalização do condomínio em causa.

6.4 Uma casa, dois donos

Angolense.

De 03 a 10 de Abril de 2010

Gastão Agostinho Delgado e Luzia Alberto Joaquim da Fonseca estão envolvidos num litígio sobre a posse e titularidade de uma residência, na rua P, casa número 13, no Bairro Operário, município do Sambizanga. A situação agrava-se pelo facto da residência se encontrar legalizada no Governo Provincial de Luanda, em nome de Januário Domingos dos Santos, que vendeu a mesma para Gastão Agostinho Delgado e no 2º Bairro Fiscal a residência encontra-se legalizada em nome de Luzia Alberto Joaquim da Fonseca.

Gastão Agostinho vive na referida residência, desde que nasceu, isso há quarenta e sete anos. Na altura o seu pai tinha arrendado a casa a Palmira da Costa e

pagava regularmente as rendas, segundo afirma o filho. "Como a casa não tinha condições, o meu pai reabilitou-a e decidiu fazer o desconto no dinheiro das rendas que pagava, tendo surgido um pequeno conflito que foi resolvido pelo tribunal, que havia decidido que o meu pai devia fazer o pagamento das rendas via banco e assim aconteceu", lembra Gastão.

Em 1980 a dona da casa faleceu e deixou três filhos como responsáveis pelo imóvel. "Cinco anos depois um dos herdeiros, Carlos Costa, apareceu com a proposta de vender a casa, nós concordamos, mas como ele não havia conseguido consenso junto dos outros dois herdeiros, decidimos primeiro entrar em contacto com eles. Estes nos disseram que não sabiam de nada, por isso, desistimos do negócio, mas continuamos na casa", disse.

Um ano depois, continua Gastão, Carlos Costa vendeu a casa ao cidadão Januário Domingos dos Santos, sem o consentimento dos inquilinos e dos outros herdeiros. "Ele mentiu ao comprador que nós devíamos abandonar a casa no prazo de sessenta dias. Mas depois que o novo proprietário da residência se apercebeu que estava ocupada pediu que lhe devolvêssemos o dinheiro, visto que Carlos Costa nessa altura estava em Portugal. Depois de conversarmos com os outros herdeiros decidimos então devolver o dinheiro a Januário dos Santos, pagamos-lhe aproximadamente vinte mil dólares, isso em 1986 e a casa passou a ser nossa", explicou.

Depois do negócio feito, prosseguiu, "recebemos o documento do Governo Provincial de Luanda que certificava que a casa estava em nome de Januário Domingos dos Santos, que lhe foi cedido por Despacho Superior de doze, de Outubro de 1991, exarado no requerimento registado sob o número quatrocentos e setenta e sete barra oitenta e oito, assinada pelo ex-governador José Aníbal Rocha, datada de 13 de Março de 2002", disse.

Gastão disse, por outro lado, que desde aquela altura ficou mais tranquilo e começou a tratar de outras documentações, mas ainda não havia passado pelo 2º Bairro Fiscal.

Em 2003, segundo a fonte que temos vindo a citar, Carlos Costa usou uma declaração falsa de um dos herdeiro e voltou a vender a residência a Luzia Alberto Joaquim da Fonseca, a quem deu um documento do 2º Bairro Fiscal.

Nesse momento a mesma residência está legalizada em nome de cidadãos distintos, um tem o documento do Governo Provincial e outra do 2º Bairro Fiscal.

Segundo Gastão Delgado ele e os membros da sua família perderam a paz, visto que todos os dias recebem intermediários que se mostram interessados em comprar a casa. "Já tentei chegar a um acordo com essa senhora, mas ela recusou-se. Vivo apreensivo, tive inclusi-

ve que parar de estudar por temer pela minha vida, Sou pai de oito filhos e tenho três irmãos sob a minha responsabilidade, estou desesperado, já não sei o que fazer. Que a justiça encontre uma solução para o nosso problema, uma vez que os primeiros proprietários do imóvel já faleceram", pediu.

Na tentativa de resolver esse litígio, Gastão procurou ajuda dos advogados das Mãos Livres que já tomaram conta do processo, estão na fase de estudá-lo para ver quais os mecanismos que deverão accionar. Tentamos sem êxito entrar em contacto com Luzia da Fonseca, na sua residência, para ouvirmos a sua versão, mas não a encontramos em casa.

6.5 As casas do nosso contentamento

Jornal de Angola.

De 7 de Abril de 2010

O compromisso de construir um milhão de fogos habitacionais até final desta legislatura significa um desafio à nossa capacidade de organização mas também exige um esforço financeiro gigantesco, só possível num país que, finalmente, começa a canalizar todos os seus recursos para projectos que dão expressão à democracia e promovem as condições essenciais que suportam a liberdade.

A Europa devastada precisou de um "Plano Marshal" para remover os escombros da guerra e reconstruir cidades vilas e aldeias. Em Angola o Governo partiu sozinho para esse desafio impossível e já com a reconstrução nacional em marcha tratou de arranjar parceiros que prestassem o seu apoio e solidariedade. José Eduardo dos Santos mobilizou recursos e boas vontades em vários países, sobretudo na China, na Alemanha, em Portugal e no Brasil. E as obras estão à vista, umas concluídas, outras em execução e muitas outras em projectos que em breve começam a ser concretizados.

O Zango está definido como uma área de realojamento e várias torres de apartamentos estão em fase final de construção. Em breve aquelas casas vão ser vendidas a custos controlados. Pensamos que muitas fracções vão ser ocupadas em regime de "renda resolúvel" a pessoas que foram retiradas de áreas de risco ou que construíram no domínio público, impedindo o desenvolvimento de projectos fundamentais para o desenvolvimento da economia.

A conclusão, venda ou aluguer daquelas habitações e de muitas outras em todo o país representam etapas importantes no longo percurso da reconstrução nacional. Mas não é menos importante começar desde já a criar um regulamento modelo onde fiquem expressos direitos e obrigações e sobretudo regras de

utilização precisas. O regulamento tem de prever sanções para quem infrinja as regras básicas da convivência e não respeite os cuidados de asseio e higiene, dentro dos apartamentos e nos espaços comuns. Essas sanções, no limite podem ir à perda da casa. E neste aspecto, a demagogia é inimiga de todos, até dos prevaricadores. Porque sem regras bem definidas, os prédios ficam inabitáveis em pouco tempo.

Se alguém duvida, basta ir visitar os bairros sociais que se multiplicam nos subúrbios das grandes capitais europeias e que se transformaram rapidamente em guetos e viveiros de marginais. Quanto aos prédios, basta dizer que o poder local de muitas cidades europeias encara a hipótese de demolir muitas dessas torres de habitação social, porque os estragos são tantos e irremediáveis que já não têm reparação possível.

Devemos orgulhar-nos desse projecto ambicioso que é construir um milhão de fogos em tempo recorde. E devemos aplaudir o ministro do Urbanismo e Construção, José Ferreira, quando afirma que pretende acabar com os musseques. Devemos ainda apoiá-lo quando diz que o défice habitacional é de pelo menos dois milhões de fogos e, uma vez cumprida a primeira parte do projecto, temos de continuar em frente para construir mais um milhão. E continuar mais ainda para responder às necessidades que decorrem do crescimento da população o Governo tomou uma iniciativa notável ao criar as reservas fundiárias.

Com esta decisão eliminou pela raiz a especulação imobiliária, até porque quando o mercado da habitação estiver regulada, essa bolsa pública de terrenos vai impedir os apetites dos especuladores. Mas não é menos importante criar desde já equipas de visitantes sociais e sanitários para acompanharem os moradores dos bairros sociais. Muitos vão entrar pela primeira vez numa casa com água, luz, cozinha e instalações sanitárias. É fácil ensinar as pessoas a fazerem bom uso dos equipamentos que lhes dão conforto e segurança. Fica barato ao Estado e dessa forma são criados muitos milhares de postos de trabalho entre os jovens. Ainda estamos a tempo de inscrever nas escolas técnicas e profissionais, nas escolas de artes e ofícios, cursos de formação desses trabalhadores sociais. Se o fizermos, ganha o país e ganham os moradores dos bairros sociais.

Depois de darmos uma tão bela lição ao mundo lançando o projecto de um milhão de fogos habitacionais, era uma pena que as autoridades se limitassem a entregar as casas ou a apoiar a autoconstrução e depois virassem as costas a quem precisa de aprender a viver numa casa com as condições mínimas de conforto e higiene.

6.6 Casas são sorteadas em Abril

Jornal de Angola

De 7 de Abril de 2010

O governo provincial de Luanda vai sortear, este mês, 90 casas, no âmbito do programa habitacional Angola Jovem do Ministério da Juventude e Desportos (MINJUD), anunciou, ontem, em conferência de imprensa, a vice-governadora Juvelina Imperial.

"O Ministério da Juventude e Desportos atribuiu ao governo de Luanda 90 casas de média renda, localizadas na comuna da Camama, no município do Kilamba Kiaxi, que fazem parte da primeira fase do projecto de construção de bairros da juventude em curso no país", disse Juvelina Imperial.

A vice-governadora anunciou que o sorteio vai ser realizado no dia 24, no pavilhão gimno-desportivo da cidadela, através de um processo "público, transparente e com transmissão televisiva".

O anúncio dos vencedores é feito no dia 26. A acção tem a parceira da Empresa de Lotarias de Angola.

Estas casas destinadas a jovens casais formados e trabalhadores de rendimento médio, num valor, em kwanzas, equivalente a 170 mil dólares - têm dois quartos, casa de banho, suite, quintal, cozinha e garagem.

Além disso, afirmou a vice-governadora, têm uma área coberta de 128m² e uma zona bruta de 147m².

Juvelina Imperial garantiu que há também casas sociais que estão a ser construídas, com preços mais baixos e consentâneos com a realidade da maioria dos jovens angolanos.

"Esta é apenas a primeira fase, outras virão, com casas mais baratas que qualquer pessoa pode adquirir", afirmou.

"Os beneficiários devem efectuar um depósito bancário obrigatório de 10 ou 20 por cento do valor da casa e uma amortização mensal não superior a 150 dólares por um período de 15 a 20 anos"; lembrou.

Para esta fase, os candidatos têm de ter cidadania angolana, entre e 23 e 35 anos, ocupação remunerada, residir há mais de dois anos em Luanda, ser casado ou manter uma união de facto e não possuir habitação própria.

Os requisitos são uma ficha de inscrição devidamente preenchida, declaração de rendimentos passada pela entidade empregadora, atestado de residência na respectiva localidade, certidão matrimonial ou declaração de união de facto, fotocópia do Bilhete de Identidade e outra do cartão de contribuinte e documento que comprova a situação militar regularizada.

As inscrições são de 12 a 21 de Abril e feitas em três locais: Akwasambila, pavilhão anexo da Cidadela, no Rangel, e campo polivalente do Município do Kilamba Kiaxi.

O projecto Angola Jovem é uma iniciativa do Ministério da Juventude e Desportos, que visa proporcionar habitação condigna aos jovens.

6.7 Caos urbanístico é um vector de doença

Jornal de Angola

De 8 de Abril de 2010

O ministro da Saúde, José Van Dúnem, afirmou, em Ndalatando, durante as comemorações do Dia Mundial da Saúde, que o caos urbanístico nas cidades e vilas tem influenciado em grande medida o surgimento de doenças.

O problema, disse o ministro, é agravado pela má qualidade das estruturas habitacionais, maus hábitos alimentares, falta de exercícios físicos e de espaços para as actividades lúdicas. A Organização Mundial de Saúde incluiu Ndalatando na campanha das "Cidades Saudáveis".

José Van-Dúnem sublinhou que os problemas nas cidades surgiram com a guerra, que obrigou milhões de pessoas a abandonarem as suas áreas de origem, onde viviam em condições razoáveis. As redondezas dos centros urbanos sofreram uma grande pressão humana e surgiram problemas de saúde graves provocados pela má qualidade da água e pela inexistência de saneamento básico.

Para o ministro da Saúde, o caos urbanístico forçou nalgumas cidades a desajustes nas unidades sanitárias. Com a paz, a situação tende a melhorar devido ao surgimento de novas unidades de saúde, criadas pelo Governo nos últimos oito anos.

José Van-Dúnem prometeu aumentar o fundo de maneo da Direcção de Saúde do Kwanza-Norte. O ministro está preocupado com o surgimento de novos casos de tuberculose e má nutrição no país e com o paludismo. Prometeu apostar na prevenção, com vista à redução das enfermidades. "A construção de hospitais e centros médicos nas comunidades, surge essencialmente para a redução e prevenção de doenças como a diarreia e a gripe e para lançarmos campanhas de vacinação", concluiu.

O sistema de saúde da província do Kwanza-Norte tem 356 novas camas fruto da inauguração, pelo ministro José Van-Dúnem, de mais três novas unidades sanitárias nas cidades do Dondo e Ndalatando, no quadro das celebrações do 7 de Abril, Dia Mundial da Saúde.

A província conta agora com um total de 1.110 camas e

85 unidades sanitárias, na sequência das inaugurações do hospital municipal de Catome, em Ndalatando, com 70 camas e dos centros de saúde do Sassa (arredores de Ndalatando) e do Dondo, município de Cambambe com 20 cada.

A construção das unidades hospitalares foi iniciada em 2007 e custaram 17 milhões de dólares, informou o director do Gabinete de Estudos e Planificação do Ministério da Saúde, António Daniel.

As novas unidades vão garantir consultas, internamentos, análises clínicas, vacinação, pediatria, maternidade e estomatologia. O ministro entregou a cada unidade de saúde inaugurada uma ambulância e três viaturas. O hospital do Cazengo recebeu ainda nove motorizadas.

A para das cerimónias de inauguração, decorreram em Ndalatando actividades médicas como medição da tensão arterial, análises clínicas para diagnóstico da malária, tuberculose, glicemia e sida. Foi também realizada uma marcha sob o lema "Urbanismo e Cidade, Juntemo-nos ao Movimento Mundial de Cidades Saudáveis". A exibição de peças teatrais e danças tradicionais marcaram igualmente as celebrações do Dia Mundial da Saúde.

Saúde das cidades

A Organização Mundial da Saúde (OMS) exortou esta quarta-feira, em Ndalatando, à promoção de políticas e medidas que conduzam a resultados sustentáveis em matéria de saúde nas cidades de África.

A mensagem, apresentada em nome do director regional da OMS, Luís Sambo, por ocasião do Dia Mundial da Saúde, chama a atenção para os perigos que o caos urbanístico representa para a saúde pública. Garante que a OMS continua a trabalhar junto dos governos, sociedade civil e parceiros de desenvolvimento, para promover a elaboração de políticas e medidas para alcançar resultados sustentáveis em matéria de saúde nas cidades.

A mensagem, sobre o tema "Urbanização e saúde", considera que a maioria dos habitantes das cidades vive em condições que afectam a qualidade e a esperança de vida. Refere ainda que em muitos países africanos a urbanização tem vindo a ultrapassar a capacidade dos governos em disponibilizarem infra-estruturas necessárias para tornar as vidas seguras e saudáveis, nas zonas urbanas. "Calcula-se que quase metade da população urbana em Africa sofra de pelo menos uma doença atribuível à falta de água potável e de saneamento adequado. Todos os anos pelo menos 60 cidades registam um surto de cólera".

As pessoas que vivem na pobreza, em zonas que carecem de planeamento urbanístico, sofrem, de forma desproporcionada, de várias doenças, destaca a OMS, notando que uma alimentação pouco saudável e a falta de exercício físico: afectados contribuem para um

aumento do risco de doenças não transmissíveis, tais como obesidade, hipertensão arterial e doenças cardiovasculares.

"É fundamental que o público em geral e a população urbana em particular adoptem estilos de vida mal saudáveis, praticando uma actividade física regular, tendo uma alimentação saudável e reduzindo o consumo de tabaco e de álcool", diz Luís Gomes Sambo na sua mensagem.

Governador satisfeito

O governador provincial do Kwanaza-Norte, Henrique André Júnior expressou satisfação pela inauguração dos novos empreendimentos sanitários nos municípios de Cambambe e Cazengo. Destacou que têm as condições necessárias para a prestação dos serviços essenciais de saúde, prescritos pela OMS.

Henrique Júnior manifestou: sua gratidão pelo facto da província receber o Dia Mundial de Saúde I pelo envolvimento da cidade de Ndalatando na campanha mundial "Cidade Saudável", promovida Organização Mundial de Saúde.

Os mais de 150 mil habitante do município de Cazengo vão ter maior facilidade no acesso à consultas médicas, situação que antes era difícil, pela limitação dos serviços prestados pelo Hospital Provincial do Kwanza-Norte, cujas estruturas clamam por uma urgente intervenção, dada sua degradação.

O governador do Kwanza-Norte apelou ao Ministério da Saúde para aumentar os fundos que normal mente atribui para o funcionamento e manutenção dos hospitais de Kwanza-Norte, para garantir a boa gestão das novas unidades de saúde

A enfermeira, Malvina Líria, em nome dos seus colegas, agradece o gesto do Governo pela criação dos empreendimentos inaugurado e a criação de condições técnica: que segundo afirmou, vão permitir a dignificação e satisfação da população em termos de atendimento médico e medicamentoso.

6.8 Desalojados erguem casas no bairro Zango

Jornal de Angola

De 9 de Abril de 2010

As primeiras 24 famílias, das mais de mil desalojadas na sequência das calemas da Ilha de Luanda, começaram a receber, ontem, do Governo Provincial de Luanda os terrenos e materiais para a construção das suas casas no bairro Zango 11I, município de Viana.

Julieta Ngueve, beneficiária de lote, disse estar satisfeita por ter recebido os documentos que atestam a titularidade do terreno e os materiais necessários para começar a construção da sua nova casa.

Desalojada pelas calemas que assolaram o bairro

Benfica, na Ilha de Luanda, Julieta Ngueve espera acabar de construir a sua nova casa dentro de alguns meses, caso não haja falhas no abastecimento dos materiais de construção, para deixar de viver nas tendas.

Vitorino zango, outro beneficiário que também foi desalojado a Ilha de Luanda, disse que o processo deve continuar até que o último morador das tendas tenha acesso a terrenos para construir a sua casa.

, "O governo acaba de cumprir a promessa feita há algum tempo de nos dar terrenos para construir as nossas casas", afirmou, acrescentando que "agora o próximo passo é começar a construir a nossa nova casa para deixar de viver em tendas", disse Vitorino Mango, pai de oito filhos. O director do Programa Executivo de Habitação Social do Governo Provincial de Luanda, Joseph Canga, disse que, diariamente, 24 famílias vão receber os termos de concessão de terrenos e materiais de construção até que sejam atingidas as primeiras 100, das 300 famílias previstas na primeira fase do programa de realojamento.

"Neste momento, estamos a começar a fazer a entrega das primeiras parcelas de terreno a 24 famílias desalojadas pelas calemas da Ilha de Luanda", explicou, acrescentando que, depois de receber os documentos, é indicado o terreno ao beneficiário.

"Indicamos os lotes de terreno em função da documentação que receberam e também estamos indicar as dimensões de cada terreno, neste caso, são todos lotes T3 com 64m², disse.

As famílias, depois de receberem os termos de concessão, um técnico do Programa de Habitação Social do Governo Provincial de Luanda, vai fazer o acompanhamento técnico da obra.

Joseph Canga esclareceu que o material de construção é gratuito, mas as famílias beneficiadas pode também contribuir com o seu próprio material para facilitar a rapidez na construção da sua habitação.

"O material gratuito é entregue pelo Governo Provincial de Luanda, mas as famílias podem também fazer a aquisição individual dos materiais de construção para terem a sua casa feita em menos tempo", explicou o director do Programa Executivo de Habitação Social do Governo Provincial de Luanda.

o presidente da IV Comissão da Assembleia Nacional, Zau Puna, garantiu que os deputados vão fazer um acompanhamento muito rígido ao programa de realojamento das famílias desalojadas da Ilha de Luanda. Zau Puna disse que os deputados receberam do governo provincial o programa para o realojamento dos sinistrados da Ilha de Luanda e a Assembleia Nacional vai fiscalizar todo o processo, que visa melhorar a vida de milhares de pessoas que, actualmente, vivem em tendas.

6.9 Apenas quem tem salário abaixo de 1320 dólares vai poder adquirir habitações sociais

Novo Jornal

De 9 de Abril de 2010

É, com certeza, um dos temas mais quentes na problemática da habitação: de que forma vai o Estado dirigir a política de acesso a futuros empreendimentos imobiliários de cariz social? A Lei de Promoção e Acesso à Habitação Social define exactamente este processo.

Segundo o artigo 4º, ponto 2, os cidadãos nacionais que pretendam se habilitar à compra de habitação social deverão ter mais de 18 anos e um rendimento anual individual (ou familiar) superior a 48 (cerca de 5280 dólares) e inferior a 144 (15.840 dólares) vezes o salário mínimo nacional (cerca de 110 dólares) 14.400 dólares representam um salário mensal de 1320 dólares.

Quanto ao arrendamento, devem ter mais de 18 anos e um rendimento individual (ou familiar) anual não inferior a 24 vezes o salário mínimo (2640 dólares). Tanto no arrendamento como na compra, os interessados devem ser o Chefe de família e auferir um salário que lhe permita responsabilizar-se pelo pagamento" dos valores em causa. Mais uma vez cabe ao Instituto Nacional da Habitação (INH) receber e analisar as candidaturas, que terão de dar entrada até 31 de Agosto de cada ano civil.

O artigo 6º, relativo ao processo de distribuição de imóveis, diz que os resultados do concurso serão anunciados publicamente até ao dia 31 de Janeiro de cada ano, através da afixação de listas provisórias.

O ponto 5 define que a distribuição será feita atendendo ao "menor rendimento do agregado familiar, maior número de membros do agregado e prioridade de inscrição".

As casas que integram o modelo de habitação social podem ser construídas sob a forma de moradia unifamiliar ou de apartamentos, nunca possuindo um número de divisões inferior a dois quartos. Já o artigo 18º (Preço e Forma de Pagamento), define que os preços da habitação serão estabelecidos pelos ministérios que tutelam a habitação e as finanças.

Já o ponto 3 ressalva que "os adquirentes de habitação social devem pagar a casa em prestações mensais, num prazo máximo de 20 anos".

6.10 Bairro social quase pronto

Novo Jornal

De 9 de Abril de 2010

A primeira fase da Casa da Juventude do Sumbe vai ser entregue oficialmente às autoridades da pronúncia ao longo deste mês, facto que permitirá a manutenção dos equipamentos ali instalados.

A informação foi dada pelo director provincial da Juventude e Desportos, Manuel do Nascimento Rosa da Silva, que chamou a atenção para alguns problemas que ainda há a resolver no Sumbe.

A cidade ainda carece da falta de redes técnicas, água e luz, mas os problemas estão identificados e a nível da estrutura central os mecanismos estão sendo gizados, garantiu Manuel Rosa da Silva.

A jovem Márcia José manifestou-se satisfeita com a entrega da Casa da Juventude. "Acredito que os problemas com que nos debatemos vão encontrar solução", justificou.

Sílvio Santos é outro jovem. Morador no bairro do Chingo, ele antevê em termos de diversão dias melhores pois, como afirmou, é sempre "bom e benéfico o governo preocupar-se com locais de lazer para juventude", que ajudam a diminuir o índice de delinquência. Refira-se que, ultimamente, nas grandes cidades da província, como Sumbe, Porto-Amboim, Gabela e Waku-Kungo os crimes têm registado um aumento, por falta de incentivos, como acredita a população.

6.11 Nova lei de ordenamento do território está em discussão pública

Novo Jornal

De 9 de Abril de 2010

Parece ser esta a intenção do Estado, através da iniciativa legislativa que se prepara para ser aprovada. Para além das leis relativas à habitação (ver caderno de economia), o Novo Jornal teve acesso ao texto que vai passar a reger a administração física do país.

E que grandes novidades estão em cima da mesa? Uma das mais destacadas é a criação de um órgão técnico central, supervisionado pelo Ministério da Administração do Território (MAT) - falamos da futura Comissão Interministerial de Ordenamento do Território e do Urbanismo.

A este órgão estão atribuídas várias responsabilidades. Desde colher, analisar e processar dados e informações relevantes para o processo de ordenamento do território nacional, passando pela preparação dos cenários possíveis de evolução da ocupação e uso do espaço territorial.

Terá ainda a possibilidade de supervisionar o processo de elaboração dos diversos instrumentos de ordenamento e elaborar propostas de acções a realizar

nesse âmbito. Deverá ainda prestar apoio técnico, consultivo e cooperar com os órgãos provinciais e municipais de planeamento económico e territorial neste caso pode até, na falta de órgãos locais preparados para assumir de forma efectiva a gestão do território, substituir as estruturas provinciais.

Em termos de exigência, a Comissão reitora tem como tarefas principais a defesa do ambiente e dos valores rurais e sociais em causa. Deve ainda promover a utilização racional dos recursos naturais, assegurando através dos seus instrumentos condições que propiciem uma utilização sustentável dos recursos.

Tem também como objectivo a gestão equilibrada e justa do território, fomentando a participação pública e rejeitando as ocupações ilegais. A reconversão ou recuperação das áreas urbanas degradadas é outra das atribuições da Comissão Interministerial de Ordenamento do Território e do Urbanismo.

Principais Opções de Ordenamento do Território Nacional Parece um título mas não é: as Principais Opções de Ordenamento do Território Nacional (POOTN) vão ser, a partir da aprovação e promulgação da Lei de Ordenamento do Território, iniciativas de âmbito nacional e que assumem mesmo o papel de plano para o sector.

Diz o artigo 29º do texto ainda em discussão pública, a que o Novo Jornal acedeu, que o POOTN fixa as "orientações estratégicas" em termos de organização do espaço, sob proposta do executivo e com o crivo final da Assembleia Nacional. Passa a ser a grande referência administrativa, superior até aos futuros planos-director. Para além deste documento abrangente e de âmbito nacional, a nova legislação prevê a figura dos Planos Provinciais e Inter provinciais de Ordenamento do Território (POT) e os Planos Municipais, com incidência local.

Todos estes mecanismos carregam a força de regulamento, com a finalidade de identificar e estabelecer genericamente os tipos de terreno (rurais ou urbanos) definidos pelo Estado.

O artigo 34º (conteúdo dos planos) explica que tipo de infirmação deve conter os regulamentos em forma de Planos nacionais, provinciais e municipais. Assim, devem integrar "elementos materiais e elementos de distribuição das áreas e de definição de estratégias de localização", devendo identificar e definir as reservas e zonas de protecção do Estado, proteger os recursos naturais e ditar o uso do espaço segundo critérios de afectação económica ou social.

Basicamente, estes instrumentos vão servir de regulador de todas as acções que sejam materializadas em território nacional.

Por outro lado, o artigo 63º, referente ao tema "Relatórios", diz que o executivo se compromete a apresentar, "de dois em dois anos", na Assembleia

Nacional, um relatório sobre "o estado do ordenamento do território e do urbanismo" em Angola. Ali deve ser feito um balanço de execução das principais políticas previamente estabelecidas.

Também os governadores provinciais e administradores municipais estão obrigados a fazê-lo, ainda que os níveis diferentes: os governadores apresentam resultados ao MAT, enquanto os administradores dialogam com o seu superior hierárquico, que é o governador.

6.12 Executivo regula sector imobiliário

Novo Jornal

De 9 de Abril de 2010

O NOVO JORNAL apurou que o Executivo, liderado pelo Presidente da República, está em vias de aprovar uma série de novas leis e regulamentos para definir quem é quem no sector imobiliário. Na consulta que fizemos aos projectos-lei, uma conclusão salta à vista: o Instituto Nacional da Habitação (INH) emerge com nova força e também com novas atribuições.

A iniciativa acontece num momento em que a habitação (ou a falta dela) é cada vez mais um assunto nacional. E vem certamente na sequência da maior promessa eleitoral: a construção, até 2012, de 1 milhão de casas.

Para combater a falta de ordenamento no sector, estão a ser concluídos três novos documentos: a Lei de Cooperativas de Construção e Habitação, de Promoção e Acesso à Habitação Social (ver caixa), de Mediação Imobiliária e a Lei do Arrendamento Urbano.

Esta é uma tentativa de ordenar a actividade dos operadores imobiliários, que actualmente desenvolvem as suas actividades sem respaldo legal específico. O cenário traz ao Estado dificuldades fiscais (os arrendamentos são praticamente todos feitos no mercado informal, sobretudo os que envolvem grandes somas), para além de haver actividades profissionais fora do sistema: falamos, por exemplo, dos "intermediários", que angariam clientes e fazem negócios de compra/venda de imóveis sem a sua actividade profissional reconhecida.

Quanto ao INH, aparece como um dos principais actores em todo o processo. Uma vez aprovadas as propostas de lei, o instituto será responsável pela promoção de empreendimentos de habitação social. Passará ainda a ser o dinamizador de concursos públicos, terá a seu cargo a assistência técnica e a elaboração de projectos de arquitectura, bem como a emissão de pareceres técnicos sobre propostas de

construção de empreendimentos de baixa-média renda.

6.13 Milhões de casas são ambiciosos mas não impossível

Semanário Económico

De 9 de Abril de 2010

Quando se fala de habitação, o mote é "um milhão de casas". Esse número é suficiente?

O Governo aprovou no ano passado o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH) que contempla a construção de um milhão de fogos de 2009 à 2012. Neste momento, para lá desse número, o défice já deve aproximar-se de dois milhões de fogos, porque as necessidades são sempre crescentes. Dentro deste milhão há repartição tendo atenção à população de cada província. Fizemos um quadro estatístico olhando a densidade populacional e as áreas de implementação do programa. Para a materialização deste programa, o Estado tem reservado acima de 100 mil hectares de terras. São áreas onde se fará a construção de habitações, mas também as estruturas sociais - escolas, centros de saúde, hospitais, esquadras de polícia, comércio, áreas de diversão. Queremos criar novas centralidades, num quadro harmonioso.

Quais as prioridades entre a população?

A prioridade é habitação social, para reduzir a carga daqueles que menos recursos financeiros têm. Paralelamente, haverá habitações de gama média, média-alta e alta. Não colocaremos os pobres e os ricos em extremos.

É uma política anti gueto? Precisamente. Já tivemos experiências no passado, após situações de catástrofes naturais, como é o caso do Zango e Panguila, mas dentro deste programa estamos proibidos de voltar a este tipo de experiências. Pretendemos dar uma utilização mais racional do solo. Se vir bem, as nossas cidades estão desestruturadas. O que pretendemos é que toda a construção aconteça em áreas urbanizadas e infra-estruturadas.

É possível concluir tudo até 2012?

O programa é ambicioso, mas não impossível. Neste momento, os cidadãos praticamente não solicitam habitação, mas sim um terreno para construir. Dentro do programa, uma das prioridades é urbanizar áreas para venda de lotes. No programa de um milhão de casas, o percentual de autoconstrução dirigida atinge 70%. Vamos preparar cerca de 700 mil lotes para oferecer às populações. Quanto mais lotes estiverem preparados, mais garantias teremos de que as casas vão surgir. Paralelamente à cedência dos terrenos, em regime de direito de superfície, o sector privado é

chamado. Temos já chamado à atenção que parece que o sector privado ainda não interiorizou bem o programa, talvez porque até há algum tempo o Estado-Providência funcionava, e as pessoas não estão a ver neste programa um nicho de negócio.

A lei está preparada para facilitar o crédito bancário?

Paralelamente a este programa, o Governo foi-se preparando com mecanismos jurídico-legais. Há uma série de diplomas, como a lei de terras, de ordenamento do território, o regime geral de empreitadas urbanas e a lei de bases sobre o fomento habitacional, que já tem o regulamento aprovado. Continuamos a preparar diplomas que têm a ver com a definição sobre habitação social e sobre imobiliárias. Há mecanismos legais que dão suporte a quem entrar no programa para que não tenha dificuldade no relacionamento com as entidades financeiras.

Corno será esse fomento habitacional?

Foi criado através da Lei nº 3/07, que é a Lei de Bases de Fomento Habitacional. Neste momento, com a nova Constituição, a habitação está consagrada como um direito de todo o cidadão, plasmado num artigo próprio. Estamos na fase final de operacionalizar o funcionamento desse fundo de fomento. Já temos a estrutura de funcionamento praticamente montada. Ele permitirá que os cidadãos que não tenham recursos tenham onde recorrer. A prioridade é para os mais carentes, para habitação social, sem prejuízo de outras intervenções, porque a própria lei do fundo de fomento habitacional permite que se façam parcerias público-privadas, uma vez que no início será o Governo o financiador, mas, gradualmente, o próprio fundo tem de se auto financiar. Para isso está autorizado a fazer parcerias e aumentar o parque habitacional do Estado.

Quais os critérios de acesso do cidadão ao fundo?

Estamos a aprimorar o sistema de funcionamento do próprio fundo. Fomos buscar experiência de outros países, nomeadamente Portugal - que não tem, mas já teve, fomento habitacional Brasil e países da nossa região. Estamos a preparar tudo para arrancar sem sobressaltos.

Corno conseguirá impedir fraudes da parte do cidadão?

O fundo não vai colocar o dinheiro na mão de qualquer cidadão. Um dos mecanismos que estamos a tentar concertar vai ser para o relacionamento directo entre o fundo e as empresas que construirão as habitações. Temos um dossier para submeter à apreciação dos ministros do Urbanismo e Construção e das Finanças, para depois ir a aprovação pelo Executivo. Temos de definir o tempo de retorno do financiamento, as taxas de juro, os mecanismos de acesso ao fundo... É todo

um pacote.

Que será feito em relação à burocracia?

Um dos elementos para que o PNUH chama a atenção é a necessidade de simplificação. Os mecanismos não podem ser muito burocratizados. Temos uma cartilha que estipula como é que o cidadão tem direito ao acesso à terra, qual a tramitação que deve percorrer, e entendemos que deve ser um circuito simplificado, o máximo possível, para que o programa possa seguir com normalidade. Mas simplificar não significa ultrapassar etapas que permitam o controlo eficaz.

O crédito bonificado será contemplado?

Está previsto. Iniciámos a experiência com o programa Angola Jovem, do Ministério da Juventude e Desportos, que prevê beneficiar uma franja jovem, que vai pagando de forma suavizada dentro do sistema de renda resolúvel. Queremos que cada cidadão tenha a sua casa. A modalidade de renda está prevista no pacote, mas não estamos a aconselhar muito que o cidadão fique a pagar uma casa que não lhe pertencerá. A prioridade é para a renda resolúvel, amortizando de forma suavizada o pagamento da habitação e para que ao fim de uns quantos anos - temos de definir se serão 20, 25 ou 30 - o cidadão possa ficar como proprietário da habitação.

Olhando para as cooperativas, poderá haver o risco de estas, em vez de beneficiar, lesarem o cooperante?

Iniciámos o trabalho de auscultação porque notámos que no País ainda não há consciência do cooperativismo. Esquecemo-nos de que a maior parte dos edifícios do País foi construída por cooperativas. Temos um projecto de diploma legal sobre cooperativas de habitação e já começou a discussão pública. Estamos a chamar à atenção que o objectivo da cooperativa é resolver o problema da colectividade, não é perseguir o lucro. Por isso é que dentro do programa há uma quota prevista de 80 mil fogos. Mas isso é indicativo, porque, se tiverem capacidade de fazer mais, podem fazer. O programa de habitação não pára em 2012, tem continuidade.

Está garantido o financiamento para cumprir estes objectivos?

Neste programa de um milhão de fogos falamos de aproximadamente 60 biliões USD. O grosso da verba vai para urbanizações e infra-estruturas. Temos de ir negociando com os sectores que participem no programa. O Instituto Nacional de Habitação é o órgão que em nome do Estado tem a responsabilidade de fazer a promoção da construção de habitação. Com aqueles que nos têm batido à porta, temos tido a capacidade de nos sentarmos durante dias a negociar.

Há entidades que aparecem e dizem que têm financiamento para participar no programa. Não estou muito preocupado com o financiamento para a habitação, mas sim para as, urbanizações e infra-estruturas. E aqui que o Governo assume o compromisso com os parceiros. Quando uma proposta for apresentada, o INH analisará o aspecto técnico, enquanto a parte financeira estará a cargo do Ministério das Finanças. Os bancos, quer os da origem do financiamento, quer os nacionais, trabalharão conjuntamente, e o negócio só avança com vantagens mútuas.

A participação de privados passará por grandes construtoras?

Quem estiver estruturado com capacidades técnicas e financeiras pode participar, incluindo quem quiser construir a sua própria casa. Temos meios técnicos que podemos disponibilizar como ajuda. As nossas equipas técnicas estão dotadas de engenheiros, arquitectos, economistas e juristas prontos a ajudar, também nas províncias.

As casas terão projecto-tipo?

Não. Temos de ter em atenção as características da região. O programa prevê que, onde existir a tradição de utilização de materiais de construção locais, estes devem ser utilizados. Portanto, não padronizamos as habitações, mas apenas analisamos se o clima de determinada região permite certas construções.

E na habitação social?

Aqui temos uma tipologia certa, de modo a facilitar a vida das pessoas na aquisição dos projectos.

As construções também contemplam casas pré-fabricadas de madeira?

Existem áreas, como o Norte do País, em que a madeira predomina. Porque não utilizar esse recurso natural? Já analisámos alguns dossiers para a habitação pré-fabricada em madeira e tecnicamente não existe qualquer inconveniente. Além disso, o programa contempla a construção de algumas fábricas no Huambo, Huíla e Benguela.

Após a fase do milhão de casas as antigas serão reabilitadas?

Para além da construção de novas habitações, o programa prevê a requalificação das áreas degradadas. Por exemplo, na província de Luanda, onde existem lugares como o Sambizanga com o Bairro Operário que vai ser requalificado, a área do município do Cazenga. Já na Maianga, no Rocha Pinto, haja uma proposta para ser transformado numa área de alto padrão.

Mas quando é que vão acontecer essas remodelações? Luanda já começou a mexer, apesar de necessitar de maior celeridade. É preciso não esquecer que falamos de propostas privadas que nos foram apresentadas por altura da crise financeira internacional. Logo, algumas coisas terão de ser refeitas.

E a nova centralidade para Luanda? Essa centralidade está a surgir. Se passar na zona do Estádio 11 de Novembro, em Kilamba Kiaxi, está a nascer uma nova centralidade que se prolongará à Barra do Dande.

Os serviços vão ser transferidos para esses lugares? Pelo que conheço, o nosso Governo já aprovou no passado algumas medidas no sentido de descentralização dos serviços.

Diga-me alguns exemplos. A Mutamba vai funcionar como uma espécie de Wall Street. Aí vão ficar os ministérios da área económica e financeira. Os ministérios da área social poderão ser colocados em Luanda Sul ou no Largo das Heroínas. Há também o projecto do novo centro político administrativo. Trata-se de projectos que só falta corporizar. Vamos criar as condições de habitabilidade dos cidadãos e paralelamente distribuir os serviços para que as pessoas se sintam à vontade. Isto está relacionado com a necessidade que temos de evitar o fluxo migratório que diariamente a capital do país vive.

Já se nota o regresso às províncias? Não. No meu entendimento, as pessoas só regressarão às províncias quando o desenvolvimento for evidente. É preciso criar emprego e condições de vida. Para o efeito, há que estimular o investimento privado e aproveitar a discriminação positiva que o Governo já aprovou para o interior do País.

É possível reconverter os musseques? O nosso programa de reconversão e requalificação não prevê a deslocalização de pessoas das actuais áreas. Por isso vamos criar zonas de transição onde colocaremos provisoriamente as pessoas. Depois, todos regressam às suas casas.

Falou das imobiliárias. O que está a ser feito no sector? Estamos a trabalhar com as imobiliárias. Fizemos já várias reuniões de trabalho. Existe um projecto de lei de mediação imobiliária que vai disciplinar o sector. Até hoje, as empresas fazem o que querem e não respondem perante ninguém. Vendem-se casas de milhões de dólares e não é pago imposto ao Estado. Por isso, precisamos de tomar medidas para proteger o cidadão e garantir que as empresas que se dedicam a esse tipo de actividade também se sintam protegidas da

parte do Estado.

Quando entra em vigor esse diploma? Contamos que durante este semestre entre em vigor. Falamos dos diplomas das imobiliárias e da habitação social.

E o do Fundo de Fomento? Esse está pronto. Do fundo saiu a lei de bases e o regulamento. Agora, resta a operacionalidade. Mas em termos de diplomas legais saiu tudo: a lei de bases, o decreto que regula a estrutura financeira e agora estamos a alinhar procedimentos.

Quando ficará tudo pronto? Até ao final deste mês. Vamos ter a reunião da nossa comissão para preparar os dossiers para entregarmos aos ministros da Construção e Urbanismo e Finanças, que acompanham o processo e vão estabelecer situações como as taxas de juro, o período de reembolso do financiamento.

Tem ideia de quanto tempo é necessário? Na comissão temos um mês para preparar os dossiers e entregá-los aos ministros. Como são peças urgentes, o fundo também vai suportar os encargos com urbanizações. Aí o Governo vai pagar, já que os governos provinciais estão a elaborar os respectivos planos directores. Como isso leva algum tempo, estão a trabalhar com os planos urbanísticos. Daí que estas despesas sejam suportadas pelo Governo através de uma verba apensa ao Fundo de Fomento.

6.14 Cidade do Kilamba Kiaxi habitada em Julho

Jornal de Angola

De 10 de Abril de 2010

A primeira cidade construída de raiz no país desde a independência vai alojar cerca de 350 mil habitantes em 80 mil habitações sociais condignas, erguidas em padrão urbano com serviços públicos integrados, como escolas, hospitais, Instituições financeiras, esquadras policiais, cemitérios e igrejas. O projecto habitacional está a ser construído a 20 quilómetros do centro da cidade de Luanda, no município do Kilamba Kiaxi, numa parcela de terreno com 5.200 hectares.

As primeiras famílias beneficiárias, de seis membros por agregado familiar, começam a morar no projecto a partir de Julho próximo, quando 3.200 apartamentos estiverem concluídos. Entre Abril e Julho de 2012 ficam prontos outros 20.002 apartamentos, incluídos na primeira fase, sendo de média e alta renda, com suite. O projecto de construção da "Nova cidade do

Kilamba Kiaxi", designação adoptada, tem três fases. Ontem, o Presidente da República visitou a primeira fase das obras que estão a ser erguidas defronte ao Estádio Nacional 11 de Novembro, na via expresso Cabolombo – Cacucaco. Durante a sua estadia no projecto, o Chefe do Governo percorreu os modelos dos edifícios já concluídos e visitou outros ainda em construção. Do engenheiro António Flora e do ministro de Estado e Chefe da Casa Militar, Hélder Vieira Dias, José Eduardo dos Santos recebeu esclarecimentos sobre o projecto.

Quando estiverem concluídas as três fases, contará com 60 mil apartamentos e 20 mil vivendas. Os funcionários públicos têm prioridade na aquisição de habitações no projecto, mas outros cidadãos interessados podem ter acesso às casas por via de critérios a serem definidos pelo Governo.

O projecto de construção da "Nova cidade do Kilamba Kiaxi" resulta de uma parceria público privada. As obras compreendem a construção de edifícios, infra-estruturas viárias, hidráulicas, eléctricas e comunicações.

A primeira fase tem uma área de 906 hectares e contempla a construção de 20.002 apartamentos, 24 creches e jardins-de-infância, nove escolas primárias e oito escolas secundárias, possuindo ainda uma reserva de espaço para a construção de um hospital, quatro clínicas, 12 centros de saúde, três instituições financeiras, estações de correios, postos de combustível, unidades e esquadras policiais, quartéis de bombeiro parque de estacionamento igrejas cemitério e outras estruturas.

Como infra-estruturas estão contempladas redes viárias, de drenagem pluvial e residual, estações de tratamento de águas residuais para 35 mil metros cúbicos por dia, rede de água, estações de tratamento de água para 40 mil metro cúbicos por dia, subestações de energia eléctrica e rede de distribuição, telecomunicações e terminais de transportes públicos.

Na sua deslocação à Nova Cidade do Kilamba Kiaxi, o Presidente da República José Eduardo dos Santos foi acompanhado pelos ministros de Estado Carlos Feijó (Chefe da Casa Civil), Hélder Vieira Dias (Chefe da Casa Militar) e Manuel Júnior (coordenador da equipa Económica), a governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, e demais membros do Executivo. A pouco menos de três meses para acolher os primeiros habitantes, o ministro do Urbanismo e Construção, José Ferreira, disse que está ainda em fase de estudo a modalidade de adesão ao projecto. Em princípio, é um modelo de mercado onde o acesso é por via de crédito bancário. Os funcionários públicos serão preferencialmente os alvos. "Vamos proteger parte da função pública. Estamos a estudar a forma para que as pessoas tenham acesso à habitação e não permitir a sua revenda", disse. O ministro José Ferreira não revelou os

custos do projecto nem de cada apartamento, mas garantiu que em breve será determinado. "Estamos ainda a avaliar através dos preços das infra-estruturas e a partir daí podemos definir o preço de venda das habitações", disse. O ministro fez saber que ao sector privado fica reservada uma parte para construção de casas.

6.15 Tendências

Capital

De 10 de Abril de 2010

Polícia Nacional, engana-se quem pense que a onda de criminalidade, cujas repercussões têm sido, sistematicamente, sentidas através dos meios de comunicação, decorra de uma inércia da corporação chefiada por Ambrósio de Lemos. Isso não é verdade. A natureza, quase íntima, dos crimes violentos que temos acompanhado sugere outros culpados que não a Polícia, cujo trabalho, na verdade, é sentido por todos. O que se passa é que temos uma sociedade doente, que não soube livrar-se dos traumas da guerra e onde as pessoas pesam sobre valores nobres como o respeito pela vida e a dignidade humana. Isso, sim, culpa do Governo e dessa sua política de vale tudo.

Governo Provincial de Cabinda, o que se vive naquela província, em matéria de detenções, é tudo menos inteligente. Além de se contrariar a lógica do discurso de pacificação do país, apresentados por ocasião do 04 de Abril, há detenções feitas na base de acusações muito pouco credíveis. Vejamos, por exemplo, que a Polícia local deteve por três dias um advogado, pelo simples facto de ser portadora de uma camisola com as fotografias de activistas actualmente sob custódia das autoridades. Estamos, pois, perante um sinal de que a realidade do terreno contraria aquilo que, por aqui, se diz sobre a paz e tranquilidade na província mais ao norte do país. Se as tentativas anteriores soçobraram, é, pois, hora do Governo seguir por outros caminhos.

Governo Provincial de Luanda, o sorteio de casas no Camama só pode equivaler a uma brincadeira, e de muito mau gosto, por sinal. Sendo a população angolana maioritariamente jovem, num país onde a taxa de desemprego é alarmante, está-se mesmo a ver quantas pessoas terão capacidade para desembolsar a quantia inicial, portanto, os 10 por cento do valor global da residência tabelado em 170 mil dólares. Mais do que isso: para conseguir liquidar o valor da casa no período estabelecido, entre 15 e 20 anos, o jovem teria de receber um salário superior a mil dólares norte-americanos, num país onde o ordenado mínimo é de 100 dólares. Se a modalidade continuar a ser esta, está a

juventude condenada a viver em barracas, em casa dos pais ou eternamente a pagar renda.

6.16 Aquisição de terrenos

Semanário Agora

De 10 de Abril de 2010

O processo aberto em Setembro último, nas administrações municipais de Luanda, registou mais de 50 mil pedidos de terrenos destinados à autoconstrução.

O binómio pouco lucro e custo baixo não faz parte da política das empresas que investem e promovem o sector imobiliário no país.

Os acordos rubricados entre o Governo e as empresas Grupo Valentim Amões, Rienk, LR Group e Consultoria Especializada, autorizadas a solicitar empréstimos junto de instituições bancárias para a execução de acções relacionadas com o programa, revelam o interesse de cooperação público-privada.

Os promotores imobiliários que operam no mercado aplicam preços elevados por cada metro quadrado de construção, enquanto a principal aspiração do cidadão é o valor baixo das casas.

Depois do fracassado programa de aquisição de terrenos o ano passado, através do pagamento de uma caução de 1.300 kwanzas, mais 500 kwanzas para o formulário é inegável afirmar-se que algo não vai bem na administração pública.

Ninguém, no entanto, se pronunciou desde Setembro do ano passado sobre o paradeiro de cerca de 200 milhões de dólares arrecadados no quadro da execução da habitação social em Luanda, mesmo depois das autoridades terem admitido que a suspensão do programa pretendia criar uma base de dados para que não houvesse duplicação de pedidos. Debalde.

Foi mais um fiasco habitual das autoridades, numa clara visão de explorar os poucos recursos dos aflitos, mesmo depois do Chefe de Estado propor que fossem adoptados para cada circunscrição em todo o país planos directores de ordenamento do território, promovendo o interesse público que ponha termo aos índices elevados ocupação ilegal de terrenos e de construção desordenada e clandestina.

Lucrécia Marcos revelou que pediu um empréstimo de 10 mil kwanzas, pensando que era real o processo de inscrições de obtenção de terrenos para a autoconstrução dirigida promovida pelo governo provincial de Luanda (Gpl), depois de passar duas noites no Bpc de Viana para dar entrada dos documentos, mas 8 meses depois não sabe a quem cobrar.

O Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos, visitou na sexta feira (9), a futura cidade de Luanda, a

primeira construção de raiz no país no período pós - independência, onde se prevê alojar cerca de 350 mil habitantes em 80 mil habitações.

O projecto habitacional está a ser construído a 29quilómetro do centro da cidade de Luanda, no município do Kilamba Kiaxi, numa parcela de terreno com 5.200 hectares, erguidas em padrão urbano com serviços públicos integrados, como escolas, hospitais, instituições financeiras esquadras policiais, cemitérios e igrejas. As obras compreendem a construção de edifícios, infra-estruturas viárias, hidráulicas, eléctricas e comunicações".

Na sua intensa jornada de campo, o Chefe do Exército as diversas estruturas que compõem a empreitada, tendo recebido explicações técnicas sobre o andamento das obras, bem como previsão da sua conclusão e principais constrangimentos. Na decisão, José Eduardo dos Santos foi informado que a entrega das primeiras habitações esta previstas para o mês de Julho próximo com a oferta de 3.200 apartamentos, que vão beneficiar famílias, com agregado de seis membros. Entre Abril e Julho de 2012, ficam prontos outros 20.002 apartamentos, incluídos na primeira fase, sendo de média e alta renda, com suite.

O projecto de construção da "Nova Cidade do Kilamba Kiaxi", designação adoptada, tem três fases. Quando estiverem concluídas as três fases, contará com 60 mil apartamentos e 20 mil vivendas. Os funcionários públicos têm prioridade na aquisição de habitações no projecto, mas outros cidadãos interessados podem ter acesso às casas por via de critérios a serem definidos pelo Governo.

6.17 50 Candidatos por dia

O País

De 16 de Abril de 2010

O chefe de mesa do posto de registo do Rangel, Victor Capolo, revelou a O PAÍS que, independentemente do horário estabelecido, que é das 9 às 15 horas e 30 minutos, recebeu orientação no sentido de atender somente 50 pessoas por dia.

"Como as fichas que recebemos estão contadas para apenas 50 candidatos por dia, aqueles que preencherem mal tiveram que abandonar a sala e foram orientados a regressarem no dia seguinte", explicou.

Enquanto falava à nossa reportagem, Victor Capolo solicitou a uma senhora que regressasse no dia seguinte por ter a declaração do serviço desactualizada. "Infelizmente não podemos aceitar a sua candidatura porque este documento é datado de Novembro de 2009 e nós já estamos em 2010. A senhora deve voltar ao seu posto de trabalho e solicitar uma nova declaração", explicou a uma candidata que se fazia

acompanhar de uma declaração da Força Aérea Nacional.

Victor Capolo explicou que estão "a atender cinco jovens de cada vez ena medida em que eles vão entrando passam ali na verificação dos documentos, entrega das fichas e só depois vêm ao meu encontro paro formalizarem as candidaturas".

Entre os três postos de registo espalhados pela capital do país, nomeadamente do Rangel, Sambizanga e Kilamba-Kiaxi, o primeiro foi o que mais aderência registou no primeiro dia. Nos outros dois postos as pessoas eram atendidas à medida que chegavam. Adilson Lima foi um dos jovens que encontramos no meio da multidão, onde cada um aguardava a sua vez no Rangel e fossem chamados com base numa lista feita pelos organizadores. O jovem afirmou inicialmente que o projecto é benéfico, mas diz existirem poucas casas. "O valor é mui1D alto e as pessoas que tiverem um rendimento de 700 ou 800 dolares não vão concorrer, porque é preciso ter um bom salário paro pagar os 170.000 dólares no prazo estabelecido. Fora dos 17.000 dólares que terão que desembolsar para ter acesso à casa" , comentou o concorrente.

O nosso interlocutor vive numa casa arrendada há cinco anos, por isso apela a quem de direito que reavale os preços.

Além de restringir as habitações para um grupo, os concorrentes não possuem todos os requisitos para estarem avaliados neste preço: "Pago mensalmente 800 dólares pela vivenda onde residio com a minha família e, se formos analisar, este valor compensa porque tem vários compartimentos" , detalhou.

Além dos casados, alguns jovens solteiros também se deslocaram aos locais de inscrição para tentarem a sorte, entre os quais Adilson Sacramento, de 26 anos, que mora com os pais.

Está com o casamento marcado para o próximo ano, razão pela qual não hesitou em concorrer a um dos 90 fogos. "Para casar tem que ter casa. Por esta razão e adicionando o facto de que as casas que serão sorteados darem uma garantia, vou candidatar-me a uma".

6.18 Especulação imobiliária pode ter os dias contados

Semanário Factual

De 16 à 23 de Abril de 2010

O abrandamento do sector pode ainda ser acelerado pela expectativa de aumento da oferta de habitações, com a conclusão das primeiras casas do projecto da nova cidade do Kilamba Kiaxi, no âmbito do programa do Governo para a construção até 2012 de cerca de um

milhão de fogos.

Em Julho, segundo fontes, cerca de três mil e 200 apartamentos serão disponibilizados no mercado, dentro do projecto de 20 mil casas a serem construídas no município do cidade do Kilamba Kiaxi, um número que para muitos especialistas vai de certa forma abanar o mercado imobiliário e agravar os níveis de incertezas e riscos no sector no que toca a manutenção da demanda por habitações nos diversos condomínios fechados espalhados por Luanda.

Aumento da oferta pode dispensar preços

Alguns economistas afirmam acreditar que a combinação entre o aumento da oferta, tanto de casas sociais quanto de alto padrão nos diversos condomínios e o pacote legislativo que visa regular o sector, podem ajudar a dispensar preços das casas nos próximos tempos.

o amplo crescimento demográfico de Luanda, a escassez de habitações e a precariedade das muitos bairros e edifícios no centro da cidade, combinado com a forte liquidez na economia, estimulou a que rapidamente talliquidez se transformasse, nos últimos seis anos, numa "fonte de alimentação" para a "explosão imobiliária" e com isso cresceu a oferta de apartamentos, tanto em quantidade quanto em qualidade.

Os projectos imobiliários multiplicam-se que nem cogumelos e cada vez mais são lançados uns mais atractivos do que outros.

Segundo alguns correctores de imóveis, o negócio ainda está a dar, mas há uma redução tanto da demanda de clientes, no se refere à compra, quanto do trata do arrendamento.

Por exemplo, uma casa que em 2009 podia ser arrendada por 20 mil dólares hoje ronda os 15 mil dólares. Embora haja alguma relutância de determinados empresários do ramo imobiliário perante a expectativa do mercado para os próximos tempos, existe a firme convicção de que o mercado não voltará a ser o mesmo nos meses que se seguem, quando muita coisa pode acontecer.

Incetezas quanto a preços e modalidades de pagamentos

Apesar de ainda não estarem definidos os preços das habitações e as modalidades de pagamentos das primeiras três mil casas que serão, inicialmente, colocadas no mercado, em Julho, no Camama, tal informação aumenta as incertezas e riscos para os operadores do sector imobiliário que já convivem com alguma instabilidade resultante da precariedade dos sinais que o mercado e a economia vão dando sobre a coerência dos negócios imobiliários a curto e médio prazos.

Os preços são a maior chatice, já que o rendimento continua a ser relativamente baixo em comparação ao preço dos imóveis e também devido ao custo de vida que cresce exponencialmente e deteriora o poder de compra dos salários.

Salienta-se que existem projectos imobiliários em que os preços dos apartamentos variam entre um milhão e nove milhões de dólares.

Segundo fontes, existe uma diferença abismal de preços no mercado e que precisam com alguma urgência de serem regulados para estancar a especulação desenfreada que se vive no mercado imobiliário.

Negócios traquejam

Segundo alguns intermediários de imóveis ouvidos pelo *Factual*, os negócios estão um pouco fracos em comparação aos últimos dois anos. Neste momento, o arrendamento de um apartamento de dois quartos varia entre dois mil e quatro mil dólares, enquanto o apartamento de um quarto fica entre mil e 500 dólares e dois mil dólares.

Para os intermediários ou correctores de imóveis a título individual, a renda dos apartamentos varia de acordo com as condições do prédio e, no caso das vivendas, os preços também variam segundo o estado em que se encontra a casa, porque raramente poucas são as vezes em que se encontra em boas condições, sendo o cliente obrigado ainda a fazer algumas reformas para poder entrar.

Para pôr cobro à especulação, um pacote legislativo está já na forja e de onde sobressai a Lei do arrendamento urbano e outras como a Lei de Mediação Imobiliária.

A expectativa é de uma oferta de 20 mil casas na Nova Cidade do Kilamba Kiaxi, um projecto que conta com serviços sociais básicos integrados que pode albergar cerca de 120 mil pessoas.

Entretanto, estão já disponíveis, em Luanda, 90 habitações para jovens cujo preço unitário está orçado em 170 mil dólares americanos, sendo que o beneficiário deverá fazer um depósito obrigatoriamente no banco estimado entre 10 a 20 por cento do valor da casa e o período de amortização deverá acontecer num período de 15 à 20 anos.

Salienta-se que o arrefecimento do sector imobiliário pode trazer um risco sistémico para a economia, devido ao alto nível de endividamento tanto de empresas ligadas ao sector quanto dos clientes e consequentemente desencadear um "efeito bola de neve" sobre o resto da economia, devido não só ao alto grau de engajamento da banca, mas também ao forte peso do sector da construção para o crescimento do PIE não petrolífero nos últimos anos.

6.19 Morte, chuva e saneamento básico incomoda Presidente da República

Semanário Factual

De 16 à 3 de Abril de 2010

Segundo alguns analistas políticos que se solidarizaram com a medida do Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, o processo de crescimento e expansão dos bairros de Luanda tem ocorrido sem um planeamento adequado, o que causa consequências drásticas no ambiente urbano dos municípios, com destaque para a falta de saneamento básico.

Referem que "se a cobertura do serviço de esgoto sanitário é reduzida e o tratamento do esgoto não é abrangente, o destino final do esgoto sanitário contribui ainda mais para um quadro precário do serviço".

Os municípios da capital destacam que o outro elemento bastante problemático do saneamento básico, responsável em grande parte pela deterioração do ambiente, é o lixo. "O maior problema do lixo não está na recolha mas, sim, na sua destinação final", concluem. De acordo com os mesmos analistas, o avanço da rede de esgotos em Luanda é bem inferior em comparação a outros serviços públicos, como abastecimento de água, recolha de lixo ou electricidade.

As autoridades do governo provincial de Luanda investem apenas um terço do que seria necessário nas obras de ampliação da rede de esgotos, segundo opiniões de vários cidadãos interpelados.

"A universalização do saneamento básico no país é essencial para a diminuição da degradação do ambiente urbano, repercutindo também na melhora das condições de vida e bem-estar da população", advogam as fontes.

Por isso, sugerem, "é extremamente necessária uma reversão desse quadro, com uma mobilização maior do Governo provincial".

Entretanto, as mãs de 25 pessoas que faleceram nas últimas enxurradas deixaram incomodado o Chefe do Executivo, que aguarda que o governo de Luanda use os meios à sua disposição para contornar a situação.

No encontro que teve terça-feira (13) com o ministro do Urbanismo e Construção, a governadora da província de Luanda, o secretário de Estado da Construção e com o director da Unidade Técnica de Saneamento da capital, José Eduardo dos Santos orientou-os a recorrerem a todos os meios disponíveis, incluindo a mobilização dos serviços provinciais e eventualmente, nacionais, incluindo a Protecção Civil.

O Chefe de Executivo instruiu também o Governo da Província de Luanda para que cuidasse da recolha e tratamento das águas residuais e para que viabilizasse no mais curto prazo o escoamento das águas pluviais e o processo de conversão e modernização das infra-

estruturas de saneamento, de forma integrada com todas as redes urbanas.

6.20 Tala Hady: sofrimento eterno

O País

De 16 de Abril de 2010

Dona Teresa, enfermeira de profissão, não compareceu no seu local de trabalho na segunda-feira, 12 e no dia seguinte, porque teve que retirar toda água da chuva acumulada no interior da sua residência, na rua A do bairro Tala Hady, no município do Cazenga, em Luanda.

O esforço feito por aquela senhora, naqueles dois dias, não foi novidade desde que ali vive. Sempre que chove em Luanda ela é submetida a sacrifícios do género, que a obrigam a faltar ao serviço e a interromper outras tarefas.

Mãe de duas crianças, Dona Teresa não teve outra alternativa, porque não tinha possibilidades de sair de casa. Para não variar, a rua também estava intransitável, o que obrigou os moradores a arregaçarem as mangas.

Às 4h30, altura em que começou a chover, a preocupação da enfermeira era tão só proteger os seus poucos bens, entre electrodomésticos e mobiliário, razão pela qual aplicou todas as energias para retirar a água dos quartos dos meninos, do seu e da sala.

A viver num quintal comum, Dona Teresa e os seus três vizinhos, na companhia dos respectivos filhos, não tiveram mãos a medir.

Depois da tirarem a água dos compartimentos o trabalho que se seguiu foi acarretar areia para encher sacos de serapilheira e montar barreiras para impedir o escoamento para o quintal.

Por isso, a luta na segunda-feira, 12, esteve virada para a retirada da água dos compartimentos para o quintal e na terça-feira, 13, deste para a rua e dali para outros destinos.

Estado dama

Ao cabo dos últimos 30 anos, a vida de Dona Teresa tornou-se num martírio por cada chuvada que cai.

É obrigada a pegar em baldes para retirar a água, a andar por cima de jantes e pneus para transpor a rua, porque a água jamais secou esses anos todos.

O esposo de Dona Teresa tem uma viatura ligeira, mas essa nunca chegou perto do portão, nem no tempo seco e muito menos no chuvoso, porque a rua anda tão lamacenta, que às tantas perde-se a noção da verdadeira estação em que se encontra, a julgar pelas péssimas condições de salubridade.

A rua está transfigurada com a existência de jantes, pneus e objectos que asseguram a travessia dos moradores que, em alguns casos, tiveram que entulhar

pedras e areia causando a elevação do nível da rua, o que impossibilita a circulação de viaturas.

Em função disso, em quase todas as casas as janelas passaram a ficar à altura do nível da rua, o que facilita a entrada das águas das chuvas, donde resultam as inundações sempre que chove, com a consequente perda de bens.

Nem a requalificação

Desde meados de 2008, o Cazenga passou a fazer parte de um programa de requalificação, tarefa sob responsabilidade de uma empreiteira chinesa.

Do ponto de vista de imagem, algumas ruas da comuna do Tala Hady, ali onde o sofrimento é eterno, o que faz jus ao nome em kimbundu, há melhorias visíveis, com a introdução de passeios, sarjetas e em alguns casos asfalto e iluminação pública.

Mas, do ponto de vista do seu saneamento, nada mudou, pelo contrário as coisas pioraram desde que os chineses intervieram naquela zona. Da linha-férrea, até ao embondeiro, a imagem é de arrepiar quando chove.

A rua dos Comandos, cujos trabalhos estão integrados no âmbito da construção das vias estruturantes e da macro-drenagem, está num estado altamente lastimável.

Do cruzamento da Via-Expressa Luanda/Viana (Frescangol) onde começa, até à Via-Expressa Luanda! Kifangondo (Cuca), onde desemboca, numa extensão de aproximadamente cinco quilómetros, a via está totalmente esburacada, com lama, o que faz lembrar os antigos teatros da guerra.

Devido a esta situação, os engarrafamentos são a marca daquele troço viário, apesar de ser em dois sentidos diferentes.

6.21 Chuvas de morte sob controlo do GPL

O País

De 16 de Abril de 2010

O Vice-governador de Luanda para área técnica, Bento Soito, garantiu a O PAIS, Quarta-feira, 14, que o Governo Provincial de Luanda (GPL) implementou uma série de medidas que visa evitar mais mortes, nas próximas enxurradas.

De acordo com Bento Soito, as medidas seleccionadas pelo GPL passam pela distribuição de mais de 20 electrobombas para cada uma das administrações dos municípios mais afectados pelas quedas pluviométricas, como são os casos do Sambizanga, Cazenga, Kilamba-Kiayi Maianga, Samba e Rangel, onde o responsável do GPL acha urgente a sucção das águas paradas.

As escolas, os hospitais, supermercados e outras instituições sociais, bem como os lugares públicos desses municípios, constam da prioridade do plano de intervenção do órgão máximo de Luanda.

A lagoa de São Pedro e a zona do Cariango, no

Cazenga, e o Rio Seco, no município, da Maianga constituem parte das zonas onde a intervenção já acontece, soube O PAÍS do vice-governador.

Para tal, a equipa de Bento Soito conta com a colaboração da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), para além da SUKULA, que já se encontram a operar nas consideradas zonas de grande risco.

Outras soluções projectadas pelo GPL têm a ver com a abertura de valas, para diminuir o alagamento, e com a distribuição de Hipoclorito de Sódio à população afectada, a fim de se evitarem os odores dos charcos de água.

Enquanto isso, oito é o número de mortes que consta do registo actual do Governo Provincial, sendo três no município da Ingombota, dois no Sambizanga e dois no Kilamba-Kiaxi. O município do Cazenga registou apenas uma morte.

Importa referir que, de Março de 2010 até então e com apenas duas chuvas intensas, mais de 20 pessoas já perderam a vida.

Para aumentar as contas de mortes provocadas pelas chuvas, Bento Soito referiu-se a dois corpos encontrados recentemente num dos charcos de água do conhecido bairro Catinton, município da Maianga.

Entretanto, o dirigente foi cauteloso em sublinhar que, nos últimos dados, se trata de indivíduos que se afogaram nessas águas paradas, um por iniciativa de banho voluntário e outro por ter decidido salvar o primeiro.

Em relação à situação dos populares que insistem em viver nas proximidades das valas e áreas de passagem ou depósito de águas das chuvas, Bento Soito lembrou o conselho que o Governo vem dando aos reincidentes. "Que evitem construir nessas áreas e quem já vivia aí, par enquanto, deve dirigir-se ao apoio dos familiares ou amigos".

Questionado se o GPL descarta a possibilidade de realojar os sinistrados, o Vice-governador para área técnica revelou que estão em construção mais de 20 mil casas para este fim, tendo acrescentado que "sempre que houver condições de realojamento o Governo da Província de Luanda vai fazê-lo".

De qualquer forma, avançou Bento Soito, o Governo continua a ajudar as famílias das vítimas, no que toca à realização dos óbitos e funerais, sem de lado a necessidade de um programa de reintegração social dos afectados.

Para dissipar as dúvidas daqueles que pensam que Bento Soito e os seus efectivos só trabalham quando a chuva os obriga, o segundo homem do governo de Luanda esclareceu que "mesmo ~1 chuvas, a área que dirijo tem sempre tarefas a cumprir", justificando-se pelo facto de o trabalho ser quase o mesmo.

O dirigente recusou-se em falar das dificuldades que a

sua equipa tem encontrado nas actividades que realiza, limitando-se a afirmar que "tem havido soluções para tudo".

6.22 Novas cidade do Kilamba Kiaxi milhares de vagas

Jornal de Angola

De 17 de Abril de 2010

Com a conclusão da primeira fase da Nova Cidade do Kilamba Kiaxi, em construção na zona da Camama, em Luanda, o Governo espera criar mais de 40 mil vagas para alunos do ensino básico, até 2012.

Segundo a Angop, na primeira fase do projecto vão ser construídas 17 escolas do ensino básico, que vão absorver 40.800 alunos, número que pode elevar-se para 61.200, caso as escolas funcionem também no período nocturno.

O engenheiro geral da obra, Wu Zhixin, disse que cada escola vai acolher pelo menos 1.200 alunos por turno, repartidos entre 33 e 35 estudantes por turma. O empreiteiro informou que estão em construção 596 salas de aulas, das quais 324 para o ensino primário e 272 para o ensino secundário.

A Nova Cidade do Kilamba Kiaxi, que surge de uma parceria público/privada, abarca três fases. A primeira fica concluída em Abril de 2012, privilegiando a construção de 20.200 apartamentos, distribuídos por 409 edifícios para 120 mil pessoas, 17 escolas e 24 creches.

O projecto contempla igualmente, na etapa inicial, a construção de armamentos com os sistemas de esgoto e drenagem pluvial, uma Estação para Tratamento das Águas Residuais (ETAR) com capacidade para tratar 35 mil metros cúbicos/dia e estruturas de telecomunicações, fornecimento de água e energia.

Água e estacionamento

A primeira fase vai ocupar 900 hectares e inclui também uma Estação para Tratamento de Água (ETA), parques de estacionamento, lojas e transportes públicos. A segunda fase arranca em 2012, com a construção de um hospital, quatro clínicas, 12 centros de saúde, três instituições financeiras, postos de combustível, esquadras policiais, quartéis de bombeiros, igrejas, cemitério, museu e um imponente centro comercial.

Logo que termine a segunda fase, começa imediatamente a terceira. Depois de concluída, a Nova Cidade do Kilamba Kiaxi ocupa ao todo uma área de 5.200 hectares, e conta com 70 mil habitações.

A primeira construída no período pós independência, a Nova Cidade do Kilamba Kiaxi vai albergar 350 mil habitantes em 80 mil habitações sociais, erguidas em padrão urbano com serviços públicos integrados, como escolas, hospitais, instituições financeiras, esquadras

policiais, cemitérios e igrejas.

O projecto habitacional está a ser construído a 20 quilómetros do centro da cidade de Luanda, numa parcela de terreno com 5.200 hectares. As primeiras famílias beneficiárias, de seis membros por agregado, começam a morar no projecto a partir de Julho próximo, quando forem entregues os primeiros 3.200 apartamentos. Entre Abril e Julho de 2012 ficam prontos outros 20.000 apartamentos de renda média e alta, com suites.

6.23 Governador pede divulgação dos critérios de acesso a casas sociais

Jornal de Angola

De 16 de Abril de 2010

O vice-governador do Kuando-Kubango para os serviços técnicos pediu aos responsáveis da Juventude e Desporto maior divulgação dos critérios de acesso às casas sociais para Jovens.

Simão Baptista disse que as modalidades de acesso às habitações devem continuar a ser divulgadas para haver maior adesão dos jovens ao programa. Ao discursar no encerramento das comemorações do Dia da Juventude Angolana, Simão Baptista afirmou que "os tempos actuais exigem da juventude uma atitude responsável" e que "as tarefas de educação e de ensino são as vias para as realizações na vida social".

O vice-governador pediu o empenho dos jovens no combate a todas as práticas nocivas à sociedade, como o uso de drogas, o alcoolismo e as gravidezes precoces. Simão Baptista pediu às organizações e associações juvenis, como parceiros sociais do Governo, que criem espaços para leitura, actividades culturais e desportivas para "absorver muitos jovens sem ocupação". O vice-governador disse que em todo o país estão a ser criados centros de formação profissional com o propósito de garantirem, a curto prazo, o primeiro emprego a muitos jovens. Simão Baptista pediu maior participação da juventude nas tarefas de reconstrução nacional, sublinhando que o Governo tem a grande tarefa de melhorar a qualidade de vida dos jovens.

6.24 Jovens descontentes com os presos das casas

O País

De 16 de Abril de 2010

A maioria dos jovens que se deslocaram, nesta segunda-feira, 11, aos três postos de recolha de candidatura para concorrerem a uma das 90 residências, que serão sorteadas nos próximos dias pelo Governo Provincial de Luanda (GPL), manifestaram-se descontentes com o

preço estabelecido.

De acordo com o regulamento, os candidatos sorteados devem pagar inicialmente 10 por cento do valor global da residência, que corresponde a 17.000 dólares. Os restantes 90 por cento, isto é, 153 mil dólares, terão de ser pagos no prazo de 25 anos para receberem a titularidade da mesma.

António João Lamento, 30 anos, vive numa casa arrendada há quatro anos e acha que o preço estabelecido pelo Governo não reflecte a realidade socioeconómica da maioria dos jovens angolanos que estão interessados em adquirir as residências.

"O valor da casa demonstra que as condições não são para todos os jovens, mas encoraja aqueles que trabalham a aderirem ao Programa Angola Jovem, de modo que consigamos ter a nossa própria residência e possamos acomodar os nossos filhos da melhor maneira possível, proporcionando-lhes comunidade e tranquilidade", comentou o funcionário público.

Apesar de declarar que o seu ordenado é demasiado baixo, António Lamento contou que se candidatou por considerar que esta é a única forma de viver sem receio de ver a habitação a ser demolida: "Por esta razão farei tudo para honrar com o compromisso que assumirei com o Estado, caso seja um dos sorteados, visto que a iniciativa é boa tendo em conta a situação em que muitos de nós nos encontramos", explicou.

No que toca aos benefícios que o programa trará à sociedade, António Lamento é de opinião que, para além de ajudar os jovens a realizarem o sonho da casa própria, a outra grande vantagem consiste no facto das moradias estarem situadas num local devidamente urbanizado e com a garantia dos serviços básico.

Por sua vez, as relações públicas Nelson Kanhanga, também com 30 anos, disse que só se candidatou a uma das residências de 170.000 dólares por ser das mais acessíveis que constam do pacote: "Vivo numa casa de renda há cinco anos e atendendo à pressão que sofro no final de cada mês, estou disposto a fazer todos os sacrifícios necessários para conseguir uma das 90 residências", assegurou.

Apesar do sacrifício que terá de fazer se for sorteado, Kanhanga contesta os preços das residências, alegando que os salários dos funcionários públicos são baixos e o mercado imobiliário em Angola é muito caro.

O jovem Joaquim Canoeiro, 25 anos, mora numa casa arrendada há seis anos. Assim que viu o anúncio da recolha de candidatura num dos canais televisivos concluiu logo que é a única possibilidade para inverter o quadro que ainda vive. Dirigiu-se ao posto instalado na sede da Associação dos Amigos e Naturais do Sambizanga (AKwasambila), onde os membros do programa Angola Jovem tiveram pouco trabalho, fruto da pouca aderência dos jovens, o contrário do que se assistiu nos outros postos de registo.

Depois de ter acesso à tabela de preço das casas, Canoeiro pôs-se a reflectir sobre as razões que levaram o Governo a estabelecer o pagamento inicial de 17 mil dólares, quando os salários dos funcionários públicos estão abaixo dos mil dólares mês: "pelo menos eu trabalho como ajudante comercial da tia, que tem um armazém, e isto me possibilitará conseguir o valor inicialmente estabelecido. Mas estou preocupado com os demais jovens que estão noutras condições ou que são funcionários públicos", declarou o comerciante.

Documentos dificultam registos A morosidade que se regista em algumas instituições do Estado para tratar dos atestados de residência, de união de facto e de pobreza é apontada pelos candidatos como um dos factores que impossibilitará a inscrição daqueles que pretendem realizar o sonho da casa própria.

Joaquim Canoeiro viu a sua candidatura ser rejeitada porque os funcionários do posto do Sambizanga recusaram o seu talão de recenseamento militar e exigiram que apresentasse um documento que demonstrasse os motivos que o levaram a não cumprir o serviço militar obrigatório.

"Vou tentar obter este documento antes de terminar o prazo", mas garantiu que "que isso será quase uma missão impossível".

O comerciante acha que o início da campanha de recolha de candidatura devia ser antecedido de uma forte campanha de sensibilização, semelhante ao que aconteceu na época de registo eleitoral ou das eleições de 2008, para que as pessoas possam reunir antecipadamente os documentos, porque a emissão de um documento demora em média uma a duas semanas. E é motivo suficiente para que o prazo seja prorrogado. Já Palmira Teixeira manifestou que só conseguiu inscrever-se porque esteve sempre preparada e que vinha a acompanhar o projecto pelos meios de comunicação social desde que foi concebido: "Há pessoas que ouviram apenas isso na quinta-feira passada e até hoje ainda não conseguiram reunir a documentação e isso poderá leva-los a desistir. Agora, quanto aos preços, diante do que temos estado a ouvir dos imobiliários este é para pagar a dormir tranquilo", finalizou. A senhora, o esposo e dois filhos residem há cinco anos numa suite arrendada no valor de 200 dólares/mês, sem privacidade, como contou a própria.

6.25 Arquitectos defendem fiscalização e manutenção das valas de drenagem

O Independente

De 17 de Abril de 2010

Arquitectos angolanos defendem a necessidade de se criarem equipas para a fiscalização e manutenção

periódica das valas de drenagem, evitando que se transformem em depósito de lixo, e o consequente impedimento da passagem de águas, principalmente das chuvas, que causam enormes inundações em zonas adjacentes.

Em declarações ao Semanário O Independente, Benga Pedro apontou esta acção como imprescindível para a conservação das valas de drenagem que se encontram a receber obras de reabilitação, com vista à melhoria do saneamento básico da capital do país. De acordo com ele, muitas valas de drenagem reabilitadas e construídas estão a ser mal usadas pela população, que as utiliza como depósito de lixo, inviabilizando o escoamento das águas residuais. Para o arquitecto, Hélder José, o uso inadequado destas infra-estruturas provoca a sua degradação precoce, podendo ainda provocar inundações das ruas durante o tempo chuvoso. "Há pessoas que pensam que as valas de drenagem são locais de colocação de lixos, depositam de tudo nestes locais, não sabendo que isto prejudica a circulação da água da chuva", realçou.

Apontou as valas do município da Samba, do Senado da Câmara e do Cariango, como locais onde se regista essa irregularidade com maior incidência.

Em Luanda, encontram-se em recuperação as valas do Suroca, São Pedro, Senado da Câmara, do Cariango e outras de pequena dimensão. Por outro lado, moradores dos bairros da Boavista e Lixeira, município do Sambizanga, mostraram-se expectantes quanto à conclusão da reabilitação da vala de drenagem do Suroca, prevista para 2011.

Segundo moradores abordados, o acabamento das estruturas de drenagem das águas vai contribuir na melhoria do saneamento básico e imagem destas zonas de Luanda, consideradas as mais críticas do Sambizanga.

O município António de Carvalho, arquitecto de formação, fez saber que a Boavista e Lixeira, para além de serem zonas industriais, possuem o maior número de habitantes a nível do Sambizanga, daí a necessidade de constantes intervenções nas estruturas de drenagem. "Estou convencido que a solução de drenagem destas localidades passa necessariamente pela conclusão dos trabalhos de recuperação da vala do Suroca e na eliminação da nascente de água existente na zona da Quinta Avenida", disse.

Para o profissional de saúde Armando Alfredo, as localidades em questão são endémicas em termos de paludismo e diarreia aguda, devido ao mau saneamento básico, daí a importância de se reabilitar as valas de drenagem das localidades para evitar os charcos.

A vala de drenagem do Suroca parte da lagoa de São Pedro e termina na lagoa Velha, também conhecida como Suroca Velho, nas imediações da Comarca de Luanda (Sambizanga). Tem uma extensão de três mil e

280 metros.

A sua reabilitação, sob égide do Gabinete de Reconstrução Nacional teve início em 2007.

No Sambizanga, segundo autoridades locais, a vala está a ser feita em betão armado, com uma largura que oscila entre quatro e seis metros de diâmetro e uma altura de cerca de 3,8 metros.

A empreitada está quase terminada, estando os trabalhos confinados à zona da avenida Ngola Kiluanje e parte da Quinta Avenida, onde existe uma nascente de água. Neste local estão ser aplicadas manilhas de betão armado e a vala será subterrânea, atendendo a passagem da estrada que vai ligar a avenida Ngola Kiluanje à via expressa Luanda/Viana.

Estão igualmente em recuperação em Luanda as valas do Senado da Câmara (3.326 metros), do Cariango (5.435 metros) e outras de pequena dimensão ao longo das vias também em construção.

O município do Sambizanga, situado a norte da cidade capital, conta com uma extensão de 14 mil e 18 quilómetros quadrados e a sua população é estimada em 800 mil habitantes, espalhada pelas comunas do Sambizanga (sede), Ngola Kiluanje e bairro Operário.

6.26 Três chapas de zinco e um barrote

Capital

De 17 de Abril de 2010

Recentemente, foram destacados para a zona do Zango I, onde estão confinados o pessoal transferido da Ilha de Luanda, três contentores do Governo Provincial de Luanda (GPL), através da representação de Luanda do Ministério da Assistência e Reinserção Social, com chapas de zinco e barrotes.

A ideia maior era distribuir chapas e madeira, para que as pessoas pudessem erguer moradias provisórias e abandonarem as tendas, enquanto aguardam por dias melhores. Mas, qual não foi o espanto dos populares. O pessoal encarregue pela distribuição, socorrendo-se de uma pretensa «ordem superior», decidiu entregar apenas três chapas e um barrote. Os moradores indignaram-se: «que tipos de casas vamos construir com tão pouco material?!».

Por esta e outras razões, recusaram receber tão poucos meios, o que obrigou o regresso dos técnicos do MINARS, com tudo o que trouxeram. «Ao menos querem gozar com a nossa casa...» reflectiram, para depois voltarem novamente a levantar a questão: «que tipo de construção se faz com apenas três chapas e um pau?».

A resposta, essa, ninguém, entre as autoridades, soube dar até agora. Se é que há algum argumento convincente que explique tão disparatada «inovação». E reforçam: «querem fazer do nosso sofrimento uma

brincadeira», concluíram.

6.27 Mais moradias de qualidade e requinte

Semanário Angolense

De 17 de Abril de 2010

Embora o «Bem Morar» seja o primeiro condomínio em construção destinado a pessoas de média renda, o mesmo não é o primeiro projecto imobiliário da Bild Brasil em Angola. A empresa que agora se juntou a outro grupo para criar o Bem Morar em Harmonia – Patriota Lda., fez em 2006 o lançamento do seu primeiro complexo imobiliário: «The One».

Essa empreitada visou trazer a Luanda um novo conceito de viver inspirado numa tendência que surgiu por volta dos anos 60 em Nova York (EUA), quando alguns artistas mudaram-se para fábricas e armazéns e criaram um jeito novo de viver, um jeito em que não há divisão entre os compartimentos. O «l0fb», como é conhecido o tipo de construção do «lhe One» é sinónimo de modernidade e praticidade. É um aparthotel com serviços de quarto, restaurante, fitness e outros serviços.

Estes apartamentos que estão a ser erguidos na Avenida do Golfe, em Luanda, já estão mobilados e decorados. O condomínio inclui também piscina, restaurante, ginásio e área comercial. Prevê-se que os primeiros habitantes entrem nas moradias ainda em Junho deste ano.

Depois do «lhe One» a Bild Brasil apostou em dar um toque mais brasileiro aos seus imóveis e concebeu o Copacabana Residencial que, tal como o Bem Morar, também localiza-se nas imediações da Cooperativa Lar do Patriota, ao Benfica.

Trata-se de um empreendimento com três torres, 20 andares e 240 apartamentos, cujo preço para um T2 começa nos 483 mil dólares (preços de lançamento). O grande atractivo deste condomínio fechado é o Total Clube, o que lhe torna único até agora.

Este representa uma vasta área de lazer com piscina, SPA, ginásio, espaço para crianças, cinema e ciclovía. Os apartamentos, totalmente decorados, vão ser entregues em Setembro de 2011.

Outro projecto, aliás, um mega projecto dessa empresa brasileira é o conglomerado de quintas denominado Quintas do Rio Bengo. Localizado na província do Bengo, entre a estrada que liga a vila de Catete e o município de Cacuaco (Luanda), o empreendimento vai ocupar uma área de 1.126 hectares.

Iniciada em Outubro do ano passado a primeira fase inclui a construção de 300 quintas já em acabamento e até Maio deste ano o projecto estará concluído com mais 300 quintas, num total de 600 moradias. Os

compradores beneficiam individualmente de um kit que inclui gerador, jango, churrasqueira, pomar, piscina e jardim, além de

um clube hípico e área comercial pertencente ao condomínio.

No ramo da imobiliária os planos da Build são mais ambiciosos. O grupo pretende ainda edificar nos próximos tempos uma série de empreendimentos. O centro comercial e residencial a ser erguido no bairro Alvalade é um deles. O grupo Build Brasil pretende com isso trazer um empreendimento exclusivo, composto por uma torre residencial e uma torre comercial, com linhas futuristas, elaborado por Ruy Ohtake, um dos mais conceituados arquitectos brasileiros da actualidade.

A construção de um Centro Comercial e Hoteleiro é outro projecto em carteira. Prático e repleto de comodidades, terá lojas comerciais e de serviços, centros de convenções, restaurantes, escritórios, cafés, apartamentos, bar e piscina.

6.28 Recuo de preços

Agora

De 17 de Abril de 2010

Em Luanda, nos condomínios que surgiram como cogumelos na floresta, as casas já chegaram a ser vendidas entre 1 a 2 milhões de dólares. Também já houve casos a anunciar que boa parte dos imóveis estavam vendidos mesmo antes dos imóveis serem construídos.

Na fachada principal dos apartamentos em construção, próximo das bombas de combustível "Mirantes de Talatona" a Camargo Corrêa havia colocado um anúncio a fazer fé à venda de metade das habitações.

Se era ou não um "velho truque" para atrair a clientela abastada, a verdade indica o contrário com os apartamentos que custavam 500.000 dólares a sofrerem um desconto de cerca de 75% no condomínio Copa Cabana, no Benfica, segundo as nossas fontes.

No Embondeiro, erguido do lado esquerdo para quem se dirige ao embarcadouro Kapossoka a taxa de ocupação também não é das melhores, admitindo-se o mesmo num outro condomínio próximo do restaurante Praia Beira Mar, antes da ponte de acesso ao Benfica.

Se estes imóveis de alta renda baixaram ou não de preço isto pouco ou nada dirá ao cidadão de poucos recursos cuja esperança reside no anunciado programa de 1 milhão de casas a que deu ênfase com pompa e circunstância o Presidente Eduardo dos Santos em 2008.

6.29 Arquitectos defendem fiscalização e manutenção das valas de drenagem

O Independente

De 17 de Abril de 2010

Arquitectos angolanos defendem a necessidade de se criarem equipas para a fiscalização e manutenção periódica das valas de drenagem, evitando que se transformem em depósito de lixo, e o consequente impedimento da passagem de águas, principalmente das chuvas, que causam enormes inundações em zonas adjacentes.

Em declarações ao Semanário O Independente, Benga Pedro apontou esta acção como imprescindível para a conservação das valas de drenagem que se encontram a receber obras de reabilitação, com vista à melhoria do saneamento básico da capital do país. De acordo com ele, muitas valas de drenagem reabilitadas e construídas estão a ser mal usadas pela população, que as utiliza como depósito de lixo, inviabilizando o escoamento das águas residuais. Para o arquitecto, Hélder José, o uso inadequado destas infra-estruturas provoca a sua degradação precoce, podendo ainda provocar inundações das ruas durante o tempo chuvoso. "Há pessoas que pensam que as valas de drenagem são locais de colocação de lixos, depositam de tudo nestes locais, não sabendo que isto prejudica a circulação da água da chuva", realçou.

Apontou as valas do município da Samba, do Senado da Câmara e do Cariango, como locais onde se regista essa irregularidade com maior incidência.

Em Luanda, encontram-se em recuperação as valas do Suroca, São Pedro, Senado da Câmara, do Cariango e outras de pequena dimensão. Por outro lado, moradores dos bairros da Boavista e Lixeira, município do Sambizanga, mostraram-se expectantes quanto à conclusão da reabilitação da vala de drenagem do Suroca, prevista para 2011.

Segundo moradores abordados, o acabamento das estruturas de drenagem das águas vai contribuir na melhoria do saneamento básico e imagem destas zonas de Luanda, consideradas as mais críticas do Sambizanga.

O município António de Carvalho, arquitecto de formação, fez saber que a Boavista e Lixeira, para além de serem zonas industriais, possuem o maior número de habitantes a nível do Sambizanga, daí a necessidade de constantes intervenções nas estruturas de drenagem. "Estou convencido que a solução de drenagem destas localidades passa necessariamente pela conclusão dos trabalhos de recuperação da vala do Suroca e na eliminação da nascente de água existente na zona da Quinta Avenida", disse.

Para o profissional de saúde Armando Alfredo, as localidades em questão são endémicas em termos de paludismo e diarreia aguda, devido ao mau saneamento básico, daí a importância de se reabilitar as valas de drenagem das localidades para evitar os charcos.

A vala de drenagem do Suroca parte da lagoa de São Pedro e termina na lagoa Velha, também conhecida como Suroca Velho, nas imediações da Comarca de Luanda (Sambizanga). Tem uma extensão de três mil e 280 metros.

A sua reabilitação, sob égide do Gabinete de Reconstrução Nacional teve início em 2007.

No Sambizanga, segundo autoridades locais, a vala está a ser feita em betão armado, com uma largura que oscila entre quatro e seis metros de diâmetro e uma altura de cerca de 3,8 metros.

A empreitada está quase terminada, estando os trabalhos confinados à zona da avenida Ngola Kiluanje e parte da Quinta Avenida, onde existe uma nascente de água. Neste local estão ser aplicadas manilhas de betão armado e a vala será subterrânea, atendendo a passagem da estrada que vai ligar a avenida Ngola Kiluanje à via expressa Luanda/Viana.

Estão igualmente em recuperação em Luanda as valas do Senado da Câmara (3.326 metros), do Cariango (5.435 metros) e outras de pequena dimensão ao longo das vias também em construção.

O município do Sambizanga, situado a norte da cidade capital, conta com uma extensão de 14 mil e 18 quilómetros quadrados e a sua população é estimada em 800 mil habitantes, espalhada pelas comunas do Sambizanga (sede), Ngola Kiluanje e bairro Operário.

6.30 Jovens correm aos postos para comprar casa

Jornal de Angola

De 19 de Abril de 2010

Desde a passada segunda-feira que jovens de Luanda com idades compreendidas entre os 23 e 35 anos estão a acorrer aos postos de atendimento do projecto de Habitação Social para a Juventude, na ânsia de realizarem o sonho da casa própria.

As inscrições estão abertas em todo o país no âmbito do Programa Angola Jovem e podem concorrer homens e mulheres, casados e solteiros. Teresa do Nascimento, de 28 anos, casada há três, vive em casa dos sogros. Ela e o marido anseiam ter a sua própria casa.

Teresa chegou ao posto da Cidadela Desportiva às 7h00. Pediu dispensa no serviço para ser umas das primeiras a ser atendida. Mas já lá estavam enfileirados muitos outros jovens e só foi atendida às 12h00,

depois de muitos empurrões.

"Eu e o meu marido somos funcionários públicos. Infelizmente o nosso salário não chega para comprar uma casa no mercado normal, porque os preços são muito altos".

A jovem explica que ela e o marido viveram em casa arrendada durante perto de dois anos.

Depois a senhoria decidiu subir o preço. "Tivemos que deixar a casa porque com o pouco que ganhamos não dava para continuar a pagar renda, tendo em conta que temos outras despesas", disse.

Teresa do Nascimento salientou que fez a inscrição apenas para ser seleccionada entre aqueles que vão ser beneficiados, e caso passe na primeira fase vai fazer um empréstimo bancário de 17 mil dólares para dar a entrada dos 10 por cento do valor global da casa que são 170 mil dólares americanos.

"Só depois disso é que o Ministério da Juventude e Desportos vai entregar-nos a casa. Mensalmente vamos descontar 100 a 150 dólares durante 20 anos até à amortização da dívida. Este projecto do Governo angolano chegou em boa altura porque vai ajudar muitos jovens com poucas possibilidades financeiras a terem casa própria", disse Teresa do Nascimento.

Redução nos preços

Para Herman José, 23 anos, também casado, o Governo devia reduzir significativamente os preços das casas. "Se o objectivo é ajudar os jovens a realizar o sonho da casa própria, o valor global das casas e os dez por cento que pedem de entrada é muito elevado tendo em conta que o salário mínimo da função pública são 100 dólares", disse.

Herman José é professor numa escola pública. Disse que para os jovens que são técnicos médios ou licenciados a trabalharem numa instituição do Estado, o salário não passa dos mil dólares, e os que ganham mais contam-se pelos dedos." Estes jovens, com o pouco que ganham sustentam a mulher, os filhos e muitas vezes outros membros da sua família.

Com estas despesas todas não dá para poupar 17 mil dólares para dar de entrada e se formos ao banco pedir crédito é mais outra dívida que vamos fazer", argumentou Herman José. O jovem professor reconhece que a iniciativa do Governo em ajudar os jovens a terem a casa própria é boa, mas os moldes de pagamento devem ser reajustados de acordo com a realidade salarial existente no nosso país.

Oferta de mais casas

Dá mesma opinião é a jovem Joana Afonso, 26 anos, trabalhadora de uma empresa privada. Ela é solteira e vive com os pais.

Quando ouviu falar do projecto habitacional para os jovens ficou feliz, mas reduziu os passos quando se

apercebeu do preço das casas e da forma de pagamento.

Joana Afonso disse à nossa reportagem que trabalha há quatro anos, mas a sua poupança até agora só deu para comprar um pequeno terreno que custou três mil dólares, e ainda não fez nada no terreno por falta de dinheiro, tendo em conta que paga os seus estudos, ajudar a pagar a renda de casa onde vive com os pais e a sustentar os quatro irmãos que ainda não trabalham.

"Fiz a inscrição, mas se for seleccionada e os moldes de pagamento continuarem os mesmo vou desistir porque não tenho capacidade para dar entrada de 17 mil dólares.

E se recorrer ao banco para pedir empréstimo, vou ter que deixar de estudar para pagar mensalmente a prestação ao banco.

Joana Afonso é de opinião que além do Governo baixar o preço das casas, o número de casas a serem construídas em cada província também deve ser aumentado para abranger maior número de jovens.

A nossa reportagem apurou que para se candidatar ao Projecto de Habitação Social para a Juventude, o jovem interessado tem de ser cidadão angolano, ser trabalhador efectivo de um órgão estatal ou privado, residir habitualmente na localidade de inscrição há mais de dois anos., não possuir habitação própria e ter idade compreendida dos 23 aos 35 anos. Para a província de Luanda numa primeira fase foram construídas 90 casas que estão localizadas no município de Kilamba Kiaxi, na Camama.

6.31 O sonho da casa própria

Jornal de Angola

De 20 de Abril de 2010

A construção de um milhão de fogos habitacionais atingiu a velocidade de cruzeiro mas em todas as províncias já estão concluídas muitas casas, prontas a habitar. Nalguns casos, a construção dos edifícios foi mais rápida do que a instalação das redes de água e luz, dos esgotos e os arruamentos das urbanizações. Temos pressa em andar para a frente e os serviços que têm a obrigação de infra-estruturas os terrenos urbanizados por vezes ficam para trás.

E mais fácil levantar quatro paredes e fazer um telhado do que rasgar a terra e "enterrar" manilhas de saneamento, condutas de água, cabos eléctricos. Na verdade, esses serviços, além de morosos, são muito mais caros e exigem mais mão-de-obra especializada. E no fim, ninguém vê o que está debaixo do chão e poucos se apercebem do esforço financeiro que foi necessário para dotar as casas de todas as comodidades. O Projecto Angola Jovem concorre para essa meta de

um milhão de casas. E em vários pontos do país estão concluídas centenas de habitações que são distribuídas exclusivamente a jovens até aos 35 anos, que provem ter meios de subsistência para amortizar os empréstimos bancários e as prestações mensais durante 20 anos.

A juventude mais uma vez vai à frente, agora nos benefícios de projectos governamentais que lhe são exclusivamente dirigidos. As primeiras casas são para os jovens. Porque são eles que mais precisam de uma vida estável, para poderem dar o melhor de si ao país.

Entre os milhares de jovens que vão aos postos de atendimento espalhados por todos os municípios, há muitos que reclamam do preço das casas. A realidade salarial no nosso país está desfasada dos custos da habitação social. E dos preços especulativos do mercado, nem se fala. Uma família jovem de trabalhadores da função pública ou de uma empresa privada tem de facto muitas dificuldades para pagar 170 mil dólares pela casa dos seus sonhos. E mais ainda para arranjar de uma só vez dez por cento para a entrada. Mas quem calculou os preços e chegou aos números que estão a ser praticados seguramente que introduziu nas contas todos os elementos. O problema está mesmo na realidade nua e crua: estamos todos a ganhar muito pouco para os preços que temos de pagar pelos géneros de primeira necessidade, pela alimentação, pela roupa, pelo calçado, pelos livros, pelas comunicações, pelos combustíveis. Em rigor, só mesmo os serviços fornecidos pelo Estado estão de acordo com as magras bolsas da esmagadora maioria dos trabalhadores angolanos.

No que diz respeito à habitação, o Estado está a subsidiar os custos da construção. E em muitos casos entra com o terreno ou vende-o a um preço simbólico para os projectos da auto-construção. E claro que as bonificações, a oferta de materiais de construção e dos terrenos têm de ser para aqueles que vivem no limiar da pobreza e que uma pequena fatalidade no quotidiano pode atirar para a miséria.

Um camponês que trabalha na sua lavra com a família precisa de ser ajudado com sementes e ferramentas. As colheitas abundantes enchem a casa) de comida e tudo corre bem. Mas basta um pouco de chuva a mais, uns meses de seca, um boi que morreu ou foi roubado para essa família mergulhar na miséria. São estes angolanos que, em primeiro lugar, precisam de um apoio maciço do Estado.

Os jovens estão na flor da vida, têm força e coragem para enfrentar as contrariedades. As casas disponíveis são para quem tem emprego, o que nos tempos que correm é um privilégio em relação a muitos angolanos que não conseguem de todo uma ocupação fixa e regularmente remunerada.

Neste jogo de prioridades, os jovens trabalhadores são

os primeiros a ter direito a uma habitação digna e realizar esse sonho de ter casa própria. Mas nas actuais circunstâncias têm mesmo que pagar as prestações fixadas, arranjar os dez por cento das entradas e desembolsar o justo preço que foi calculado. E que ao mesmo tempo é preciso criar condições no mundo rural para que milhões de angolanos que se amontoam nas periferias das grandes cidades possam regressar às suas terras de origem. Para voltarem às suas lavras e às suas aldeias, precisam de todo o apoio. Sobretudo precisam de uma casa cómoda, precisam de água e luz, precisam de um posto médico, de uma escola para os filhos, de ferramentas de trabalho, de apoio técnico para aumentarem a produção nas suas lavras. E somados os produtos de todas as lavras de todo o país, temos a segurança alimentar, a auto-suficiência e temos famílias inteiras a caminharem pelo seu pé em direcção ao futuro, confiantes e cheios de esperança.

Os jovens têm as inscrições abertas para obterem casa através do Programa Angola Jovem. As habitações são exclusivamente para empregados. O que todos desejamos é que todos os que se vão inscrever tenham capacidade para honrar os seus empréstimos bancários e a prestação mensal que lhes for fixada.

6.32 Governo reconhece debilidades das técnicas em Luanda

O País de

23 Abril 2010-04-2010

Depois de em diversas ocasiões ter atirado a bola para o lado das populações, culpando-as das mortes provocadas pela chuva este ano, desta vez, o Governo, na pessoa do ministro do Interior, Roberto Leal Monteiro, reconheceu que o grau de sinistralidade no país tem a ver com a debilidade das redes técnicas e das infra-estruturas afins.

Ao cabo dos primeiros quatro meses do ano, o país foi sacudido por numerosas quedas pluviométricas que causaram a morte de 54 pessoas em 17 das 18 províncias, e o ferimento de 87, todas elas resultantes de inundações provocadas por debilidades das redes técnicas e de infra-estruturas de saneamento básico na maioria das cidades e localidades.

Embora tenha sido altamente fustigada pelas cheias do rio Cuvelai, Cunene foi a única província do país, segundo uma fonte da Comissão Nacional de Protecção Civil, que não registou mortes pela chuvas, sendo Luanda, a capital, que mais óbitos registou durante a últimas chuvas.

Tornou-se num caso recorrente morrerem pessoas em Luanda, a fim de cada queda chuvada. Até às primeiras semanas de Abril haviam sido contabilizadas cerca de

35, o número de vítimas, entre adultos e crianças, arrastada pela correnteza das águas.

No resto do país, as trovoadas relâmpagos e deslizamentos de terras contribuíram para a morte de pelo menos 19 outras pessoas retratadas no documento apresentado pelo Governo à comunicação social.

Todavia, o ministro do interior procurou "sacudir a água do mensagem", alegando que em todas as cidades e localidades visadas, as mortes aconteceram pelo facto de os populares terem construído anárquicamente em zonas não autorizadas e por cima "das linhas das águas". "As principais causas do elevado número de destruição, estão associadas à insuficiência de redes técnicas e infra-estruturas na maior parte das cidades e localidades. As construções anárquicas em localidades não urbanizadas, obstrução das linhas das águas, constituem igualmente factores que contribuem para as cheias e inundações", disse Roberto Leal Monteiro.

Destruição na ordem do dia

Este ano, a chuva não só matou gente, como destruiu casas, desalojou, desabou, inundou, destruiu pontes e escolas do ensino geral em todo o país e deixou inúmeras pessoas na desgraça, por perderem todos os seus haveres.

Na actual época chuvosa, 65.519 pessoas foram desalojadas, dos quais 12.999 famílias, 8.752 residências destruídas, 2.020 residências desabadas, 153 escolas do ensino de base e 11 pontes destruídas. Dos números aqui identificados, Luanda contribuiu com a sua parte e durante a última chuva que caiu na primeira semana de Abril, o Cazenga foi o que mais sofreu o que obrigou a uma onda de solidariedade.

Cólera no encalço

As constantes chuvas em Luanda e um pouco por todo o país estão a ser acompanhadas de doenças como a diarreia, cólera e malária.

Por causa disso, a governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, num encontro mantido recentemente com os responsáveis da Protecção Civil falou da necessidade de tomada de medidas para evitar a proliferação de doenças, como os surtos de diarreia, cólera e incremento dos casos de malária.

A governadora referiu que está preocupada com a situação em que se encontram algumas escolas e centros de saúde, inoperantes por estarem alagadas, assim como com a intransitabilidade dos cidadãos, o desconforto e a péssima qualidade de vida destas pessoas.

"É oportuno accionar o mecanismo de protecção civil para dar respostas rápidas e oportunas de modo a encontrarmos um maior envolvimento e participação quer das instituições públicas quer da sociedade civil para poder minimizar a situação que a população está a

viver, particularmente nos municípios da periferia da cidade", afirmou.

Macro-drenagem: uma miragem

Recentemente, o Presidente da República instruiu o Governo da Província de Luanda para que "cuide da recolha e tratamento das águas residuais e para que viabilize, no mais curto espaço de tempo, o escoamento das águas pluviais".

José Eduardo dos Santos quer também o processo de conversão e modernização das infra-estruturas de saneamento, de forma integrada com todas as redes urbanas.

No entanto, entre a vontade e o querer do Presidente a distância é enorme, na medida em que a maior parte das obras de construção de valas de drenagem levadas a cabo em Luanda desde 2006, no âmbito do Programa de Macro Drenagem do Governo Central caminha em passo de camaleão.

Quando era suposto as empresas de construção civil envolvidas nos trabalhos de Macro-drenagem concluírem os seus trabalhos em Dezembro de 2009, a verdade é que tudo continua como se nada estivesse a acontecer

Em algumas zonas de Luanda, abrangidas no projecto da Macro - drenagem, os trabalhos nem sequer começaram, enquanto noutras a situação agravou-se devido ao desconhecimento das empreiteiras que em alguns casos cavaram as ruas até à exaustão, impedindo o escoamento das águas pluviais para os locais apropriados.

No entanto, o secretário de Estado para a Construção, José Joana André, introduziu outros dados na história ao condicionar a conclusão da Macro-drenagem ao realojamento dos munícipes. Em termos de Macro-drenagem temos que retirar cerca de 15 mil famílias e residências e só depois poderemos continuar o nosso trabalho. Enquanto isso, não será possível disse Joana André.

No caso concreto, de Luanda, a sua governadora reconheceu que enquanto a população não for dotada das infra-estruturas que a cidade necessita para dar resposta aos principais serviços, vai correr sempre o risco de viver situações desta natureza. Segundo a governadora, enquanto a nível central se equacionam as acções e as medidas para que as obras estruturantes da cidade possam prosseguir normalmente e serem concluídas, urge que a nível provincial sejam despoletadas acções rápidas para proteger as famílias dos bairros que estão inundados.

6.33 GPL põe ordem nos prédios

O País

De 23 de Abril 2010

O Governo Provincial de Luanda mostra -se agora decidido a acabar com a grande confusão que existe na construção e alteração de casas em Luanda, nomeadamente nos bairros residenciais tradicionais.

Esta semana, a governadora provincial, Francisca do Espírito Santo, exarou seis despachos (109, 110, 111, 1012, 1013 e 1014) determinando que a volumetria máxima permitida nos bairros Netito Soares, terra Nova, Popular e Valódia é a de piso térreo + 1. Acrescenta-se que, segundo os despachos da governadora, não são permitidos novos planos de pormenor e que os projectos devem respeitar a envolvente mais próxima.

Já para os bairros Azul e da Polícia, a volumetria permitida é de piso térreo + 2. Num documento da direcção Provincial da Comunicação Social lê-se ainda que constituem excepção as vias estruturantes dos referidos bairros onde poderão ser permitidos aumentos de volumetria, desde que os despachos da Governadora pretendem dar respostas aos elevado número de pedidos de volumetria de edificações em zonas cujos planos urbanísticos não permitem alterações significativas. E mais, considera-se que a manter essa tendência as redes técnicas e vias rodoviárias da cidade de Luanda atingirão rapidamente um ponto de saturação.

Embora não especifique em que medida se alcançaria a saturação, uma vez que vários técnicos dizem que a cidade já ultrapassou todos os limites, a tomada de Posição de Francisca do Espírito Santo pode ser uma resposta aos cada vez mais intensos protestos de cidadãos que dizem pretender salvar o que ainda sobra de Luanda e pode também ser uma sacudidela administrativa às pressões que o seu governo vem sofrendo.

Outro aspecto não esclarecido pela nota, nem nos despachos, é o que será feito dos prédios com volumetrias superiores que entretanto foram erguidos nos bairros residenciais de Luanda.

Na prática, os despachos da Governadora põem fim à construção e nos bairros citados onde a quase totalidade das casas apresenta de raiz característica que Francisco do Espírito Santo pretende agora preservar.

6.34 “ Bem morar” privilegia a classe de média renda

Semanário Factual

De 23 a 30 Abril de 2010

O bairro, planeado com toda a estrutura para uma vida

digna com qualidade e a um custo justo e acessível, representa um espaço moderno e muito confortável. O novo conceito criado pelo Grupo tem como objectivo atender a classe média angolana que sempre sonhou ter a sua casa própria.

São condomínios fechados com casas térreas, vivendas de 10 andar e prédios de apartamentos tendo, para cada tipo, opções de plantas T3 e T4. As obras e a abertura de ruas do empreendimento no Benfica, que tem 20 hectares, foram iniciadas no mês de Janeiro. Será um condomínio com segurança por 24 horas, lazer, quadras, playground e infra-estrutura completa com água, luz e esgoto.

Há a opção de a unidade ser aquecida com piscina, churrasqueira e anexo. Além disso, uma área comercial com lojas e serviços será construída para maior comodidade de seus moradores. O Bem Morar, no Benfica, será entregue com 3.334 metros de ruas internas bloqueadas, além de paisagem nas áreas comuns. Para empresa, essas diferenças comprovam a qualidade do Bem Morar. A entrega será feita em até 12 meses e os preços estão entre 180 e 280 mil dólares.

A expectativa do grupo é de que o "Bem Morar" contribua para o programa habitacional do Governo de Angola que, em parceria com a iniciativa privada, tem planeado a construção de um milhão de casas em todo o território angolano, e também contribui com diversos benefícios sociais, por conta da equipa que trabalhará no condomínio e no centro comercial que será inaugurado.

O projecto, que tem como garoto-propaganda e sócio, o Rei Pelé, também deverá ser lançado nos dias 08 e 09 de Maio, no Huambo.

O grupo conta já com outros empreendimentos de alto-padrão no mercado, como o "The One", lançado em 2008, o "Copacabana" e as "Quintas do Rio Bengo", em 2009, e outros projectos em diversas áreas.

6.35 Governo pede crescimento com harmonia

Jornal de Angola

De 24 de Abril de 2010

O mercado imobiliário deve desenvolver-se de forma harmoniosa e sustentada, permitindo que haja uma articulação coerente entre a venda e o arrendamento de imóveis, defendeu ontem, em Luanda, o secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Joaquim Silvestre.

Na apresentação do estudo "Research" sobre os "Os 10 Factores de Competitividade do Sector Imobiliário de Angola, realizado pela Deloitte para Escom Imobiliária e a Mota Engil Real Estate, Joaquim Silvestre deixou claro que sem um mercado de

arrendamento suficientemente forte, o sector restringe-se à compra e venda de imóveis para uso próprio, residencial ou comercial, com todas as consequências negativas daí decorrentes.

Na sua visão, um mercado imobiliário bem organizado, transparente e eficiente, contribui não só para o ordenamento do território, mas confere também às partes uma transacção com segurança jurídica. "Um mercado imobiliário devidamente estruturado transmite uma maior estabilidade ao sistema financeiro, pois coloca à disposição dos credores, hipotecários em geral e dos bancos em particular, informações precisas e actualizadas sobre a suficiência ou insuficiência das garantias oferecidas pelos devedores", disse, deixando o convite a um investimento maciço por parte dos operadores. "Os operadores devem unir-se aos esforços do executivo no sentido de tomar o mercado imobiliário uma realidade atractiva", realçou.

Joaquim Silvestre considera o domínio da construção como sendo um dos principais sectores da economia, desde que passe necessariamente por uma regulação específica, deixando a promessa de que o papel do executivo deve ser cada vez mais activo e de intenso protagonismo.

O secretário de Estado do Urbanismo e Habitação disse ter concluído que os agentes locais imobiliários têm direccionado preferencialmente os seus investimentos para a vertente da habitação, com a finalidade de atender a alta renda e alojamento para os quadros de empresas internacionais.

Se no segmento da habitação, o cenário revela-se desfavorável, o segmento de escritórios não está longe do actual quadro. A oferta é, segundo Joaquim Silvestre, também exígua, já que os elevados valores de arrendamento são superiores a 1200 dólares por metro quadrado, o que representa uma barreira à entrada de novas empresas em Angola.

Na óptica do secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, estas situações caracterizam o estado de especulação imobiliária, questão que preocupa o Estado, particularmente as relacionadas com habitação e em especial a social. "O Governo assume, hoje, o papel decisivo na resolução da questão de regulamentação do sector", afirmou.

Explicou ainda que a especulação imobiliária não é mais do que a compra ou aquisição de bens imobiliários com a finalidade de vendê-los ou arrendá-los à posteriori, na expectativa de que o seu valor de mercado aumente ou se multiplique que no lapso do tempo decorrido. Consideram-se normalmente como transacções que oneram o valor real do investimento, com prejuízo final para o utilizador", disse.

6.36 Atribuídas primeiras casas aos jovens

Jornal de Angola

De 26 de Abril de 2010

As primeiras 90 casas construídas em Luanda no âmbito do programa "Angola Jovem" foram sorteadas, no sábado, no pavilhão anexo da Cidadela Desportiva.

As casas, destinadas a pessoas de rendimento médio, têm três quartos, sala, cozinha, quarto de banho e quintal.

Cada uma delas custa 170 mil dólares, a serem pagos entre 15 e 20 anos. A primeira prestação vai até 10 por cento do valor total, mas pode ser negociada.

Até ao final deste mês os casais beneficiados pelo sorteio recebem as casas, na comuna da Camama, no município de Kilamba Kiaxi, assegurou a vice-governadora da província de Luanda, Jovelina Imperial.

Nesta primeira fase do projecto, pertencente ao Ministério da Juventude e Desportos, inscreveram-se 1.800 pessoas, com idades entre 23 e 35 anos. Ao todo, 213 inscrições foram anuladas por não cumprirem todos os requisitos.

Jovens contemplados manifestam satisfação

"Nunca acreditei que viesse a ser um dos sorteados. Sou casado há um ano, pai de um filho e não tenho casa própria, resido no bairro Boavista, numa casa arrendada", disse Abílio Branco, de 28 anos, o primeiro contemplado em Luanda do programa "Angola Jovem".

"Estou bastante feliz. O meu sonho está realizado", afirmou Eurice Pascoal, casada e mãe de um filho, de 5 anos, também bafejada pelo sorteio.

Outros jovens contemplados não conseguiram conter a sua satisfação por esta iniciativa do Governo. Afirma que o programa vai ajudar a resolver o problema da juventude no domínio habitacional.

Mais casas em construção

O programa "Angola Jovem" na província de Luanda prevê construir, ao todo, 600 casas, 400 das quais destinadas a pessoas de rendimento médio e as outras, económicas.

"As casas económicas subvencionadas pelo Governo, valem mais do que 50 mil dólares, mas os jovens só pagam este valor", disse Jovelina Imperial.

As destinadas a pessoas de rendimento médio são construídas no âmbito de uma parceria pública/privada e o Governo facilita o crédito para a aquisição.

O vice-ministro da Juventude, Yaba Alberto, declarou que nos próximos três meses é anunciado o concurso para a atribuição de mais casas em Luanda.

O programa "Angola Jovem" é um instrumento do Governo consignado no seu plano de apoio à

juventude. O programa compreende a construção de bairros sociais e de centros comunitários, crédito jovem, distribuição de kits profissionais e educação patriótica, cívica e moral da juventude, lembrou Yaba Albero.

6.37 Estudo sobre o sector imobiliário é ferramenta para os investimentos

Jornal de Angola

De 26 de Abril de 2010

O "Re-Search: 10 Factores de Competitividade do Sector Imobiliário Angolano", realizado pela Deloitte para a ESCOM Imobiliária e Mota-Engil Real Estate, foi lançado, na sexta-feira, em Luanda.

O estudo foi desenvolvido com o objectivo de caracterizar o sector Imobiliário de Angola e antecipar futuras tendências.

O estudo, além da identificação de políticas e aspectos macro económicos relevantes para o sector, apresenta igualmente entrevistas com intervenientes do mercado, abrangendo todos os elos da cadeia de valor do sector imobiliário.

O "Re-search Angola" afirma-se como uma ferramenta de apoio à decisão para os intervenientes no mercado, ditando as medidas a desenvolver para efectivar o potencial demonstrado por este sector.

O estudo abrange a totalidade do território angolano, mas a análise debruçou-se, essencialmente, sobre algumas das cidades que podem vir a apresentar maior potencial de desenvolvimento e preponderância a curto e médio prazo, tais como Luanda, Benguela, Lobito, Huambo, Lubango e Soyo. Para a elaboração do estudo, foram realizados questionários aos residentes destas cidades e "surveys" aos segmentos que constituem a procura de imobiliária comercial, escritórios e industrial.

O presidente do Conselho de Administração do Grupo Escom, Hélder Bataglia, considera o estudo como elemento que, em definitivo, vem marcar o panorama do sector imobiliário em Angola, já que as suas conclusões são uma ferramenta que vai permitir aos intervenientes do sector "desbravar" caminhos e potenciar as imensas oportunidades existentes e contribuir, assim, para o crescimento de Angola.

"Para se ter uma visão antecipada sobre qualquer mercado é preciso conhecê-lo bem, perceber as suas necessidades, especificidades e quais as tendências de futuro", disse. Por isso, e porque Angola é o nosso principal mercado, justifica, a Escom e a Mota-Engil promoveram a realização do estudo.

O secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Joaquim Silvestre, o coordenador da Agência de

Investimento Privado, Aguinaldo Jaime, o administrador da Mota-Engil, Ismael Gaspar, e um dos responsáveis da Deloitte, João Carvalho, marcaram presença na apresentação do estudo, numa apresentação de Ricardo Gonçalves, gerente sénior da Deloitte.

6.38 GPL encarece casas do programa Angola Jovem

O País

De 30 de Abril de 2010

A não atribuição de terrenos para a construção de bairros sociais para a juventude ao abrigo do Programa Angola Jovem, na cidade de Luanda, é apontada como o principal factor que determinou o elevado custo das 90 residências sorteadas no último sábado, revelou o vice-presidente do Conselho Nacional da Juventude, Kikas Machado, em entrevista exclusiva a O PAÍS.

O responsável do CNJ afirmou que a capital é a única que enfrenta reclamações quanto à execução do Programa Angola Jovem, imputando de certa maneira a responsabilidade ao executivo liderado por Francisca do Espírito Santo, na fixação do preço [mal das casas leiloadas, por não ter ainda respondido favoravelmente à solicitação de uma área para a construção de um bairro social destinado aos jovens.

Kikas Gomes revelou ao nosso jornal que as casas sorteadas no último sábado na Cidadela Desportiva, foram adquiridas pelo Governo a projectos imobiliários privados, tendo assumido o compromisso de subvencioná-las para que saíssem a custos acessíveis a pessoas de renda média.

A expectativa desse líder do órgão que congrega a maior parte das associações juvenis do país é que os jovens sejam brindados no futuro próximo com pacotes mais económicos, além das casas de média baixa, também bairros sociais de renda baixa para que haja uma redução substancial dos preços.

Constatações feitas pelo CNJ nas demais províncias, deram a perceber que a situação é bem diferente, pois ao nível local foram construídos bairros para a juventude, que inclui de igual modo as casas de baixa renda, cujos preços são relativamente mais reduzidos.

Até ao momento, desconhece-se as razões do silêncio do executivo de Luanda quanto à cedência de terreno, sendo consabido que é a cidade que apresenta maiores preocupações no domínio habitacional, por ter uma maior concentração com predominância para os jovens o que faz aumentar a pressão neste domínio.

"Todos os jovens querem resolver o problema de habitação enquanto ainda jovens, para não transportar esse problema para a vida adulta.

Ou sejamos adultos mais com problemas da habitação ainda por se resolver as jovens querem sair da casa dos

país, os jovens querem constituir família, enfim querem casa própria" concluiu, o número dois do Conselho Nacional da Juventude.

Embora não veja na construção de bairros sociais para a juventude a solução ideal para resolver o problema habitacional dos jovens, o vice-presidente do CNJ reconhece, contudo, que estas acções ajudam a mitigar as carências.

O Conselho Nacional da Juventude entende ainda que os programas têm de oferecer maiores quantidades de casas para que mais jovens resolvam o problema nesse domínio, aliás, acrescentou, esta é mensagem que essa instituição tem feito passar para os órgãos decisores, como o Ministério da Juventude e Desporto, órgão do governo encarregue de gerir o plano para a juventude.

O nível de transparência com que decorreu o sorteio satisfaz plenamente aquele conglomerado de associações juvenis, porém o número exíguo de casas colocadas à disposição é o facto negativo apontado pelo responsável do Conselho Nacional da Juventude.

"Gostaríamos de ter duas mil casas para 2100 candidatos pelo menos. Não 90 casas para dois mil candidatos", concluiu Kikas Machado que apelou para uma multiplicação de esforços, para que possa existir mais oferta do que a procura de casas. O Programa Angola Jovem, sob a égide do Ministério da Juventude e Desporto, visa essencialmente contribuir para mitigar a carência habitacional que grassa a maioria da juventude angolana, teve início em 2008.

7 TERRA

7.1 Terrenos a 80 mil dólares

A Capital

De 24 de Março à 01 de Abril de 2010

A pretexto de algumas zonas constituírem «Reserva do Estado», os responsáveis da Administração da Samba não têm tido mãos a medir, quando se trata de demarcar zonas, supostamente de interesse público. Fazem-no com a maior naturalidade deste mundo, à luz do dia...

Para tal recorrem aos mais variados expedientes (vide painéis) como, por exemplo, «Espaço reservado para equipo urbano», «Proibido construir no pulmão» e «Futuras instalações da subsituação na edel».

Era suposto que determinadas áreas protegidas a coberto do interesse público fossem, de facto, destinadas à construção de centros de saúde, farmácias, serviços de administração, jardins, talhos, peixarias ou de outros empreendimentos sociais.

Mas, no terreno, temos vindo a assistir que o chamado interesse público estará a ser relegado para segundo plano. Ou, antes, a servir de pretexto para uma série de negociatas. Embora os responsáveis da administração aleguem que não dispõem de meios rolantes; para terraplenar as estradas ou prestar serviços mínimos de limpeza das vias, o facto é que não têm faltado meios para demolir casas ou caboucos.

Nessas empreitadas empregam retro-escavadoras, camiões, sem se esquecer, claro, de mobilizar um desproporcional aparato policial. Mas há mais: o surgimento de uma estrada asfaltada, que dá acesso ao Estádio 11 de Novembro, ao Camama, tem estado a atiçar os apetites dos homens da administração local, já que os terrenos à volta foram valorizados.

Há mesmo indicações de que algumas ruas estão a ser fechadas para, nos respectivos espaços, serem erguidas moradias. Dados obtidos por este jornal apontam que estão a ser negociados terrenos em áreas, que antes haviam sido demolidas, a pretexto do tão propalado «interesse público», pela astronómica soma de 80 mil dólares.

Trata-se de terrenos com as dimensões de 20/30 m². Os de maiores dimensões vão para além dos 100 mil dólares. Existem, inclusive, casos de individual, cujas obras foram demolidas, por supostas ilegalidades, mas que acabaram por ser autorizados a dar continuidade às empreitadas, depois de uma «boa conversa» com os chefes da administração local...

A promiscuidade entre os interesses privados e públicos é de tal sorte que o cidadão é quase sempre levado a desconfiar das intenções dos responsáveis da Admi-

nistração da Samba, por mais nobres que sejam. Fica-se mesmo com a nítida sensação de que o lema é o seguinte: «Partir, primeiro, e depois conversam...

Ou, antes, reservar, para depois se vender... Gestos desta natureza, que em nada dignificam a probidade administrativa que se pretende, servem apenas para engordar os bolsos de alguns responsáveis e têm o efeito perverso de enfraquecer o poder do Estado e das suas instituições.

A demarcação dos espaços e a colocação destes painéis, descontando a gritante falta de estética e os erros ortográficos neles contidos, são mesmo de levar a sério?

Ou haverá indivíduos no órgão, que tem o jurista Pedro Fançony à testa, apostados em tomar os demais cidadãos deste país por ingénuos ou néscios?

7.2 CNCS reprova censura do governador da Huíla

O País

De 2 de Abril de 2010

O Conselho Nacional da Comunicação Social (CNCS) repudiou a atitude do governador provincial da Huíla, Isaac Maria dos Anjos, por proibir a Televisão Pública de Angola (TPA) de reportar as demolições das casas ao longo do Caminho de Ferro de Moçamedes (CFM) pela sua administração, ocorrida na semana transacta.

Num comunicado chegado à nossa redacção, o CNCS considera que o comportamento do governador da Huíla constituiu um atentado à liberdade de imprensa, de acordo com a letra e o espírito do artigo 76 da Lei de Imprensa, estando sujeita a uma pena de multa, sem prejuízo da responsabilidade civil pelos danos causados. Na mesma nota, o Conselho Nacional da Comunicação Social (CNCS) deplora o tratamento mediático dado à visita privada efectuada pelo Vice Presidente da República, Fernando da Piedade dos Santos, a Londres, orientando que a melhor forma de se evitar a especulação na imprensa é o fornecimento por parte das fontes oficiais, e em tempo oportuno, de toda a informação relacionada com o assunto.

Segundo ainda o comunicado, o estado de saúde dos altos dirigentes de um país já é claramente uma matéria de interesse público, sendo por isso legítima a atenção que a imprensa dedica a este tipo de informação.

finalmente, O CNCS lamenta que uma vez mais uma sua deliberação tenha sido censurada, como aconteceu com o conteúdo da notícia que a ANGOP produziu relativa à deliberação do mês de Fevereiro, ao ignorar-se completamente o seu primeiro ponto relacionado com o conflito entre a Polícia e os arduos em Luanda.

7.3 A concessão é ilegal

Semanário Angolense

De 3 de Abril de 2010

Declarada como reserva do Estado pelo Conselho de Ministros, através do decreto 62/07, de 13 de Agosto de 2007, a concessão do espaço agora em disputa parece ter sido obtida por vias menos correctas, segundo um especialista em leis ouvido pelo *Semanário Angolense*.

Para esta nossa fonte, uma vez que quem decretou o espaço como reserva do Estado é o Conselho de Ministros, em princípio, também é só ele que tem competência para fazer concessões dentro dos limites das terras em causa. «A menos que o Conselho de Ministros tenha feito, por via de um decreto, delegação de competências para uma outra instituição, no caso o ministério do Urbanismo e Habitação para esse efeito, o que, ao que se sabe, não aconteceu», disse.

«Pelo menos, ainda não vimos qualquer decreto do Conselho de Ministros a delegar competências ao ministério do Urbanismo e Habitação para ceder 303,46 hectares a uma pessoa singular», garantiu. «E isto tem de ser feito também por via de um instrumento legal de valor equiparado: ou seja, por decreto», explicou.

Salientou que, não tendo sido cumprido este pressuposto, que tem de ser publicado em Diário da República, então o processo de concessão torna-se completamente ilegal. Para ele, posto isto, há qualquer coisa que não bate bem neste caso que envolve Laurinda Hoygaard às 3500 famílias do «Autódromo». «Das duas, uma: ou a instituição que passou a titularidade à senhora Laurinda prova que tem competência para tanto, ou então tudo é ilegal pura e simplesmente», sublinhou a nossa fonte

7.4 Demolições & C^a

Semanário Angolense

De 3 de Abril de 2010

Existe pobreza no mundo. É um facto que ninguém contesta. E existe pobreza, particularmente no continente africano. Se fácil é admitir isso por ser uma realidade - e a sabedoria popular diz que contra factos não há argumentos -, difícil se torna, muitas vezes, admiti-lo. Mas será a pobreza uma fatalidade? E mais, os pobres devem, por causa da sua «condição», ser ignorados, desrespeitados? Não será a sua «condição» uma indignidade para quem os governa? Continuemos com o nosso exercício.

E em Angola, há ou não pobreza? Ou será que estamos todos desatentos? Será que não sabemos, todos, que existe pobreza em Angola? Podemos desconhecer quantos são (não me permito dizer ou questionar

«quantos somos», sob pena de me considerar a mim mesma uma pessoa desrazoável, vill), quais as áreas, províncias, municípios, localidades onde haverá maior concentração de gente que vive miseravelmente, muitos no limiar da pobreza, mas sabemos. Quem não sabe é porque não quer saber e a isso não se chamará desconhecimento mas vileza!

E a pobreza tem muitas facetas, sendo que uma delas é o local onde se vive. De igual modo, também sabemos - e não é de hoje - que o espectro das demolições apoquentas e atemoriza muitos, muitos dos que farão parte do «clubes dos pobres». A denúncia desta situação também não é nova... No entanto, e dir-se-ia que terá despertado da letargia em que se encontrava mergulhada, só agora a sociedade reagiu!

«Uma casa que seja minha» é um dos objectivos de vida dos indivíduos - e de repente lembro-me do livro de Virgínia Woolf com o título «Um quarto que seja seu» - é ter uma casa, uma casinha, dirão alguns, um tecto, dirão outros. Pois bem, qualquer que seja o vocábulo, a palavra, o modo, a forma como a designamos, trata-se de um abrigo, um espaço que passa a ser de alguém e que, por isso, terá as suas particularidades, participará das singularidades do proprietário/a, terá uma identidade - a identidade que o proprietário/a lhe der e que será uma extensão de si próprio. É isso aí, a minha casa, a nossa/s casais mais do que abrigarem o nosso corpo, albergam o nosso ser, albergam-nos por inteiro. Aí construímos o nosso ninho e acabamos por estender essa intimidade, a intimidade que temos com o nosso espaço, com a nossa casa, aos vizinhos, à rua onde moramos e fazemos da nossa rotina - o abrir ou fechar a porta de casa, o percorrer a rua, o virar da esquina, o cumprimentar o/as vizinho/as, a troca de favores - a música silenciosa que nos acompanha, a alma que ecoa, que se liberta e nos abriga das intempéries, o nosso refúgio, o nosso mundo. Mesmo quando as condições são adversas, mesmo quando não gostamos do espaço em que habitamos, mesmo quando o tecto está a cair, a chuva entra em casa, discutimos com o/a vizinho/a, mesmo quando as ruas que calcorreamos diariamente estão peçadas de dejectos, mesmo quando tropeçamos a cada passo que damos por causa dos buracos, mesmo quando não podemos sair quando chove, ainda assim, a nossa casa continua a ser um pedaço de nós.

Quando podemos mudar de casa, para uma melhor, temos pena. Pena de deixar aquelas paredes que têm inscritas parte da nossa história, pena de abandonar um pedaço de nós - afinal, é um bocado da nossa vida que fica para trás. Dizer adeus àqueles com quem privámos, deixar de passar por aquelas ruas, aqueles becos - sentimo-nos abandonados porque, afinal, é um recomeço, é o desconhecido que nos espera. É um misto de dor e alegria, de tristeza e euforia.

Entender isso talvez não seja tão fácil assim!!! Se não tivermos passado por isso e/ou não tivermos sensibilidade, «gozamos», com aqueles que tendo a oportunidade de mudar de vida, de a melhorar, mostram alguma resistência, criticamo-los por se sentirem «presos» àquele lugar, aquele espaço, aquele território onde se odiou e amou, se cicatrizaram feridas, se cruzaram relações e ralações.

Agora, imagine-se o cenário de quem é obrigado a abandonar esse lugar que fez seu, alguém que se vê despojado, se vê expropriado e se vê literalmente na rua. Um pesadelo. Um pesadelo para quem, de um dia para o outro, deixa de poder contar com o seu cantinho - cortinas rasgadas ou sem elas, quantas vezes sem água, luz, nem falar dela, o chão feito cama, a mesa sem uma perna, o quarto que é de todos, a cozinha que é no quintal -, deixa de ter onde voltar ao fim do dia, deixa de ter onde partilhar os seus sonhos. Às vezes, quantas?, a força bruta da lei, da razão(?), da urgência do progresso(?) atira os indivíduos para as calendas. Ora, é neste cenário de pesadelo que vivem centenas ou milhares (?) de pessoas em Luanda, no Lubango e diz-se que também

. em Benguela. Qualquer mudança, sobretudo quando se trata de pessoas, tem de ser arquitectada, pensada - quando se pensa no perigo, real em muitos casos, em que as pessoas vivem, parece que não se pensa na qualidade de vida das mesmas que supõe, no mínimo, respeito. E o respeito passaria, por exemplo, pela criação de uma comissão de moradores junto do grupo de pessoas que estivesse para ser desalojado, de forma a fazer-lhes compreender das razões e necessidade da mudança - trabalho de dentro - que vão da segurança até à importância de ter uma habitação condigna, sem esquecer a melhoria de vida que passa também pela vertente sanitária (todos sabemos que muitas doenças como a tuberculose, a cólera, a malária, derivam da ausência de condições não somente alimentares mas também de habitação). E, é claro, agenciar a mudança com as populações e com a tal comissão de forma digna, e., não ó com garantias verbais de um futuro melhor mas com a garantia de que o local para onde vão enquanto aguardam pela casa (dizer quanto tempo e respeitá-lo) é digno, tem as condições x, y, z - e cumprir!

Dirá quem governa o país que «é muito fácil falar-se!» Bom, mas parece-me que difícil é «depois da casa arrombada trancarem-se as portas». Difícil é gerir os ânimos exaltados e a manifestação que não aconteceu porque a força das armas imperou - a verdade é que, no nosso país, só acontecem marchas, passeatas e afins «porque vivemos em democracia» e não há razão para o povo se manifestar, ponto final! Como se não bastasse o triste espectáculo de ver as gentes sem norte, de saber de uma manifestação que não aconteceu (bem poderia

ser uma marcha, porque não?), tive o cuidado de acompanhar as notícias dos órgãos de comunicação social do estado/governo (ou deveria dizer público?) - Jornal de Angola e TPA - e, curiosamente (!), nada relataram sobre o assunto - pelo menos durante dois dias, Benguela deixou de figurar no mapa. Blackout. Ou estarei enganada?

Também não é de hoje que se vem dizendo que quando se fala do acabar da guerra, esquece-se das outras guerras das carências, das assimetrias que levam ao descontentamento generalizado (ou que se vai generalizando), dos conflitos sociais. Guerras surdas que se vão, paulatinamente, erguendo. Vozes iradas! Esquecemo-nos, muitas vezes, das razões da nossa luta de libertação e de que hoje, felizmente, encontramos num outro estádio mas... Não envenenar o futuro das gentes e do país, não aliená-lo, convém ter sempre presente!

7.5 Quem deu tanta terra à Laurinda?

Semanário Angolense

De 3 de Abril de 2010

Cerca de 3500 famílias, que residem na zona do chamado «Autódromo», no Ramiro, a sul de Luanda, podem ficar desabrigadas, na sequência de uma reivindicação do espaço onde ergueram as suas habitações por parte da antiga reitora da Universidade Agostinho Neto, Laurinda Hoygaard, que diz ser uma concessão sua, numa extensão de 303,46 hectares, onde pretende construir um «complexo desportivo habitacional».

Foi em Janeiro deste ano que Laurinda Hoygaard surgiu pela primeira vez no Ramiro a reclamar a posse desta tão vasta extensão de terra, tendo apresentado aos membros da comissão de moradores do bairro a «planta» do espaço que reclama e um título da concessão do direito de superfície passado em Dezembro de 2009 pelo ministério do Urbanismo e Habitação, o que acabou por causar enorme surpresa entre eles, uma vez que muitos já lá habitam há «séculos», por conseguinte, com alguma espécie de direito adquirido.

Ao que soube o *Semanário Angolense*, Laurinda Hoygaard não pretende negociar seja o que for com as pessoas que lá têm as suas residências, umas, e ainda lavras, outras.

Diante da pretensão da antiga reitora da UAN, os membros da comissão de moradores disseram-lhe que nada podiam tratar no sentido de convencer os milhares de famílias que representam a abandonarem as suas casas pura e simplesmente, sem a participação da administração municipal da Samba, sendo que esta

acabou por manifestar que desconhece os meandros do caso.

Domingos Augusto Simão, coordenador da comissão de moradores, declarou ao *Semanário Angolense* que Laurinda Hoygaard tem estado a comportar-se de forma arrogante sempre que lá vai. «Ela tem dito que podemos ir nos queixar onde quisermos que não haverá de acontecer nada, porque tem gente poderosa por detrás do projecto», sublinhou a nossa fonte.

Porém, segundo ainda Domingos Augusto Simão, diante da resistência dos populares, Laurinda Hoygaard já tem mostrado alguma predisposição para o diálogo, o que terá feito já com algumas famílias, que antes classificara mesmo de «atrasadas», a fazer fé em declarações suas.

Para isto, distribuiu fichas para um hipotético recenseamento populacional, a que designou de «ficha de inventário», onde os visados têm de dar informações sobre o agregado familiar, características do imóvel, entre outros itens, ao que se diz, para uma possível indemnização aos moradores que se apresta a desalojar.

7.6 Edilidade em silêncio

Semanário Angolense

De 3 de Abril de 2010

O coordenador da comissão de moradores do Ramiros, Domingos Augusto Simão, disse que não há até ao momento qualquer reacção da administração municipal da Samba em relação ao caso, como se nada estivesse a acontecer, quando milhares de famílias sob sua alçada correm riscos de desalojamento massivo.

Disse ainda que, nas suas deslocações, nunca Laurinda Hoygaard se fez acompanhar de qualquer representante das autoridades locais (municipais ou comunais), o que não deixa de ser igualmente estranho.

O *Semanário Angolense* procurou ouvir o administrador municipal da Samba, Pedro Façonny, mas sem sucesso. No entanto, soube de uma fonte da edilidade que o processo não passou pela instituição. «Não sabemos de nada. Não existe qualquer processo na administração municipal da Samba sobre este tal complexo da senhora Hoygaard», afirmou a nossa fonte. «De qualquer forma, só administrador pode adiantar mais pormenores», acrescentou.

7.7 Mais casas são construídas na urbanização do Dundo

Jornal de Angola De

Quarta-feira 7 de Abril de 2010

A província da Lunda – Norte registou, nos últimos oito anos, a construção de cinco mil apartamentos, enquadrados na primeira fase da urbanização da cidade do Dundo, a institucionalização da universidade Rainha Lueji Akonde e a edificação e reabilitação de várias infra-estruturas sociais e económicas.

Estas acções, que visam a melhoria das condições de vida das populações, foram referidas pelo vice-governador da Lunda-Norte para esfera social como ganhos da paz.

Porfírio Muacasange salientou, igualmente, as políticas sociais do governo local, visando diminuir o número de crianças fora do sistema de ensino, com a construção de mais salas de aulas, a melhoria do abastecimento de água potável e energia eléctrica às populações, sobretudo das zonas urbanas e a reabilitação das principais vias de comunicação, com realce para a conclusão das obras do aeroporto do Dundo.

O vice-governador sublinhou que a lenta execução de alguns projectos se deve também "às dificuldades de acesso rodoviário, principalmente das estradas nacionais

230, 180, 180-Ae224". No dia da Paz e da Reconciliação Nacional, Muacasange anunciou vários projectos sociais aprovados recentemente pelo Conselho de Ministros, enquadrados na linha de crédito da China, com realce para a construção de sistemas de água nos municípios de Lucapa e Cambulo e de um hospital materno infantil, na cidade do Dundo, com cem camas

No âmbito do mesmo programa, vão ser construídos três centros de saúde, com a capacidade para 42 camas, asfaltadas as vias da cidade do Dundo e a reabilitada a fazenda Cacanda, que vai gerar mais postos de trabalho. O Dia da Paz e da Reconciliação Nacional foi assinalado na província da Lunda-Norte, com a realização de actividades políticas, culturais e desportivas.

Foram também homenageadas várias figuras da sociedade civil e de cooperativas de camponeses, que se destacaram no município do Cambulo, que acolheu o acto provincial, com a entrega de motorizadas, bicicletas e instrumentos agrícolas. Duas comunidades pesqueiras do sector de Cassanguidi receberam embarcações para fazerem a pesca artesanal.

7.8 Avaliação ambiental das reservas fundiárias em consulta pública

Semanário Económico

De 8 de Abril de 2010

Na passada terça-feira, 6 de Abril, a Direcção Provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, em parceria com a empresa de consultoria Eco visão promoveram, na província do Cunene, uma sessão de consulta pública, no contorno das avaliações ambientais e estratégicas às reservas fundiárias desta região

Segundo o vice-governador para a organização e serviços técnicos, Cristino Mário Ndeitunga, é a primeira das várias que vão ser realizadas, até porque a implementação dos projectos de vulto tem um impacto de vána ordem e merecem um estudo, de acordo com a legislação em vigor. O acontecimento visou apresentar o estudo que a em "Presença desenvolveu sobre o impacto ambiental em volta dos programas e planos do sector do urbanismo e habitação nesta região abrangida no programa nacional de construção de um milhão de fogos.

Na abertura do encontro, Cristino Mário Ndeitunga, considerou-o de carácter importante, uma vez que vai permitir identificar o impacto ambiental do programa. O responsável fez lembrar sobre a vulnerabilidade que têm os assentamentos populacionais em relação às questões de inundações e secas.

7.9 Famílias da Matamba e Quipungo são realojados

Jornal de Angola.

De 8 de Abril de 2010

O processo de realojamento das famílias que construíram ao longo da linha do Caminho-de-ferro de Moçamedes (CFM) e cabos eléctricos de alta tensão, nos municípios da Matala e Quipungo, vai ser feito sem problemas, com a preparação em curso de condições condignas.

A garantia foi manifestada pelo ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, durante a visita que efectuou, segunda-feira, aos municípios da Matala e Quipungo, a Leste da província da Huíla, para avaliar as condições existentes para o realojamento.

Bornito de Sousa, que chefiou a comitiva integrada pelo vice ministro, Graciano Domingos, directores nacionais, governadores das províncias da Huíla e Kuando Kubango, visitou as zonas abrangidas e as áreas de realojamento onde estão os lotes destinados a cada família.

Num breve encontro com as comunidades locais e membros da sociedade civil dos dois municípios, o ministro disse que "estão a ser criadas condições para que o realojamento das famílias seja feito da melhor forma. Trabalhamos com as administrações dos municípios da Matala e Quipungo para avaliarmos as condições existentes, no quadro do realojamento das famílias que construíram ao longo da linha do Caminho-de-ferro de Moçamedes e cabos de alta tensão", disse o ministro Bornito de Sousa.

As populações, afirmou, estão a sofrer muito com a falta do comboio nas províncias do Namibe do Kuando-Kubango. OPs atrasos na reconstrução da linha dificultam a execução e desenvolvimento de muitos projectos, como a construção de casas.

Bornito de Sousa explicou que o projecto de reabilitação da linha do Caminho-de-Ferro de Moçamedes está parcialmente paralisado em consequência das casas e casebres construídas ao longo do traçado ferroviário, razão que embaraça os trabalhos da empreiteira.

O ministro está preocupado com o desenvolvimento de todos os municípios do país: "o desenvolvimento é feito com a construção de casas, escolas, hospitais, estradas e outras infraestruturas sociais. Mas para tal, urge a reposição do comboio para transportar materiais de construção civil e outros produtos", afirmou.

Condições preparadas

As administrações municipais da Matala e Quipungo têm preparados mais de mil lotes de terreno para distribuir pelas famílias que vão ser retiradas da linha-ferrea e dos cabos de alta tensão.

Estão também criadas as condições para a instalação nas áreas de realojamento de escolas do ensino primário, postos de saúde, serviços policiais, cozinhas comunitárias e saneamento básico, para que as famílias realojadas estejam minimamente acomodadas.

De acordo com o administrador da Matala, Manuel Capenda, no seu município são demolidas 513 casas. "Os proprietários devem saber que saem dum pequeno terreno e vão para zonas com 600 metros quadrados".

Acrescentou que neste momento está a trabalhar na mobilização e sensibilização das pessoas para perceberem melhor o que se pretende, para onde vão, quais as condições instaladas e a instalar no local.

Em Quipungo, a administração preparou 5.655 metros quadrados de terrenos nas localidades de Mavida 1, Mavida 2, Kapato e Massanda, para distribuir a 265 famílias abrangidas pelo realojamento.

Comboio é fundamental

O governador da província do Kuando Kubango, Eusébio de Brito, assegurou, no município da Matala, província da Huíla, que o programa de reabilitação e modernização dos Caminho-de-Ferro de Moçamedes (CFM) vai permitir desenvolver, de modo sustentável,

as regiões do Sul do país e de alguns estados da África Austral.

O governador falava à imprensa no final da visita que o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, efectuou aos municípios de Quipungo e Matala, para avaliar o processo de demolição e realojamento de pessoas que construíram junto da linha de alta tensão e dos carris dos caminhos-de-ferro.

O programa de reabilitação e modernização dos caminhos-de-ferro que o Governo está a desenvolver vai permitir a circulação de pessoas e mercadorias, disse Eusébio de Brito Teixeira. O governador do Kuando Kubango lembrou que a partir do Porto do Namibe é possível transportar mercadorias para as províncias da Huíla e Kuando Kubango, e países limítrofes, como a Namíbia, Zâmbia e Zimbábue.

Eusébio de Brito Teixeira referiu que a região Sul tem "muito para explorar e exportar e só com a circulação do comboio é que o desenvolvimento socioeconómico vai ser um facto".

As obras de reabilitação da linha entre o município da Matala (Huíla) e Menongue (Kuando Kubango) foram já concluídas e entregues ao Governo, faltando a segunda fase que abrange a cidade do Namibe/Lubango Matala, cujo arranque está previsto para este ano.

7.10 Impacto ambiental está em estudo no Cunene

Jornal de Angola.

De 8 de Abril de 2010

A Direcção Provincial do Cunene do Ordenamento do Território, urbanismo e Ambiente apresentou, na terça-feira, em Ondjiva, um estudo sobre o impacto ambiental e estratégico nas reservas fundiárias discadas ao programa de urbanismo e habitação.

O acto visou, igualmente, a recolha de contribuições para o melhoramento do plano urbanístico provincial. Inserido no âmbito da realização consulta pública de avaliações ambientais estratégicas às reservas fundiárias do Estado, abrangidas pelo Programa Nacional do Urbanismo de construção de um milhão de fogos, o acto foi dirigido a administradores municipais, responsáveis de diferentes sectores, funcionários públicos e cidadãos interessados.

Suzana Parinha, consultora da Eco visão, empresa contratada para efectuar a consultoria do programa de urbanização e habitação na província do Cunene, disse que as áreas reservadas para projectos habitacionais devem ser suficientemente estudadas e projectadas dada a especificidade da província.

A consultora referiu que o levantamento preliminar do

número de habitantes é importante para a concepção de projectos habitacionais.

O estudo verificou certas lacunas na planta geral da reserva fundiária do Ekuma 1, na cidade de Ondjiva, afirmou, sublinhando que no projecto não vem especificado o tipo de infra-estruturas que vão ocupar os espaços verdes, o modo de funcionamento do sistema de saneamento básico e a drenagem das águas pluviais e residuais.

Há também a necessidade, disse, de se clarificarem os níveis das escolas a serem construídas no local. Suzana Parinha fez igualmente uma avaliação das reservas fundiárias dos municípios de Namacunde, de Xangongo e de Cahama.

O vice-governador para a Organização e Serviços Técnicos do Cunene declarou que os estudos sobre o impacto ambiental para a província são muito importantes, tendo em conta as especificidades climáticas da região.

A província, lembrou Cristino Ndeitunga, é bastante vulnerável a inundações e secas, pelo que estudos do género são necessários para estabelecer as áreas que devem servir os projectos de realojamento.

7.11 Impacto ambiental está em estudo no Cunene

Jornal de Angola.

8 de Abril de 2010

A Direcção Provincial do Cunene do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente apresentou, na terça-feira, em Ondjiva, um estudo sobre o impacto ambiental e estratégico nas reservas fundiárias dedicadas ao programa de urbanismo e habitação.

O acto visou, igualmente, a recolha de contribuições para o melhoramento do plano urbanístico provincial.

Inserido no âmbito da realização da consulta pública de avaliações - ambientais estratégicas às reservas fundiárias do Estado, abrangida pelo Programa Nacional do Urbanismo de construção de um milhão de fogos, o acto foi dirigido a administradores municipais, responsáveis de diferentes sectores, funcionários públicos e cidadãos interessados.

Suzana Parinha, consultora da Ecovisão, empresa contratada para efectuar a consultoria do programa de urbanização e habitação na província do Cunene, disse que as áreas reservadas para projectos habitacionais devem ser suficientemente estudadas e projectadas dada a especificidade da província.

A consultora referiu que o levantamento preliminar do número de habitantes é importante para a concepção de projectos habitacionais.

O estudo verificou certas lacunas na planta geral da

reserva fundiária do Ekuma I, na cidade de Ondjiva, afirmou, sublinhando que no projecto não vem especificado o tipo de infra-estruturas que vão ocupar os espaços verdes, o modo de funcionamento do sistema de saneamento básico e a drenagem das águas pluviais e residuais.

Há também a necessidade, disse, de se clarificarem os níveis das escolas a serem construídas no local. Suzana Parinha fez igualmente uma avaliação das reservas fundiárias dos municípios de Namacunde, de Xangongo e de Cahama.

O vice-governador para a Organização e Serviços Técnicos do Cunene declarou que os estudos sobre o impacto ambiental para a província são muito importantes, tendo em conta as especificidades climáticas da região.

A província, lembrou Cristino Ndeitunga, é bastante vulnerável a inundações e secas, pelo que estudos do género são necessários para estabelecer as áreas que devem servir os projectos de realojamento.

7.12 Expropriação dá direito a indemnização

Novo Jornal

De 9 de Abril de 2010

É um dos debates que sempre surgem na sociedade: o Estado é, ou não, obrigado a indemnizar os legais proprietários de terrenos declarados públicos (através da figura jurídica da expropriação)? Se a regra estava prevista na lei ainda em vigor, o novo texto reafirma o direito dos cidadãos.

O artigo 200 (expropriação por utilidade pública), diz no seu ponto 1 que "os planos territoriais podem prever [a utilização de] terrenos que, não pertencendo ao Estado ou às autarquias locais e sendo necessários à implantação de infraestruturas de interesse colectivo, devem de expropriados, devendo para tal declarar o destino de utilidade pública". Já o ponto 4 frisa que "a expropriação por utilidade pública dá lugar ao pagamento contemporâneo de uma justa indemnização nos termos da lei".

Quanto à "velha" questão da propriedade originária do Estado, um assunto que tem dividido os partidos políticos, o artigo 90 não trás novidades mas reafirma que "a ocupação, uso e aproveitamento da terra para fins privados, rege-se pelo princípio da propriedade originária da terra pelo Estado".

7.13 Comunidade organiza-se para reivindicar os seus direitos

Semanário Angolense

De 10 a de Abril de 2010

Para apoiar a população que foi transferida para a Zona, a Associação Construindo Comunidades (ACC), em que tem se deslocado permanentemente à Thavola, onde reúne com os líderes comunitários para inteirar-se da situação e "ajudar as lideranças a conhecerem outras comunidades mais organizadas para trocarem experiências sobre métodos de organização e de auto-ajuda.

Na senda deste trabalho, a associação levou à Benguela quatro líderes da comunidade da Tchavoca para participar da propalada marcha que a organização não governamental OMUNGA organizou para o passado dia 25 de Março, mas que acabou proibida pelas autoridades da referida província. "Foi um exercício importante porque as pessoas que viajaram connosco ganharam consciência da falta de democracia no país, pois, uma vez mais, a manifestação foi proibida", realçou o Padre Pio Wacussunga, que trabalha com a ACC.

Fruto do trabalho que está a ser feito e tendo em conta a necessidade de se resolver os problemas que se registam no local, o Padre Pio Wacussunga regozija-se pelo facto de que, a comunidade começa a ganhar consciência dos seus direitos e a capacidade de se auto-organizar.

7.14 Obras de drenagem poderão desalojar vinte mil pessoas

O País

De 9 de Abril de 2010

Setecentos é o número de famílias a serem desalojadas município do Cazenga, no âmbito do programa de construção das vias estruturantes, revelou o administrador municipal do Cazenga, "Tany" Narciso aos deputados da 4.ª Comissão da Assembleia Nacional, que coordena áreas do poder local e autarquias.

Victor Nataniel Narciso, explicou que a desalojamento em causa é necessário para que seja possível a concretização de todo o projecto em curso referente às valas Cazenga – Cariango e Soroca. Estas obras de grande profundidade trarão futuramente soluções definitivas em termos de escoamento das águas das chuvas naquele município.

Presume-se que 20 mil pessoas sejam alojadas em outros locais porque as suas habitações encontram-se situadas em zonas de linhas de água ou valas de drenagem e redes técnicas, explicou o responsável do projecto, o engenheiro Joaquim Maliche.

A expectativa do Governo é realojar essas famílias em três zonas onde desenvolve os programas de habitação social, designadamente,

Panguila, no município do Cacuaco, Zango, Viana, bem como Sapu no Kilamba-Kiaxi.

A visita dos deputados da 4ª Comissão da Assembleia Nacional visou essencialmente emprestar solidariedade ao executivo de Luanda, devido aos sérios transtornos causados pelas últimas calamidades que se abateram sobre a cidade capital.

Foram visitadas algumas das zonas críticas e que mais sofrem com as consequências das chuvas de três municípios de Luanda, designadamente, as Ruas dos Comandos Caop, 6a, 7ª Avenidas, no município do Cazenga, Avô Kumbi, Marecos, passagem hidráulica do Mavinga, Terra Nova, Marçal e Gajajeira, bem como Cassequel do Buraco e vala do Senado da Câmara.

Nesses locais, para além de tomarem o contacto directo com a situação, os deputados inteiraram-se das obras de drenagem levadas a cabo tanto a nível central como provincial.

Os deputados que mantiveram contactos com os administradores municipais do Cazenga, Rangel e Kilamba – Kiaxi, perceberam que a maior preocupação está na falta de verbas para dar sequência à maior parte das obras que estão paralisadas.

O presidente da Comissão da Assembleia Nacional, que atende a área do poder local, o deputado Nzau Puna, diz-se satisfeito por tudo o que constatou no terreno, reconhecendo de igual modo que apesar dos constrangimentos, o governo tem efectuado muito esforço para melhorar as condições das populações.

O deputado Nzau Puna, mostrou-se convicto de que o esforço desenvolvido pelo governo no apoio às administrações municipais para levar a bom termo os seus programas, poderá proporcionar, a breve trecho, a melhoria das condições em relação à situação actual.

O presidente da Comissão entende dever recomendar ao Governo que continue a investir nessas iniciativas de reconstrução e reabilitação.

"Durante o contacto que mantive com alguns administradores municipais, apercebemo-nos que o principal problema apresentado tem sido a falta de verbas que tem impedido a continuidade de várias obras".

Porém Nzau Puna, pensa que o Governo tem efectuado algum esforço tanto é assim que algumas obras já retomaram o seu curso.

O Vice -Governador de Luanda para área técnica e comunitária, Bento Soito, disse que a visita permitiu aos deputados terem uma visão diferente do esforço que executivo tem feito com o intuito de melhorar a condição de vida das populações, principalmente nas épocas chuvosas.

Como maior constrangimento encontrado no terreno,

Bento Soito, aponta as obstruções que resultam do processo de construção nas linhas de drenagem, a deposição de lixo que diminui a sucção das valas, bem como os constrangimentos financeiros.

Ontem os deputados da Quarta

Comissão da Assembleia Nacional, inteiraram -se da situação dos sinistrados das chuvas, realojados nas tendas no Zango, município de Viana, bem como do programa de auto construção dirigida levado a cabo no Zango III.

No curto briefing que a Governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santos, manteve com os deputados anunciou que outras áreas para o realojamento da população e a construção de novos bairros sociais serão abertas em breve.

Francisca do Espírito Santo reconheceu que a situação de saneamento e drenagem em Luanda não está fácil, pois o GPL não dispõe de meios e equipamentos suficientes para poder acudir a uma situação de emergência como a que se verificou com as chuvas.

Face à escassez de meios o GPL contratou alguns serviços e recorreu a parcerias para poder fazer o trabalho de sucção das águas nas escolas e centros de saúde, priorizando estes locais por serem fundamentais para a continuação da vida normal.

7.15 Sobe

Novo Jornal

De 9 de Abril de 2010

A apresentação, por parte do Ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, de desculpas públicas à população do Lubango vítima dos excessos praticados com a vaga de demolições desencadeada pelo governador Isaac dos Anjos, configura uma atitude de singular elevação na nossa vida política. BORNITO DE SOUSA, contrariando a habitual cultura de arrogância, que caracteriza a generalidade dos nossos governantes, deu um banho de humildade, que só engrandece o MPLA. Não é todos os dias, que vimos políticos do mesmo partido, discordarem publicamente de decisões tomadas por companheiros da mesma bancada.

7.16 Desalojados erguem casas no bairro Zango

Jornal de Angola

De 9 de Abril de 2010

As primeiras 24 famílias, das mais de mil desalojadas na sequência das calemas da Ilha de Luanda, começaram a receber, ontem, do Governo Provincial de Luanda os terrenos e materiais para a construção das suas casas no bairro Zango 11I, município de Viana.

Julieta Ngueve, beneficiária de lote, disse estar satisfeita por ter recebido os documentos que atestam a titularidade do terreno e os materiais necessários para começar a construção da sua nova casa.

Desalojada pelas calemas que assolaram o bairro Benfica, na Ilha de Luanda, Julieta Ngueve espera acabar de construir a sua nova casa dentro de alguns meses, caso não haja falhas no abastecimento dos materiais de construção, para deixar de viver nas tendas.

Vitorino zango, outro beneficiário que também foi desalojado a Ilha de Luanda, disse que o processo deve continuar até que o último morador das tendas tenha acesso a terrenos para construir a sua casa.

, "O governo acaba de cumprir a promessa feita há algum tempo de nos dar terrenos para construir as nossas casas", afirmou, acrescentando que "agora o próximo passo é começar a construir a nossa nova casa para deixar de viver em tendas", disse Vitorino Mango, pai de oito filhos. O director do Programa Executivo de Habitação Social do Governo Provincial de Luanda, Joseph Canga, disse que, diariamente, 24 famílias vão receber os termos de concessão de terrenos e materiais de construção até que sejam atingidas as primeiras 100, das 300 famílias previstas na primeira fase do programa de realojamento.

"Neste momento, estamos a começar a fazer a entrega das primeiras parcelas de terreno a 24 famílias desalojadas pelas calemas da Ilha de Luanda", explicou, acrescentando que, depois de receber os documentos, é indicado o terreno ao beneficiário.

"Indicamos os lotes de terreno em função da documentação que receberam e também estamos indicar as dimensões de cada terreno, neste caso, são todos lotes T3 com 64m², disse.

As famílias, depois de receberem os termos de concessão, um técnico do Programa de Habitação Social do Governo Provincial de Luanda, vai fazer o acompanhamento técnico da obra.

Joseph Canga esclareceu que o material de construção é gratuito, mas as famílias beneficiadas pode também contribuir com o seu próprio material para facilitar a rapidez na construção da sua habitação.

"O material gratuito é entregue pelo Governo Provincial de Luanda, mas as famílias podem também fazer a aquisição individual dos materiais de construção para terem a sua casa feita em menos tempo", explicou o director do Programa Executivo de Habitação Social do Governo Provincial de Luanda.

o presidente da IV Comissão da Assembleia Nacional, Zau Puna, garantiu que os deputados vão fazer um acompanhamento muito rígido ao programa de realojamento das famílias desalojadas da Ilha de Luanda. Zau Puna disse que os deputados receberam do governo provincial o programa para o realojamento dos sinistrados da Ilha de Luanda e a Assembleia Nacional vai fiscalizar todo o processo, que visa melhorar a vida de milhares de pessoas que, actualmente, vivem em tendas.

7.17 GPL mantém suspensa a atribuição de terrenos

O País

De 9 de Abril de 2010

Questões técnicas organizacionais mantêm suspenso o processo de atribuição de terrenos na província de Luanda, acção que se insere no âmbito do Programa Nacional de Habitação revelou, Ladislau Silva, Director Provincial da Comunicação Social, ao Jornal O PAÍS.

Aberto o ano passado, o programa teve uma grande aderência por parte da população ávida por um tecto próprio. Porém o GPL mostra-se incapaz para fazer face ao elevado número de solicitações que deram entrada nas nove administrações municipais de Luanda. Ladislau Silva, considerou que o processo retomará o seu curso normal, quando houver uma solução para o elevado número de solicitações que deram entrada naquela instituição.

Ladislau Silva lembrou que existem acções paralelas, designadamente " Angola Jovem", assim como outras parcerias públicas e privadas que recomenda aos interessados.

Esta informação surge numa altura em que o titular do Ministério do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, numa entrevista concedida ao Jornal de Angola, deu garantias de que o seu executivo detém 420 mil kits de material para autoconstrução dirigida para os quais os cidadãos necessitados deverão proceder à inscrição junto das administrações municipais.

Na entrevista José Ferreira garante que em tomo do programa em curso, existem muitas habitações concluídas no município do Kilamba – Kiayi,

Zango, Viana, Bengo e um pouco por todo o país mas que, por enquanto, não poderão ser comercializadas por falta de água e luz.

Para concretização do Programa Nacional de

Habitação, o governo tem disponíveis cerca de cem mil hectares de terra.

Desde a data da publicação da cartilha de aquisição de terreno, bem como de casas de habitação, o GPL recebeu aproximadamente 40 mil solicitações, com maior realce para os municípios de Viana, seguido do Kilamba – Kiaxi.

Até ao presente momento há um maior pendor de solicitações de terreno em detrimento de casas. Isto explica -se pelo facto de a maioria dos interessados acreditarem que será mais fácil obterem a cedência de um terreno do que propriamente conseguirem uma casa.

O PAÍS obteve de uma fonte do GPL, informação de que humanamente será impossível atender à necessidade de todos, principalmente daqueles que já foram contemplados anteriormente com um terreno, razão pela qual aquela entidade vai recorrer ao cadastro para detectar a duplicidade de pedidos.

Na cidade de Luanda estão identificadas reservadas fundiárias, publicadas já em Diário da República, designadamente, Cacucaco, Bitá, Sapu, Sapu I, Luanda-Norte, Cazenga antenas, Sambizanga bairro Operário, Zango, Kikuxi Sapu Benfica, reserva para construção da cidade de Cacucaco, autoconstrução dirigida no musseque Capari e, a reserva para construção da nova Luanda.

No âmbito do Programa Provincial de Habitação de Luanda, constam ainda planos de requalificação no casco urbano já consolidados para as áreas da Chicala II, Ilha de Luanda, Baía de Luanda, Prenda baixo, Sambizanga, Cazenga, entre outras zonas.

Em tomo do processo desconhecesse ainda se os terrenos serão infra -estruturados com todas as redes técnicas (água, energia, telefone) como se vem projectando, até porque os que já foram concedidos anteriormente apenas ofereceram uma perspectiva das redes técnicas.

O programa Nacional de Habitação resulta do promessas eleitorais do MPLA, partido vencedor das eleições legislativas de OS de Setembro de 2008, que prometeu ao eleitorado a construção de um milhão de casas até o ano de 2012, prazo a ser atingido dentro ano e meio.

7.18 Novas demolições agitam a Huíla

Terra angolana

De 17 de Abril '01 de Maio de 2010

O Conselho nacional de Coordenação dos Direitos Humanos voltou a condenar os desalojamentos forçados que aconteceram no Lubango e que se vão estender aos municípios do interior huilano.

Tunga Alberto, a responsável do Conselho

responsabilizou no dia 8 de Abril o Presidente da República e pediu sanções aos elementos envolvidos nas demolições que deitaram a baixo mais de três mil residências na província da Huíla.

Tunga chegou mesmo a pedir a destituição incondicional do governador Isaac dos Anjos cujos actos são uma clara violação aos direitos Humanos e à nossa jovem Democracia.

Segundo Tunga Alberto, o não respeito pela lei magna do País retira o seu valor e a sua importância.

7.19 Omunga exige que o governo responsabilize criminalmente os autores das demolições

Semanário Angolense

De 10 de Abril de 2010

A Omunga vem por este meio e publicamente demonstrar a sua congratulação com o facto do Exmo. Sr. Ministro, em representação de Sua Ex. Sr. Presidente da República, ter pedido desculpas às mais de 2000 famílias que foram vítimas das últimas demolições na cidade do Lubango. Este posicionamento demonstrado no acto central do 04 de Abril, em Menongue, é o reconhecimento por parte do executivo angolano, em especial realce do Exmo. Sr. Presidente da República, da flagrante violação de direitos humano ocorrido com as referidas demolições.

A Omunga, através da campanha «não partam a minha casa» tem vindo a chamar à atenção das diferentes autoridades e da comunidade nacional e internacional para as condições sub humanas para as quais foram atirados estes milhares de cidadãos. Alertou para o facto destas demolições (e tantas outras ocorridas em Angola) violarem a Constituição, a legislação nacional e todos os tratados de direitos humanos.

Gostaríamos mais uma vez lembrar que, no ponto 1 da Observação Geral N.O 7, o Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais chegou à conclusão de que os desalojamentos forçados são prima face incompatíveis com os requisitos do Pacto (entenda-se Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e culturais). A OMUNGA congratula-se ainda com o compromisso de que nunca mais ocorrerão desalojamentos forçados nas condições verifica das no Lubango.

No entanto, a OMUNGA apela para o facto de que, para além deste pedido de desculpas público, sinal importante e encorajador, e do compromisso de se passar a cumprir a lei em acções futuras, o executivo angolano deve, atendendo à sua responsabilidade:

1 - Apoiar o processo de investigação e de responsabilização criminal e disciplinar de quem dirigiu tal acção;

2 - Implementar as medidas compensatórias justas para apoio às vítimas das demolições do Lubango;

3 - Criar condições dignas e urgentes de reassentamento, incluindo o acesso aos títulos de propriedade, condições de habitabilidade, acesso a serviços e fontes de rendimentos e sobrevivência. Dar especial atenção a grupos mais vulneráveis como crianças, idosos, pessoas com deficiência, mulheres grávidas etc.

4 - Criar as condições para que todos os processos jurídicos pendentes de queixas de vítimas de demolições noutras localidades, essencialmente Luanda, venham a concluir na compensação dessas vítimas;

5 - Parar com todas as demolições em Angola até que seja aprovada a legislação apropriada que garanta que a acção de despejo seja a última saída e que defina especificamente, as circunstâncias relevantes e as salvaguardas para o momento em que a acção de despejo for levada a cabo;

6 - Convidar a Relatora Especial da ONU para o Direito à Habitação Adequada. Sra. Raquel ROLNIK, para que visite o nosso país e possa dar a sua assistência como parte do esforço para garantir um padrão de vida digno ao processo de criação ou reforma de legislação e políticas para as adequar aos padrões internacionais;

Por último lembramos que é do vosso conhecimento que o direito à manifestação de protesto contra as demolições foi duas vezes violado através de impedimento abusivo do Governo provincial de Benguela. A marcha não partam a minha casa foi proibida a 25 de Março de 2010 e voltou a não ser autorizada para 10 de Abril de 2010.

As ameaças públicas proferidas pelo Governo provincial de Benguela através da presença nas ruas de centenas de polícias de intervenção rápida e da leitura de um comunicado nas rádios locais, merece também, por parte do Exmo. Sr. Ministro e de Sua Ex. Sr. Presidente, um pronunciamento público condenatório e um pedido de desculpas. Assim, solicitamos:

1 - Que intercedam no sentido de permitir a realização da marcha não partam a minha casa para 10 de Abril de 2010 (sábado) com a concentração marcada para as 13.00 horas e o início às 15.00 horas;

2 - Que publicamente se comprometam com o facto de nunca mais se impedir ou tentar impedir o exercício do direito à reunião e à manifestação conforme interpretação da Constituição, legislação nacional e tratados internacionais de Direitos Humanos.

Quaisquer informações adicionais, podem-nos ser solicitadas.

7.20 Uma viagem ao inferno angolano

Capital

De 17 de Abril de 2010

António dos Santos jura a pés juntos que Já não sabe o que pensar. Nem tão pouco o que seria melhor, para si e a família: continuar a viver tal como está, a aguardar pelas promessas governamentais, ou sobreviver. «Estamos a viver uma crise humanitária», lamentou, para mais adiante questionar: «será que ainda somos uma população reconhecida pelo governo?».

E justifica: é que desde que foram transferidos para a zona do Zango I, algures no município de Viana, já lá vai um ano, as promessas multiplicam-se, mas o cumprimento das mesmas, esses, apresentam-se como autênticas miragens.

«O governo tem o poder que tem, graças ao povo que lhe confiou o voto, mas o que vemos, é que estamos a sofrer, mais não seja pelo facto de, num ápice, terem visto demolidas, as casas que lhes custou uma vida a erguer, e, sobretudo, pela morosidade registada para um realojamento condigno. «Tiraram -nos à força, sem aviso prévio, mas não conseguem instalar-nos num lugar melhor, reclamaram os antigos moradores do bairro do Benfica, à Ilha de Luanda.

E o drama da gente agora confinada em tendas agrava-se, dia após dia, em virtude das várias intempéries naturais, com as quais se confrontam diariamente. Como se já não bastasse a escassez de comida, água potável e o inexistente saneamento básico, têm que se confrontar ainda com as águas das chuvas que se abatem furiosas sobre a capital angolana, além do inclemente frio que, mais dias, menos dias, está no porvir.

As últimas chuvas, por exemplo, não só foram terríveis, mas também de tristes lembranças. As águas arrasaram tudo o que encontraram pela frente. As tendas que foram concedidas às famílias mostram-se incapazes de resistirem às calamidades naturais. «As tendas estão a cair e não se vê a intervenção das autoridades da província, para a reposição das mesmas», queixou-se Bernarda Belchior Mateus, moradora há um ano da mesma área de acantonamento.

As enxurradas da madrugada do último domingo foram sintomáticas desta dura, nua e crua realidade. Um número não precisado de tendas vieram abaixo, em função da forte rajada de vento que se fez acompanhar à queda das águas. «Quando chove, as pessoas são obrigadas a permanecerem de pé até a chuva cessar», como forma de evitar que o pior aconteça.

Os dias que se seguiram foram terríveis: ruas alagadas, tendas feitas em retalhos, charcos e, claro está, um

vertiginoso aumento de caso de paludismo e de doenças diarreicas. É um drama e tanto, que leva Bernarda Mateus, a esforçar-se para reprimir a lágrima que lhe espreita o canto do olho. «Por causa da chuva, adultos e crianças estão a apanhar doenças», evidenciando total cansaço com a desdita a que se viram mergulhados da noite para o dia.

E quando São Pedra abre as comportas, como o fez na última incursão sobre Luanda, é ver os moradores da zona, sobretudo os que não conseguiram erguer as precárias casas de chapas, em exercícios de alfaaiataria, tentando remendar, ponta a ponta, o que resta das tendas, que vão sucumbindo a cada mal-estar da natureza. «Mas, nem isso tem adiantado alguma coisa, já que cada vez mais elas deterioram-se», quer por acção do sol, como pela força das enxurradas e, por que não, pelo seu longo tempo de uso.

«Quando o problema não é a chuva, é o sol intenso que faz as tendas aquecerem em demasia. Ninguém consegue ficar dentro delas [das tendas]», pranteou Arlindo Jacob, também um dos desalojados da Ilha de Luanda.

Aliás, bastam cinco minutos para anestesiar qualquer ser humano que se fez ao interior das tendas erguidas no Zango I, para acolher as mais de mil famílias ali transferidas. Tal é o ar irrespirável que as mesmas oferecem! Além de que são, sistematicamente, invadidas pelas águas das chuvas e, quando não muito, acoitam pequenas cobras, em busca de um habitat acolhedor.

E porque a chuva chove intensa e impiedosa, Domingos Jorge perdeu as contas de quantas preces já terá feito, implorando a cessação da mesma. «Ela [a chuva], quando cai, só traz desgraças», reconheceu, para depois atestar: «até vale a pena não chover mais», pelo menos, enquanto estiverem nas desumanas condições em que se encontram. «Estou sem forças para recompor-me», afirmou Jorge. A chuva, no seu vai e vem, acabou por estragar tudo, do pouco que ainda trazia da Ilha de Luanda.

E nesses dias de chuvas, todos se mostram autênticos guerreiros contra a fúria das águas. «Somos obrigados a agarrar os ferros que sustentam as tendas, de forma a evitar o arrasto das mesmas», violentamente sacudidas pelo forte vendaval que acompanha, geralmente, as chuvas dos últimos dias sobre Luanda.

Aliás, o fim da época chuvosa é um desejo de todos, não fosse o caso de que a mesma obrigar os moradores daquela circunscrição - homens, mulheres e crianças -, a pernaitarem de pé, com baldes e banheiras em mãos, evitando a invasão da água no interior das tendas, com todas as consequências advenientes de tal situação

«Temos que sair das tendas e refugiar-nos, com os filhos inclusive ao colo, em casas de pessoas amigas, sobretudo aquelas que já consegui construir casas de chapas», referiu António dos Santos, com quem

iniciamos a reportagem.

A indefinição em relação a situação em que se encontram vai, a pouco e pouco, moendo os nervos de todos os moradores. De momento, aquela gente preferia ser engolida pelas calemas - que serviu de pretexto, para a sua retirada da Ilha de Luanda que acabarem inúteis, de mãos atadas, sem trabalhar, sem dinheiro, porque abandonados à sua sorte; num quase inferno à face da terra.

Mas, depois de um ano de vida naquele descampado, o que é que o futuro lhes reserva? Nada sabem. Conhecem apenas o presente: viver com o coração nas mãos. Alimentam, por isso, um sentimento de total revolta, no meio de tantas histórias da vida real que têm para contar.

E não seria para menos: «é um desprezo total», reclamou Domingos Jorge, com a voz embargada. «Só não morremos, porque ainda não apareceu alguém que nos mate», concluiu.

No meio de tudo isso, há ainda o paludismo que deixa também a sua marca registada, mais a mais, num meio onde o hospital existente conta com um atendimento precário e falta tudo e há quase nada. O atendimento, qual tal acontece, é demorado e à base de uma metade de paracetamol. «A solução tem sido a automedicação com a Coarten», que os populares adquirem a partir da venda ambulante.

7.21 Carta aberta de OMUNGA ao MAT

Terra angolana

De 17 de Abril à 01 de Maio de 2010

A OMUNGA vem por este meio e publicamente demonstrar a sua congratulação com o facto do Exmo. Sr. Ministro, em representação de Sua Ex.ª Sr. Presidente da República, ter pedido desculpas às mais de 2000 famílias que foram vítimas das últimas demolições na cidade do Lubango.

Este posicionamento demonstrado no acto central do 04 de Abril, em Menongue, é o reconhecimento por parte do executivo angolano, em especial realce do Exmo Sr. Presidente da República, da flagrante violação de direitos humano ocorrido com as referidas demolições.

A OMUNGA, através da campanha "NÃO PARTAM A MINHA CASA" tem, indo a chamar à atenção das diferentes autoridades e da comunidade nacional e internacional para as condições sub humanas para as quais foram atirados estes milhares de cidadãos. Alertou para o facto destas demolições (e tantas outras ocorridas em Angola) violarem a Constituição, a legislação nacional e todos os tratados de direitos humanos.

Gostaríamos mais uma vez lembrar que, no ponto 1 da

Observação Geral N.º 7, o Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais: "Chegou à conclusão de que os desalojamentos forçados são *prima facie* incompatíveis com os requisitos do Pacto" (entenda-se Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e culturais)

Congratula-se ainda com o compromisso de que nunca mais ocorrerão desalojamentos forçados nas condições verificadas no Lubango:

No entanto, a OMU GA apela para o facto de que, para

- além deste pedido de desculpas público, sinal importante e
- encorajador, e do compromisso de se passar a cumprir a lei em acções futuras, o executivo angolano deve, atendendo à sua responsabilidade:

1 - Apoiar o processo de investigação e de responsabilização criminal e disciplinar de quem dirigiu tal acção;

2 - Implementar as medidas compensatórias justas para apoio às vítimas das demolições do Lubango;

3 - Criar condições dignas e urgentes de reassentamento, incluindo o acesso aos títulos de propriedade, condições de habitabilidade, acesso a serviços e fontes de rendimentos e sobrevivência. Dar especial atenção a grupos mais vulneráveis como crianças, idosos, pessoas com deficiência, mulheres grávidas, etc.

4 - Criar as condições para que todos os processos jurídicos pendentes de queixas de vítimas de demolições noutras localidades, essencialmente Luanda, venham a concluir na compensação dessas vítimas;

5 - Parar com todas as demolições em Angola até que seja aprovada a legislação apropriada que garanta que a acção de despejo seja a última saída e que defina, especificamente, as circunstâncias relevantes e as salvaguardas para o momento em que a acção de despejo for levada a cabo;

6 - Convidar a Relatora Especial da O U para o Direito à Habitação Adequada, Sra. Raquel ROLNIK, para que visite o nosso país e possa dar a sua assistência, como parte do e forço para garantir um padrão de vida digno, ao processo de criação ou reforma de legislação e políticas para as adequar aos padrões internacionais;

Por último, lembramos que é do vosso conhecimento que o direito à manifestação de protesto contra as demolições foi duas vezes violado através de impedimento abusivo do Governo provincial de Benguela. A marcha NÃO PARTAM A MINHA CASA foi proibida a 25 de Março de 2010 e voltou a não ser autorizada para 10 de Abril de 2010.

As ameaças públicas proferidas pelo Governo provincial de Benguela através da presença nas ruas de centenas de polícias de intervenção rápida e da leitura de um comunicado nas rádios locais, merece também, por parte do Exmo. Sr. Ministro e de Sua Ex.^a Sr. Presidente, um pronunciamento público condenatório e

um pedido de desculpas. Assim, solicitamos:

1 - Que intercedam no sentido de permitir a realização da marcha NÃO PARTAM A MINHA CASA para 10 de Abril de 2010 (sábado) com a concentração marcada para as 13.00 horas e o início às 15.00 horas;

2 - Que publicamente se comprometam com o facto de nunca mais se impedir ou tentar impedir o exercício do direito à reunião e à manifestação, conforme interpretação da Constituição, legislação nacional e tratados internacionais de Direitos Humanos

7.22 A patuscada governamental

Folha 8

De 17 de Abril de 2010

Depois das demolições no Lubango, o Governo anunciou, recentemente, a destruição das residências construídas ao longo do ramal dos Caminhos-de-Ferro de Moçâmedes, nos municípios de Kipungo e Matala, província da Huíla. Assim, pelo menos 800 famílias serão realojadas em tendas, por ordem de um Executivo que só existe graças à confiança da maioria dos autóctones nas eleições legislativas de Setembro de 2008.

Além de tendas, os próximos desalojados da província da Huíla (Matala e Kipungo) receberão, como indemnização, uma parcela de terra, onde será construído um posto médico; estas foram as promessas governamentais. Ficou por se informar aos populares sobre a edificação de outras infra-estruturas.

A entrega de tenda e terreno para cada um dos autóctones depreende que o Governo Central ou Local descarta a possibilidade de construir residências, por estar indiferente com o sofrimento do angolano.

Todos estão conscientes da importância dos Caminhos-de-ferro de Moçâmedes, mas nada está acima da dignidade humana. As demolições, nalguns bairros do Lubango onde mais de 3 mil famílias foram desalojadas, representam violação dos direitos humanos, e isto não se perdoa com simples pedido de desculpas.

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, foi o portador da mensagem do Governo do MPLA, chefiado por José Eduardo dos Santos. A súplica dos camaradas foi tida cínica, em virtude, em Luanda e noutras partes do território Nacional, terem ocorrido demolições atípicas, sem sair uma entidade para explicar as suas causas.

No município do Kilamba Kixi, foram destruídos os bairros Lixeira, Iraque, Mbondo Chapéu e outros. Os respectivos tinham sido construídos a mais de 30 metros de auto-estradas e estavam distantes de quaisquer fronteiras terrestres, de aeroportos e de instalações militares. Nenhum deles foi erguido sobre uma conduta de água, electricidade, telecomunicações,

petróleo e gás. A administração teve o conhecimento do surgimento daquelas vereações; o Mbondo Chapéu foi construído sob orientação da Edurb e do executivo municipal. Só para recordar ao ministro da Administração do Território, as máquinas demolidoras foram escoltadas por militares das Forças Armadas Angolanas (FAA); naquela altura, Kundi Pahama desmentiu a participação de tropas, mas a verdade veio ao de cima. Respeitem os angolanos, porque senão pagarão em 2012.

7.23 Escola profissional na forja para empresários na Huíla

Jornal de Angola

De 22 de Abril de 2010

Os empresários portugueses interessados em expandir os seus negócios na cidade do Lubango vão receber parcelas de terra com dimensões até quatro hectares para a materialização dos seus projectos de impacto socioeconómico.

A informação foi adiantada pelo administrador municipal do Lubango, Vigílio Tyova, que manteve um encontro com um grupo de empresários portugueses que está na província da Huíla para avaliar as oportunidades de negócio, áreas prioritárias e outros.

Ao caracterizar o município do Lubango, Vigílio Tyova disse que a sede da província tem uma superfície territorial de 78.879 metros quadrados ocupados por cerca de um milhão de habitantes, cuja actividade principal é a agro-pecuária.

Disse que para projectos que criem riqueza e mais postos de trabalho e contribuam para o bem-estar das populações, a administração pode disponibilizar espaços até quatro hectares. No âmbito do processo das novas urbanizações e loteamentos de terrenos, as autoridades governamentais já preparam três localidades para implantação de projectos, nomeadamente no Mutundo, Eywa e Tchavola.

O administrador Vigílio Tyova salientou que o município do Lubango tem muito a ganhar com a intenção e concretização dos programas de investidores portugueses, pelo facto de "sermos irmãos pela língua que nos une e partilharmos a mesma história do país". O presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Portugal, António Rodrigues, sublinhou que a disponibilidade da administração municipal do Lubango vai estimular o investimento de empresários portugueses.

António Rodrigues salientou que os nove empresários que integram a comitiva apostam mais no ramo da construção civil, curtumes, produção de papel e instalação de estruturas industriais.

A construção de uma escola profissional para empresários angolanos e a criação de espaços para instalação de uma zona industrial vão ser prioritárias na cooperação com as autoridades da Huíla. A delegação de empresários portugueses da região de Santarém tem previstas visitas a projectos agro-pecuários e industriais nos municípios da Matala, Humpata e Chibia.

7.24 Administração do Huambo ameaça demolir casas ilegais

Jornal de Angola

De 23 de Abril de 2010

A Administração Municipal do Huambo informou que vai demolir 12 casas construídas ilegalmente no casco urbano da cidade. A informação foi dada em conferência de imprensa pelo o administrador municipal do Huambo, Armando Kapunda.

O administrador do Huambo convocou a imprensa para dar a conhecer a nova medida tomadas pelo seu executivo para repor a ordem e a organização da cidade do Huambo, considerada forte candidata a capital ecológica do país.

O administrador disse que se tem registado um grande crescimento da cidade, em todos os aspectos e a densidade populacional está a aumentar.

Muita gente está a construir casas e estabelecimentos comerciais em áreas onde é proibida a construção, o que impede o crescimento ordenado da urbe.

Armando Kapunda pede aos munícipes para obedecerem às regras vigentes no país e que ao adquirirem o seus terrenos, vejam primeiro e estão legalizados porque e não forem legais não conseguem obter licenças para a obra. "A construção de uma casa requer uma licença de vedação, uma licença de construção e o projecto de moradia, aprovado", lembrou o administrador Armando Kapunda.

O que preocupa a administração do Huambo é o abuso dos cidadãos que constroem nos espaços livres ligados às suas residências: "as áreas envolventes servem para tudo, desde a construção de lojas a cantinas, salões de beleza e outros estabelecimentos comerciais. Isso é ilegal e nós vamos actuar". Kapunda disse que "temos de repudiar este comportamento abusivo enquanto é cedo, para preservar a arquitectura da cidade".

7.25 Uma dissensão permanente

Semanário Factual

De 23 a 30 Abril de 2010

Desde tempos remotos, o desejo do homem de possuir um pedaço de terra foi o móbil que o levou a combater outros homens, quer onde estivessem, pois a história está repleta de acontecimentos, a maioria dos quais trágicos que culminaram na morte de centenas senão de milhares de pessoas.

O desejo de melhores condições de vida, consubstanciadas na produção alimentar, numa habitação para morar e na busca de espaços para outros fins, levou a que no homem nascesse a vontade de conhecer o mundo ao redor, dado que o espaço de vivência já não sufragava a alma.

Daí o interesse por outras paragens onde se pudesse assentar arraiais, desde que a terra fosse fértil e propícia para a agricultura e a pecuária, principalmente junto a rios ou no litoral.

Foi essa busca desenfreada que deu azo a conflitos entre os proprietários seculares e os exploradores partidos de vários pontos do Globo, que não olhavam a meios e, graças ao fuzil e à pólvora, impuseram a sua força dominando e subjugando povos detentores de territórios sua pertença.

Essa situação levou à colonização de terras alheias, possuidoras de muitas riquezas no seu subsolo.

Naturalmente que os colonizadores tinham uma visão diferenciada que teve influência decisiva na manutenção da supremacia, incluindo o aspecto racial. Senão vejamos: quando os ingleses apareceram no território denominado América eles encontraram os donos dessas terras, os índios. Perante a invasão do seu território os índios não cruzaram os braços e partiram para a ofensiva, a fim de dissuadir o invasor a retirar-se. Mas, dada à diferença de meios, os índios perderam para os ingleses.

Hoje, séculos depois da colonização e com a chegada, de todo o lado, de milhares de pessoas, entre escravos e outra gente, eis que foram formados os Estados Unidos da América que, depois de uma divisão entre o Norte e o Sul, voltou a unir-se com o fim da escravatura, nos fins do século XVIII, um marco histórico a se ter em conta quando se fala da terra.

Outras potências também coloniais ocuparam territórios em várias latitudes, sendo a Espanha para a América do Sul e alguns territórios em África, Portugal para o Brasil, Timor-leste, Goa, Damão e Diu, na Índia, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

A França ocupou à força territórios em África por séculos, perdendo-os após as suas independências.

De facto, a penetração colonial nesses países sempre

gerou conflitos sangrentos ao longo dos séculos, acabando pela independência arrancada a ferro e fogo, dada à correlação de forças no contexto das relações políticas internacionais.

Antes da segunda guerra mundial, algumas potências como o Japão, a Alemanha e a Itália, tinham ideias hegemónicas, dada à necessidade de novos territórios considerados por alguns como "espaço vital".

Claro que esse projecto foi interrompido na sequência do fim da grande guerra. É óbvio que oportunistas apareceram e muitos territórios caíram na mão dos russos, tendo formado a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), numa colonização abafada e até consentida.

Mas o desejo dos seus autóctones de não se vergarem a jugos coloniais fez com que eclodissem conflitos na antiga Jugoslávia, na antiga URSS e em outras regiões, dando a possibilidade dos povos se libertarem.

Mas a ânsia de continuarem a perpetuar o seu poder levou a guerras subsequentes que ditaram o seu fim.

Antes como pouco menos de doze países, a Europa tem hoje 25 Estados, libertados, sendo que os seus habitantes ganharam a liberdade na terra que os viu nascer.

É certo que a nível de África alguns países reivindicam territórios fronteiriços, terrestres ou marítimos. Notou-se isso aquando do conflito entre os Camarões e a Nigéria sobre a província de Bekassy, chamando cada lado a sua titularidade.

O mesmo aconteceu com a Etiópia que acabou separada da Eritreia, uma antiga cidade do país que gerou um conflito, com milhares de mortos.

Angola, que foi cobiçada de muitos países, confronta-se agora com acções de alteração de marcos nas suas fronteiras, no norte com o Congo e a RD Congo.

Foi por isso que o embaixador de Angola em Portugal, José Marcos Barrica, advertiu para a possibilidade de conflitos se o país não estiver atento aos problemas das suas fronteiras, quer terrestres como marítimas.

De acordo com Marcos Barrica, "as fronteiras são imprescindíveis e que no Mundo são várias as disputas entre países por causa destas".

Assim, deve levar-se em consideração que Angola não está imune a, essas pretensões, sendo que "a África é um corpo inerte onde cada abutre vem debicar o seu bocado", como sentenciou o primeiro Presidente de Angola, António Agostinho Neto...

7.26 Lotes de terreno entregue aos municípios

Jornal de Angola

De 29 de Abril de 2010

O governo da província do Namibe disponibilizou, na segunda-feira, no bairro 5 de Abril, no município do Namibe, cem lotes de terreno para autoconstrução dirigida, no quadro da execução do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

Estas parcelas de terreno vão complementar os mais de 700 lotes distribuídos desde Agosto, no âmbito do mesmo programa.

O plano de urbanização do bairro 5 de Abril, em fase de conclusão, tem disponíveis 3.380 talhões, de 900 metros quadrados, para a construção de habitações unifamiliares, numa área de 6.164 hectares e uma densidade de 280 casas por hectare.

O Governo do Namibe está a executar projectos organizacionais no município sede, numa área com cerca de 923.4 hectares, nos bairros Aida, Kambongue, Saco mar e 5 de Abril.

A distribuição dos lotes dá prioridade às pessoas que pretendem construir com meios próprios, submetendo-se ao acompanhamento da comissão técnica, tendo em vista a execução das obras em conformidade com o padrão de urbanização previsto no plano do Governo, no âmbito do fomento habitacional.

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Malária pode deixar de ser principal causa de morte

A Capital

De 24 de Março à 01 de Abril de 2010

Tudo está a ser feito para que os casos de malária sejam reduzidos em até 60 por cento. A tendência é que a mesma, segundo o Programa Nacional de Luta contra esta doença, seja eliminada em 2015 e erradicada até 2030

Os moradores da conhecida rua do Embondeiro, no bairro da Estalagem, à Viana, ganharam mais uma preocupação com as últimas enxurradas que se abateram sobre Luanda: os charcos de água esverdeada ocupam, há meses, grandes espaços da zona. «Não há maneira de secar a água, pois está sempre a chover, referiu Felizberta Francisco, uma das moradoras.

No seu caso, explicou, a preocupação é ainda maior, dado que a janela da sua casa está direccionado a um charco. «Se alguém mexe na água, não dá para ficar no quarto, por causa do mau cheiro da água palrada», acrescentou.

Mas, não é somente o cheiro que a incomoda. Em causa, estão também os mosquitos que ali se reproduzem, incomodando e provocando uma série de doenças, com o paludismo a predominar.

A preocupação de Francisco tem razão ser, se atender ao facto de que charcos, como os que «ornamentam» o seu bairro, servem de viveiro para o mosquito causador da malária ou paludismo, por sinal, a principal causa de morte em Angola.

Desde que se mudou para a zona da Estalagem, diz-se sem recursos, para impedir que as águas das chuvas se acumulem à porta da sua residência. Conta que para tentar minimizar o mal, optou por despejar gotas de petróleo no charco. «Dizem que ajuda. Tem que se fazer alguma coisa, porque, aqui, semana sim, semana não, estamos no hospital. O paludismo mora connosco», explicou.

Lembra, por exemplo, que há duas semanas, a filha de uma vizinha, de seis anos, teve que ser submetida a rigorosos tratamentos médicos, após ter apresentado febres constantes. A análise médica ao sangue diagnosticou a presença de paludismo. «Três por campo», referiu. Medicada, a pequena pôde regressar às aulas.

Ela não sabe, mas dados recentemente fornecidos pelo coordenador do Programa Nacional de Combate à Malária, Filomeno Fortes, referem que, no ano passado

(2009), morreram em Angola, vitimadas pela malária, oito mil pessoas, de um total de mais de três milhões casos registados (ver caixa em baixo).

No mesmo ano, a malária representou 67 por cento da procura por hospitais, ao mesmo tempo que foi a principal causa de internamentos hospitalares (60%) e de mortes hospitalares (63%).

Pelo número de vítimas que faz desde o ano 2000, as autoridades angolanas têm vindo a desenvolver estratégias, no sentido de verem invertido este mórbido cenário. Isto é, fazer com que a maleita, a par das doenças diarreicas agudas, deixe de ser a principal causa de morbi-mortalidade, sobretudo entre as crianças menores de cinco anos.

Dados sobre o impacto da malária no país apresentados por faixas etárias, indicam que 53 por cento dos casos ocorre em menores de cinco anos, 17% dos cinco aos 14 anos e 30% em maiores de 14 anos.

Filomeno Fortes revelou que o país conta com os dois mosquitos causadores da malária mais violentos, designadamente o Anophele Gigante e o Anopheles Esponeste. Trata-se, segundo o responsável; de insectos que conseguem adaptar-se a várias circunstâncias, uma vez que tanto pode viver dentro, como fora de casa e alimenta-se, também, de sangue animal, o que tem dificultado o seu combate.

«O mosquito é o vector da Malária e o agente - transmissor é o parasita ou plasmódio. Em Angola, temos quatro espécies de parasitas e, destas, existe o plasmódio falciparo, que é o que dá a malária grave e complicada, como a cerebral e as anemias», explicou ainda o coordenador.

Respondendo ao compromisso assumido em Abuja, Nigéria, em 2000, por vários chefes de Estado e de governos africanos, incluindo o angolano, até 2012 o Ministério da Saúde pretende reduzir em 60 por cento o impacto da malária no país. Para tal, as autoridades falam em aumentar em 80% a cobertura da doença, em menores de cinco anos e mulheres grávidas.

A grande pretensão, salientou Filomeno Fortes, é garantir a eliminação da maleita em 2015, tendo no horizonte a erradicação da mesma do território nacional no ano de 2030.

8.2 Valas para escoamento precisam de manutenção

Jornal de Angola

De 01 de Abril de 2010

O arquitecto angolano Benga Pedro disse, na segunda-feira, à Angop, que há necessidade de se criarem equipas para a fiscalização e manutenção periódica das valas de drenagens, evitando que se transformem em depósitos de lixo.

Benga Pedro afirmou que a acção é imprescindível para a conservação das valas de drenagem que beneficiam de obras.

Muitas valas de drenagem rehabilitadas e construídas, referiu, estão a ser mal usadas pela população, que as transformam em depósito de lixo, inviabilizando o escoamento das águas residuais.

O uso inadequado dessas infra estruturas, lembrou o arquitecto Benga Pedro, provoca a sua degradação precoce, podendo provocar inundações no tempo chuvoso.

Na província de Luanda, encontram-se em recuperação as valas do Suroca, São Pedro, Senado da Câmara, do Cariango e outras de pequena dimensão, abertas em algumas áreas da periferia.

8.3 Empresa Pública de Águas de Luanda

Expansão

De 2 de Abril de 2010

Esta empresa pública anunciou em 2009 um investimento em curso de 426, 9 milhões USD para implementar 13 novos projectos no âmbito do plano director de abastecimento de água potável para Luanda. Este volume de investimentos da empresa teve em conta o crescimento populacional da capital nos últimos anos - quatro milhões de habitantes. Dados oficiais apontam que, em 2008, a empresa perdia 30 milhões de kwanzas/dia (mais de 300 mil USD) devido a violação de condutas por populares, fundamentalmente na zona da Samba e da Camama.

8.4 Água que mata

Novo Jornal

De 9 de Abril de 2010

O chefe do departamento de Água, Saneamento e Higiene das Nações Unidas, Antero de Pina, informou no mês transacto que a diarreia, que vem logo a seguir à malária e ao paludismo, mata anualmente 20 mil crianças angolanas, ou seja, cerca de 50 pequenos por dia.

O alto funcionário da ONU falou durante a sua participação no ciclo de palestras promovidas pelo Ministério da Energia e Águas, quando dissertava sobre o tema ou Impacto da Qualidade da Água na Saúde das Crianças". As zonas rurais e periféricas são as que sofrem um impacto maior, já que aí a água recebe pouco tratamento, informou ainda.

Apesar de reconhecer o esforço do governo por melhorar este quadro, de Pina declarou que ainda. Há

muito trabalho a ser feito. O transporte de água em camiões-cisternas é um dos principais meios de proliferação de doenças, como a diarreia, devido ao pouco cuidado dos proprietários com a mesma. Além de ser o mês dedicado a mulher, Março é também dedicado à água, pela Organização das Nações Unidas.

8.5 Falta de água no Namibe mata populares e gado

Folha 8

De 17 de Abril de 2010

A província do Namibe, nunca conheceu, no pó independência qualquer projecta sério e de impacto sobre o abastecimento de água à população. Ao que parece, o problema está nas políticas dos dirigentes quer nacionais como provinciais na antiga Moçâmedes, depois Moçâmedes e agora Namibe, denominações que não constituíram valias na vida das comunidades assoladas pela extensão do deserto do Kalahari.

Muitos populares advogam que no tempo colonial, havia preocupação das autoridades da administração colonial, em construir mais pontos de água; chimpacas e represas, nas principais zonas críticas, valor perdido desde 1975. Daí alguns criadores de gado apontarem a falta de vontade política de certos governantes que passaram por esta província, causadores de constrangimentos sociais, como a proliferação de doenças que continuam a causar vítimas mortais em consequência da falta de água.

Gilberto Gil, criador de gado que tempos atrás através das páginas do F8 criticou o descaso dos governantes locais, diz estar a ser perseguido até a data, mas ainda assim considerando importante a revitalização de muitos poços antes já existentes. "Fui excluído da lista dos beneficiários de tractores distribuídos e também \i o contrato de abastecimento de bens do campo às unidades hospitalares 10C'ais rescindido. tal como a minha refoma militar foi afectada".

O Director das águas, engenheiro Arlindo Tavares, apesar da vontade, não pode fazer mais por falta de material de reposição. Assim, o sistema de bombeamento, considerado principal na captação do Benfica, funciona sem material de reposição, quando o custo da bomba é de cerca de cinquenta mil dólares. Por vezes, uma simples avaria no sistema de bombagem, a cidade do Namibe fica privada do fornecimento do precioso líquido por mais de dez dias, muito, também, pela falta de recursos financeiros. Curiosamente, no tempo de Salomão Xirimimbi os problemas de água, energia eléctrica e saúde sempre tiveram intervenção pontual, por isso o povo não esquece o seu consulado.

Desvio de dinheiro público

O destino incerto dado ao dinheiro arrecadado no mercado 5 de Abril, avaliado em cerca de 100 mil dólares I mês, deveria para muitos ser direccionado para a melhoria de outras obras de impacto social. "Eu pago semanalmente 500 Kwanzas na minha barraca, outros pagam mais, sendo o mínimo 300 Kwanzas; semana. Ora estes valores, vezes cinco mil e poucos que somos, sem dúvida é um valor considerado como numa verdadeira bolsa de negócios. Mas a delegação das Finanças, não sabe onde o dinheiro vai, quando deveria ser encaminhado na melhoria da água e luz que muita falta fazem a população do Namibe", assegura Faustino José Tchinda Uco. Neste momento os populares esperam que se confirme a máxima da nova governadora, Cândida Celeste de, "vim servir e não para me servir".

Recentemente nas localidades do Munhino, Cacanda e outros especialistas em matéria de água, procederam a trabalhos de implementação do programa de construção de represas e chimpacas, visando reter as águas das chuvas e conferir sedentarização e estabilidade das famílias em zonas transudastes o "Estão aqui os técnicos que vieram resolver o problema de água nesta localidade. O fontanário contendo água salobra, também vai ser aproveitado, mediante a instalação do sistema de técnicas de dessalinização, para aumentar o consumo da população".

Dirigentes devem gerir para o povo

Vários segmentos da sociedade namibense considera positiva a iniciativa governativa, que de certa forma vai ao encontro da ansiedade do povo se não defraudar a expectativa, claro. O bispo do Namibe, Dom Mateus Tomás que também tem se debatido com a problemática de água para a população do interior da província, considerou de relevantes os passos dados pela nova inquilina da província. "A humilhada permite limites da sua capacidade pessoal, e aglutinar mais forças vivas da sociedade. A causa da boa governação, é um feito muito positivo que nós todos devemos encorajar a prosseguir, para o bem das comunidades", frisou.

Por sua vez o Vigário Geral da diocese do Namibe, padre Eusébio Chimbanda, lamenta a forma como os projectos de desenvolvimento continuam confinados apenas as zonas urbanas, quando os Mucubais, os mundenderengos, os Kuissis, comunidades autóctones locais, continuam discriminados. Estão vedados ao mundo como todos o vêem. São pessoas que devem estar enquadradas nas políticas de governação, porque são minorias de determinados subgrupos etnolinguísticos que precisam da ajuda clara do governo. "O estado deve gizar políticas de governação, que visam ir ao encontro do povo. Criar mais pontos de

água e, aos arredores, construir um hospital uma escola, algumas casotas. Tudo isso, permite que a população se aglomere num só sítio e daí, facilmente as autoridades governamentais implementam políticas de governação. Mas para que isto aconteça é preciso penetrar no âmago da própria cultura deste mesmo povo. Governo peca neste sentido, porque nada tem feito, lamentavelmente" disse o sacerdote. Devido ausência de água potável no interior da Província e por inexistem de rios, as comunidades são obrigadas a consumir a água nos poços com o gado. Esta prática é visível nos municípios, Virei, Kamucuiu, Bibala e um pouco no Tômbwa e Namibe como consequência, a epidemia de cólera e diarreicas agudas, s uma realidade em crescimento.

Cólera é um problema global

O coordenador do programa emergência do ministério Saúde, Dr. Lutumba Agostinho formou equipas de emergência pé os cinco municípios, integrando águas, saneamento básico d administrações municipais e outros quadros, por considerar que o problema da cólera não ser de saúde pública, mas que o transcende preciso que outros sectores da vi pública respondam este desafio criando condições de abastecimento de água a população, desta fornla o Namibe poderá s desta situação", enfatizou médico.

8.6 Cazenga sem energia e água potável

Jornal de Angola

De 9 de Abril de 2010

A falta constante de água e energia eléctrica preocupam os moradores da comuna do Hoji-ya-Henda, município do Cazenga, em Luanda. Há mais de dois anos que os populares daquele município da capital têm dificuldades no acesso à água potável.

Moradores disseram à Televisão Pública de Angola (TPA) que os chafarizes que eram a solução do problema apenas funcionaram duas semanas.

Como consequência dessa situação, os moradores do Hoji-ya-Henda vêm-se obrigados a comprar água a preços exorbitantes.

"O chafariz está aqui há um ano e sete meses e só trabalhou duas semanas", desabafou um dos moradores. Outra situação que preocupa os populares é a falta de energia eléctrica.

A luz da Empresa de Distribuição de Energia (EDEL) há muito que não chega com regularidade.

A noite, o bairro fica completamente às escuras, o que facilita a acção dos delinquentes.

O Governo Provincial de Luanda tudo tem feito para

melhorar a qualidade de vida dos luandenses, através da implementação de projectos de impacto social nos nove municípios que comporta a capital do país. E assim que o número de clientes da Empresa Pública de Águas de Luanda tem estado a aumentar nos últimos anos. Situação idêntica está a acontecer com a Empresa de Electricidade.

8.7 EPAL controla cerca de 130 mil consumidores

Novo Jornal

De 9 de Abril de 2010

A água que a população consome tem qualidade? Podemos considerar a água com qualidade quando ela é potável. A EPAL tem laboratórios nas suas estações, seguimos as orientações da Organização Mundial da Saúde que exigem certos parâmetros para o consumo humano e trabalhamos com o Ministério da Saúde que comprova a qualidade. Só depois deste processo a água é distribuída. A água saída das estações da EPAL tem qualidade para ser consumida.

Mas há pouco tempo moradores da Vila Alice reclamavam da água que jorra nas torneiras das suas casas.

Quando nos foi denunciado que na zona da Vila Alice a água estava a sair imprópria para consumo, nos deslocámos para o local com uma equipa do laboratório e verificámos que de facto a água não tinha qualidade para consumo. Isto quer dizer que o líquido não estava potável. Mas podemos afirmar que a falta de qualidade não vinha da nossa estação, porque a água até chegar a aquele bairro passa por outros municípios e só naquela zona é que não tinha qualidade. Com uma equipa da rede verificámos que os conectores dos esgotos estavam sem drenagem, e havia infiltração, porque as redes estão bem próximas e existia uma fuga na da água potável o que criou má qualidade. Mas o problema já foi solucionado.

Como anda o projecto "Água para Todos" até 2012?

A EPAL não responde pelo Programa "Água Para Todos". Quem responde por ele é a Secretária de Estado das Águas.

Quem faz o tratamento do produto vendido das girafas para as cisternas?

A EPAL tem girafas, mas nem todas que existem em Luanda é pertença sua. Nas nossas a água é potável. Agora, as que não estão sob controlo de outros não posso falar sobre a qualidade, nem do tratamento.

Como é possível pessoa singular ter girafa?

Há uma empresa denominada Angomenha credenciada para fazer o abastecimento às cisternas. Em Kifangondo há girafas que comercializam a água para as cisternas.

Quais os principais constrangimentos que a EPAL tem encontrado para fazer a distribuição de água a toda a cidade?

O maior constrangimento que temos registado é a violação da rede, Principalmente no corredor da Camama para o Benfica e a Samba, onde há sistemáticas violações, que retiram pressão, fazem com que muita boa gente fique sem ela, tiram a qualidade. Aproveiona-se água em tanques sem qualidade, para fazer-se a revenda. Nós, ao invés, viramos a nossa atenção para os nossos consumidores e distribuímos água a mais consumidores. Temos que enviar técnicos para fazer fiscalização ao longo das condutas.

Qual é relação existente entre a EPAL e o GADHAKI? Nós temos estações que produzem água a partir dos rios Bengo e Kwanza. No Bengo, em Kifangondo, fazemos captação, tratamento e distribuição. No Kwanza, a EPAL não capta água, quem faz isto e fornece a EPAL é o Gadhaki (Gabinete de Aproveitamento Hídrico do Kikuxi). Este está a distrito ao Ministério da Agricultura. Nós dependemos desta estrutura que tem os meios em condições para nos fornecer água que é projectada de um canal superior e chega até às nossas estações do Kikuxi. Depois deste processo fazemos o tratamento e a distribuição.

O que se passou de facto durante o último fim-de-semana?

A unidade do Gadack não tinha energia, as bombas não funcionaram e a EPAL ficou com um défice de aprovisionamento. Houve um desequilíbrio muito grande durante o fim-de-semana prolongado por este motivo.

Quando e como a EPAL tomou conhecimento da situação?

Uma viatura embateu contra dois postes da 00, no dia 1. Tomámos conhecimento da situação na noite do mesmo dia e ainda conseguimos abastecer um dia depois. Mas o líquido foi se esgotando, porque nos nossos tanques já não entrava, apenas saia, o que nos impediu de continuar a distribuir.

As tubagens da EPAL são destruídas por empresas de terraplanagem e asfaltagem das vias da cidade. Quem se responsabiliza?

Nós já avisámos as empresas de construção e empreiteiras em actividade que as redes da EPAL são subterrâneas e que antes de fazerem os seus trabalhos em determinadas zonas devem nos consultar. Apesar

disto, certos empreiteiros fazem ouvidos de mercador, destroem as condutas, criando grandes transtornos aos nossos clientes. Nestes casos, a empresa que danificou assume as responsabilidades, mas para não deixar-mos de fornecer a água aos nossos consumidores nós solucionamos o problema.

Quantos consumidores estão registados?

Neste momento a EPAL tem cerca de 130 Jnl1 consumidores cadastrados.

Qual é a receita mensal?

Ela varia, porque muita gente ainda não tem a cultura de pagar. Isso deve-se muito ao valor irrisório das tarifas. Quem as fixa é o Estado. O custo do metro cúbico é por escalões. Nos fontenários é 32 kwanzas por cada mil litros. Nos outros escalões os preços são os seguintes: de 0 a 10 metros cúbicos, 40 Kwanzas, de 10 à 30, 60 Kwanzas e de 30m³ em diante 95 Kwanzas.

Quais os projectos para expansão da rede?

Temos projectos em curso, de impacto imediato, principalmente na zona Sul de Luanda, para ampliar e construir centros de distribuição. Porquê aquela zona? Porque o crescimento está a ser mais acelerado e ordenado.

8.8 Financiamento de um bilhão de dólares para a água

Novo Jornal

De 9 de Abril de 2010

No ano passado, no decorrer da Expo Água 2009, realizada em Portugal, o director nacional de Recursos Hídricos de Angola, Lucrécio Costa, que participou da Conferência Nacional da Água via videoconferência, afirmou que havia muito a ser feito no sector das águas no país. "Em Angola há muito para se fazer a vários níveis, já que este é um país com uma carência acentuada de instalações, debilidade dos serviços de água e gestão insuficiente dos recursos hídricos", explicou o responsável na altura.

Ainda segundo Lucrécio Costa, os 450 milhões de metros cúbicos de água potável ofertados as populações em 2006, iriam duplicar em 2011, factor que implicaria "em termos globais, um bilião de dólares em linhas de financiamento". Esta verba viria principalmente dos investimentos externos provenientes da

China e do Brasil, seguindo-se, mais atrás, Alemanha, Espanha e a União Europeia. Na altura, o responsável avançou também a previsão de mobilização de "300 à 400 milhões de dólares de investimento do Brasil" e de

"700 à 800 milhões de dólares no âmbito da linha de financiamento da China", para até 2011.

Um dos principais objectivos de Angola é disponibilizar, nas áreas urbanas, água suficiente para a sua população, ou seja, uma média de 80 a 100 litros/dia por habitante. Já nas zonas rurais, a meta é assegurar que pelo menos 80 por cento da população tenha água suficiente. Para tal, o governo previa a ampliação e reabilitação dos sistemas de abastecimento já existentes, assim como a implementação de pequenos sistemas para oferta de água potável nas áreas rurais.

8.9 Falta de água causa principal dos conflitos

Folha 8

De 17 de Abril de 2010

Por esta razão, Cândida Celeste considerou, na comuna do Munhino ser esta localidade importante dada as suas características, para o fomento agro-pecuário "É urgente a reabilitação das chimpacas para o aceleramento do gado e colocar a disposição da população mais água para o consumo. Não podemos permitir que as nossas crianças deixem de estudar privilegiando o pasto neste sentido. Achamos que, criando as chimpacas e represas, criando igualmente bom pasto nesta localidade, vamos manter o gado aqui perto e as nossas crianças nas escolas. Munhino vai ser o maior centro de criação de animais, devido as características naturais da região. A presença de salitre neste local, ajuda-nos bastante no projecto de criação de gado, confOffile foi no tempo colonial, assegurou Cândida Celeste da Silva.

Na Bibala, em pleno século XXI, foi construído um fontanário com capacidade para abastecer cerca de dez mil pessoas. O director da empresa que desenvolve o projecto, Manuel Cebolo disse estar condicionada a segunda fase por factores financeiros. Cem por cento da água consumida é subterrânea e numa província com cerca de um milhão e duzentos mil habitantes, segundo dados disponíveis, apenas quinze por cento da população, tem água canalizada, trinta e cinco por cento percorre longas distâncias à procura de água e o resto da população em zonas rurais consome água imprópria, das escavações em locais baixos, nas chamadas mulolas ou vales de rios secos. Nestes mesmos locais de água parada, as comunidades partilham com o gado o tempo seco ou seja na fase de estiagem, os criadores de gado, são obrigados a deslocar-se, percorrendo longas distâncias nas linhas limítrofes às províncias de Benguela, Huíla e Cunene. Neste percurso tem havido muitos dissabores, as vezes confrontos com os assaltantes e noutras vezes, pelejas com os criadores locais em disputa pelo pasto ou aceleramento de gado. Ao consumir seus projectos, Cândida Celeste poderá

vir a ser a primeira mulher na governação a fazer história se conseguir cumprir as suas promessas de resolver os problemas ingentes das populações autóctones locais. Mas, como dizia Santo Tomé, van10S todos "

8.10 O negocio dos chefes

Agora

De 17 de Abril de 2010

A distribuidora de energia para Luanda assegura que o problema extravasa as suas competências e está a gerir um produto de baixo nível em relação à capacidade real do mercado e, por isso, o pouco que recebe da Ene distribui para as zonas estratégicas da cidade.

A situação agravou-se de tal forma que a empresa deixou de comunicar aos seus consumidores, sobretudo, na periferia a realidade que se vive nos dias que correm. A maior humilhação prende-se com a contínua ostentação de que o país possui fontes energéticas invejáveis da África Austral do continente, mas não as sabemos aproveitar.

Mesmo que continue a mensagem da reconstrução, é bem verdade que as pessoas procuram solucionar a crise com a compra de geradores que também podem se transformar em armas mortíferas.

O vaivém da energia afecta, e de que maneira, as transacções financeiras com as quedas constantes do sistema de informação interbancário. Foram tantas as promessas e acabaram por adiar a energia de Kapanda para as "calendas gregas".

Todavía, comenta-se "à boca pequena" que os engenheiros da Edel criaram empresas para a gestão dos postos de transformação dos musseques. O nome sonante nesta prática é do antigo director da empresa e actual vice-ministro da Energia e Águas, João Borges, que instalou uma série de Pts no Kilamba Kiaxi e criou uma comissão de energia para comercializar a luz.

8.11 Solução "zero" na distribuição de energia para Luanda

Agora

De 17 de Abril de 2010

O problema da falha de energia, além dos transtornos "normais" daí resultantes, começam a provocar doenças devido à exposição prolongada ao ruído dos geradores usados por cerca de 70% da população na periferia como alternativa para fazer face a esta crise que exige uma intervenção profunda do Governo.

Sensibilizado com a carência da luz, o presidente da Assembleia Nacional, que falava na abertura da 3a

Assembleia dos Provedores de Justiça africanos, reconheceu que o país vive um défice energético fora do comum mesmo com os apoios do Executivo, no sentido de melhorar o seu abastecimento.

Apesar dos factores constrangedores, como a burocracia e a corrupção não serem fenómenos exclusivos da sociedade angolana, mas os efeitos negativos são sentidos directamente pela população, mesmo que as autoridades se empenhem na melhoria da situação.

O fim da guerra, em 2002, foi entendido como o princípio da estratégia de desenvolvimento inclusivo, mas os investimentos feitos nos mais variados sectores, sobretudo no da energia, não correspondem às expectativas e Paulo Kassoma garante que questões de fundo não têm facilitado a resolução de todos os problemas.

A ministra da Energia e Águas, Emanuela Lopes, idealizou, o ano passado, o projecto de emergência para o reforço da capacidade termoeléctrica e depara-se actualmente com uma realidade diferente, que confirma as palavras da governadora, Francisca do Espírito Santo, segundo as quais não haveria alteração em relação às interrupções de energia, face ao optimismo reinante na altura da preparação do Can, realizado em Janeiro último no país.

O plano que previa a reabilitação e modernização da central de Cambambe, o reacondicionamento da central termoeléctrica do Cazenga que conta com 5 grupos de turbinas a gás com objectivo de garantir maior rentabilidade do empreendimento energético com cerca de 128 megawatts da capacidade instalada, está longe de se materializar, depois de consumir mais de 80 milhões de dólares.

Com a inauguração, recentemente, do circuito de distribuição de energia proveniente da hidroeléctrica de Kapanda, com capacidade de 400 quilovolts, interligando Luanda através da subestação de Viana, a situação não mudou e, nos últimos dois meses pioraram as interrupções no fornecimento de energia eléctrica à cidade capital.

O AGORA apurou, no entanto, que no domínio da distribuição, o Ministério luta para a reabilitação e extensão das redes de média e de baixa tensão. A empreitada foi concebida para abranger as zonas de Viana, Caop, Morro Bento, Boavista, Zango, Ramiro e Benfica.

Luanda vive um grave problema de energia e não há milagres que possam inverter a situação, obrigando os habitantes desta urbe a subirem o tom das suas críticas em relação à gestão do sector e os permanentes apagacende, além de danificar tudo (electrodomésticos e alimentos). É um problema grave e, nos últimos meses, tornou-se no maior cal vário para os cidadãos que aguardam por uma solução definitiva.

9 AMBIENTE

9.1 Avaliação ambiental das reservas fundiárias em consulta pública

Semanário Económico

De 8 de Abril de 2010

Na passada terça-feira, 6 de Abril, a Direcção Provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, em parceria com a empresa de consultoria Eco visão promoveram, na província do Cunene, uma sessão de consulta pública, no contorno das avaliações ambientais e estratégicas às reservas fundiárias desta região

Segundo o vice-governador para a organização e serviços técnicos, Cristino Mário Ndeitunga, é a primeira das várias que vão ser realizadas, até porque a implementação dos projectos de vulto tem um impacto de vána ordem e merecem um estudo, de acordo com a legislação em vigor. O acontecimento visou apresentar o estudo que a em"Presa desenvolveu sobre o impacto ambiental em volta dos programas e planos do sector do urbanismo e habitação nesta região abrangida no programa nacional de construção de um milhão de fogos.

Na abertura do encontro, Cristino Mário Ndeitunga, considerou-o de carácter importante, uma vez que vai permitir identificar o impacto ambiental do programa. O responsável fez lembrar sobre a vulnerabilidade que têm os assentamentos populacionais em relação às questões de inundações e secas.

9.2 Família em Luvemba desalojadas pela chuva

Jornal de Angola

De 15 de Abril de 2010

Perto de 120 pessoas da comuna do Luvemba, município do Bailundo, ficaram sem as suas residências, em consequência das fortes chuvas que se abateram, nos últimos dias, sobre aquela localidade.

A chuva provocou o desabamento de 20 casas na comuna sede e a destruição de infra-estruturas sociais, como escolas, um jango comunitário e o mercado rural, este último construído recentemente.

O administrador comunal do Luvemba, Tomé Vicente, disse que as chuvas estão a desalojar muitas famílias, o que obriga à tomada de medidas por parte das autoridades, com vista a socorrer as pessoas afectadas.

Nesta altura, estima-se que 23 famílias estejam sem habitação, carecendo de apoios de material de construção, sobretudo chapas de zinco, cimento, portas, pregos, entre outros meios, salientou o administrador.

Tomás Vicente acrescentou que estão a ser empreendidos esforços junto da administração municipal para que, num curto espaço de tempo, a situação seja resolvida.

9.3 Chuvas de morte sob controlo do GPL

O País

De 16 de Abril de 2010

O Vice-governador de Luanda para área técnica, Bento Soito, garantiu a O PAIS, Quarta-feira, 14, que o Governo Provincial de Luanda (GPL) implementou uma série de medidas que visa evitar mais mortes, nas próximas enxurradas.

De acordo com Bento Soito, as medidas seleccionadas pelo GPL passam pela distribuição de mais de 20 electrobombas para cada uma das administrações dos municípios mais afectados pelas quedas pluviométricas, como são os casos do Sambizanga, Cazenga, Kilamba-Kiixi Maianga, Samba e Rangel, onde o responsável do GPL acha urgente a sucção das águas paradas.

As escolas, os hospitais, supermercados e outras instituições sociais, bem como os lugares públicos desses municípios, constam da prioridade do plano de intervenção do órgão máximo de Luanda.

A lagoa de São Pedro e a zona do Cariango, no Cazenga, e o Rio Seco, no município, da Maianga constituem parte das zonas onde a intervenção já acontece, soube O PAÍS do vice-governador.

Para tal, a equipa de Bento Soito conta com a colaboração da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), para além da SUKULA, que já se encontram a operar nas consideradas zonas de grande risco.

Outras soluções projectadas pelo GPL têm a ver com a abertura de valas, para diminuir o alagamento, e com a distribuição de Hipoclorito de Sódio à população afectada, a fim de se evitarem os odores dos charcos de água.

Enquanto isso, oito é o número de mortes que consta do registo actual do Governo Provincial, sendo três no município da Ingombota, dois no Sambizanga e dois no Kilamba-Kiixi. O município do Cazenga registou apenas uma morte.

Importa referir que, de Março de 2010 até então e com apenas duas chuvas intensas, mais de 20 pessoas já perderam a vida.

Para aumentar as contas de mortes provocadas pelas

chuvas, Bento Soito referiu-se a dois corpos encontrados recentemente num dos charcos de água do conhecido bairro Catinton, município da Maianga.

Entretanto, o dirigente foi cauteloso em sublinhar que, nos últimos dados, se trata de indivíduos que se afogaram nessas águas paradas, um por iniciativa de banho voluntário e outro por ter decidido salvar o primeiro.

Em relação à situação dos populares que insistem em viver nas proximidades das valas e áreas de passagem ou depósito de águas das chuvas, Bento Soito lembrou o conselho que o Governo vem dando aos reincidentes.

"Que evitem construir nessas áreas e quem já vivia aí, par enquanto, deve dirigir-se ao apoio dos familiares ou amigos".

Questionado se o GPL descarta a possibilidade de realojar os sinistrados, o Vice-governador para área técnica revelou que estão em construção mais de 20 mil casas para este fim, tendo acrescentado que "sempre que houver condições de realojamento o Governo da Província de Luanda vai fazê-lo".

De qualquer forma, avançou Bento Soito, o Governo continua a ajudar as famílias das vítimas, no que toca à realização dos óbitos e funerais, sem de lado a necessidade de um programa de reintegração social dos afectados.

Para dissipar as dúvidas daqueles que pensam que Bento Soito e os seus efectivos só trabalham quando a chuva os obriga, o segundo homem do governo de Luanda esclareceu que "mesmo ~1 chuvas, a área que dirijo tem sempre tarefas a cumprir", justificando-se pelo facto de o trabalho ser quase o mesmo.

O dirigente recusou-se em falar das dificuldades que a sua equipa tem encontrado nas actividades que realiza, limitando-se a afirmar que "tem havido soluções para tudo".